

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320845

290637

v.86, n.787, maio/jun./jul./ago. 2000 BFD



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.

Editorial



A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

A Defesa Nacional selecionou, para ilustrar a capa desta edição, uma vaza da carta histórica em que Pero Vaz de Caminha levou, a Vossa Alteza El-Rei D. Manoel, *a notícia dessa Vossa Terra que agora, nesta navegação se achou.*

No seu preâmbulo, a afirmação do compromisso com a verdade: *para aformozear nem afeiar, aqui não se há de pôr mais que aquilo que vi e me pareceu.*

O escrivão oficial da frota cabralina concentrou a narrativa *do que viu e lhe pareceu* no período entre a *terça-feira das Oitavas da Pascoa que foram 21 dias de abril*, até datá-la – *deste porto seguro da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1.500* – e apôr a sua assinatura.

Nesses onze dias da longa viagem, que começara em Belém a 9 de março e se prolongaria em direção às Índias, ele relata como *topamos alguns sinais de terra, que eram muita quantidade de ervas compridas a que os mariantes chamam "fura-bolos" (sargaços) e assim outras a que também chamam "rabo de asno", e como dia seguinte (22 de abril), pela manhã, topamos aves a que chamam "fura buchos" (aves aquáticas típicas do mar dos Açores) e, neste mesmo dia, a hora de véspera (hora canônica em que se rezava o entardecer) houemos visto terra – um grande monte alto... ao qual o Capitão pôs o nome de Monte Pascoal e, à terra, Terra de Vera Cruz.*

Na carta, Caminha conta como se fez o primeiro contato com os índios e as impressões que ficaram desse encontro: *A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus sem nenbuma cobertura. Não fazem caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas. E o fazem com tanta inocência como mostram o rosto...* Ele apresenta *flasbes* do relacionamento entre nativos e descobridores, em diferentes oportunidades, e dos reconhecimentos empreendidos visando a dimensionar o espaço e o valor da terra descoberta.

Pessoas comuns são levadas a acreditar que as pinturas que têm o descobrimento do Brasil como tema são obras de ficção. Na carta de Pero Vaz de Caminha, descobrirão que, na verdade, são tentativas do artista para pôr, na tela, a versão contida nos relatos do consagrado escrivão. É o que nos mostra Vítor Meireles em seu clássico *A Primeira Missa no Brasil*, ao ser este confrontado com a descrição contida no histórico documento:

Ao Domingo da Pascoela, pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. E mandou a todos os Capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele, e assim foi feito.

Mandou naquele ilhéu armar um esperável e dentro dele levantar um altar, mui bem corrigido. Ali, com todos nós outros, fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre Frei Henrique, em voz entoada e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que ali oravam...

Enquanto estávamos à missa e à pregação, estava na praia outra tanta gente ... com seus arcos e setas, e andava folgando. E olbando-nos, sentaram-se...

O espaço concedido a um editorial é, por certo, curto demais para comentar os registros de Caminha por inteiro. Por isso, achamos por bem reproduzir-lhe a carta, na íntegra e em letra de forma, fechando esta edição da nossa Revista.

Ao nosso ver, dentro da programação do *Brasil-500 Anos*, sua divulgação deveria ter sido melhor aproveitada que a simples exibição de vinhetas lançadas no vídeo sem qualquer poder de convencimento da sua real representatividade. Talvez se tenha desperdiçado precioso antídoto para as contestações que surgiram com o fim de esvaziar as celebrações do pentacentenário do Descobrimento. A título de hipotecar solidariedade aos índios – e, a reboque, negros, *sem terra* e demais *excluídos pelas injustiças sofridas ao longo desse tempo*, elas ajudam a minar o orgulho nacional, que já não vive hoje seus melhores dias, nesses tempos de *globalização e neoliberalismo...*

Duas apreciações transcritas do Jornal do Brasil – *O Brasil Nunca Pertenceu aos Índios e O Desdescobrimento* – põem, no devido lugar, a argumentação usada pelos contestadores.

Vale à pena serem lidas, em nossa seção Destaques da Imprensa.

A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Bda Paulo Roberto Brum de Moraes

Editor

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3ª andar
Ala Marçílio Dias

Rio de Janeiro, RJ - Brasil - 20221-260

Tels.: (21) 519-5707 e (21) 519-5715

Fax: (21) 519-5569

Ligação gratuita: (0800) 238365

E-mail: bibliex@ism.com.br

Homepage: www.bibliex.eb.br

Conselho Editorial

Cel Inf R/1 Hélio Ribeiro Alves

Ten Cel Art OEMA Paulo Davi de Barros Lima

Ten Cel Com OEMA Lineu Rohde Rachevsky

Ten Cel Cav OEMA Roberto Fantoni Saurin

Ten Cel Eng OEMA Enio Roberto dos Santos Bênia

Ten Cel Inf OEMA Maurício Eduardo de Toledo

Ten Cel Art OEMA Júlio César Spindola Caldas

Ten Cel OEMA Lauro Luís Pires da Silva

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Murillo Machado e Rodrigo Tonus

Telefax: (21) 541-6927

REVISÃO

Noemi Catete D'Aurea

José Fernando Cordeiro

Ricardo Braule Pinto Bezerra Pereira

IMPRESSÃO

Sermogral - Artes Gráficas Editora Ltda

Telefax: (24) 237-3769 e 237-3709

E-mail: sermogral@serraon.com.br

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os artigos deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha), acompanhados de uma síntese do currículo, e endereço postal.

Os originais do autor encaminhados à Redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

**PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
ASSINATURAS E VENDAS DE
NÚMEROS AVULSOS**

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeira Tropa: **BARTHOLOMEU BARRER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e Z. DE SOUZA REIS**

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMÁRIO @ **CONTÁVEL: PARTE JORNALÍSTICA** • O Eficácia e a organização do Exército. — Subsídios táticos. — A instrução de massa infantaria em face dos ataques efectivos. — Cartões de munição para a infantaria e metralhadoras. — Comando de grupo de artilharia em combate. — A marcha económica do centro de Cárpatos. — Correntes táticas na artilharia francesa. — MUTUÁRIO: A paragem de 7 de Setembro. — Realização. — O desenvolvimento progressivo do exército alemão. — Programação do Exército Nacional: Equipamento superior e organização da marcha. — Itinerário para o Canadá. — O deslocamento do "Guards". — Quartel e munição. — A Defesa Nacional. — O equipamento de guerra dos países sobre armistício. — A infantaria japonesa. — Colaboração. — BELICIDADE PRIMA: Os instrumentos clássicos e a tração animal. — Exercícios de quadras e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

**Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A DEFESA NACIONAL"**

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913.

Diretor-Presidente

Gen Bda Paulo Roberto Brum de Moraes

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureira

1º Ten João Marcelo Devidé Serafim

Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires

Cel Cav EM Omar Santos Menna Barreto

Conselho Fiscal

Gen Div Carlos de Meira Mattos

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

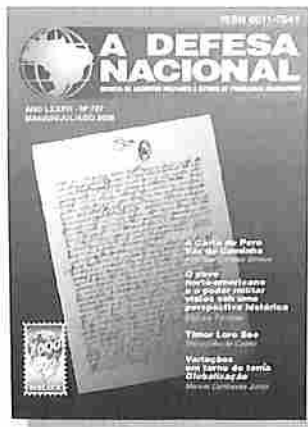
Gen Bda Aricildes de Moraes Mota

Suplentes

Cel Cav EM Nilson Vieira Ferreira de Mello

Cel Cav EM Victor José Freire

Cel Inf EM Jayme Moreira Crespo Filho



NOSSA CAPA

Fac-símile de trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Cabral, relatando o descobrimento do Brasil ao Rei D. Manoel. Carta datada de 1º de maio de 1500.



Sumário

EDITORIAL	01
TIMOR LORO SAE <i>Therezinha de Castro</i>	04
A AÇÃO DE D. JOÃO VI NO BRASIL <i>L. P. Macedo de Carvalho</i>	11
O POVO NORTE-AMERICANO E O PODER MILITAR VISTOS SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA <i>Barbara Tuchman</i>	24
KOSOVO – A INTERVENÇÃO DA OTAN E A MISSÃO DE PAZ DA ONU <i>Sérgio Luiz Cruz Aguilar</i>	39
O REARMAMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO FINAL DA DÉCADA DE 1930 <i>Hugo Guimarães Borges Fortes</i>	60
AS RAÍZES DO MARXISMO UNIVERSITÁRIO <i>José Arthur Rios</i>	80
VARIAÇÕES EM TORNO DO TEMA “GLOBALIZAÇÃO” <i>Manuel Cambeses Junior</i>	99
O GAÚCHO: SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA, SEUS COSTUMES, UM CULTO À LIBERDADE <i>Manoel Soriano Neto</i>	106
COMENTÁRIOS	
O Fator Geográfico na Formulação da Geopolítica <i>Carlos de Meira Mattos</i>	114
Forças Armadas – O Mito da Crise de Identidade <i>Sebastião José Ramos de Castro</i>	117
Reflexões Sobre a Revolução e o Pós – 64 <i>Nilson Vieira Ferreira de Mello</i>	120
INFORMAÇÕES	
Há 500 anos	124
Revolução de 31 de março de 1964: A História que não se apaga nem se reescreve	124
A marcha da Coluna Meira Mattos	126
A 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas	128
Antônio Carlos Muricy, General, 93	129
DESTAQUES DA IMPRENSA	131
A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA	158
ÍNDICE REMISSIVO	177



Timor Loro SAE¹

*Therezinha de Castro**

Embora com algumas informações conjunturais ultrapassadas, composto que foi em novembro de 1999, a publicação deste artigo se justifica, pelo conteúdo substancial do seu conjunto, e é uma forma de homenagem póstuma a especial e fértil colaboradora que tivemos por mais de vinte anos.

Ilha da Insulíndia, no Arquipélago de Sonda, Timor, politicamente está dividida em duas partes. O setor oeste, com 19.000 km² e capital em Kupang, pertence a Indonésia; o setor leste, de colonização portuguesa, ao qual estão associados o enclave de Ocussi (Ambeno) e as ilhas de Ataúro e Jacó. Tem 14.925 km² e a cidade de Díli como capital.

Com 33.025 km², pouco maior que o nosso estado de Alagoas (27.652 km²), situada entre 8^o e 10^o de latitude sul, no Pacífico, Timor é ilha montanhosa, com seu

ponto mais alto no Pico Ramelau (2.960 metros). No setor leste, é percorrida por vários cursos d'água.

Supostamente descoberta entre os anos de 1512 e 1520, no momento em que se intensificava a colonização periférica portuguesa para o Oriente, como ilha de especiarias, Timor teve função destacadamente mercantil. No entanto, os portugueses só se estabeleceram aí em 1556, passando a extrair o sândalo.

Com o declínio marítimo português, face à concorrência anglo-holandesa, Timor seria dividida. Em

1651, os holandeses passam a dominar o setor oeste, quando se intensificam conflitos entre indígenas (*pa-puas*, em sua maioria), portugueses e recém invasores. A divisão política só começa a se impor quando as nações européias assinam o Tratado de Paz de 1661, muito embora o setor oeste só seja cedido definitivamente aos holandeses em 1859.

TEMPOS ATUAIS

A Insulíndia foi ocupada pelos japoneses em 1942-45, quando 60.000 timorenses morreram na resistência².

* Professora.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

Na véspera da rendição (17 de agosto de 1945), o líder nacionalista Sukarno proclamou a independência, mas os holandeses tentam restabelecer o domínio colonial, só reconhecendo a separação em 1949.

Continuaria, porém, o setor leste em poder do governo de Lisboa, até que a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974) pusesse fim ao regime salazarista. Valendo-se da indefinição gerada pela repentina e inesperada retirada do governo colonizador, a esquerda, liderada por José Alexandre Xanana Gusmão, declarava Timor Leste independente (28 de novembro de 1975), mas, no dia seguinte, o governo de Djakarta decretava a sua anexação.

No dia 7 de dezembro de 1975, Timor Leste era invadida pelo exército indonésio, ação ainda assistida pelos portugueses, a bordo de uma fragata ancorada no porto de Dili. Os invasores declaravam Timor Leste como a 27ª província da Indonésia, quando foram mortas cerca de 200 mil pessoas, fato ignorado pelo mundo em geral.

Dois dias depois, Xanana Gusmão assumia a chefia da

guerrilha, situação que se estende até o massacre de Santa Cruz (12 de novembro de 1991), quando foram mortos 270 jovens timorenses presentes ao funeral de um independentista.

Em 20 de novembro de 1992, Xanana Gusmão era preso e condenado a prisão perpétua, sentença reduzida no ano seguinte para 20 anos.

O massacre de Santa Cruz despertaria, em Portugal, o sentimento de que era necessário fazer alguma coisa pelo povo timorense, que tem, no português, a sua segunda língua.

A decisão do então Presidente Suharto de anexar o Timor Leste foi sempre condenada pela ONU, que continuou reconhecendo Portugal como potência administradora daquele território. E seria com esse argumento que o Primeiro Ministro António Guterres passou a pressionar o Conselho de Segurança. Exigia ações mais firmes da ONU e das Grandes Potências em defesa da antiga colônia de Portugal, enquanto o Bispo Carlos Felipe Ximenes Belo conseguia multiplicar o número

de fiéis pró-independência, jogando contra a Indonésia muçulmana o peso da Igreja Católica, envolvendo o Vaticano. Foi por isso agraciado, em 11 de outubro de 1997, juntamente com o líder José Ramos Horta, com o Prêmio Nobel da Paz.

O mundo começava a descobrir o drama de Timor Leste, conseguindo Guterres, finalmente, obter a promessa da realização de um referendo, graças à mudança de governo da Indonésia.

Em 1º de maio de 1998, caía Suharto, assumindo seu ex-ministro J. Habibie que, sem o aval dos militares e de Wiranto, Ministro da Defesa e Chefe das Forças Armadas, bancou a realização do Referendo para Timor Leste, a realizar-se em 30 de agosto de 1999.

Assinado o Acordo entre Lisboa e Djakarta, uma missão de observadores da ONU (UNAMET) foi para Timor, conseguindo garantir, entre junho e julho de 1999, que, dos 600 mil eleitores potenciais, se cadastrassem 438 mil. Duas perguntas foram então elaboradas para serem respondidas pelo eleitorado. Primei-

² O mesmo que aconteceu com Dili, após o Referendo de 30 de agosto de 1999, a cidade foi também arrasada pelos invasores nipônicos.

ra: Acata a proposta de autonomia para Timor Leste dentro do Estado Unitário da República da Indonésia?
 Segunda: *Rejeita a proposta de autonomia para Timor Leste que deve conduzir à sua separação da República da Indonésia?*

Comícios das duas facções foram então organizados pela UNAMET, evitando que ocorressem no mesmo lugar e na mesma hora e impedindo-se, assim, os choques.

Na UNAMET trabalharam 5 oficiais, 6 policiais e 19 peritos eleitorais brasileiros, enquanto a consulta popular do dia 30 de agosto de 1999 era acompanhada pelos Deputados brasileiros - João Herman Neto (PPS/SP), Pedro Valadares (PSB/PE) e Paulo Delgado (PT/MG), bem como pelo cientista político da Universidade de Brasília Luiz Antonio Bittencourt, este último atuando em Ambeno.

IMPASSE E AÇÃO

No Plebiscito de 30 de agosto de 1999, 78,5% dos timorenses preferiram apoiar a independência de Timor Leste. O Presidente Bacharudin Jusuf Habibie prometia respeitar o resultado, recomendando, ao Legislativo,

a aprovação de uma emenda à Constituição ratificando a decisão.

No entanto, já no dia 4 de setembro, quando da divulgação do resultado pela ONU, já havia se iniciado uma onda de violência com massacres, levando a população a fugir para as montanhas ou abandonar Timor Leste, onde Díli, sua capital, transformava-se numa cidade fantasma.

Toda violência é atribuída ao General Wiranto que, sentindo-se atropelado pelo posicionamento de Habibie, armou as milícias timorenses anti-independência.

Para a Indonésia, a independência de Timor Leste abre sério precedente para o país situado no maior arquipélago do Mundo (13.667 ilhas, sendo 6.000 desabitadas) com 5.100.000 km². País dos mais complexos, possui a 4ª população do planeta, com 210 milhões de habitantes falando 400 línguas diferentes.

O controle desse complexo insular geopolítico concentra-se em Java. E, se na pulverizada Iugoslávia todo o ressentimento voltava-se contra a Sérvia para onde fluía grande parte da riqueza, o mesmo problema na Indonésia aponta para

Java. Daí o economista Sri Mulyani Indrawati, da Universidade da Indonésia, haver dito que *o país está entrando num período incerto e muito perigoso.*

Para a Indonésia, a independência de Timor Leste abre sério precedente para o país situado no maior arquipélago do Mundo (13.667 ilhas, sendo 6.000 desabitadas) com 5.100.000 km². País dos mais complexos, possui a 4ª população do planeta, com 210 milhões de habitantes falando 400 línguas diferentes.

É fato que, após ter sido anunciado o plebiscito sobre a independência de Timor Leste, imediatamente os guerrilheiros do movimento Aceh Livre começaram a reivindicar o mesmo, para criar a República Islâmica do Aceh.

Na Irian Jaya, rebeldes também lutam pela independência, não sendo difícil imaginar as numerosas rixas tribais e de grupos religiosos, como por exemplo: o conflito étnico entre imigrantes de Flores e Batak, no norte de Sumatra, e Ilha de Batan, província de Riau; o enfrentamento entre imigrantes e indígenas no oeste de Kalimantan; além de graves

distúrbios entre cristãos e muçulmanos em Amboina, província de Maluku. Assim, de Batan até Amboina o clamor é um só - separatismo.

Apesar de não ter sido reconhecida pela ONU, a anexação de Timor Leste foi esquecida pelos Estados Unidos e, até mesmo, apoiada pela Austrália. Isso porque a FRETILIN (Frente de Libertação de Timor) era influenciada pela esquerda, e os Estados Unidos ainda temem a desestabilização da Indonésia, seu importante aliado na Ásia. Assim, procurarão participar só com apoio logístico, lançando alimentos e remédios de helicóptero para os refugiados.

Por sua vez a China, ocupando o Tibet, vê com preocupação a operação militar da ONU, como perigo so precedente.

Aceita no dia 12 de Setembro de 1999 pela Indonésia, após muitas pressões, a Força de Paz da ONU vai ser chefiada pela Austrália. Para redimir sua culpa por apoiar a Indonésia quando da invasão de Timor Leste, a Austrália, distando daí 400 km, está pronta para embarcar seu contingente de 4.500 homens, que lá ficará por,

no mínimo, 3 anos em missão de paz, para consolidar a independência³.

A Coreia do Sul destacou 400 homens, as Filipinas enviarão cerca de 200, a Nova Zelândia contribuirá com 700 homens, uma fragata e aviões e o Canadá com 600 soldados.

A França levará 500 soldados, 3 carros blindados e a fragata com mísseis dirigidos - Vendémiaire. A Inglaterra enviará entre 250 e 300 soldados nepaleses do Regimento Gurkas, um corpo de elite sob o comando do exército britânico e o navio antimísseis HMS Glasgow.

Portugal vai destacar cerca de mil soldados de infantaria e será a segunda maior tropa depois da Austrália; contribuirá também com pára-quedistas, fragatas, aviões de carga e helicópteros.

Restabelecida a segurança pela INTERFET, a Força Internacional de Segurança da ONU, Xanana Gusmão deverá voltar para Díli, pois estava em Djakarta, refugiado na Embaixada Inglesa, desde que o governo indonésio o libertou, em 7 de setembro de 1999. No dia 18 de setembro, já em Darwin, na Austrália, presidia o

CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense), dirigido por João Carrascalão. A missão deverá, a partir de então, planejar o futuro do Timor, numa difícil fase de transição, com o território arrasado e a maioria da população refugiada.

Timor Loro Sae, ou Timor do Sol Nascente, irá preservar o *tetum*, língua falada por 60% dos timorenses, mas irá generalizar o ensino do português.

Terá uma economia por construir, sendo uma das partes mais pobres do Sudeste Asiático. Aproximadamente 90% dos seus habitantes estão envolvidos, de alguma forma, na agricultura. Embora cultive arroz e milho, sendo auto-suficiente em legumes, frutas e carne, o único artigo de exportação é o café.

Há indícios de jazidas de ouro, manganês e mármore e existência comprovada de reservas de petróleo e gás natural. A maior potencialidade está numa faixa de águas internacionais, entre Timor Leste e a Austrália, conhecida como *Fossa de Timor*. É das áreas mais ricas para a produção de energia, hoje ainda administrada conjuntamente por Canberra e Djakarta. O

³ General Peter Cosgrone, australiano, será o chefe das Forças da ONU.

maior recurso é o gás natural, mas as jazidas ficam em tal profundidade que é questionável se a produção seria economicamente viável. Com os preços baixos nos mercados internacionais, face a super oferta de gás natural, talvez não haja logo um incentivo para a exploração.

O panorama das montanhas e a costa com praias virgens, mostram que o turismo talvez venha a ser a maior fonte de divisas para o país.

CONCLUSÃO

Os 51 brasileiros que integrarão a Força de Paz da ONU são militares de elite do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, localizado no Setor Militar Urbano, com idade média de 24 anos.⁴ Vários falam inglês, sendo profissionais preparados para enfrentar qualquer situação limite, como convulsões sociais.

De acordo com a solicitação da ONU e da Austrália, que vai liderar a missão multinacional, o pelotão brasileiro integrará uma tropa de policiamento, responsável pela segurança de ins-

talações, autoridades e comboios e pelo controle de trânsito nas estradas e cidades. Terá papel importante na comunicação com os timorenses por causa do português, língua falada por parte da população.

O Brasil estará corrigindo uma certa passividade, desde 1996, quando o Presidente Fernando Henrique recebeu José Ramos Horta pedindo que intercedesse por Timor Leste e obtendo no máximo uma *diplomacia discreta*, já que nosso Presidente recebera, dias antes, o Representante da Indonésia.

No imenso espaço do Pacífico Sul, a França, a Inglaterra e, mais recentemente, os Estados Unidos vêm demonstrando interesse em países independentes, vivendo na maior dependência.

As formas de governo mais comuns são as *democracias parlamentaristas*, cujos chefes de Estados se perpetuam no poder, ou as formais *monarquias constitucionais*, onde predomina o inglês como o idioma oficial ao lado de dialetos locais.

Esses mini-países com representatividade na ONU, nada mais são do que pontos de apoio na esteira oceâ-

nica citando-se entre outros: o Kiribati (728 km²), Tonga (699 km²), Tuvalu (158 km²), Vanuatu (12.189 km²) e Nauru (21 km²).

A esses micro-Estados virá se juntar Timor Loro Sae ou Timor do Sol Nascente.

Além de ser um dos raros lugares da Ásia onde se fala o português, o posicionamento geopolítico de Timor Loro Sae, na confluência das rotas comerciais entre a Ásia e a Oceania, tirando vantagem do amplo mercado do Sudeste Asiático e, ponta de lança para milhares de outras ilhas e mini-Estados do Pacífico Sul, vai assegurar-lhe desenvolvimento, se bem administrado. A médio prazo isso será de suma importância para o Brasil.

ANEXO

A Insulíndia, subcontinente formado por vários arquipélagos, milhares de ilhas e ilhotas era chamada pelos europeus, em particular pelos portugueses, na época das grandes navegações de Índias Orientais ou Ilhas das Especiarias.

O posicionamento geoestratégico determinou, em grande parte, a sua História,

⁴ O contingente brasileiro será comandado pelo Major de Cavalaria Fernando do Carmo Fernandes.



caracterizada por pirataria, lutas entre potências europeias colonizadoras e sangrentas batalhas na 2ª Guerra Mundial.

Após a rendição japonesa, formar-se-ia aí a República da Indonésia, após muitas lutas e negociações, com o aval da ONU (1949). As tendências separatistas em várias ilhas, notadamente em Sumatra, Bornéu, Molucas e Nova Guiné, levaram o líder nacionalista, Sukarno (1960), a reforçar a autoridade governamental instalada em Java, concentrando todos os poderes em suas mãos. O mesmo governo forte de seu sucessor Suharto foi,

sobretudo, suavizado por Habibie que, ao que tudo indica, poderá ser derrotado nas próximas eleições. É que, com a independência de Timor Leste, começam a surgir separatismos em pontos críticos do arquipélago. É pois um retorno aos turbulentos anos 50, sobretudo nas Ilhas de Sumatra, Bornéu, Molucas e Nova Guiné.

Sumatra ou Samatra (473.606 km²), descoberta pelos portugueses em 1508, foi, por algum tempo,emporio comercial da pimenta, ouro e madeira de lei. Substituídos, no século XVII, pelos holandeses, o co-

mércio passou a ser feito pela Companhia das Índias Orientais, que tinha nos ingleses seus sérios concorrentes. Assim, somente em 1824, quando os holandeses reconheceram a ocupação inglesa em Cingapura é que Londres lhes concedia pleno exercício em Sumatra.

Para reprimir a pirataria dos habitantes de Aceh, estabelecidos na ponta setentrional da ilha, os holandeses privaram-lhes de sua independência, surgindo aí, desde então, um ponto de atrito que se estende aos nossos dias.

Depois da Austrália, Bornéu (736.000 km²) é a

maior ilha da região. O setor incluído na Indonésia leva o nome de Kalimantan, enquanto o Sarawak e o Sabah fazem parte da Malásia, havendo ainda aí o pequenino Sultanato do Brunei.

A ilha foi descoberta pelo português António de Abreu (1511) e seu domínio foi disputado, nos séculos XVII e XVIII, pelos holandeses e ingleses.

Enquanto o setor incorporado à Malásia vem, desde 1964, sendo contestado pelo Governo de Djakarta, é notório o separatismo no Kalimantan (412.781 km²), área, portanto, também problemática.

As Molucas foram sempre o ponto de apoio dos portugueses no comércio das especiarias (noz moscada, cravo,

canela e gengibre), que aí possuíam feitorias, desde sua descoberta (1512), por António Abreu e Francisco Serrano. Em 1602, o arquipélago caía em poder dos holandeses, sendo conquistado pelos ingleses durante as guerras napoleônicas.

Voltaram essas ilhas para os holandeses (1817), para serem ocupadas pelos japoneses (1942/45), sendo incorporadas à República da Indonésia que, de imediato, teve que sufocar o movimento separatista em Amboina, a unidade mais importante do conjunto.

Consta, historicamente, que foram dois portugueses, António Abreu e Francisco Serrano, os primeiros a avistarem, em 1511, a Ilha da Nova Guiné, sem, no entanto, nela desembarcarem.

Coube ao espanhol Inigo Ortiz de Retez dar-lhe o nome de Nova Guiné, pela semelhança entre os habitantes daí e os que avistara na costa ocidental africana.

Em 1828, os holandeses tomavam posse oficial de parte da ilha, a Iria Ocidental, atual Irian Jaya, que de 1942 a 1944 esteve sob ocupação japonesa.

Pelo Acordo firmado em 1962 entre a Indonésia, já independente, e a Holanda, a área até então sob administração holandesa passava para a tutela da ONU, determinando o documento que, em 1964, esse território passaria a ser administrado pela Indonésia, que o prepararia para um auto-governo, estando aí, em estado latente um dos pontos de atrito visando ao separatismo. ●

BIBLIOGRAFIA

- STAMP, L. Dudley - *Ásia (Una Geografía Regional y Económica)*, Ediciones Omega, S/A, Barcelona, 1952.
- PETERSON, A. D. C. - *L'Extreme Orient (Géographie Sociale)*, Payot, Paris, 1958.
- BRUNAT, Jean - *L'Histoire de L'Indonésie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1958.
- CASTRO, Therezinha - *Indonésia: Diversidade Geopolítica*, A Defesa Nacional nº 777, 3º trimestre de 1997.
- CARVALHO, Delgado e Castro, Therezinha - *A Indonésia e o Sudeste Asiático*, Atlas de Relações Internacionais nº 3, IBGE.
- BOYD, Andrew - *Atlas de Política Mundial*, Editorial Ibérica, Barcelona, 1958. Períodos da época - Jornal do Brasil e O Globo.

A ação de D. João VI no Brasil

L. P. Macedo Carvalho*

As comemorações dos 500 Anos do Descobrimento, lembra o autor, só terão real significado se incluírem reavaliações da trajetória histórica do Brasil ao longo desse período. Nesse sentido, ele apresenta a figura de D. João VI e sua obra em nosso País como objetos deste ensaio.

A História julga só os resultados e não os propósitos.

Gregório Marañón, *Tibério*

Celebrar é repensar. As comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil só terão portanto real significado se incluírem reavaliações da trajetória histórica percorrida ao longo desse período.

Não se pode escapar ao julgamento dos anos. Nenhum fato é poupado. Somente o implacável juiz tempo o pereniza ou o sentencia ao irremediável esquecimento. Os fatos só se eternizam, porém, quando resistem ao crivo dos anos em função do valor intrínseco e

do benefício proporcionado às instituições e à sociedade.

A História é a tela onde se projetam as imagens das ações humanas marcantes que legam ensinamentos valiosos, pouco importando o ângulo em que se postem os analistas ou críticos. A História preocupa-se apenas com o real, que é o racional. Ela é feita de fatos concretos, justiça e verdade, não por antipatia ou simpatia.

As ações de natureza essencialmente material desaparecem no horizonte; somente as de ordem espiritual, intelectual e moral incor-

poram-se ao patrimônio ético e histórico das nacionalidades, imortalizando aqueles que as empreenderam, ou seja, os agentes dos fatos.

Parece que já é hora de reavaliação da figura histórica de um rei injustiçado na historiografia brasileira e, particularmente, na portuguesa - D. João VI. A imagem distorcida que dele vem sendo constantemente transmitida é, na maioria das vezes, folclórica. Nas páginas da História, D. João é apresentado como um personagem bonachão, despreparado, feio, fraco, glutão, de limi-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

tados dotes intelectuais, que abandona a metrópole à sãna dos invasores franceses e ao posterior autoritarismo de Beresford, fugindo, com medo de Napoleão, para a Colônia, onde passou a ter uma boa vida, alheio a tudo e deprimido.

À luz da verdade, com a invasão de Portugal pelas tropas de Andoche Junot, não restava alternativa ao príncipe regente senão transferir a Corte para o território português do Estado do Brasil, a fim de preservar a Coroa, a dinastia dos Braganças e o próprio reino de Portugal. Do contrário, ficaria na ameaça de cair prisioneiro de Napoleão, como aconteceu a seu cunhado Fernando VII, ocupante do trono da Espanha. O bloqueio continental instituído pelo Decreto de Berlim colocara Portugal em posição difícil: caso se opusesse ao fechamento dos seus portos, imposto pelos franceses, ficaria à mercê de Napoleão, com as fronteiras expostas; se aceitasse a política da França arriscar-se-ia à perda do Brasil. O Exército de Portugal achava-se sem condições de oferecer resistência às forças invasoras espanholas e francesas. O refugio no Brasil mostrava-se lógico, tendo sido vaticinado pelo

Padre Vieira, por D. Luiz da Cunha (famoso diplomata) e esboçado mesmo, anteriormente, por outros administradores lusos como o grande estadista Marquês de Pombal. Não se deve esquecer que até o Primeiro-Ministro inglês William Pitt preconizara a instalação da capital do império português no Planalto Central do Brasil para salvaguardar a monarquia em perigo. Acresça-se ainda que o vasto Oceano Atlântico interpondo-se entre o Velho Mundo e a América proporcionava natural proteção, controlado pela poderosa esquadra inglesa, conforme até Napoleão evidenciava, em instruções expedidas de Bayonne ao Almirante Decrés.

Não se pretende fazer de D. João VI um herói dotado de brilhante inteligência, com rasgos de atitudes corajosas e rápidas, mas também é inaceitável vê-lo retratado grotescamente como um idiota sem visão política, demasiadamente vacilante e desvalido. Na realidade, debaixo da aparente timidez e lentidão de seus atos, escondia-se uma mente atilada, equilibrada, prudente e sagaz. Ao postergar a tomada de decisões, jogava uns contra os outros, conselhei-

ros e ministros, dividindo-os para reinar e derrotar os adversários. Valia-se de evasivas para ganhar tempo e tirar vantagem, o que o caracterizaria como homem de imaginação e de percepção aguçada.

É um grande equívoco interpretar-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga. Fora bem planejada, com bastante antecedência. Não se tratara de improvisação. A genial mudança do Governo com seu acervo histórico e os meios indispensáveis à administração atesta isso. Ninguém se muda, de uma hora para outra, de um lado para outro do Atlântico, enfrentando enorme resistência dos seus compatriotas e inimigos, com uma comitiva da ordem de 15 mil pessoas, incluindo fuzileiros da Brigada Real da Marinha e biblioteca particular, em 15 naus e fragatas abarrotadas de documentos, pratarias, roupas, utensílios diversos e suprimentos, acompanhado da nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contrariada e, inclusive, do herdeiro do trono, sem maiores razões do que o simples medo de Napoleão. Não se mudara apenas a Corte mas

o Estado, afirma Pedro Calmon. A trasladação da Corte para o Rio de Janeiro deve ser considerada mais u'a manobra política arguta e feliz do que deserção covarde, assevera o historiador Oliveira Lima. Não resultou subitamente de um recurso extremo e irrefletido.

É preciso conhecer um pouco a história da diplomacia inglesa para se entender o que se tramava nos bastidores do poder. Em carta remetida da Inglaterra a Strangford, embaixador inglês em Portugal, Lorde Canning revela a existência de um acordo secreto para apoiar o Príncipe Regente D. João a estabelecer no Brasil um grande reino com a possibilidade de expansão territorial na Cisplatina, como de fato, mais tarde, veio a ocorrer. Strangford, em correspondência enviada ao seu país, informa que D. João relutou em deixar Portugal até o último momento, o que corrobora a idéia de não ter havido uma fuga, mas a implementação de um projeto.

D. JOÃO E O RIO DE JANEIRO

A vinda de D. João para o Rio de Janeiro, segundo o escritor Euclides da Cunha,

constituiu *a transmutação em nossos destinos*. A cidade colonial, de ruas estreitas e casario simples, habitada, em maior parte, por escravos e comerciantes de poucas letras, transformara-se em capital do Reino de Portugal.

De saída, a cidade conquistou o Príncipe Regente pelo carinho demonstrado na efusiva recepção do povo carioca. E D. João, reciprocamente, pela sua simplicidade e pela boa vontade em atender aos reclamos de sua gente, conquistou o Rio de Janeiro.

Instalados em casarões nos pontos estratégicos do alto dos morros, os beneditinos no Morro de São Bento, os franciscanos no Morro de Santo Antônio e os jesuítas no Morro do Castelo dominavam a cidade. Com a ocupação do palácio dos vice-reis, elevado à categoria de Paço Imperial, como é até hoje conhecido, e da cadeia pública, desalojados os carmelitas de seu convento contíguo para acomodar a rainha-mãe e a sua igreja alçada a Capela Real e, *a posteriori*, a mudança para a Quinta da Boa Vista (recebida como presente), D. João desencadeou a expansão da cidade, dando início

ao *Plano de Enxugo* das várzeas e às obras de saneamento. Nasceu assim, em seguida, o bairro de São Cristó-

A vinda de D. João para o Rio de Janeiro, segundo o escritor Euclides da Cunha, constituiu a transmutação em nossos destinos. A cidade colonial, de ruas estreitas e casario simples, habitada, em maior parte, por escravos e comerciantes de poucas letras, transformara-se em capital do Reino de Portugal.

vão, com belos casarões, que viria a tornar-se, por muitos anos, uma área nobre da cidade. A arquitetura barroca é substituída pelo estilo neoclássico. Aparecem os primeiros botequins, confeitarias e salões de bilhar e gamão. O Rio de Janeiro ganha nova vida social com festas e saraus, representações teatrais, música, dança, recitais, e até balés.

O aumento repentino da população do Rio de Janeiro, da ordem de 60 mil habitantes, em 1808, para 130 mil, em 1818, levou os novos moradores a se apossarem das melhores residências da cidade, com base na legislação real, apondo-lhes à porta as iniciais PR (Príncipe Regente), que o povo,

ironicamente, traduzia por *Ponha-se na Rua*. A solução para os antigos habitantes foi buscar moradia em outras áreas, na zona rural, aparecendo as chácaras.

As melhorias urbanísticas do Rio de Janeiro atingem o apogeu com a chegada de D. João. O Príncipe Regente possuía a fazenda de Santa Cruz, propriedade na Ilha de Paquetá, e adorava passear de galeota na Ilha do Governador.

Foi D. João que trouxe a muda de palmeira imperial para o Brasil, que acabou se tornando símbolo do Império brasileiro.

Com a instalação da sede do governo no Rio de Janeiro, D. João colocou em prática uma política administrativa que obrigou a elaboração de projetos para transformá-la em capital do Reino. Promoveu a vinda da Missão Francesa e de missões científicas, encomendando projetos para a construção da Biblioteca Real e do Senado. Foram criados o Banco do Brasil e a Imprensa Régia que enseja o aparecimento, a 10 de Setembro de 1809, do primeiro periódico editado no Brasil - a *Gazeta do Rio de Janeiro* -, com material tipográfico adquirido em Londres, e a primeira revista - *O Patriota*.

Autorizou a extração de sete loterias para angariar fundos destinados à construção do Teatro São João, inaugurado em 1813 com um drama lírico, revolucionando a vida dos cariocas e despertando o gosto pela música e pelas artes cênicas.

Em síntese, empreendeu a reforma da sociedade brasileira, rompendo com as estruturas econômica e política coloniais.

Novos pratos e vinhos foram incorporados à cozinha brasileira, assim como normas de etiqueta européia. As antigas construções simples, com poucos móveis rústicos e utensílios domésticos escassos, conhecem peças de porcelana e requintes. Os baús para se guardar roupa viram-se substituídos por armários. Penteadeiras, papeleiras e escrivaninhas, mesas de jogo, de costura, guardalouças, aparadores, conversadeiras, até então inexistentes, incorporaram-se ao mobiliário das residências.

Construiu-se o cais do Valongo; ampliou-se a iluminação das ruas; instalaram-se o chafariz das lavadeiras no Campo de Santana, o do Catumbi e o da Rua do Riachuelo; edificaram-se quartéis para a Divisão Militar de Polícia; apareceram casas de

modas e cabeleireiros para fazer *tropa-moleques* (penteados altos); janelas envidraçadas substituíram as de madeira com cortinas; surgiram as hospedarias e o Hotel Pharoux. A Biblioteca Real, instalada em dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, foi franqueada ao público, e o Arquivo Real, estruturado. Inauguraram-se as igrejas de Nossa Senhora da Candelária e da Santa Cruz dos Militares.

Era visível que D. João gostava realmente da cidade, tendo sido um agente do bem para o Rio de Janeiro, onde deixou marcas indeléveis de sua passagem pelo Brasil.

MISSÃO FRANCESA E MISSÕES CIENTÍFICAS

Com o objetivo de dar nova feição ao Brasil e introduzir conhecimentos artísticos e científicos entre os habitantes do Reino - demonstração nítida da filosofia do Iluminismo -, por solicitação de D. João, o Marquês de Marialva reuniu, em 1815, na França, um grupo de artistas e especialistas para transmitir informações necessárias ao desenvolvimento da agricultura, da mineralogia, da

indústria, do comércio e das artes no Brasil.

Segue-se a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro, introduzindo-se o estilo neo-clássico.

A Missão Francesa - denominação com que ingressou na história -, chefiada por Joachim Lebreton, traz ao Brasil Jean Batiste Debret, autor da famosa obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, retratando o dia-a-dia de nossa gente; Nicolas Antoine Taunay, pintor; Auguste-Marie Taunay, escultor; Auguste-Henri Victorio Grandjean de Montigny, arquiteto, que projetou a Praça do Mercado, mais tarde a Alfândega, a Biblioteca Real e o Senado; Charles Simon Pradier, gravador; François Ovide, professor de mecânica; Marc e Zeferino Ferrez, escultores; Sigismund Neukomm, professor de música, e outros aprendizes e artífices estrangeiros de vários ofícios. Fundou-se, então, a Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura e Arquitetura Civil.

Visitaram o Brasil diversas outras missões científicas e artísticas, integradas por von Spix, von Martius (naturalistas), Emanuel Polh, Thomas Ender (aquarelista), Auguste

Saint-Hilaire e J. M. Rugendas, cujos desenhos reproduzindo aspectos do Rio de Janeiro se notabilizaram; o Barão von Eschwege, pai dos geólogos brasileiros; Andrew Grant, médico inglês autor de uma *História do Brasil*, que ensejou Robert Southey a elaborar admirável trabalho científico; o Príncipe Maximilian von Wied-Neuwied, botânico e zoólogo; o italiano Giuseppe Raddi, mineralogista; o alemão a serviço da Rússia Barão Georg Heinrich von Langsdorff, naturalista, e muitas outras personalidades.

Desses trabalhos resultou a criação do Museu Real, instalado em um palacete do Campo de Santana com acervo proveniente da Casa dos Pássaros, conservado pelo Tenente-General Napion.

REFORMA ECONÔMICA

O ano de 1808 assinala o início da grande reforma econômica no Brasil. O acúmulo de ouro e prata que determinara a intervenção do Estado absolutista na produção e comercialização de metais preciosos - característica do Mercantilismo - era substituído pelo Liberalismo.

O ato da *Abertura dos Portos* - combinado com o Alvará que permitia liberda-

de de indústria - mudou totalmente o cenário da economia, passando-se a vender e a comprar de tudo. A liberdade de comércio fazia o Brasil mais independente economicamente de Portugal. Em 1809, os Estados Unidos começaram o intercâmbio comercial com o Brasil, seguidos da França, poucos anos depois, e de outros países europeus.

A assinatura por D. João de atos liberando a produção de bens manufaturados e suspendendo a proibição de instalação de fábricas, bem como isentando de impostos e taxas matérias-primas para funcionamento de indústrias no Brasil, deu um novo e enorme impulso à economia.

Ainda em Salvador, o Príncipe Regente resolveu criar uma *Aula de Ciência Econômica* no Rio de Janeiro, designando para tal José da Silva Lisboa.

No mesmo ano de 1808, D. João criou o Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que mais tarde teria filiais na Bahia e em São Paulo, além da Casa da Moeda, instituição que ocupou a Casa dos Pássaros. Entraram em circulação bilhetes e apólices do governo, que dariam origem ao

papel-moeda. Antes da vinda do príncipe, os empréstimos eram feitos pela burguesia mercantil, individualmente, e pelas instituições religiosas, hipotecando-se, em troca, imóveis, escravos e os produtos exportáveis da colônia. Criado o Banco do Brasil, este passou a receber depósitos, a realizar descontos e conceder empréstimos, tendo apenas o controle de venda dos produtos monopolizados pelo Estado - diamantes e pau-brasil. O banco possuía acionistas nacionais e estrangeiros e suas ações estavam isentas de penhora. Em 1809, D. João igualou o valor das moedas de cobre e de prata, colocando em circulação os *patacões* de prata, de 960 réis.

Datam também da mesma época a entrada em funcionamento da Junta de Comércio e da Junta de Agricultura, Fábricas e Navegação.

Em consequência das concessões feitas pelos tratados de aliança e comércio com a Inglaterra, por influência de Lorde Strangford, vários cidadãos ingleses se estabeleceram no Rio de Janeiro com representações de empresas britânicas. Surgiu uma linha de navegação direta entre Liverpool e Rio de Janeiro e, depois, Salvador.

A construção naval foi incentivada, sendo posta em tráfego, na Baía de Todos os Santos, uma embarcação a vapor com motor importado da Inglaterra por Caldeira Brant posteriormente Marquês de Barbacena.

Incentivou-se a agricultura do açúcar, algodão, fumo, cacau e arroz, com a introdução de máquinas primitivas de beneficiamento. O café apareceu na pauta de exportações. Em decorrência da tomada de Caiena, introduziram-se no Brasil algumas plantas desconhecidas: abacateiro, fruta-pão, canforeira, noqueira, moscadeira, mangueira, toranja (*grape-fruit*) e cravo-da-índia. Intensificou-se a produção de chá. D. João fundou o Horto Real, atual Jardim Botânico, com a finalidade de aclimatar mudas de cana caiana, café, chá e outras plantas.

O governo providenciou a vinda para o Rio de Janeiro de várias famílias de chineses oriundas de Macau.

Floresceram manufaturas de diversas naturezas, tais como fábricas de tecidos de algodão e os curtumes.

Autorizou a concessão de sesmarias a estrangeiros.

A indústria extrativa mineral recebeu especial aten-

ção, dando-se plena liberdade aos ourives.

Deve-se a D. João o começo da indústria siderúrgica no Brasil. Sabedor da riqueza das reservas mine-

Em decorrência da tomada de Caiena, introduziram-se no Brasil algumas plantas desconhecidas: abacateiro, fruta-pão, canforeira, noqueira, moscadeira, mangueira, toranja (grape-fruit) e cravo-da-índia.

rais, o Conde de Linhares fomentou a produção de ferro. Em 1809, o Intendente Geral das Minas e Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá, pôs em funcionamento a *Fábrica do Pilar* em Minas Gerais, produzindo ferro-gusa, pela primeira vez, alguns anos depois. Mais adiante, o jovem tenente de artilharia alemão Wilhelm von Varnhagen, veterano das lutas contra os franceses em Portugal, à testa da Real Fábrica de São João do Ipanema, próximo a Sorocaba, São Paulo, conseguiu produzir ferro-gusa de alto-forno. Outro alemão, com serviços militares prestados anteriormente em Portugal, Barão Eschwege, inaugurou a *Fá-*

brica Patriota, com fornos catalães, perto de Congonhas do Campo, Minas Gerais, fundindo as primeiras barras de ferro. Todos esses estabelecimentos fabris valiam-se de mão-de-obra assalariada e de escravos.

Pelo Alvará de 25 de novembro de 1808, o governo autorizara que estrangeiros se tornassem proprietários de empresas no Brasil. Dez anos mais tarde, o Contrato Gachet registra a imigração de alguns casais alemães e suíços para as cercanias do Rio de Janeiro, Nova Friburgo, mas o programa de imigração fracassou por causa da concorrência do braço escravo.

FORTALECIMENTO MILITAR

Logo ao chegar no Rio de Janeiro, D. João se preocupou com a questão de defesa do Brasil. De pronto, o governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.

Confiou D. João a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de

Linhares, seu autêntico braço direito enquanto viveu, até 1812. O Ministério da Marinha e Ultramar foi entregue ao Conde de Anádia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Entre os seus primeiros atos político-administrativos promulgados, destacam-se a criação do Conselho Supremo Militar e a da Intendência Geral da Polícia da Corte.

D. João já desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, trazendo consigo a Brigada Real da Marinha que, transformada em Regimento de Artilharia, seria a célula máter do Corpo de Fuzileiros Navais, cuja relevante atuação na tomada de Caiena e na campanha de incorporação da Cisplatina valeram-lhe prestígio, desfrutado até os dias de hoje.

Diante da premência de defesa e segurança dos vastos domínios da Colônia, determinou a reorganização do Arsenal de Marinha e a instalação da Academia de Marinha e da Companhia de Guardas-Marinha nos dormitórios do Mosteiro de São Bento.

Em 13 de maio de 1808, foi criado o posto de almirante-general, investindo nele o Infante D. Pedro Carlos, e começou o preparo da frota naval que iria permitir a

invasão da Guiana Francesa e apoiar as ações ofensivas no Prata.

A situação militar da Colônia era deplorável. A

O governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.

tropa, sem disciplina e instrução, pessimamente fardada, mal comandada, tinha até de exercer outras ocupações para se manter. Afora a tropa de linha, cujo efetivo não ultrapassava 2.000 homens, havia no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada de D. João, apenas dois regimentos de milícia, integrados por lojistas, caixeiros e aprendizes que ocupavam, inclusive, os postos de oficiais, num total de 1.500 milicianos. Esse quadro exigia melhor organização militar e maior atenção à formação dos oficiais, além de reforçar a defesa.

Com a finalidade de defender o Rio de Janeiro de incursões estrangeiras, D. João reestruturou o Arsenal de Guerra da Ponta do Calabouço (onde se situa hoje o Museu Histórico Nacio-

nal) nos moldes do seu congêneres de Lisboa, para reparar o armamento das fortificações, fabricar munição de artilharia, lâminas de espada, armas de fogo e fundição de canhões.

O Alvará de 1º de março de 1811 instituiu a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições.

Por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, foi criada a Academia Real Militar (berço da Academia Militar das Agulhas Negras), provisoriamente sediada na famosa Casa do Trem, e dois anos depois transferida para a inacabada Sé, no Largo de São Francisco de Paula, para formar hábeis oficiais de artilharia e de engenharia, em curso de sete anos de duração. Presidia a Junta Militar da Academia o Tenente-General Carlos Antônio Nacion, italiano de nascimento radicado em Portugal que, na época, exercia o cargo de Chefe do Estado-Maior dos Exércitos e as funções de membro do Conselho Supremo Militar. Nacion atивou também a Casa do Trem e a Casa das Armas, no Morro da Conceição. Diretor do Arsenal da Casa do Trem, foi nomeado Inspetor Geral de Artilharia, Arsenais, Fábricas e

Fundições, instalou uma Fábrica de Pólvora à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas e dedicou-se ao reaparelhamento das fortificações do Rio de Janeiro.

Poucas semanas após desembarcar, D. João organizou o Arquivo Real Militar na Casa do Trem, com mapoteca do interior e do litoral, além de plantas das fortalezas, baterias e artefatos de guerra.

No Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo, foi instalado o Real Hospital Militar, que passou a tratar também de doenças mentais, adotando os novos métodos do médico francês Phillipe Pinel.

Com a nova organização militar, surgiram as companhias de caçadores e de granadeiros.

Em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente criou o 1º Regimento de Cavalaria (atual Regimento de Dragões da Independência), a oito subunidades, tendo por base o esquadrão já existente, a Guarda Real do Príncipe, também denominada Archeiros da Guarda Real, um batalhão de caçadores, um corpo de artilharia a cavalo - invenção espanhola - e um quadro de artífices para o Arsenal de Guerra.

Reorganizou a tropa de linha na Bahia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, aumentando os seus efetivos.

À semelhança da gendarmaria da metrópole, na mesma época D. João constituiu a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte no Rio de Janeiro.

Extinguiu o antigo sistema de ordenanças, alicerces da estrutura militar portuguesa durante quase dois séculos e meio, estabelecendo novas normas para a seleção de oficiais.

Acelerou-se a construção de quartéis no Rio de Janeiro, destacando-se o do Campo de Santana, onde funcionou mais tarde o Quartel-General do Exército, demolido na República.

Alterou o plano de uniformes do Exército, tomando como modelo o fardamento do Império francês.

O Príncipe Regente ordenou a constituição e a vinda de Portugal de uma Divisão de Voluntários Reais, integrada por tropa de artilharia, cavalaria e infantaria, no valor de 4.850 homens. O restabelecimento da ordem em Pernambuco e a campanha da Cisplatina determinaram o envio de expressivos reforços - a *Di-*

visão Auxiliadora (quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia).

Devem ser mencionadas ainda outras medidas tomadas por D. João, que influíram direta ou indiretamente na estruturação da força terrestre de então no Brasil, tais como: a transformação da Brigada de Cavalaria de Milícias em dois regimentos; do Batalhão dos Caçadores dos Henriques em regimento no Rio de Janeiro; a instalação de várias fábricas de *espingardas* em Minas Gerais; a inauguração de novas oficinas na Fábrica de Armas da sede da Corte; a organização do Corpo de Veteranos para inválidos, de corpos de tropa no Norte e no Nordeste; além da criação da Artilharia do Maranhão e do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões (Rio Grande do Sul).

Sem dúvida, a reestruturação militar efetuada por D. João VI contribuiu decisivamente para a expansão geográfica máxima já atingida pela Colônia, dando forma a um Exército regular, de caráter nacional, que visa a apoiar o processo da independência política do Reino do Brasil.

A AÇÃO POLÍTICA

O projeto de criação de um grande reino na América é fundamental para a compreensão do processo emancipador político do Brasil. D. João, afora salvar a Coroa e preservar a dinastia de Bragança, assegurou a integridade do território e a soberania do Brasil. O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencionar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial. A vinda de D. João para o Brasil tem grande significado na estruturação do futuro Império brasileiro e na elaboração do projeto político e civilizatório da nova nacionalidade e do Estado. A *Abertura dos Portos*, em 28 de janeiro de 1808, encerra um período da economia brasileira iniciado em 1500. Por esse ato, a presença do monarca no Rio de Janeiro tornou Portugal *colônia da colônia*, o que acabaria por

contrariar as Cortes de Lisboa, com a elevação à condição de Reino, precedendo o Algarve. É um marco tão

O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencionar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial.

importante a transferência da Corte para o Rio de Janeiro que alguns historiadores consideram ter a emancipação econômica do Brasil se verificado em 1808, dadas as tão favoráveis condições da balança comercial. A transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro assinala um rompimento com o Colonialismo. O Brasil tornou-se autônomo sem ser independente. Com D. João no Brasil, tudo mudou. Ergueu-se um reino não apenas no papel, fazendo surgir um governante de perfil inteiramente diferente, a julgar pelos seus atos e falas. Mais

do que palavras ou propósitos, são os atos de D. João que traçam sua imagem e revelam sua importância na formação do Estado brasileiro.

Apesar da imediata e violenta repressão que levou ao heróico sacrifício dos líderes brasileiros do movimento de independência do Brasil, de cunho republicano, conhecido como a Revolução Pernambucana de 1817, não hesitou em preservar a unidade nacional e evitar a fragmentação do território em mãos alienígenas. Dominada a sedição, falou mais alto a sua bondade e o rei concedeu perdão em alguns casos isolados e, logo depois, anistia geral.

Não vacilou em extinguir as sociedades secretas que ameaçavam a ordem pública e o governo.

Deu organização ao Estado, criando o Conselho de Estado, a Intendência Geral de Polícia, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Superior Militar, o Desembargo do Paço e a Casa de Suplicação (Supremo Tribunal).

A política externa teve por característica fundamental a estreita aliança e o aumento dos acordos co-

merciais com a Inglaterra, bem como o espírito de represália e o expansionismo do reino.

Mal chegou, D. João lançou proclamação, a 1^a de maio de 1808, anunciando a criação de um novo império e declarando guerra à França.

A Guiana Francesa, indefesa e pela sua proximidade, vinha de encontro aos intentos de revide de D. João e, concomitantemente, de fixação definitiva dos limites norte das fronteiras brasileiras. Dessa forma, organizou uma força que conquistou Caiena e estendeu os seus domínios ao Caribe até 1817, quando a devolveu à França, em consequência do acordo resultante do Congresso de Viena. Instituiu a *Ordem da Torre e da Espada* para assinalar essa memorável época.

As lutas ao Sul do Brasil, que marcaram a política expansionista do novo império, aproveitando-se das ambições de D. Carlota Joaquina, atendiam aos interesses da Coroa de se opor aos espanhóis. A intervenção no Prata resultou na incorporação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina, após habilidosa mano-

bra de D. João junto à Corte de Madri.

Para executar sua política externa, D. João dotou o Brasil de um Exército permanente moderno.

Os acontecimentos políticos que agitaram Pernambuco ofuscaram a aclamação de um rei na América, em 6 de fevereiro de 1818, no Campo de Santana, a partir daí batizado de Campo da Aclamação, assim como o casamento do Príncipe D. Pedro com D. Maria Leopoldina d'Áustria, filha de Francisco I e de Maria Teresa de Bourbon, a 13 de maio de 1817.

As palavras do Marquês de Caravelas no Senado, já em 1826, recordam o período de D. João VI e refletem o sentimento que devemos guardar:

...nós todos os que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos do Sr. D. João VI; todos lhe devemos ser gratos pelos benefícios que nos fez; elevou o Brasil a Reino, procurou por todos os meios o seu bem; tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados.

Deve-se, da mesma forma, ter em mente a recomendação de D. João VI ao príncipe herdeiro, dois dias antes de partir:

Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros.

Não se prega que se fechem os olhos às mazelas do tecido histórico e se exalte somente os bons resultados para o Brasil do advento da Corte e da ação de D. João VI. Mas seria ingratidão continuar a encarar as nossas origens como algo que nos cause vergonha e a ridicularizar a figura histórica daqueles a quem muito se deve. Fernando Pessoa lembra *que pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente.*

Assim como não pediu para nascer, não pediu D. João para ser rei. Rei seria o outro, o irmão educado especialmente para isso, mais velho, mais inteligente e até menos feio..., retrata Luiz Edmundo, o monarca, na sua obra *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Porém, reconstituindo-se a História, ao que tudo indica, a figura de D. João VI está sendo merecidamente reavaliada.

D. João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda o é, um rei popular, no dizer de Oliveira Lima.

D. João VI é reconhecido como o verdadeiro fun-

dador da nacionalidade brasileira. A sua popularidade é explicada claramente pelo grande amor demonstrado ao Brasil. Talvez a sua nítida predileção pelo Brasil provocasse em Portugal ressentimentos. Prisioneiro das Cortes em Lisboa, soltou-se no Brasil, onde foi feliz e pôde dar mostras de capacidade e de suas qualidades.

É chegada a hora, pois, de se enxergar D. João VI com outros olhos, de se rever o importante papel por ele desempenhado como estadista.

L'Histoire est toujours à relire et toujours inconnue.

CRONOLOGIA DE D. JOÃO VI NO BRASIL

1808

- 22 de janeiro - Chegada de D. João a Salvador, na Bahia.
- 28 de janeiro - Assinatura da Carta Régia de "Abertura dos Portos" brasileiros.
- 27 de fevereiro - Partida de D. João de Salvador.
- 07 de março - Chegada de D. João ao Rio de Janeiro.
- 01 de abril - Revogação da proibição de manufaturas no Brasil.
- 20 de abril - Criação do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens
- 10 de maio - Criação da Casa da Suplicação do Brasil e da Intendência Geral da Polícia
- 13 de maio - Estabelecimento da Impressão Régia
- 10 de junho - Declaração de guerra a Napoleão.
- 28 de junho - Criação do Erário Régio e do Conselho de Fazenda.
- 23 de agosto - Criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.
- 12 de outubro - Criação do Banco Público e seus estatutos.
- 23 de novembro - Regimentos do Físico-mor e do Cirurgião-mor.

1809

- 14 de janeiro - Ocupação da Guiana Francesa.

1810

- 19 de fevereiro - Tratado de Amizade e Aliança com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.
- 04 de dezembro - Criação da Academia Real Militar.

1812

- 25 de janeiro - Criação de um Laboratório Químico Prático.

1813

- 01 de abril - Aprovação do Plano de Estudos de Cirurgia, apresentado pelo médico da Real Câmara Manuel Álvares de Carvalho.

1816

- Março - Chegada da Missão Artística francesa.
- 19 de março - Falecimento de D. Maria I.
- 12 de agosto - Criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios.
- Outubro - Invasão da Banda Oriental do Uruguai.
- 16 de dezembro - Carta de Lei elevando o Estado do Brasil à categoria de reino.

1817

- 09 de janeiro - D. Pedro recebe o título de príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- 14 de março - República de Pernambuco durante 74 dias.
- 13 de maio - Casamento de D. Pedro com D. Leopoldina.

1818

- 06 de fevereiro - Aclamação de D. João como Rei de Portugal, Brasil e Algarves.
- 30 de março - Proibição das sociedades secretas.
- 16 de maio - Condições do estabelecimento de uma colônia de suíços.
- 08 de novembro - Devolução da Guiana.

1821

- 18 de fevereiro - Decreto determinando o regresso de D. Pedro a Portugal e convocando os procuradores eleitos pelas Câmaras do Brasil, Açores, Madeira e Cabo Verde para uma Junta de Cortes.
- 23 de fevereiro - Nomeação dos integrantes da Junta de Cortes.
- 26 de fevereiro - Movimento constitucional feito pela tropa portuguesa e juramento da futura Constituição.
- 02 de março - Decreto suspendendo a prévia censura para impressão.
- 07 de março - Instruções para as eleições dos deputados; decisão de transferir a Corte para Lisboa, ficando D. Pedro encarregado do governo provisório do Brasil.

- 21 de abril - Tumultos na Praça do Comércio.
22 de abril - Decreto nomeando D. Pedro regente do Brasil e dando-lhe instruções.
26 de abril - Partida de D. João VI e da Corte para Portugal.
31 de julho - Anexação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina. ☉

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora 1998.
- CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *Panorama da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1992.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- PEREIRA, Heloisa Santos. *Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: ACVM Editora Ltda., 1993.
(Transcrito do Jornal do Exército, de abril de 2000, publicação oficial do Estado-Maior do Exército de Portugal)

*"As palavras de conforto,
bem administradas, são a mais antiga
terapia que o homem conhece."*

Louis Nizer

*"A Ciência não pode resolver o mistério
definitivo da natureza, porque, em última análise,
nós mesmos somos parte do mistério que
estamos tentando resolver."*

Max Planck



O povo norte-americano e o poder militar vistos sob uma perspectiva histórica

Barbara Tuchman*

Reprodução de matéria publicada na Revista Marítima Brasileira (2º Trimestre de 1999). *Embora escrito em 1981, julgamos extremamente atual*, comenta o tradutor, em nota de rodapé, com o que o leitor haverá de concordar.

As mudanças ocorridas na esfera do Poder Militar e das Relações Internacionais têm sido, desde 1945, tão radicais que chegam a questionar a relevância do passado.

Provavelmente ele ainda é importante porque, ainda que a experiência obtida nos dois últimos séculos possa ser totalmente inaplicável e inútil nos dias de hoje, consolidou algumas características que, creio, continuarão a existir.

A mais evidente característica da experiência militar norte-americana tem sido seu paradoxo. O povo norte-americano tem sido

antimilitarista, em pensamento e em sentimento, ao mesmo tempo que notadamente combativo em índole e na prática.

No início de sua história, o único princípio em que as 13 colônias concordavam era a total rejeição à idéia de um Exército regular em tempos de paz. Esse sentimento aparece refletido na Declaração de Independência, na qual uma das principais acusações contra George II era a de que ele mantinha entre nós¹, em tempo de paz, e sem o consentimento de nossas legislaturas, um Exército permanente e de haver tornado os

militares independentes do e superiores ao poder civil. Temendo a institucionalização de um Exército regular, as colônias unidas chegaram a prejudicar sua própria luta pela independência, ao se recusarem a permitir o alistamento militar pelo período de duração da guerra. Depois da independência, as colônias retardaram o surgimento do sentimento de nacionalidade, ao rejeitarem a idéia de um Exército nacional em favor de milícias regionais, sob controle estadual, sedimentando firmemente, em suas constituições, o princípio do controle civil sobre os militares.

* Escritora norte-americana. Tradução pelo Contra-Almirante Haroldo Bastos Cordeiro Júnior.

¹ N.R.: A autora é norte-americana, vale lembrar.

O retrospecto histórico norte-americano tem evidenciado maior belicosidade. A maior guerra do século XIX, em amplitude de propósito, violência, dimensão especial, quantidades de pessoal e material envolvidas durante a repercussão militar, foi travada aqui, nos Estados Unidos - a Guerra Civil. Nos dois séculos que transcorreram desde a Independência, soldados norte-americanos se envolveram em 69 campanhas militares contra os índios (sem contar inúmeras escaramuças), duas guerras neste continente (a Guerra de 1812, contra a Grã-Bretanha, e a Guerra Civil) e sete guerras no exterior (Trípoli - contra os piratas bérberes; contra o México; a Guerra Hispano-Americana; as duas Guerras Mundiais; Coréia e Vietnã), sem contar várias incursões na América Latina e na China. De Washington a Eisenhower, os Estados Unidos tiveram dez presidentes que foram generais, no mesmo período de tempo em que a Grã-Bretanha teve apenas um primeiro-ministro, o Duque de Wellington. Daquelas, três eram militares de carreira, enquanto os demais foram advogados (inevitavel-

mente) e políticos, mas cuja atuação no campo de batalha trouxe a promoção ao generalato e a popularidade e preeminência que os conduziu à Casa Branca. Uma expedição militar também colocou Theodore Roosevelt no caminho da Presidência, se bem que não tivesse atingido o generalato. Além disso, dois notáveis soldados, o General Winfield Scott e o primeiro comandante dos Exércitos da União, General MacClellan, foram indicados para concorrer à Presidência; dois outros, o Almirante Dewey e o General MacArthur, muito a desejaram, e um está, presentemente, de muito perto, observando o cargo² se bem que não esteja tão próximo dele como originalmente acreditava.

TRÊS PRINCÍPIOS

Junto com sua belicosidade, os norte-americanos têm evidenciado sua aversão à guerra organizada, por uma desesperada fixação em *três princípios*: o despreparo até a undécima hora: a adoção da estratégia mais rápida para a obtenção da vitória, a despeito dos objetivos políticos; e a desmobilização

instantânea, ainda que as circunstâncias o desaconselhem, no momento em que as hostilidades se encerram.

Essas três características ainda poderão, como já fizeram anteriormente, influenciar a conduta norte-americana. Em 1783, menos de dois meses antes da assinatura do tratado preliminar de paz, o Exército continental já se havia, praticamente evaporado. Um ano após o término da guerra, o Congresso votou pelo desmembramento do Exército nacional, então constituído por 700 homens, mantendo apenas 70 para guarda dos paíóis de munição, e não permitindo que nenhum oficial tivesse patente superior à de capitão. Depois da Segunda Guerra Mundial, a desmobilização foi tão rápida que pôs em risco a continuação da ocupação do território conquistado. O General Eisenhower foi forçado a empregar todas as pressões possíveis para que o Congresso estendesse, por mais um ano, o alistamento, porque, se não o fizesse, seria, como escreveu em seu diário, o caos. O mesmo havia ocorrido em todas as guerras, desde 1783, de que havíamos participado.

² N.T.: Parece a autora referir-se ao general Alexandre Haig, chefe do Estado-Maior da Casa Branca.

A fobia contra o Exército permanente decorria não de qualquer aversão à luta, mas da paixão pela liberdade que impregnara o século XVIII.

O antimilitarismo tem sido um sentimento fundamental na história americana.

* * *

Que o povo norte-americano é de índole violenta não há como negar.

Em virtude dos grandes conflitos políticos que ocorreram na Grã-Bretanha naquele século, a instituição *Exército permanente* era vista, pelos britânicos, e por sua descendência transplantada, como uma grande ameaça aos homens livres, o instrumento por excelência da escravidão, que conduziria qualquer país à tirania. Daí decorria o princípio subjacente de dispensar essa horrível instituição, de depender de um Exército de cidadãos, de diminuir, tanto quanto possível esse perigo, adotando o alistamento por curtos períodos de tempo, de terminar, tão rapidamente quanto possível, qualquer estado de beligerância e de não manter Forças Armadas regulares, de qualquer dimensão, à espera da necessidade eventual de sua utilização.

Uma vez iniciado o conflito, entretanto, é evidente a preferência norte-americana por ações ofensivas e agressivas, seguidas pelo retorno ao país e à vida normal tão logo possível. Tanto o Sul como o Norte, na Guerra Civil, esperavam resolver suas diferenças por meio de um rápido combate decisivo; ninguém pensava na prolongada agonia, de quatro anos que se seguiu. Essa agonia poderia ter sido evitada, caso a estratégia preconizada por Winfield Scott, de estrangular a Confederação (o Sul) por um bloqueio econômico, até que o Norte pudesse equipar e treinar Exércitos de poder combatente superior tivesse sido adotada, mas isso era muito vagaroso para a natureza norte-americana. Se tivesse existido, no início, um Exército de caráter nacional, a rebelião do Sul poderia ter sido imediatamente debelada. Em nossos dias, a contenção da União Soviética poderia ter sido muito diferente, se a estratégia preconizada por Churchill, invadir a Europa pelo Sudeste, tivesse sido adotada - e, é claro, bem sucedida - , mas tal linha de ação era muito indireta e lenta para o gosto norte-americano. *Uma de-*

mocracia não pode lutar uma Guerra dos Sete Anos, disse o General Marshall.

Qualquer que seja o modo de pensar no dia de hoje (o que não está nada claro), o antimilitarismo tem sido um sentimento fundamental em nossa história. A supressão do militarismo, personificado pelo Kaiser, foi considerada por muitos como um dos propósitos da Primeira Guerra Mundial. Junto com o isolacionismo e a neutralidade, que abordarei a seguir, o antimilitarismo tem provocado paixões muito acirradas, só suplantadas pelos sentimentos de iminência de guerra. Basta recordar-se, apenas, as Sociedades Americanas para a Paz, dos anos de 1840, os ideais e esperanças suscitadas pelas duas Conferências de Desarmamento de Haia, a repulsa pública ante as revelações, na década de 1930, das atividades da indústria bélica e a repugnância à conscrição que os norte-americanos evidenciam tão mais ostensivamente que os europeus.

Belicoso não; violento sim. *Que o povo norte-americano é de índole violenta não há como negar,* e as razões para essa violência se encontram no princípio de

sua história. Os primeiros colonizadores da vastidão selvagem da América do Norte tinham que portar armas para sua própria defesa. Cada homem precisava possuir armas para defender sua família e sua casa do ataque dos indígenas e, também, para caçar para sua alimentação; cada comunidade designava um *capitão* para a defesa comum. A atividade militar era individualista e vital, não imposta por formaturas de parada ou uniformes engomados, para a defesa de alguma dinastia remota ou da ambição de um monarca.

Como indutor de violência, de ambos os lados, a remoção dos indígenas do território que os colonizadores pretendiam ocupar era de grande importância e o conflito entre os colonos e os indígenas foi muito mais intenso, prolongado e árduo do que é geralmente recordado. Os massacres realizados pelos indígenas e sua selvageria tinham, como contrapartida, as traições, as capturas e as chacinas promovidas pelo homem branco contra os peles-vermelhas. O que não significa que não existissem, também, relações amistosas e decentes entre as duas raças, como

existiram, mas que a disputa foi dura, prolongada e ainda mais exacerbada quando a Grã-Bretanha e a França envolveram os indígenas nas guerras que travaram neste continente.

Depois da violência, e durante a fase de crescimento de nosso país, como nação, a luta com os indígenas continuou com a inelutável expansão da nova república e a trágica e lenta derrota dos habitantes nativos que, bravamente, resistiram até o fim. A conquista de um continente não é tarefa delicada. Sete anos e oito comandantes, em duas guerras foram necessários para expulsar da Flórida, os seminóis, se bem que eles não tivessem sido mais de mil guerreiros e não dispusessem de qualquer apoio ou fonte de suprimentos externos. As forças norte-americanas somente tiveram sucesso pela destruição das aldeias e das lavouras dos indígenas, e pela captura de seus chefes durante uma tréguia. As dificuldades da guerra de guerrilha quando, como escreveu um historiador militar, a *guerrilha é animada por um intenso desejo de independência*, nunca estiveram mais evidentes, e uma boa análise da

Guerra dos Seminóis poderia ter proporcionado, aos planejadores da Guerra do Vietnã, talvez mais do que os computadores do Pentágono. Mas, por outro lado talvez não o tivesse feito. A informação que não atende aos preceitos ou desejos dos planejadores tende a ser ignorada, qualquer que seja sua origem eletrônica ou humana.

A conquista das planícies do Oeste levou 50 anos de luta incessante. Eventualmente, quando a Guerra Civil liberou homens armados para a fronteira, a despesa foi vencida pela construção de fortes, pela carabina de repetição, pela inanição, pela estrada de ferro, pela traição, pela política de criação de reservas para os indígenas e, finalmente, pelo extermínio dos búfalos, que forneciam aos indígenas das planícies do Oeste alimentação, abrigo e vestuário. A última batalha foi travada em 1890 - há pouco mais de cem anos. Como um esforço profundo e contínuo, durante a fase de nosso desenvolvimento como nação, a guerra com os indígenas não pode ser esquecida, se bem que pareça difícil dizer se deixou qualquer marca, ainda evidente, em nossa população

atual, e que tenha sido relevante para a década de 1980.

SEGURANÇA PARA O CONTINENTE

A segurança externa foi, inicialmente, um problema terrestre na América do Norte mas, depois de debelada, em 1763, a ameaça proveniente do Canadá, o problema de defesa se deslocou para os litorais. Essa necessidade se tornou evidente durante a Guerra da Independência, quando o domínio do mar, exercido pela Grã-Bretanha, lhe permitiu colocar suas tropas terrestres em nosso território. Tão logo a jovem República conseguiu amealhar alguns recursos financeiros, começou a construir uma força naval, de seis fragatas, e a fortificar as costas contíguas a nossos principais portos. Uma Marinha não significava tanto aqui como na Grã-Bretanha, um perigo à liberdade, e logo se tornou aceitável, como um canal para o exercício de força, sem que se levantassem as suspeitas inerentes a um Exército.

Basicamente, entretanto, para usar as palavras de Washington em seu *Discurso de Despedida*, a seguran-

ça externa norte-americana dependia de *nossa posição, separada e distante*. Só ela, se os norte-americanos permanecessem unidos, seria suficiente para afastar os perigos vindos do exterior e fazer com que sua posição de neutralidade fosse respeitada. Seu pensamento era racional, mas os acontecimentos não o eram. Os britânicos, como aconteceu, não respeitaram nossa neutralidade, o que resultou na Guerra de 1812, como os livros de História nos mostram. Na realidade, o impulso para a guerra partiu, também, dos *falcões de guerra* norte-americanos, radicados nos territórios do oeste, que nutria intenções agressivas sobre o Canadá e fizeram prevalecer seu ponto de vista no Congresso, apesar da ferrenha resistência apresentada pela comercialmente próspera Nova Inglaterra. A Guerra de 1812 foi nossa primeira guerra de conquista, para obtenção de vantagens.

Em virtude, entretanto, da discrepância de personalidades e da forma incompetente como foram conduzidas as operações terrestres, nada ganhamos a não ser as humilhações das incursões britânicas a nosso litoral e do incêndio de nossa capital. Somen-

te as brilhantes ações navais no Lago Ontário e em Lake Champlain impediram a realização de uma grande inva-

A Guerra de 1812 foi nossa primeira guerra de conquista para obtenção de vantagens.

são britânica a partir do Canadá e permitiram o aparecimento de *slogans* imortais, tão necessários ao orgulho nacional. *Encontramos o inimigo, e já o dominamos* (*We have met the enemy and they are ours*), e a última ordem do Coronel Lawrence, *Não se rendam: combatam até que o navio afunde* (*Don't give up the ship: fight her till she sinks*). Não importa que o navio em causa tenha sido abandonado. Esses combates e a famosa, ainda que superdimensionada, vitória de Jackson, em New Orleans, com a perda de 2 mil soldados britânicos contra 70 dos nossos, inclusive a morte do comandante britânico, Lord Pakenham, cunhado do grande Wellington, aumentaram desmesuradamente a autoconfiança norte-americana e fizeram esquecer o inconveniente fim da guerra, o impasse e o *status quo* ante.

Mesmo assim, os norte-americanos se sentiram, como nação, fortificados, a

despeito de quase se ter a Nova Inglaterra separado da República (na Convenção de Hartford, em 1814), unidos e confiantes, em seus sentimentos nacionais, do que desde a Revolução. Não menos importante, a guerra confirmou, como registrado por Alfred Gallatin, secretário do Tesouro, a necessidade de criação de impostos para manutenção de um estamento militar, idéia não partilhada pelo povo. O Congresso, muito escrupulosamente, autorizou a criação de um Exército de dez mil homens, o que correspondia à metade do solicitado pelo Presidente Madison, e determinou que os navios armados dos Grandes Lagos fossem desmobilizados e encostados.

A parcimônia dos recursos, entretanto, não foi capaz de limitar a autoconfiança. Menos de dez anos depois, e sem recursos militares para garantir sua atitude, os Estados Unidos, no governo do Presidente Monroe, anunciaram aos países da Europa que qualquer tentativa, por eles realizada, para estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério seria considerada perigosa à nossa paz e segurança. Não menos enérgico,

porém menos conhecido, foi o aviso que Monroe enviou ao Czar Alexandre I, da Rússia, para que *se afastasse do litoral do Pacífico*, que, à época, não era sequer território norte-americano, *porque os continentes americanos³, pela condição de liberdade e independência que escolheram e mantêm, não devem ser considerados, a partir de agora, como sujeitos à colonização de qualquer país europeu.*

A exuberância da dimensão constitucional, da disposição de recursos ilimitados, de uma nova nação, com um novo propósito, deu origem à Doutrina Monroe, nossa primeira demonstração de pretender exercer um papel de âmbito mundial. Durante o resto do século, viveu-se um clima de confiança, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de uma capacidade militar. Sentia-se confiança na segurança de nossa fronteira oceânica, em nossa crescente capacidade física, geográfica e industrial. Sem o disparo de um só tiro, com a aquisição da Luisiânia, em 1803, a área do país foi aumentada em quase um milhão de milhas quadradas, passando a estender-se do Golfo do México às Montanhas Rochosas. *Deveremos*

esperar que algum gigante militar transatlântico transponha com um passo, o Oceano Atlântico e nos esmague com um golpe? Declamava, em 1838, o jovem Abraham Lincoln. *Nunca! Nem todos os Exércitos da Europa, Ásia e África, combinados com todos os recursos da terra (exceto os nossos) à disposição, com um Bonaparte no comando, serão capazes de beber às margens do Ohio ou de abrir uma trilha no Blue Ridge, nem, que, nessa tentativa, levem cem anos!*

Nesse ambiente de soberba segurança, sentíamos, na metade do século, o apelo de um destino manifesto para ocupar o continente que fora destinado, pela Providência, à nossa crescente população. Ainda que o conflito sobre o Texas já estivesse se arrastando há dez anos, desde o episódio do Álamo, entramos em guerra com o México, com quatro mil soldados e 12 peças de artilharia de campanha. Como era vedado às milícias o serviço no exterior, as forças combatentes foram formadas por voluntários, alistados por um ano, o que causou o reaparecimento do velho problema do retorno

³ N.T.: O plural é do original.

dos soldados a seus lares, exigindo substituição no meio das hostilidades. Mesmo assim, a guerra com o

A doutrina Monroe foi a primeira demonstração norte-americana de pretender exercer um papel de âmbito mundial

México foi popular, bem sucedida e lucrativa.

Os frutos da vitória, incluindo o já anteriormente anexado Texas, foram ainda maiores que os da aquisição da Luisiânia, totalizando mais de um milhão de milhas quadradas e compreendendo a Califórnia. O território dos Estados Unidos alcançara o Pacífico. O destino continuava a apontar na direção do oeste. Em alguns casos, o braço armado da Marinha levou o comodoro Perry a conseguir a *abertura* do Japão, isto é, a permissão para o comércio com esse país, mais uma vez sem o emprego das armas, à exceção, talvez das muito persuasivas salvas disparadas pelos canhões dos navios. Deva ou não ser esse feito considerado, estritamente, como o emprego do Poder Naval para a obtenção de um objetivo político, o resultado foi um decisivo passo em direção ao

Oriente, proporcionando a conclusão de tratados, o comércio e a permissão para o estabelecimento de estações de carvoagem para uma linha de navegação transoceânica no Pacífico.

A segurança não era, naqueles difíceis tempos, um problema para os Estados Unidos, à exceção de dissenções internas quanto ao problema da escravidão. Não pretendo abordar a Guerra Civil, já suficientemente conhecida, o que me permite passar para suas conseqüências. Ao seu término, as energias e indústrias explodiram em um crescimento material, não mais geográfico - um período de ferrovias, siderurgia, maquinaria a vapor, mercados externos, magnatas espoliadores e a época do ouro. A vitalidade nacional, evidente nesses anos, impelia à expansão, e assim se chegou ao fim do século, ao grande divisor, em que a Velha América, ciosamente antimilitarista, ingressou na triste e dura realidade da humanidade.

A BUSCA DO PODER

Por volta de 1860, quando o ideal da fronteira deixou nossa história, uma nova animação - o apelo à

aventura no exterior, à obtenção de influência, a conquista de territórios além de nossas fronteiras geográficas - ocupou o espírito norte-americano, que havia acreditado que essas idéias fossem malefícios característicos do Velho Mundo, que haviam sido por nós superados.

Mesmo o Presidente Benjamim Harrison deixou entrever, em seu discurso de posse, em 1889, que os interesses norte-americanos não eram tão exclusivamente norte-americanos, que nossa completa alienação a eventos que aconteçam em outros lugares possa ser considerada permanente. Como desejaríamos nos dias de hoje, dispor dessa *completa alienação*.

Uma parcela significativa da sociedade, conhecida como *anti-imperialista*, resistiu arduamente a essa tendência, tendo encontrado em Charles Willian Elliot, reitor da Universidade de Harvard, que denunciou o *abandono daquilo que é caracteristicamente norte-americano. A construção de uma Marinha de Guerra, dizia ele severamente, é especialmente de encouraçados, é política francesa ou britânica. Não deve, jamais, ser nossa. Mas ele lutava contra a maré.*

As mais significativas mudanças, na História, ocorrem em resposta às tendências do pensamento característico de uma época: dão forma, e implementam, alguma coisa que está em busca de expressão. Na década de 1890, a expressão era o Poder. O profeta do novo credo era o Almirante Alfred Thayer Mahan, cuja descoberta e épica formulação do poder que poderia ser exercido pelo domínio dos mares, publicada em 1890, sob o título *A influência do Poder Naval na História*, excitou não somente o país, mas, perigosamente, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Seria desejável não envolver o Almirante Mahan, cuja citação é obrigatória nessas discussões, mas isso não é possível, uma vez que sua influência foi tão grande quanto fundamental. Uma figura representativa do velho pensamento norte-americano, em fase de desaparecimento, pode ser vista em seu pai, Dennis Hart Mahan, professor de Ciência Militar em West Point, de quem foi dito que nunca havia presenciado uma batalha e nunca saía de casa sem um guarda-chuva.

O principal discípulo e instrumento de Mahan foi

Theodore Roosevelt, que, guiado por ele, insuflou o Presidente McKinley a anexar o Havaí; que, como subsecretário da Marinha, determinou o reabastecimento de carvão e o aprestamento do Esquadrão Asiático para o ataque a Manila, antes que se iniciasse a guerra com a Espanha; que, como presidente, construiu encouraçados - dez em quatro anos -, o que tanto ultrajou o reitor Elliot; que *invadiu* o Panamá, de modo a interligar os oceanos, para que o preceito de Mahan (nunca dividir a Esquadra) pudesse ser seguido: que determinou ao Esquadrão do Atlântico que libertasse um cidadão norte-americano supostamente seqüestrado no Marrocos: que presidiu a Conferência de Paz realizada nos Estados Unidos para solucionar a Guerra Russo-Japonesa; que, deleitando-se com sua influência mundial, pressionou politicamente o Kaiser, no episódio de Algeiras; e que determinou a viagem de circunavegação da Grande Esquadra Branca, com o intuito de impressionar os demais países, em especial o Japão.

No fim de seu segundo mandato presidencial, os Estados Unidos, com 25 en-

couraçados e dez cruzadores pesados, em serviço ou em construção, eram o terceiro poder naval do mundo.

Enquanto isso, os Estados Unidos haviam lutado a Guerra Hispano-Americana, que não é significativa como guerra, apenas como exemplo do emprego do poder militar para obtenção de territórios. Por trás da popularidade da causa de prestar auxílio aos insurretos cubanos (naquele tempo, os Estados Unidos auxiliavam populações insurretas), estava uma vontade de como o Senador Cullom, do Alabama, tão sinceramente expressou anexar territórios de outro: *queremos todo o hemisfério norte, para nós.*

Os voluntários da Guarda Nacional, chamados a prestar serviço, atenderam pressurosamente, para encontrar uma surpreendente mistura de corrupção, má administração e incompetência no abastecimento e no provisionamento de armamento e, é claro, doenças, quando chegaram a Cuba. Entretanto, em virtude da situação do inimigo, a guerra foi vencida com facilidade. Obrigada a abandonar suas possessões no Caribe, a Espanha foi expulsada do continente ocidental

e os Estados Unidos se viram alçados à posição de potência colonialista, se bem que, nesse aspecto, não houvesse qualquer consenso

Para extremo embaraço, passou a ser necessária a imposição, pela força, do domínio norte-americano sobre povos que lutavam por sua independência, como haviam feito os velhos e maliciosos países da Europa.

popular. Foram anexadas Cuba, Porto Rico e as Filipinas, que se mostraram, desconcertadamente, antipáticas à nossa soberania. Também assim ficaram cheios de dúvidas os anti-imperialistas, os velhos crentes do antigo pensamento norte-americano, cujos representantes do Senado, por apenas um voto, quase conseguiram impedir a ratificação do tratado com a Espanha, no qual era confirmada a transferência da soberania sobre as Filipinas.

Para extremo embaraço, passou a ser necessária a imposição, pela força, de nosso domínio sobre povos que lutavam por sua independência, como haviam feito os velhos e maliciosos países da Europa. Observa-

se, entretanto, que se concedeu às Filipinas uma promessa de futura independência, mais tarde cumprida, e que, após alguns tediosos retardamentos, eventualmente se abriu mão de Cuba, com exceção de uma área, retida para a construção de uma base naval. A guerra das Filipinas, não tanto contra os espanhóis, mas principalmente contra os moros⁴, sedimentou, na sociedade norte-americana, um grande cisma. Provocou uma amargura na opinião pública, só comparável à da era do Vietnã. O preço pago para se tornar uma potência na região do Pacífico foi a criação do fantasma de uma esquadra dividida e, na nova Base Naval de Pearl Harbor, de um refém do destino.

O MITO DO ISOLACIONISMO

A partir de então, a consciência norte-americana oscilou entre a conquista e a renúncia de território. Menos predadores que europeus e japoneses, os Estados Unidos não reivindicaram terras na China, se bem que muito tivessem desejado utilizar os privilégios dos por-

tos do Tratado, estabelecidos pelos britânicos. Depois da rebelião dos *boxers*, 1000, conquistamos o direito de manter, em território chinês, um regimento norte-americano, ao mesmo tempo em que abrimos mão da indenização a ser recebida pelos danos provocados pelos *boxers* em proveito dos chineses que estudavam no exterior.

Entramos, então, no século XX, no qual os problemas de segurança nacional e de poder militar jamais teriam a simplicidade anterior. Os escândalos que cercaram a guerra com a Espanha não poderiam ter sido apagados ou esquecidos. Como secretário da Guerra, Elihu Root sacudiu a estrutura, reorganizou as velhas Secretarias de Estado e criou esse órgão do moderno profissionalismo militar, o Estado-Maior Geral. Recebido o instrumento, tinha ele que ser utilizado: o planejamento do emprego do Poder Militar inseriu-se, permanentemente, no sistema norte-americano. A última oportunidade de ser diferente, de se institucionalizar como uma nação não-militarista, havia sido desprezada.

Há sempre um intervalo de tempo para que as diferenças se tornem percepti-

⁴ N.T.: Habitantes das Filipinas, de origem malaia e religião maometana.

veis. O povo norte-americano e seus líderes, os presidentes Taft e Wilson, acreditavam firmemente que os Estados Unidos se poderiam manter imunes às crescentes tensões que se desenvolviam na Europa. O chefe do Estado-Maior, General Leonard Wood, discordava, e se sentia frustrado em seus esforços para a organização de uma estrutura capaz de recrutar e prestar um Exército adequado para atender à ocorrência de uma guerra de grandes dimensões. Quando, em 1914, no princípio da guerra, o Presidente Wilson pediu a seus conterrâneos que se mantivessem *neutros, tanto de fato quanto em sentimento, imparciais, tanto em pensamento quanto em ações*, o povo, com algumas exceções, alegremente atendeu. A neutralidade havia sido, desde a *Proclamação de Neutralidade*, de George Washington, e do subsequente Decreto de Neutralidade, de 1794, uma premissa de nossa nação. As realidades de 1914-17 superaram as vontades e, cinco meses após a reeleição do Presidente Wilson, com o *slogan ele nos manteve fora da guerra*, os Estados Unidos se tornaram um dos beligerantes.

Como a peste negra, os terríveis sofrimentos e punições infligidos pela Grande Guerra não tornaram melhor a natureza humana ou prepararam um mundo novo, purgado e melhor. A desilusão foi generalizada. Nos Estados Unidos, fez renascer a aversão para com os assuntos europeus e o ideal do isolacionismo, que a inepta condução, por Wilson, do *affair* Liga das Nações nada fez para mitigar. O antimilitarismo voltou a florescer, na década de 1920, e se refletiu nas limitações às forças navais da Conferência de Washington e no Pacto Kellog-Bruand, nobre, porém impraticável, de renúncia à guerra como instrumento da política. Durante a fase de *apaziguamento*, na década de 1930, o antimilitarismo atingiu sua culminância, combinando-se ao isolacionismo, por uma insistente existência pública pela promulgação de outra *Proclamação de Neutralidade*, como a de Washington, para impedir qualquer tipo de envolvimento.

Essa exigência foi ainda mais alimentada pela Comissão de Investigação sobre Munições do Senado, presidida pelo senador Nye, que, em 1934-36, apresentou ao

público 18 meses de depoimentos sobre os cartéis, o comércio, os financiamentos e os lucros da indústria bélica. O resultado foi um clamor por legislação que proibisse a venda de armamentos a todos os beligerantes e diminuísse, por meio de drástica taxaço e aumento de impostos, os lucros provenientes da guerra. O próprio senador Nye parece ter ficado sinceramente horrorizado ao descobrir que o governo era sócio na venda de armamento, *a mais viciosa*, disse ele, *de todas as descobertas feitas*. O que diria ele, na atualidade, quando este é o maior dos negócios do governo?

A *Proclamação de Neutralidade*, promulgada quase unanimemente em ambas as casas do Congresso, destinava um embargo obrigatório a todos os beligerantes. O Presidente Roosevelt não conseguiu obter poderes discricionários para decidir entre agressor e vítima, porque os congressistas acreditavam que isso nos envolveria em querelas alienígenas. Quando a Europa, por fim, se levantou em armas contra Hitler, o sentimento isolacionista, representado pelo movimento *América em Primeiro Lugar*, era tão acendrado que o alista-

mento militar, que, em 1940, fora autorizado por apenas um ano, só foi aprovado em 1941, por apenas um voto no Congresso. Não fora pelo ataque japonês a Pearl Harbor e pela estranha estupidez da declaração de guerra feita por Hitler aos Estados Unidos, quem seria capaz de adivinhar por quanto tempo, e com que conseqüências, poderiam os Estados Unidos permanecer fora da guerra?

A IDADE DA INSEGURANÇA

O poderio militar e as atitudes desenvolvidas pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial não precisam ser aqui lembrados. A nossa invenção da bomba atômica marca o início de uma nova era militar e o advento, no fim da década de 1950, dos mísseis balísticos intercontinentais encerrou, como uma possibilidade prática, senão como um sentimento, o isolamento espacial em que vivêramos. Sabem, agora, todos os norte-americanos que podemos ser atingidos, se não invadidos, e sofrer mortes aos milhões, e ninguém mais se pode agarrar ao sonho de uma invulnerabilidade. A pergunta que se nos apresenta é como poderão os ideais estabelecidos ao

longo dos dois últimos séculos repercutir no desempenho norte-americano nos desafios que estão à frente?

O primeiro aspecto a considerar é a identificação de quem são os norte-americanos, nos dias de hoje, e quão relevante é, para eles, a experiência obtida, no passado, por seu país de adoção. Somos, como todos sabem, um conjunto de imigrantes das mais variadas origens. Somos todos de extração estrangeira, mas há quanto tempo? Por ocasião da Revolução éramos, largamente, homogêneos e nativos, com cerca de 80 por cento da população oriunda do Reino Unido. A partir de 1830, começou o influxo de irlandeses, alemães e escandinavos, seguidos, no fim do século passado e continuando neste, por uma onda de italianos, eslavos e judeus. Ao todo, um total de cerca de 1 1,5 milhões de pessoas nascidas no exterior se incorporou à população dos Estados Unidos, no primeiro quartel do século XX.

O regime de quotas e restrições à imigração, adotado em 1924, reduziu, drasticamente, o fluxo migratório. Mas, desde o término da Segunda Guerra Mundial, a liberalização das leis reabriu

as portas para outros 11 milhões de imigrantes, nos últimos 30 anos, com a origem européia perdendo posição para as origens hispânica e asiática. Anualmente, os nascidos no exterior, somados à sua primeira geração, constituem cerca de 20 por cento da população deste país. A maior parte já adquiriu o direito de cidadania: em 1970, apenas dois por cento não o havia feito.

Duzentos anos atrás, Crèvecoeur formulou sua famosa pergunta: *Quem é, então, o americano, este novo homem?* Ele acreditava que essa criatura, sem classes sociais, independente e autoconfiante, havia em verdade sido produzido pelas oportunidades e pelo desafio de uma nova terra. No século XIX, a imagem preferida era a do cadinho, fundindo todas as nacionalidades em uma só, um homem remodelado, o americano. Nos dias de hoje, os etnólogos e demógrafos estão, açodadamente, rejeitando a idéia do cadinho e descobrindo a ressurgência do que vêm chamando de *etnicidade*, que trata, com desprezo, as noções de assimilação e a *americanização*. Atribuem eles esse fenômeno à rejeição dos valores tradicionais norte-americanos e à substituição

do patriotismo pelo cinismo como decorrência do Vietnã, do Watergate, dos problemas dos negros e de outros infortúnios. A análise pode ser válida, mas não, creio eu, definitiva. Os que chamam de *porcos* os policiais, que vêem os Estados Unidos não mais como progressistas e bons, mas como opressores, imorais, hipócritas, militaristas e imperialistas são uma pequena minoria, mas essa postura não pode ser inteiramente desprezada pelos responsáveis pela formulação da política.

Suspeito que, de modo geral, os cidadãos deste país, deixando de lado os imigrantes dos últimos dez anos, absorveram a postura nacional em suas escolas, imprensa, afluência generalizada e fatos da vida comunitária sem que, necessariamente, a tivessem conhecido, por si próprios ou por seus antepassados. Não se pode mudar os avós, tem sido dito, mas se os pode esquecer. Se a *etnicidade* está em crescimento, é provável que seja efêmera; o sentimento de americanização é mais forte e, possivelmente, muito mais profundo.

A determinação de como esses vários componentes da experiência nacional irão influenciar as atitudes nor-

te-americanas em relação à guerra e à política internacional, nos próximos anos, está, creio, fora de nossa capacidade, até porque as atitudes são as criadoras dos acontecimentos e os acontecimentos que o futuro nos reserva são, a maior parte das vezes, imprevisíveis. Se recordarmos o significativo bloco representativo do sentimento isolacionista que, em 1941, quase impediu a aprovação do alistamento militar, que previsão, àquela ocasião, poderia ter antecipado a beligerância, coesa e determinada, que, seis meses depois, nos dominaria e nos conduziria através de uma dupla guerra, na Europa e na Ásia? Um acontecimento externo, devido à vontade e erro de avaliação de outro país, foi o responsável por isso.

A propósito, é interessante observar que três alterações significativas, no curso da História, ocorreram devido ao menosprezo pelo povo norte-americano: pelos britânicos, em 1776, que julgaram que as colônias independentes jamais apresentariam uma resistência coesa e que, como soldados, os norte-americanos eram uma ralé, que fugiriam da luta e *derreteriam* diante das tro-

pas britânicas; pelos alemães, em 1916, quando aceitaram correr o risco da entrada dos Estados Unidos na guerra, ao recomeçarem a campanha submarina irrestrita, acreditando que os norte-americanos não seriam capazes de mobilizar, aprestar e transportar, para a Europa, quantidade suficiente de soldados a tempo de afetar o desenrolar da guerra: e finalmente, em 1941, pela ilusão dos japoneses de que os Estados Unidos, com o afundamento dos encouraçados de sua esquadra do Pacífico, entrariam em pânico e poderiam ser persuadidos a evitarem mais hostilidades, concedendo, ao Japão, liberdade de ação para a conquista de seu império na Ásia.

Cito esses exemplos da fragilidade dos pré-julgamentos não como uma sugestão de que os norte-americanos, necessariamente, se comportarão da mesma forma perante os acontecimentos futuros. Na realidade, prefiro pensar que não o farão. Não mais exibimos o espírito estimulante de 1776, nem a singeleza das crenças de 1917, e somente o futuro nos dirá se a História de novo nos confrontará, como em 1941, com a alucinação de um oponente.

Enquanto isso, na peculiar crise da nova era militar – a idade da insegurança –, os Estados Unidos já se desvençilharam de um de seus princípios tendo passado, ao menos mentalmente, do despreparo para a superpreparação e se encontram, agora, cambaleantes sob o peso da supercapacidade de destruição.

A guerra, nos dias de hoje é – ou deveria ser – mais um problema a ser evitado. Os estudos militares cuidam da violência – de seu emprego, da seleção de alvos para obliteração, da tecnologia das armas utilizando concepções estratégicas que vão da retaliação maciça à resposta flexível, à capacidade de destruição mútua, ao emprego de armas nucleares no teatro de operações – ou seja lá o que for este ano –, em suma, das armas disponíveis e dos métodos de travar a guerra – enquanto que, se a sobrevivência é o propósito, o planejamento deveria ser orientado para como obtê-la sem o recurso às armas. Se todas as habilidades e energia que estão sendo empregadas em armamentos e em estratégias de emprego fossem dirigidas para buscar uma base razoável de entendimento, talvez

até de coexistência, poder-se-ia chegar a encontrá-la.

Jamais existiu capacidade militar como a atual, mas ela é muito menos utilizável do que em qualquer época; pode destruir, mas não é capaz de atingir propósitos políticos, como os norte-americanos dolorosamente aprenderam nesta última geração. Impasse na Coreia do Norte, fiasco na Baía dos Porcos, impotência no Irã incompetência na condução da operação de resgate dos reféns não constituem um retrospecto capaz de nos convencer da eficiência do Poder Militar como instrumento de política (à exceção da “cincada” na operação de resgate, não considero os militares tão culpados por esses resultados, como a política, mas isso é outra discussão). Recursos militares não foram capazes de manter a Indochina ou a Argélia para a França. O que ganhou a União Soviética no Afeganistão? O que podem eles fazer quanto ao petróleo, essa ameaça iminente para o futuro? Não parece existir nenhum analista militar que acredite que se possa, com sucesso, ocupar e operar um campo petrolífero no Oriente Médio. O problema do petróleo pare-

ce, ao leigo, relativamente simples, necessitando apenas da existência de coesão entre os países importado-

Jamais existiu capacidade militar como a atual, mas ela é muito menos utilizável do que em qualquer época; pode destruir, mas não é capaz de atingir propósitos políticos.

res. Isso não exige canhões, mas bom senso, o que não parece ser o forte do mundo nos dias de hoje. *Onde a sabedoria se faz necessária*, dizia Heródoto, há mais de 20 séculos, *o emprego da força é de pouca utilidade.*

Será possível que o Poder Militar esteja às portas da obsolescência, e que todas as discussões a que, recentemente, temos assistido, sobre a exequibilidade de uma guerra nuclear, são o último brado dos profissionais da guerra, incapazes de considerar qualquer outra opção? Estou bem consciente de que o problema de segurança nacional é visto como uma confrontação entre duas superpotências hostis, mas não creio que a segurança dependa de uma interminável corrida em busca da superioridade bélica, que não pode ser nem confiável nem duradoura.

A INCERTEZA DO APOIO POPULAR

A segurança não depende de arsenais, mas da capacidade nacional, política e econômica, do comércio, das alianças, dos amigos e inimigos, do equilíbrio de forças e, acima de tudo, da coesão interna da nação.

Poder-se-ia considerar como segurança a colocação de armas tecnologicamente maravilhosas nas mãos de pessoal que tenha sido reprovado no ginásio, ou de analfabetos funcionais? Ou ver-se a indústria automobilística, que já foi o principal empreendimento norte-americano, ser dirigida por imbecis? Será segurança ter-se um sistema educacional decrépito, viciados em drogas nas escolas primárias, corrupção nas cidades, uma subclasse social de pessoas de cor que sente não ter lugar a ocupar em nossa sociedade? É segurança ter metade da população tão alienada quanto a seu governo que não se incomoda, sequer seu direito de voto? A segurança nacional depende, no fim, da vontade do povo em lutar pela defesa de suas instituições e isso depende do valor que se dá a elas.

Ainda que possam parecer muito afastados da escolha de alvos e das táticas, os estrategistas deveriam considerar, creio eu, no que diz respeito ao papel dos Estados Unidos nos anos 80, seu povo e a forma como encaram os acontecimentos. Não se pode esquecer a resistência dos mórmons às instalação dos MX em Utah e Nevada. Ainda que não possam ser considerados favoráveis ao comunismo, os mórmons não desejavam se tornar alvos prioritários dos mísseis inimigos, e penso que este sentimento possa ser estendido a toda a população. Os norte-americanos, pela primeira vez, temem por sua segurança. Este é um novo elemento em nossa história, ao que parece bastante generalizado, e não se pode estar certo de seu efeito. Ao mesmo tempo, os norte-americanos desejam se sentir fortes de novo, depois das frustrações e humilhações dos últimos anos e assim, podem ser induzidos, como o governo Reagan considera, a aceitar maiores gastos militares. Apesar da existência de indicadores nessa direção, é possível que ocorram mudanças nesse aspecto. Manifestações contra o armamen-

to nuclear, como as patrocinações pelo movimento, No Nukes, parecem estar crescendo e se fazendo ouvir, não só em muitas regiões do país como, sem dúvida, no exterior.

No que diz respeito a problemas referentes a emprego de poder, nestes tempos conturbados, a opinião pública, uma variável não muito responsável é de muito difícil previsão. Os norte-americanos são muito suscetíveis a propagandas alarmistas e se sensibilizam facilmente com a ameaça vermelha, mas, ainda que receiem a expansão do comunismo, temem ainda mais as bombas, o que significa que não desejam ser obliterados. Entretanto, se esse sentimento se vai traduzir em pressão política para a adoção de bom senso na formulação da política exterior é, ainda, uma pergunta sem resposta.

Um segundo fator a atuar sobre a opinião pública é a descrença. Por causa das muitas mentiras, disfarces e tapeações que a Casa Branca, nos últimos anos, tem distribuído á imprensa, os norte-americanos estão menos predispostos a acreditar, automaticamente, no *evangelho* oficial. Apresentar EI

Salvador como uma ameaça vermelha à nossa segurança mereceu tanta credibilidade quanto o teria o sucesso de um balão de ferro. Os relatórios e números que falam sobre uma superioridade soviética, elaborados por grupos de pressão, de interesses vestidos e *lobbies* de uma facção ou de outra, servem apenas para confundir. É nos dito, um dia, que os soviéticos dispõem de 1.500 navios de guerra contra os nossos 750, ou proporção semelhante, e, no dia seguinte, que isso só pode ser verdade, usando as palavras de um analista do Brookings Institute, *se contarmos tudo o que é capaz de flutuar em uma banheira* e que, em termos de tonelagem, a proporção é inversa. As mesmas contradições nos são apresentadas para as ogivas nucleares, os mísseis e aviões de caça, suas características e precisão, o número de tanques e em todas as outras comparações. Uma vez que nada disso é, mesmo remotamente, compreensível ao leigo, ele deixa de acreditar em todas e reagirá, suspeito, como os mórmons, exclusivamente na defesa de seus interesses pessoais.

Um princípio que ainda deve ser levado em conta é

a resistência à conscrição. Pessoalmente, considero-a lamentável, porque acredito que um exército de cidadão, sem exceções preferenciais é, não só, o único sistema justo como, em última análise, a única defesa segura, e que a reinstalação da conscrição universal é a única forma de sermos levados a sério por nossos antagonistas e - se acreditarmos que a segurança nacional é tão premente - por nós mesmos. Temendo a ocorrência de um desastre político-eleitoral, o governo norte-americano não se arriscará a tomar essa decisão, preferindo desperdiçar nossos recursos em uma intensa proliferação e dependência em material bélico. Não há dúvida que, desta forma, conseguiremos restabelecer e equilíbrio militar e, provavelmente, ostentar, por algumas semanas, uma certa superioridade, mas não teremos, de forma alguma, estabelecido um *modus vivendi* - um modo de viver, não de morrer - para o resto da década de 1980.

O último fator é puramente especulativo. Penso que o norte-americano deseja se sentir, de novo, virtuoso, o que não significa que a moralidade tenha, sempre, caracterizado nossas atitudes

no passado, mas esta é a imagem prevalente. Dúvidas quanto a nossas virtudes têm aparecido nos últimos

Os norte-americanos, pela primeira vez, temem por sua segurança. Este é um novo elemento em nossa história, ao que parece bastante generalizado, e não se pode estar certo de seu efeito.

15 anos, o que poderá conduzir a alguma resistência para o emprego do poder militar, a não ser que em defesa própria. Esta é, também, uma pergunta sem resposta.

Não posso prever que efeitos terão essas atitudes do povo: não são passíveis de análise em computador. Minha impressão é que o armamento e seu potencial bélico, na era nuclear, se tornaram tão complexos e perigosos, e a relação entre Estados tão incertas, que os profissionais da guerra os formuladores da política não sabem, na realidade, o que fazer.

Talvez tenha que se deixado à opinião pública, esse delicado talo de junco, impedi-los, como dito, em 1914, por Lloyd George sobre os países, de *recuar em direção ao precipício*. Mas eu, também, não contaria com isso. ●

Kosovo – A intervenção da OTAN e a Missão de Paz da ONU¹

Sérgio Luiz Cruz Aguilar*

O artigo apresenta alguns aspectos históricos – visando a facilitar o entendimento do problema Kosovo – a ação aérea da OTAN contra a Iugoslávia, o modo como se desenvolve a missão da ONU na região e algumas reflexões sobre a intervenção da OTAN nesse contexto.

No final de março de 1999, aviões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) iniciaram bombardeios aéreos contra a República Federal da Iugoslávia, iniciando mais uma página na história de conflitos dos Balcãs.

O motivo do ataque era a ação do exército federal iugoslavo contra separatistas albaneses da província de Kosovo e a recusa do governo sérvio em assinar um acordo de paz que, além de pôr fim às hostilidades, autorizaria a presença de uma

força militar da OTAN em seu território.

Novamente a *terra dos eslavos do sul* ocupava lugar na mídia internacional, como o fizera no início da década de 1990.

ORIGENS HISTÓRICAS DO PROBLEMA

Por volta do ano 1000 a.C., indo-europeus estabeleceram-se na Ilíria onde, a partir do século VII a.C., organizaram-se em principados autônomos. Alexandre, o Grande, anexou parte do território dos ilírios e, após

sua morte, os principados voltaram a ser autônomos. No século II a.C. os territórios caíram sob o domínio romano e, três séculos após, seus habitantes converteram-se ao cristianismo.

Entre os séculos III e V d.C. ocorreram invasões dos povos bárbaros e, nos séculos V e VI os eslavos chegaram à região, provocando o refúgio das populações nativas nas montanhas, onde guardaram a pureza da língua ilírica de tronco indo-europeu.

No ano 395 da nossa era, ocorreu a divisão do Impé-

* Major de Infantaria. Observador Militar da ONU na Iugoslávia entre 1995 e 1996.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

rio Romano e os territórios atuais de Kosovo e da Albânia tornaram-se parte do Império Romano do Oriente. Em 870 d.C., a região passou ao domínio de reis búlgaros, tendo sido reconquistada, pelos bizantinos, em 1018. Em 1054, ocorreu o rompimento do Império Bizantino com o Papa, fato conhecido como *Cisma do Oriente*, o que, mais tarde, deu origem à igreja ortodoxa.

Nos séculos XI e XII ocorreram as invasões dos normandos. A palavra albanês, surgida pela primeira vez nas obras geográficas de Tolomeo, reapareceu em 1082, no relato que Ana Comnena fez sobre a resistência das tropas de seu pai, o Imperador bizantino Comneno, em Durazzo, contra as invasões normandas vindas do sul da Itália.

No final do século XII, os sérvios já ocupavam grande parte da atual Albânia. Em meados do século seguinte, a região foi anexada ao reino de Stefan Dusan (coroadado em

1346, em Skopje, na Macedônia pelo arcebispo da igreja ortodoxa de Pec), que incluía as áreas da atual Albânia, Bulgária, Macedônia², Montenegro, o norte da Grécia e partes da Hungria e da Bósnia Herzegovina. Data dessa época, o surgimento do ideal da *Grande Sérvia* que congregaria todos os eslavos sérvios num grande reino. A idéia não vingou, pois o reino de Dusan se desintegrou após seu assassinato, em 1355, principalmente devido à heterogeneidade étnica de sua composição.

Em 1380, os turcos otomanos atacaram a Sérvia. Em 28 de junho de 1389, derrotaram os sérvios numa batalha decisiva nos Campos dos Melros (nome que constava em antigos mapas venezianos) ou Kosovo Polje, na língua servo-croata. Com a derrota, milhares de famílias sérvias deixaram a região e se instalaram nas atuais Vojvodina (província norte da República Sérvia)

e Eslavônia (pertencente à Croácia).

A batalha fez desaparecer o Estado sérvio, enquanto a Sublime Porta (governo dos antigos sultões otomanos) iniciava a conquista do território onde hoje é a Albânia. Os principados albaneses católicos capitularam e fortificações otomanas foram estabelecidas na região. Em 1453, com a queda de Constantinopla, o Império Otomano se consolidou e, em 1493, chegou até a atual fronteira entre a Croácia e a Bósnia Herzegovina.³

Foram quatro séculos e meio de dominação, mas a presença turca nos territórios sérvios era escassa, limitando-se às principais cidades-fortalezas. O interior permaneceu com os camponeses que cultivavam suas próprias terras. Com uma certa liberdade de praticar a fé ortodoxa (os otomanos aceitavam mais a ortodoxia sérvia que o catolicismo de seus principais inimigos, os Habsburgos), os sérvios utili-

² Quando a república iugoslava da Macedônia tornou-se independente, a Grécia não reconheceu o novo Estado e contestou o nome, temendo que o mesmo pudesse implicar em futuras ambições territoriais sobre a província norte grega de mesmo nome. Além disso, era contra a estrela estampada na bandeira macedônica, alegando ser a mesma de origem Helênica. Para contornar o problema o novo Estado foi reconhecido internacionalmente e admitido na ONU com o nome de Former Yugoslavia Republic of Macedonia (FYROM). Com o propósito de facilitar a leitura, continuaremos a designar aquele país como Macedônia.

³ Essa fronteira foi habitada por sérvios, que a auto denominaram Vojna Krajina (em servo-croata) – Fronteira Militar, e funcionou como uma barreira defensiva do império austríaco contra os otomanos. Com o tempo, ficou conhecida simplesmente como Krajina.

zaram principalmente os monastérios para cultivar seus valores ancestrais, sem nunca se dobrar aos otomanos.

Durante os séculos XV e XVI os otomanos levaram jovens cristãos para Istambul, onde eram convertidos ao Islão. Calcula-se que 200 mil crianças dos Bálcãs passaram pelo sistema durante os dois séculos de operação. Além disso, escravos feitos em campanhas podiam obter a liberdade e arrendatários cristãos tinham regalias em relação à *propriedade*⁴ das terras, caso se islamizassem. Essas práticas explicam, a exemplo da Bósnia, o crescimento de albaneses que adotaram a religião muçulmana, número que chegou a dois terços da população total daquela etnia, no final do século XIX.

Durante as guerras entre os austríacos e os turcos, entre 1690 e 1735, novamente milhares de famílias sérvias deixaram a região em direção à Vojvodina e Eslovênia. Foi a chamada *velika seoba* (grande migração na língua servo-croata), a qual, somada ao êxodo de 1389, explica a minoria sérvia na província de Kosovo.

No século XIX, sérvios e montenegrinos declararam guerra aos turcos. Em 1830, os otomanos concederam à Sérvia o *status* de principado autônomo. Em 1844, os sérvios ocuparam definitivamente grande área de maioria albanesa, inclusive Kosovo. Estima-se que 350 mil albaneses deixaram a região.

No Congresso de Berlim, a idéia medieval de Dusan foi usada como guia para as reivindicações sérvias. A Sérvia foi reconhecida oficialmente como Estado autônomo, do qual fazia parte o território de Kosovo, enquanto Montenegro incorporou parte do atual território albanês. Os albaneses tentaram constituir um Estado próprio, sem obter sucesso. Surgiu então um movimento pela independência das regiões de maioria albanesa.

Os sérvios foram acusados de promover, após o Congresso de Berlim, a retirada de milhares de famílias albanesas da província (300 mil teriam ido para a Turquia), de terem confiscado suas propriedades sem qualquer compensação e de iniciar um programa de colonização sérvia na região.

Em novembro de 1912, líderes albaneses proclamaram a independência da Albânia. Os sérvios avançaram para Durazzo, ao norte, e os gregos demonstraram a intenção de anexar o sul da região. Para evitar um conflito, foi realizada uma conferência em Londres que manteve Kosovo com a Sérvia e estabeleceu uma comissão internacional para delinear a fronteira com a Grécia. Praticamente metade das terras com maioria albanesa ficou com a Sérvia e com Montenegro.

A comissão não conseguiu concluir seu trabalho. Os gregos invadiram o Sul e Montenegro o Norte. Ao mesmo tempo, irrompeu na capital Tirana uma revolta incentivada pelos turcos. Nesse quadro, começou a Primeira Guerra Mundial e o país se transformou em campo de batalha.

Em 1921, a Albânia foi finalmente reconhecida como Estado soberano, mantendo as mesmas fronteiras de 1913. Em 1939, o país foi invadido por Mussolini e, ao final da Segunda Guerra Mundial, tornou-se socialista, o que provocou a fuga

⁴ No Império Otomano ninguém era dono das terras, que pertenciam ao sultão. No entanto, os muçulmanos tutelavam determinada área e tinham cristãos (sérvios ou croatas) que trabalhavam nela como meeiros, pagando, ao mesmo tempo, a renda fundiária e o imposto estatal.

de milhares de pessoas para Kosovo, aumentando ainda mais a população albanesa naquela província.

Na república iugoslava que se formou após a Segunda Guerra mundial, sob a presidência do Marechal Tito, Kosovo foi denominada região administrativa e, em 1968, ganhou o *status* de província autônoma da Sérvia.

Em 1974, uma nova constituição iugoslava deu substancial poder às seis repúblicas e às duas províncias autônomas (banco central, polícia, sistemas judiciais e educacionais separados). Foram constituídos institutos de língua albanesa e observados feriados islâmicos.

Com a morte do Marechal Tito, em 1980, tentou-se manter a rotação anual entre os representantes de cada república, na presidência do país. Mas o sistema deteriorou-se. Já em outubro de 1981, os albaneses de Kosovo foram às ruas pedindo independência da Sérvia para se tornar a sétima república. Os protestos foram fortemente reprimidos pelo Exército e pela polícia federal.

A intervenção do Exército iugoslavo em Kosovo resultou em mortos e feridos e despertou a desconfiança nos croatas e eslovenos,

uma vez que o exército nacional iugoslavo era constituído predominantemente por sérvios, não tendo um caráter efetivamente nacional. Esse fato, somado ao problema econômico que o país vivia e a queda do Muro de Berlim, que acabou com outro fator que mantinha os iugoslavos unidos (o temor de uma intervenção soviética), provocou forte desejo de separação nas repúblicas mais ricas da Eslovênia e Croácia. O poder central começou a perder terreno para os governantes locais. Antigos comunistas passaram a ver no ressurgimento dos nacionalismos, apoiados por forte propaganda, a

única saída para se manterem no poder.

Em 1987, Slobodan Milosevic, que iniciou sua carreira como político populista, evocando o nacionalismo sérvio em Kosovo, provocou a queda do presidente iugoslavo. Em 28 de março de 1989, conseguiu modificar a constituição, passando as províncias de Kosovo e da Vojvodina ao controle sérvio.

Em 28 de junho daquele ano, foi preparada, em Pristina, capital de Kosovo, a celebração dos 600 anos da Batalha de Kosovo. A celebração acabou se tornando uma típica demonstração do nacionalismo sérvio, sendo considerada como um simbó-



Fig. 1 – Localização da província iugoslava de Kosovo e

lico ponto de inflexão na história da Iugoslávia. Milosevic, sob a desculpa de proteger a minoria sérvia, que reclamava de segregação por parte da maioria albanesa, decretou o fim da autonomia que aquela província gozava.

A DÉCADA DE 1990

Em 1990, o parlamento kosovar foi suspenso, o governo dissolvido, e todo o poder administrativo e executivo da província passou ao controle da Assembléia Nacional sérvia. O ensino na língua albanesa foi proibido e a imprensa censurada. Novos protestos eclodiram, gerando uma nova onda de repressão.

A partir daí, começaram os enfrentamentos. Surgiu a Liga Democrática de Kosovo (LDK), que reunia liberais, sociais-democratas e democratas-cristãos. Era liderada por Ibrahim Rugova, presidente da Associação dos Escritores de Kosovo, uma entidade contra a dominação sérvia, a violência e a favor da democracia.

Em setembro, os albaneses proclamaram a república em Kosovo, não reconhecida pelo governo federal iugoslavo, e iniciaram a criação de suas próprias ins-

tuições. Estabeleceram um governo paralelo, com sistema de ensino, de recolhimento de impostos e hospitais próprios.

Em 1991, Croácia, Eslovênia e Macedônia tornaram-se independentes, seguidos pela Bósnia Herzegovina, no ano seguinte, levando à guerra civil que durou quatro anos. Em 1992, a Iugoslávia passou a ser formada pelas repúblicas da Sérvia e de Montenegro e as províncias da Vojvodina e de Kosovo.

Com os sérvios voltados para guerra na Croácia e na Bósnia, os albaneses gozaram de um período de relativa calma, com enfrentamentos isolados entre radicais e a polícia sérvia, mas sem uma escalada completa de violência.

Em maio de 1992, os kosovares (palavra criada provavelmente pela imprensa para designar os albaneses de Kosovo) elegeram Rugova como presidente, fato simplesmente ignorado pelas autoridades de Belgrado.

Surgiu o Exército de Libertação de Kosovo (ELK), grupo radical que passou a lutar pela independência da província. Em 1995, os albaneses tentaram colocar na pauta do Acordo de

Dayton, que pôs fim à guerra na Croácia e na Bósnia, o problema de Kosovo, o que foi bloqueado por Milosevic. As ações violentas só se tornaram regulares a partir de 1996 e, um ano após, com a queda do governo da Albânia, os guerrilheiros conseguiram mais armas para enfrentar os sérvios.

O ELK armou-se e passou a atacar alvos sérvios com mais intensidade. Em 1998, com uma ação de guerrilha em larga escala, chegou a controlar 40% da província. As vitórias iniciais reavivaram o sonho da formação de uma *Grande Albânia*, que uniria a província ao país vizinho de mesma origem étnica.

A reação do Exército nacional iugoslavo e de grupos paramilitares foi dura. Em abril, iniciaram a ofensiva contra o ELK, reconquistando os territórios e praticando a limpeza étnica que ficou famosa no conflito de 1991-95. A ação militar fortaleceu o ELK, que passou a receber a adesão de centenas de militantes da moderada LDK, liderada por Rugova. No início de 1999, estimava-se seu efetivo em torno de três mil militantes.

Em 31 de março de 1998, a ONU, através da Resolu-

KOSOVO – A INTERVENÇÃO DA OTAN E A MISSÃO DE PAZ DA ONU



Fig. 2 – Áreas de atuação do Exército iugoslavo e de grupos

ção Nº 1.160, impôs um embargo de armamento à Iugoslávia, o que não impediu a morte de dois mil albaneses e a fuga de aproximadamente 200 mil, até os primeiros meses de 1999. A Albânia, que ainda não havia se recuperado dos distúrbios de 1997, provocado pelo caos econômico que se instalou por conta do esquema de investimento das pirâmides que destruiu a poupança de boa parte da população, passou a viver o problema dos refugiados, sem ter condições econômicas de suportá-lo.

Além do embargo, a Resolução 1.160 determinou que a Iugoslávia devia retirar a polícia especial de Kosovo, cessar as hostilidades que afetavam a popula-

ção civil e autorizar a ação de organizações humanitárias na província, incluindo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A Resolução Nº 1.199, de 23 setembro de 1998, admitiu que o conflito trazia perigo à paz e à segurança na região. Determinou que a Iugoslávia adotasse medidas concretas para resolver o problema político e autorizasse o monitoramento da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), além de reforçar as determinações da resolução anterior.

Em 13 de outubro, o Conselho do Atlântico Norte, em reunião em nível de ministros de defesa, autorizou a ativação de ordens

para ataques aéreos contra a Iugoslávia, com intuito de pressionar o governo de Milosevic. Surtiu efeito, pois o governo iugoslavo autorizou uma missão de verificação da OSCE com efetivo de dois mil observadores e uma missão de observação aérea da OTAN, tendo as mesmas sido estabelecidas oficialmente pela Resolução 1.203, de 24 outubro de 1998, do Conselho de Segurança da ONU.

Os países europeus, sob a liderança americana, tentaram a elaboração de um plano de paz para a região. Em fevereiro de 1999, após mais de duas semanas de negociações, a conferência realizada em Rambouillet (um castelo perto de Paris) encerrou os trabalhos sem ter alcançado seu objetivo de aprovar um plano de paz. O plano apresentado pelo Grupo de Contato (EUA, Rússia, Grã-Bretanha, Itália, França e Alemanha) previa um período de transição no qual a província ganharia poderes executivo, legislativo e judiciário próprios e uma força policial controlada pelos albaneses. Considerava ainda fundamental o desdobramento de uma força de paz para o acompanhamento das fases do acordo.

Os sérvios condicionaram a presença de forças terrestres da OTAN, em seu território, à desistência dos albaneses de reivindicar a independência da província. Estes, por sua vez, insistiam na convocação de um referendo sobre a independência após três anos de autonomia.

Numa segunda rodada de negociações, em meados de março, em Paris, os albaneses assinaram o acordo de paz enquanto os sérvios o rejeitaram, por considerarem-no uma ameaça à soberania sérvia.

Em 20 de março, os membros da missão de verificação da OSCE retiraram-se de Kosovo ante as ações das forças sérvias que obstruíam o seu trabalho.

Com o impasse nas negociações e o prosseguimento da ação do Exército iugoslavo contra os guerrilheiros do ELK e a população da província, os dirigentes dos países da OTAN decidiram iniciar o bombardeio aéreo da Iugoslávia.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A província sérvia de Kosovo e Metohija (nome oficial) tem uma área de, aproximadamente, 6.800 quilômetros quadrados, na qual vivem

em torno de 2,1 milhões de habitantes sendo 90% de albaneses. Faz fronteira a este e norte com a República Sérvia, a oeste com a República de Montenegro, a sudeste com a Macedônia e a sudoeste com a Albânia.

Seu solo é rico em minerais como carvão, zinco, níquel e chumbo. Grande parte do carvão exportado pela Iugoslávia é retirado da província. Só a mina de Becevac, próxima de Pristina, abastece o complexo termelétrico de Obilic, que é responsável por gerar eletricidade para Kosovo e parte da Sérvia.

A região da Metohija localiza-se na parte oeste da província. É formada por planícies bastante férteis, em meio a montanhas, propícias à agricultura e atividades pastoris.

O relevo varia de altitudes próximas ao nível do mar, na parte central até montanhas com mais de dois mil metros, localizadas junto à fronteira com Montenegro, ao norte (Montanhas Kopaonik) e na fronteira com a Macedônia (Montanhas Sar).

O clima é continental com verões quentes, primaveras chuvosas e invernos com fortes precipitações de neve. As temperaturas médi-

as são de 28° C, no verão, e 3° C, no inverno.

A vegetação apresenta campos de pastagens, que se estendem da faixa central para o norte, e de florestas, que circundam praticamente toda a faixa de fronteira da província.

A capital é Pristina, tanto para a administração sérvia como para a administração paralela instalada pelos albaneses a partir de 1992. Possui, aproximadamente, 200 mil habitantes. É onde funciona o pequeno parque industrial da província, com indústrias leves e de processamento de alimentos. A oeste, a mineração, principal atividade de Kosovo, é bastante desenvolvida.

As maiores cidades são Pec e Prizren. Pec é uma das cidades chave para os sérvios, por ser a residência do patriarca ortodoxo sérvio da província, além de importante nó rodoviário. A região de Prizren tinha uma população de aproximadamente 250 mil pessoas antes do conflito, a maioria albanesa, havendo também sérvios, turcos e *gorans* (muçulmanos de origem eslava).

A cidade de Decani, com uma população normal de 20 mil habitantes, foi o centro do conflito entre os

sérvios e os albaneses em 1998. Em junho daquele ano, relatos davam-na como completamente vazia. Ela é importante pelos vários mosteiros medievais que lá se encontram e por ser importante ligação rodoviária com o Norte e o Sul. Outra cidade de destaque é Mitrovica. Por sua proximidade com a Sérvia, tendo uma população mais balanceada de sérvios e albaneses, passou a ser o centro dos confrontos entre as duas etnias após a ocupação das tropas da OTAN.

Quanto à religião, estima-se que 81% dos habitantes sejam muçulmanos, 10% ortodoxos e 9% católicos. São dados estimados, porque os albaneses não participavam dos censos realizados.

A província tem um simbolismo religioso muito grande para os sérvios. A partir da Batalha de Kosovo, a saga contra o domínio otomano, cantada em prosa e verso pela literatura sérvia, deu à província a conotação de berço da nacionalidade sérvia. Existem, em Kosovo, mais de 1.200 igrejas sérvias e mosteiros. Os restos mortais do Príncipe Lazar, morto durante a batalha de 1389, depositados num mosteiro em Gracanica, são visitados por peregrinos.

Os ressentimentos sempre foram um marco na convivência entre sérvios e albaneses. Estes, por serem maioria na província, segregaram a etnia majoritária da Iugoslávia. Os sérvios eram impedidos de freqüentar determinadas escolas, hospitais e a própria Universidade de Pristina, onde o ensino era feito em albanês. Com o ressurgimento do nacionalismo sérvio, a segregação praticada pelos albaneses serviu de munição para Milosevic se firmar como o arquiteto da *Grande Sérvia*.

FORÇAS MILITARES EM PRESENÇA

As Forças Armadas da Iugoslávia, tinham um efetivo

em torno de 135 mil homens. A Força Terrestre, com 100 mil homens e Quartel-General (QG), em Belgrado, dividia-se em três exércitos: o 1º, responsável pela parte norte da Sérvia e a Vojvodina; o 2º, englobando a parte sudoeste da Sérvia e o território de Montenegro e o 3º, presente na parte sudeste da Sérvia e a província de Kosovo.

Aproximadamente 40 mil homens estiveram operando em Kosovo.

A Força Aérea, com efetivo em torno de 29 mil homens, desdobrava-se em Brigadas de Aviação localizadas nas bases de Baticanica, Kraljevo, Ponikve e Kovin, na Sérvia, Podgorica, em Montenegro e Pristina, em Kosovo.



Fig. 3 – Dispositivo das Forças Armadas

A Marinha, com efetivo em torno de seis mil homens, estava quase toda baseada na Baía de Kotor, em Montenegro.

Atuaram também em Kosovo os grupos paramilitares *Arkan's Tigers* (Tigres de Arkan) e *White Eagles* (Águias Brancas), conhecidos pela limpeza étnica que realizaram em regiões da Bósnia e da Croácia, durante a guerra de 1991-95.

A força da OTAN foi composta por mais de 270 aviões e helicópteros, 3 porta-aviões, 10 fragatas, 2 cruzadores, 9 destróieres e 3 submarinos, além de navios de apoio.

O efetivo de pessoal chegou a 50 mil homens baseados na Macedônia e Albânia, em condições de invadir a província. Só os EUA envolveram 31.600 homens, sendo 18.400 em terra e 13.200 no mar.

OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO

Durante a Operação Forças Aliadas, foram realizadas mais de 35 mil missões aéreas, sendo 11.300 de bombardeios e 7.400 para supressão da defesa aérea iugoslava.

Os bombardeios destruíram pontes ferroviárias e rodoviárias; refinarias, aeroportos; aviões; peças de artilharia, viaturas blindadas e veículos militares diversos; escolas, rodovias e emissoras de rádio e televisão.

O número de baixas, comparando dados da OTAN e do governo iugoslavo, foi em torno de: 10 mil soldados sérvios mortos ou feridos; 2 militares americanos mortos em acidente com helicóptero; 2 mil civis mortos; 5 mil civis feridos e 3 chineses mortos no ataque à embaixada chinesa em Belgrado.

O número de refugiados albaneses que deixou a província após o início dos bombardeios passou de 855 mil refugiados, segundo o ACNUR. O número de desalojados (DPS)⁵ foi estimado em mais de 120 mil em Montenegro e em Kosovo.

Durante a intervenção, travou-se também uma batalha paralela na mídia e na Internet, onde ambos os lados procuraram obter vantagens. A OTAN, mostrando o problema dos refugiados para justificar os bombardeios, e os iugoslavos, apresentando os erros dos

mesmos e seus efeitos na população civil para tentar mobilizar a opinião pública mundial.

A MISSÃO DE PAZ

Os acordos e resoluções

Em 9 de junho, generais iugoslavos e da OTAN assinaram o Acordo Técnico Militar, pelo qual o governo iugoslavo concordou com a presença militar da OTAN no território de Kosovo⁶ e o estabelecimento de zonas de segurança aérea de 25km, e terrestre de 5km, na faixa de fronteira entre a província e a República Sérvia. Foram definidos também o calendário e as condições da retirada das tropas sérvias, além dos direitos da força militar internacional.

Com base naquele acordo, a Resolução Nº 1.244, de 10 de junho de 1999, do Conselho de Segurança da ONU, autorizou o estabelecimento de uma administração civil internacional, com autoridade sobre o território e a população de Kosovo por um período inicial de 12 meses.

Determinou também que a força de segurança se-

⁵ A ONU difere *refugees* - refugiados (fugindo da guerra deixam a região que habitam e se estabelecem em outro país) e *displaced persons-DPs* - desalojados (saem da região que habitam mas permanecem no país).

⁶ A força internacional militar encabeçada pela OTAN recebeu o nome de Kosovo Forces - Forças de Kosovo (KFOR).

ria estabelecida com substancial presença da OTAN, que todas as forças sérvias, incluindo policiais e paramilitares, deveriam deixar a província, e que o ELK deveria ser desmilitarizado, tudo para permitir o retorno livre e seguro dos refugiados.

Um número predeterminado de sérvios poderia retornar para executar funções de ligação com a missão civil internacional e a força de segurança, marcação e limpeza de campos de minas e manter a presença em locais de patrimônio sérvio e nos postos de fronteira.

Em 21 de junho, o ELK assinou os termos de sua desmilitarização e transformação, do qual contavam o calendário e as condições para a entrega de armamentos e instalações para o controle da KFOR.

Cumprindo o acordo militar, em 20 de junho, todas as forças sérvias haviam se retirado de Kosovo.

Naquele mesmo dia, foi firmado um acordo para a presença russa na KFOR, estipulando um efetivo de mais de 3.600 homens, entre forças de combate, pessoal de apoio e oficiais de ligação, o que resolveu o impasse criado pela entra-

da em Kosovo de tropas daquele país antes das forças da OTAN.

A Operação de Paz

A operação de paz tem fases bem definidas. Primeiramente, estabeleceu-se a força de segurança, que possibilitou a instalação do componente civil, o qual passou a cuidar das fases seguintes: estabelecimento da estrutura administrativa, assistência emergencial aos refugiados, restauração dos serviços públicos e preparação do sistema judiciário; administração dos serviços públicos e sociais, consolidação das leis e início da preparação do pleito eleitoral; condução das eleições e, numa última etapa, o auxílio aos representantes eleitos no estabelecimento de instituições e transferência da autoridade da ONU para as instituições estabelecidas.

O Componente Militar

A KFOR é o componente responsável pela segurança da operação de paz. Possui efetivo de 50 mil homens de 36 países, 42.500 desdobrados em Kosovo e 7.500 em pessoal de apoio baseados na Macedônia, Albânia e Grécia.

Recebeu as missões de deter as hostilidades e forçar o cessar fogo; desmilitarizar o ELK e outros grupos armados albaneses; estabelecer um ambiente de segurança para o retorno seguro dos refugiados e para a ação dos órgãos civis internacionais e da administração transitória e assegurar a proteção e a liberdade de movimento de todas as organizações envolvidas.

Deveria também assegurar, temporariamente, a segurança e a ordem públicas e supervisionar os trabalhos de desminagens, até que o componente civil assumisse a responsabilidade por essas tarefas.

A KFOR foi organizada em um comando em Pristina, com militares de todos os países participantes e brigadas multinacionais distribuídas em cinco setores, cada uma com efetivo em torno de oito mil homens e constituída por Forças Tarefa (FT) valor batalhão, elementos de apoio ao combate e de apoio logístico.

O Setor Norte, com QG em Mitrovica, ficou sob responsabilidade da França, que possui o maior efetivo, além de tropas dos Emirados Árabes, Dinamarca, Bélgica, Rússia e Marrocos.

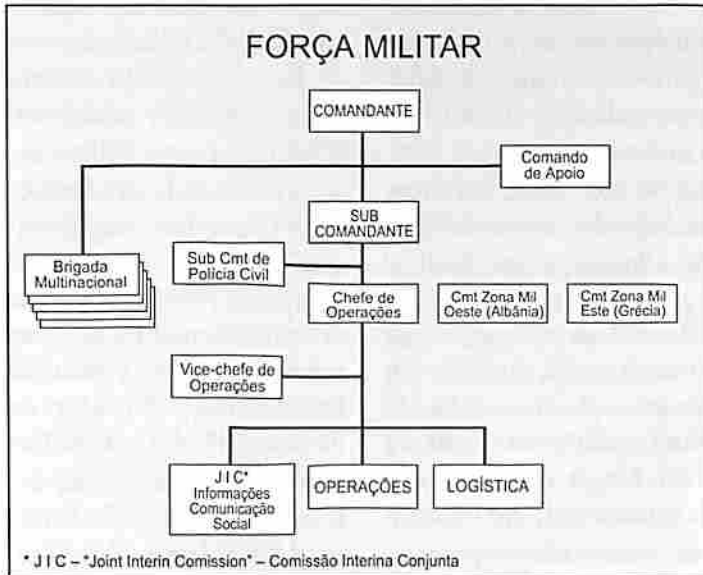


Fig. 4 – Estrutura da

O Setor Sul, com QG em Prizren, está sob o comando da Alemanha e possui forças da Alemanha, Holanda, Turquia, Rússia, Áustria, Suíça, Eslováquia, Geórgia e Azerbaijão

O Setor Oeste, com QG em Pec e sob comando da Itália, tem tropas da Itália, Espanha, Portugal e Argentina.

O Setor Este, com QG em Gnjilane, sob comando dos EUA, possui tropas dos EUA, Rússia, Polônia, Grécia, Ucrânia; Lituânia e Emirados Árabes.

O Setor Central, com QG em Pristina, sob comando da Inglaterra, é formado por tropas da Inglaterra, República Checa, Canadá, Noruega, Suécia e Finlândia.

Uma de suas principais preocupações tem sido o

desarmamento da população. Diariamente foram relatadas apreensões de armamento e munição e, até setembro de 1999, o ELK havia entregue 10 mil armas à KFOR.

O Componente Civil

A missão da ONU recebeu o nome de *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo* - Missão de Administração Interina da ONU em Kosovo (UNMIK) - e tem um orçamento estimado para o ano 2000 de 299 milhões de dólares (sem incluir os investi-



Fig. 5 – Os setores da KFOR.

mentos necessários na região e a reconstrução).

É dirigida pelo Dr. Bernard Kouchner (fundador e presidente da ONG Médicos sem Fronteiras), designado Representante Especial do Secretário Geral da ONU (RESG).

É uma missão sem precedentes na história da ONU pois, pela primeira vez, apesar de exercer o mandato sobre determinada região, divide tarefas com outras organizações, no caso a União Européia (UE), a OSCE e a OTAN. Assim, o RESG é secundado no comando pelo Vice-Representante Principal e quatro Vice-Representantes, responsáveis por cada um dos setores envolvidos na missão: a administração civil (a cargo da ONU); a assistência humanitária (liderada pelo ACNUR); a democratização e construção institucional (liderada pela OSCE) e a reconstrução econômica (responsabilidade da UE).

O componente civil tem a missão estabelecida de: promover o estabelecimento de autonomia e governo próprio em Kosovo; executar funções administrativas civis básicas; organizar e dirigir o desenvolvimento de instituições provisórias enquanto prepara-se

um acordo político que leve a um governo próprio, democrático e autônomo, incluindo a realização de eleições; transferir, assim que as instituições provisórias estiverem estabelecidas, responsabilidades administrativas; facilitar o processo político destinado a determinar o "status" futuro de Kosovo, levando em consideração os acordos de Rambouillet; num estágio final, dirigir a transferência da autonomia, das instituições provisórias para as estabelecidas pela nova política; apoiar a reconstrução da infra-estrutura e da economia da província; apoiar, em coordenação com organizações humanitárias internacionais, a ajuda humanitária; manter a lei civil e a ordem, incluindo o desdobramento da polícia internacional em Kosovo e o futuro estabelecimento de forças policiais locais; proteger e promover os direitos humanos; e assegurar o retorno livre e seguro dos refugiados

Atividades da UNMIK

A Polícia Internacional da ONU, com efetivo de mais de três mil homens substituiu a polícia sérvia na província. Além das missões normais, deverá estruturar e

supervisionar o novo serviço policial de Kosovo.

Foi estabelecido o Conselho Transitório de Kosovo (CTK), corpo consultivo em mais alto nível, que funcionará como um miniparlamento até as eleições. É composto por 34 membros: nove representantes dos partidos políticos, o Partido Democrático Popular de Kosovo (PPDK), a Liga Democrática Unida (LDB) e a Liga Democrática de Kosovo (LDK); dois políticos independentes; três representantes das comunidades religiosas; nove representantes da comunidade civil; sete das comunidades nacionais, (bósnios, sérvios, turcos, etc.) e quatro membros do Conselho Administrativo Interino (CAI).

O CAI, composto por oito representantes albaneses, sérvios e da UNMIK, tem como principal missão a preparação da regulamentação político partidária e eleitoral, de modo a tornar possível a realização de eleições ainda em 2000.

Foi criada também a Estrutura Administrativa Interina Conjunta (EAIC). Possui 19 departamentos, nas mais diversas áreas: Correio e Telecomunicações; Seguridade Social e Saúde;

Educação e Ciência; Administração Local; Orçamento e Finanças; Assuntos de Não Residentes; Serviços Públicos Gerais; Segurança Civil e Preparação para Emergências (Defesa Civil); Utilidades Públicas; Democratização e Sociedade Civil; Cultura; Juventude e Esportes; Trabalho e Emprego; Transportes e Infra-estrutura; Agricultura; Reconstrução; Comércio e Indústria; Meio Ambiente e Justiça.

O CAI e a EIAC foram constituídos como forma de dividir a administração da ONU com os habitantes locais, primeiro passo na preparação das instituições e administração civis próprias de Kosovo.

Como parte da transformação do ELK, foi criado o Corpo de Proteção de Kosovo (CPK). Com efetivo regular de três mil homens, tem um custo previsto de 18 milhões para o ano 2000 e é de grande importância para a estabilidade na região, uma vez que emprega boa parte de antigos guerrilheiros.

O CPK atua sob direção do Representante Especial do Secretário Geral da ONU, que é também o responsável pelos recursos financeiros e é supervisionado pelo comandante da KFOR.

Suas missões são: pronta resposta a desastres, incêndios e acidentes industriais; condução de buscas e resgates; atuar na assistência humanitária em áreas isoladas; trabalhar em desminagens e na reconstrução da infra-estrutura danificada ou destruída. Tem cunho civil e não participará da defesa, segurança interna ou qualquer tarefa que envolva a manutenção da lei e da ordem.

Tem QG em Pristina e seis grupos de trabalho. Embora absorva boa parte

lho de 1999, foram designados os primeiros juizes e promotores do novo sistema judiciário de Kosovo. Uma corte de direitos humanos começou a funcionar e especialistas locais iniciaram a preparação de um novo código penal, com auxílio do Conselho Europeu.

Como havia cerca de cinco mil pessoas desaparecidas em Kosovo, parte das quais acreditava-se estarem presas na Sérvia, foi estabelecida uma comissão conjunta para tratar de assuntos refe-

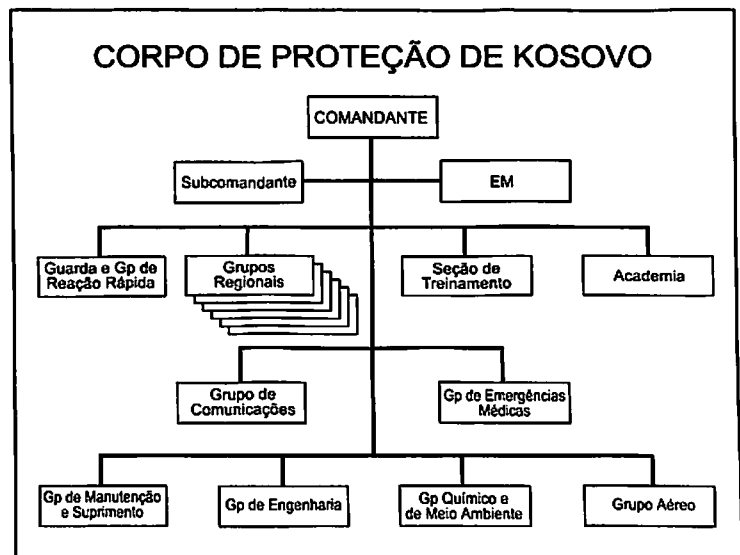


Fig. 6 – Estrutura do Corpo de Proteção de

do ELK, tem caráter multi-étnico, o que também é fundamental para a estabilidade da região.

Com relação aos assuntos judiciais, em 30 de ju-

rentes a prisioneiros comuns, de guerra e políticos.

O Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia passou a investigar os supostos crimes con-

tra a humanidade que teriam acontecido. Em seis meses de trabalho, haviam sido encontrados 2.100 corpos, enterrados em 195 diferentes locais

Foram estabelecidas, pela UNMIK, regulações relativas a: moeda; justiça; importação, transporte e distribuição de petróleo e derivados; propriedades; serviço postal e telecomunicações; nomeação de administradores para regiões e municípios; estabelecimento de autoridade fiscal e bancária; registro e cooperação das ONGS; taxas e direitos humanos.

Como parte de atividades de Comunicação Social, foi colocada no ar a rádio *Blue Sky* que transmite programação variada e serve de meio para que a administração da ONU divulgue seu trabalho, seus projetos e os resultados obtidos, de modo a manter a confiança da população no sucesso da Missão.

Foi estabelecida também uma mídia independente na província, em substituição à mídia estatal iugoslava.

O ACNUR contabilizou em torno de 64% de casas e prédios destruídos ou gravemente danificados, em 141 cidades e vilas pesquisadas, além de 40% das fontes de

água estarem contaminadas. Quanto aos refugiados, 810 mil haviam retornado à Kosovo, nos primeiros sete meses da Missão.

O UNICEF conseguiu recuperar grande parte das escolas danificadas e, em outubro de 1999, iniciou o ano escolar, quando 300 mil crianças retornaram às aulas.

O *World Food Programme* (WFP) passou a alimentar 900 mil pessoas, por um prazo inicial de seis meses.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciou o desenvolvimento de vários programas, como o estabelecimento de um novo sistema de saúde, sendo o principal deles relativo às minas, uma vez que, apenas no primeiro mês de funcionamento da UNMIK, foram contabilizados mais de 130 acidentes.

A *Food and Agriculture Organization* (FAO) passou a desenvolver atividades, orçadas em 6,7 milhões de dólares, para recuperar a produção agrícola da região.

As atividades de reconstrução da província, ainda em andamento, atingem principalmente as áreas da indústria; do sistema de telecomunicações; estradas de ferro, estradas e pontes; sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica e

aeródromos. Outra atividade importante é a limpeza ambiental dos danos causados pelos bombardeios. O custo para a reconstrução está estimado em torno de 740 milhões de dólares ao ano, por um prazo de 3 anos

Verifica-se, portanto, que será um longo caminho a percorrer e provavelmente, a exemplo de outras várias missões, o mandato da ONU na região deverá ser renovado algumas vezes até que a província retorne ao controle do governo iugoslavo.

REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO

A ação armada da OTAN e os acontecimentos que a sucederam, provocaram reflexões sobre diversos aspectos, alguns dos quais passaremos a apresentar.

A legalidade do ataque

O ataque foi dirigido contra um país soberano que resolvia um problema interno como fazem, por exemplo, os turcos em relação aos curdos ou os espanhóis em relação à guerrilha separatista basca. A decisão unilateral dos EUA e seus aliados europeus não levou em consideração a es-

trutura do direito internacional ao não consultar a ONU, através de seu Conselho de Segurança, que deveria dar o respaldo jurídico, a exemplo do Iraque, em 1991. Logicamente, a consulta não foi feita porque, dentre outras razões, eram previstos os vetos da Rússia e da China.

A Carta da ONU e subsequentes resoluções e decisões do Tribunal Internacional proíbe a ameaça ou uso da força, a não ser que o Conselho de Segurança autorize expressamente, depois de concluir que os meios pacíficos fracassaram, ou em defesa própria contra agressão armada, até que o Conselho de Segurança atue. A OTAN baseou-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ao garantir os direitos dos indivíduos contra Estados opressores, deu origem à questão da *intervenção humanitária*, utilizada para justificar a ação armada. Caracterizou-se o uso daquele direito para impor a política da força.

As posições da Rússia e da China

A Rússia condenou os ataques e pediu a intervenção do Conselho de Segu-

rança da ONU. Em 26 de março, o projeto russo que exigia o fim imediato dos ataques da OTAN e a retomada urgente das negociações de paz para Kosovo foi rejeitado por doze votos a três. Os únicos países que votaram a favor do projeto foram a própria Rússia, a China e a Namíbia, tendo o Brasil e a Argentina votado contra.

A China, como era esperado, seguiu sua política contrária à intervenção nos assuntos internos dos Estados. Suas relações com os países da Aliança ficaram mais difíceis após o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, *um engano* segundo a OTAN. Quando o acordo de paz foi posto em votação no Conselho de Segurança, a China acabou não obstruindo as negociações, o que facilitou o consenso e o fim dos bombardeios.

A ajuda humanitária seletiva

A intervenção suscitou também a polêmica quanto à seletividade da ajuda humanitária. A Aliança bombardeou a Iugoslávia para proteger os albaneses de Kosovo, mas a mesma proteção não foi dada aos Curdos, ou aos

habitantes do Sri Lanka, do Afeganistão, ou de vários pontos da África, onde os conflitos étnicos já causaram muito mais vítimas.

O fato é que Kosovo está localizado na Europa, e as potências européias necessitam de um continente estável que permita o fortalecimento da UE, principalmente no momento em que se inicia a união monetária. Assim, não há lugar para Estado com regime totalitário, nem para nacionalismo exacerbado, mas sim, Estado com fortes instituições democráticas.

Com o agravamento do conflito, o deslocamento de grande número de refugiados para os países mais ricos da Europa, agravaria o problema dos altos índices de desemprego que enfrentam, gerando mais problemas sociais e perturbações da ordem interna e prejudicando o crescimento, com reflexos para a própria UE.

A ação contra a Iugoslávia teria sido a imposição da ordem européia, contra o nacionalismo sérvio e o governo de Milosevic, usando como ferramenta a OTAN. Foi também, uma tentativa de reconquistar sua posição de importância no cenário internacional e de não co-

meter as mesmas falhas do conflito iugoslavo anterior.

A abertura de um precedente

A intervenção, apoiada por grande parte da comunidade internacional, abre um precedente perigoso, pois concede direito à OTAN de intervir pela força das armas onde achar que deve, seja na Europa, seja em qualquer outra região que considere sua área de interesse. Caso Kosovo consiga sua independência, apesar da resolução da ONU garantir a soberania iugoslava sobre a província, a OTAN terá dado também argumentos para que outras etnias minoritárias, que vivem no interior de nações soberanas, lutem pela autodeterminação.

Não há dúvidas que, além de outros fatores, como a crise econômica na Ásia e os problemas políticos na Indonésia, a intervenção em Kosovo ajudou o Timor Leste a obter sua independência.

A política de ingerência

Enquanto a Iugoslávia era bombardeada, a OTAN comemorou seus 50 anos e foi discutido o novo perfil que deveria ser tomado pela

Organização. O Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, pregou o direito de intervenção como forma de evitar tragédias humanas e os EUA propuseram que o novo conceito estratégico da Organização deveria autorizar as intervenções aliadas, onde e quando fossem necessárias, de modo a defender os interesses comuns.

Além do direito de defender-se de um ataque contra os territórios dos aliados, a OTAN poderá se voltar para problemas bem mais amplos de segurança, como terrorismo, tráfico de drogas, sabotagem e crime organizado. Os membros da Organização pretendem criar condições para que se modifique a Carta da ONU, autorizando operações militares num país sem que seja necessário seu consentimento.

O simbolismo de Kosovo

Os americanos e a OTAN, talvez não tenham dado o valor que o simbolismo de Kosovo tem para os sérvios e calcularam mal a capacidade de resistência iugoslava. A estimativa de que Milosevic cederia com o início dos ataques, como havia acontecido em 1995 na Bósnia Herzegovina, foi outro erro. Aque-

le país esteve ligado ao reino sérvio por curtos espaços de tempo durante sua história e a ação iugoslava foi realizada para garantir os territórios de maioria sérvia. O caso de Kosovo é diferente. A província representa o berço da nação e sua perda significaria a perda da própria identidade sérvia. Era de se prever que a reação não fosse a mesma.

A resistência iugoslava

A resistência iugoslava provocou um impasse. A OTAN, após iniciar os bombardeios não podia retroceder. A opção da invasão terrestre era duramente rejeitada pelos americanos que pretendiam um número zero de mortos. Uma reavaliação foi feita e os objetivos da guerra foram alterados. Passou-se a atingir a estrutura do poder, como a sede do partido e a residência de Milosevic e os estúdios das rádios e TVs estatais. Foram reforçadas as sanções comerciais com a proibição de exportações e importações, o congelamento dos bens do Estado no exterior e o embargo de combustíveis.

Do outro lado, para Milosevic, que alcançou o poder aproveitando-se da questão da minoria sérvia de

Kosovo, ceder diplomaticamente ao exterior significaria a derrota política no seu país. Tentou, então, fazer com que as cenas dos refugiados, os erros dos bombardeios e o custo de uma guerra prolongada, agissem na opinião pública internacional de modo a pressionar os governos para o fim dos bombardeios.

A opinião pública, principalmente a americana, ficou mais sensível aos ataques quando os erros nos bombardeios se tornaram mais freqüentes e cenas de civis mortos foram divulgadas com mais intensidade pela TV sérvia. Ao final de dois meses, menos da metade dos americanos eram favoráveis aos mesmos. A guerra também começou a pesar sobre o euro, desestabilizando a moeda europeia, que começou a perder valor em relação ao dólar. Mas esses fatos não exerceram pressão suficiente sobre os governantes e a vitória da Aliança tornou-se uma necessidade moral.

Talvez Milosevic esperasse também uma maior ajuda da Rússia, o que acabou não acontecendo, em virtu-

de da situação econômica e da desorganização política e militar de seu maior aliado.

Outras razões da intervenção

Além das causas humanitárias e da necessidade européia de impor a sua ordem, pode-se discutir sobre várias outras razões que levaram as potências a uma ação armada contra um país pobre, que não se apresentava como inimigo de nenhuma delas e sem os atrativos econômicos que tinha o Iraque, em 1991.

Os EUA necessitam se impor militarmente. Como destacou Valérie Mello, se há ameaça da segurança ou possibilidade de conflito, *o ator que oferece segurança ganha poder em outros campos também.*⁷ Com o fim da Guerra Fria, os EUA precisam de regimes totalitários ou ilegítimos que justifiquem sua intervenção. Desta vez, o Governo iugoslavo é que foi útil à projeção do poder americano.

Além disso há o interesse do complexo militar. Ao despejar suas bombas em algum lugar do mundo os americanos reaquecem sua

indústria militar, mantêm empregos no setor, testam novos armamentos e equipamentos além de estimular as pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Com o fim da Guerra Fria que acabou com a ameaça soviética e a neutralização, no campo econômico, de outra potência que oferecia ameaça, o Japão, a UE apresenta-se como um bloco que, no futuro, pode fazer face à hegemonia americana. Ao colocar a maioria de seus membros em uma ação armada, os EUA estariam minando a coesão, além de fazer com que recursos aplicáveis em outras áreas fossem destinados ao setor militar.

Outra questão é que a intervenção teria servido para desviar a atenção do público americano e internacional, do processo de *impeachment* do presidente Clinton, que estava em andamento no Congresso americano. Aliás, a manipulação da opinião pública, para desviar sua atenção de determinados assuntos ou para se atingir determinados fins, nem sempre claros, tem sido

⁷ MELLO, Valérie de Campos. *Globalização Regionalismo e Ordem Internacional*. Revista Brasileira de Política Internacional, a. 42, n. 1, p. 157 - 181. Brasília, 1999, p. 163.

praticada com sucesso por vários governos americanos. O Iraque e a Somália foram usados anteriormente por Clinton, assim como, Reagan usou a América Central, a Líbia e o Oriente Médio, nos anos 80.

A falácia do bombardeio humanitário

Com o Governo iugoslavo não dando sinais de rendição, o número de refugiados aumentando dia a dia e a relutância de alguns países encabeçados pelos EUA em desenvolver operações terrestres, caracterizou-se uma certa hipocrisia na suposta intervenção humanitária. Bombas foram usadas para proteger os albaneses, os quais ficaram ainda mais desprotegidos, fugindo dos sérvios e dos aviões da OTAN.

As mortes de civis sérvios e albaneses eram encarradas como contingências da guerra e apresentadas como necessárias para consecução dos objetivos, mas não se admitia a morte de militares da Organização. Logo, a vida de uns poucos soldados valia mais que a vida dos milhares de albaneses que estavam sendo *protegidos*.

As eternas interferências nos problemas dos Balcãs

A independência da Grécia, na década de 1830, o Congresso de Berlim, a independência da Albânia em 1912, são alguns exemplos da constante interferência das grandes potências nos problemas balcânicos. A própria Primeira Guerra Mundial teve como uma das principais causas a anexação da Bósnia Herzegovina por uma grande potência - a Áustria-Hungria.

Em 1991, a União Europeia condicionou o reconhecimento prematuro da Eslovênia e da Croácia a amplas proteções e garantias para as minorias, inclusive a aceitação de várias convenções internacionais sobre direitos humanos. O acordo de Dayton, que encerrou a guerra na ex-Iugoslávia, em 1995, também incluiu termos referentes às minorias.

Mas as interferências não resolveram o problema. Após o acordo de paz de 1995, 60 mil homens da OTAN foram instalados na Bósnia Herzegovina para uma missão de um ano, mas o país ainda apresenta uma situação política extremamente frágil, os antagonismos não cessaram, grande

parte dos refugiados ainda não retornou, a reconstrução do país continua lenta e as forças da OTAN permanecem na região.

A missão da ONU na Macedônia, criada em 1992 com o nome de UNPREDEP e a missão de monitoramento da Península de Prevlaka (UNMOP), na fronteira entre a Croácia e Montenegro, criada pelo Acordo de Dayton, continuam em andamento.

A ação do Tribunal Internacional Penal

No final de maio, o Tribunal Internacional Penal para crimes na ex-Iugoslávia, indiciou a cúpula da Iugoslávia por crimes contra a humanidade. Além do Presidente, o Ministro do Interior sérvio, o Chefe das Forças Armadas iugoslavas, o Vice-Primeiro Ministro sérvio e o Presidente da República Sérvia foram acusados de serem os responsáveis pela campanha de limpeza étnica em Kosovo. Milosevic tornou-se o primeiro chefe de Estado em pleno exercício do poder a sofrer uma ação penal internacional. Ficou evidente que o indiciamento teve a clara intenção de pressionar o seu governo.

A mídia e a limpeza étnica

Se por um lado, a imprensa internacional usou os refugiados albaneses como foco das notícias, muito pouco mostrou sobre os refugiados sérvios. Quando os guerrilheiros do ELK tomaram o controle de parte da província, provocaram a primeira onda de refugiados sérvios. A segunda veio com os bombardeios e, a terceira, após o acordo de paz por medo de possíveis retaliações por parte dos albaneses. Durante a guerra de 1991-95, muito pouco se noticiou sobre os refugiados vindos da Bósnia, da Krajina e das Eslavônias, os quais somaram aproximadamente 800 mil. Grande parte deles ainda encontra-se na Iugoslávia, em residências privadas ou em centros de refugiados estabelecidos pelo governo.

Não se pode deixar de mencionar também, que a limpeza étnica executada em Kosovo não se restringiu apenas aos sérvios. A guerrilha albanesa, durante suas ações em 1998, procedeu da mesma forma, expulsando e matando a etnia rival das regiões conquistadas, o que não foi veiculado pela imprensa internacional.

Ao ser assinado o acordo de paz, os meios de comunicação estatais iugoslavos apresentaram a resistência aos bombardeios e o acordo assinado como uma vitória do governo. Realmente a resistência surpreendeu a comunidade internacional e Milosevic conseguiu, em teoria, manter a integridade do território iugoslavo e tirou a questão da OTAN, levando-a para o âmbito da ONU.

O custo da intervenção

Os ataques custaram mais de 40 milhões de dólares por dia aos países da Aliança, sem computar os gastos com a ajuda humanitária. O custo total da campanha aérea foi estimado em 4 bilhões de dólares.

Os gastos com a reconstrução da Iugoslávia, a manutenção das forças de paz e da administração interina da ONU chegarão a vários bilhões. Estudos realizados apontaram que serão necessários pelo menos três anos para reconstruir a estrutura básica de Kosovo e 45 anos para que a Iugoslávia retorne aos níveis econômicos de 1989.

Se a mesma quantia gasta com a intervenção tivesse

sido aplicada em forma de investimentos na região, ajudando no desenvolvimento e, diminuindo os problemas sociais na região, talvez a questão étnica e religiosa tivesse sido amenizada, facilitando a convivência pacífica, sem que fosse necessária uma ação armada.

A dificuldade para estabelecer a paz

Os líderes da OTAN proclamaram que os bombardeios atingiram seus objetivos, que a força que ocupou a província garantirá a paz e que, após um breve período, os grupos étnicos irão se reconciliar. Uma afirmação um tanto prematura.

A OTAN já teve mais de 20 militares mortos e vários feridos nos oito meses de ocupação de Kosovo. O Ministério das Relações Exteriores da Iugoslávia apresentou, em janeiro de 2000, dentre outros dados que, em torno de 150 mil sérvios haviam deixado a província após a intervenção da OTAN e que, após o estabelecimento da força de paz, foram cometidos 8.500 atos contra sérvios e montenegrinos de Kosovo, que resultaram em 705 mortos, além de inúmeras igrejas e mosteiros dani-

ficados no mesmo período. Em fevereiro, ocorreram graves enfrentamentos entre albaneses e sérvios na região de Mitrovica.

O estabelecimento da paz na província será tarefa das mais difíceis, principalmente após os efeitos provocados pela ação das forças sérvias e os bombardeios.

Os vencedores e os perdedores

O acordo de paz foi negociado, principalmente, pela Rússia, que desde o início dos bombardeios tentou uma solução diplomática para a crise. A atuação do governo de Yeltsin serviu para recuperar o prestígio de seu país no cenário diplomático internacional, demonstrando ser ainda importante na diplomacia mundial, principalmente quando se trata dos Balcãs.

Outro ator que aumentou seu prestígio foi o Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair que, com o discurso mais duro de todos os líderes da Aliança, não só procurou manter o ímpeto dos ataques, como declarava sua total aprovação pelas operações terrestres, em que pesasse a possibilidade de inúmeras baixas em suas tro-

pas. Logicamente, a sua posição era fruto da liberdade de ação que gozava junto à opinião pública e o Parlamento britânico, o que não acontecia com seus colegas alemães, franceses e até mesmo americanos.

Os EUA mostraram novamente a sua condição de potência hegemônica. Ficou patente também que, se por um lado a União Européia causa incômodo à política externa americana, a sua inferioridade militar é latente. A maior parte dos equipamentos militares usados nos bombardeios, assim como 70% das informações sobre os alvos foram fornecidos pelos americanos. Essa inferioridade aqueceu as discussões pela instalação de um sistema de defesa exclusivamente europeu e sobre investimentos de modo a reduzir a dependência militar.

Os grandes perdedores deste conflito foram os iugoslavos que tiveram seu país destruído. Apesar da propaganda positiva do governo, será difícil para o povo entender que após a resistência, a morte de milhares de sérvios e a destruição de grande parte do país, aceitou-se todos os pontos propostos meses antes em

Rambouillet. Apesar da incipiente oposição interna à Milosevic, incidentes como os assassinatos de Zeljko Raznatovic, líder do grupo paramilitar “Arkan’s Tigers” e do Ministro da Defesa Pavle Bulatovic, no início de 2000, ambos fiéis aliados do presidente iugoslavo, podem estar sinalizando para ações mais duras por parte opositores radicais na busca de mudanças políticas no país.

Os albaneses pagaram por sua intransigência em não aceitar o convívio pacífico com os sérvios. Tiveram seu território destruído, milhares de mortos, terão que trabalhar na reconstrução de sua terra e provavelmente não conseguirão sua independência.

Outra grande perdedora foi a ONU. A atuação durante a crise mostrou o quanto a Organização é frágil quando os interesses das grandes potências estão em jogo. Ficou mais uma vez patente as dificuldades que tem para resolver conflitos e sua dependência dos americanos. Finalmente, forneceu mais argumentos aos que pregam a sua renovação, principalmente nos mecanismos de seu Conselho de Segurança.

CONCLUSÃO

O futuro de Kosovo terá um longo caminho a percorrer. Passará pela ajuda financeira internacional para a construção e o desenvolvimento da região, pelo estabelecimento de um governo democrático na Iugoslávia, pelo respeito aos direitos humanos e, principalmente, pela educação da consciência de albaneses, sérvios e demais minorias, de modo que se dissipem as ilusões plantadas durante décadas, pelos nacionalismos.

Quanto à intervenção da OTAN, colocando em prática o *direito de ingerência*, suscita algumas preocupações quanto à tendências futuras.

O atual processo de globalização apresenta algumas características como a diminuição do poder do Estado Nacional e o surgimento de focos nacionalistas, de idéias força, baseadas em interesses étnicos, culturais, econômicos, etc., de grupos populacionais segmentados. Neste mesmo processo as grandes potências têm aumentado seu poder econômico, político e militar, e são capacitadas a intervir em qualquer lugar do planeta, se assim o desejarem.

Essas potências detêm também a soberania da informação, o que lhes dá um incrível poder de influir na opinião pública mundial. Dessa forma, podem mani-

pular problemas domésticos (ambientais, humanitários, econômicos, culturais, políticos, etc.), fazendo-os parecer maiores do que realmente são e, a partir daí, utilizarem-se do *direito de ingerência* para justificar uma intervenção, encobrindo suas verdadeiras razões ou interesses.

Nesse quadro, dificilmente teremos uma sociedade como a defendida por Hugo Grotius, pois as potências fazem prevalecer regras que lhes atendem, ou ignoram regras vigentes, quando não são de seus interesses. Muito menos a paz perpétua de Kant, enquanto os que detêm o poder tratarem problemas locais como se universais fossem e tentarem solucioná-los com guerras. ●

FONTES CONSULTADAS

- Basic Facts About the United Nations*. UN Department of Public Information New York USA, 1995
- JOVANOVIĆ, Aleksandar. *À Sombra do Quarto Crescente*. Editora Hucitec. São Paulo, 1995.
- MALCOLM, Noel. *Bosnia A Short History*. Papermac Editora. Inglaterra 1994.
- SILBER, Laura e LITTLE, Allan. *The Death of Yugoslavia*. BBC Books. Inglaterra. 1996
- The Blues Helmets - *A review of UN Peace-keeping*. UN Department of Public Information New York USA, 1996
- VICKERS, Miranda. *Between Serb and Albanian: A History of Kosovo*. Columbia University Press. EUA, 1998.
- www.egroups.com/group/decani/24318.html
- www.kforonline.com/resouces/intro.htm
- www.kosova.com/expuls/contents.htm
- www.mfa.gov.yu
- www.nato.int/kosovo/all frce.htm
- www.un.org/peace/kosovo/news



O Rearmamento do Exército Brasileiro no final da década de 1930

Hugo Guimarães Borges Fortes*

O artigo resume a história de uma das tentativas de rearmamento do nosso Exército, frustrada em função da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Desaparelhado de há muito para o cumprimento das suas precípua finalidades, vinha o Exército, apesar disto, se mantendo graças ao alevantado espírito dos seus quadros, cujos conhecimentos profissionais, paradoxalmente, aumentavam enquanto, na mesma proporção, tornava mais carente o aparelhamento material.

Tal estado de cousas, com as más conseqüências, foi certamente, desde logo, percebido e as soluções foram tentadas em vários governos.

A situação financeira do País não permitiu, porém, senão algumas vezes, a minoração das deficiências e, desta forma, o hiato veio aumentando a ponto de se tornar patente entre os leigos.

Ao assumir a gestão da pasta da Guerra, já encontrei o Sr. Presidente da República animado do desejo de resolver o magno problema do Exército, aparelhando-o com o material que se fazia mister.

Estudado o problema do rearmamento não foi difícil concluir que, pelo seu vulto e valor monetário, seria

a aquisição de artilharia o centro de gravitação das demais aquisições de que iniludivelmente carecemos. Isto posto, necessário se tornou aguardar uma folga nas finanças do País, para empreender a encomenda estritamente necessária desse material, de que nos achamos desprovidos de um modo absoluto.

A espera do momento oportuno não podia, porém, justificar a inatividade, sabendo-se que outras faltas essenciais, mas menos valiosas, se faziam sentir. Assim, enquanto se aguardava a

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

¹ Fonte: Acervo da Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira na Europa (C. E. I. M. B. E.) - Arquivo do Exército e Centro de Documentação do Exército.

grande oportunidade, e contando sempre com o apoio pessoal do Sr. Presidente da República, foram feitas várias aquisições importantes e foi determinado definitivamente o sistema artilharia que futuramente deveria armar o Exército.

É do conhecimento geral a enorme celeuma que esta última questão deu lugar, mormente entre os artilheiros. As opiniões se dividiam e chegavam até aqui os rumores das discussões em torno das vantagens e desvantagens dos sistemas propostos.

Em meio desta divergência de opiniões, julguei por bem retomar o problema em sua origem, enviando a cada uma das fábricas - SCHNEIDER, KRUPP, BOFORS, ANSALDO e RHEINMETALL - um completo edital para tomada de preços, condições de fornecimento e outras vantagens. De posse das propostas dessas fábricas, fez-se delas um estudo metucioso do qual resultou, - pelos seus preços, prazos de entrega e outras vantagens de ordem técnica - ser escolhido definitivamente o sistema KRUPP para a nossa futura artilharia.

Estudadas, nessa ocasião, pelo Sr. Ministro da Fazenda,

as possibilidades de financiamento de tão importante aquisição, foi em boa hora concedido pelo Sr. Presidente o crédito necessário e assinado o contrato em data de 25 do mês andante.

Fazendo tão auspiciosa comunicação, quero dar também a conhecer o vulto e a natureza desta aquisição e bem assim de outras que se fizeram no correr do ano de 1937, além das que já encontrei em curso de fabricação na Europa (2.500 metralhadoras Madsen e 100.000 mosquetões).

Feito assim, com verdadeira ufania, o relato das aquisições ultimamente decididas executadas, cujo preço total ascende à cifra de 902.484.712\$0, é oportuno e necessário lembrar que, mais do que dantes, precisa estar o Exército vigilante contra as malévolas insinuações, que objetivam injustificadas perturbações da ordem, no momento tão preciosa para que possa o Governo solver os pesados compromissos acima assumidos em benefício do Exército e do País.

Com estas palavras, o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra deu conhecimento, ao Alto Comando, das providências

que estavam sendo tomadas, pelo Governo Federal, para resolver um assunto que era motivo de preocupação para o Exército.

ANTECEDENTES

No final da década de 1930, o Exército Brasileiro apresentava um panorama preocupante que se referia ao seu armamento, especialmente quando comparado com o de alguns de seus possíveis opositores. Para superar suas deficiências, assim como implantar uma indústria moderna de material bélico, uma comissão que existia desde a Primeira Guerra Mundial foi transformada, em 1933, na *Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira na Europa* (C.E.I.M.B.E.), que recebeu novos encargos. Concomitantemente, outras comissões no País estudaram, analisaram e recomendaram a compra de alguns tipos de armamento, como a metralhadora e o fuzil-metralhador Madsen - vencedores de uma competição de que participaram conceituados fabricantes de armas da Europa - e o morteiro Brandt calibre 81 mm, de fabricação francesa, bem assim armamento portátil, como

pistolas Colt e revólveres Smith & Wesson calibre 45. Nossa artilharia de campanha era deficiente, uma vez que, além de quantitativamente não atender às dotações de suas unidades, estava composta, em grande parte, de armamentos antigos, do início do século.² Houve uma melhora após o término da Primeira Guerra Mundial, quando foram compradas 25 baterias de canhões de montanha calibre 75mm C/18,6 modelo 1919, da indústria Schneider, e com a vinda da Missão Militar Francesa, foi efetuada a compra de três baterias de canhões de campanha calibre 75mm C/36 modelo 1920, da Saint-Chamond e uma bateria de obuseiros calibre 155mm modelo 1917, também da Schneider.

No que se refere à artilharia antiaérea, a situação era a mesma, uma vez que se restringira às metralhadoras antiaéreas Hotchkiss e Madsen, da Escola de Aviação Militar.

Dando início à motorização de algumas unidades de artilharia da então Capital Federal, foram comprados 12 caminhões Thornicroft, de fa-

bricação inglesa, para transportar os canhões Saint Charmond e cinco caminhões Henschel para a bateria de obuseiros calibre 155mm Schneider, que receberam rodas de aço com rodado de borracha para permitir a tração motorizada.

O Ministro da Guerra, apoiado pelo Presidente Getúlio Vargas, procurou resolver esses problemas determinando à Comissão na Europa, com sede em Paris e depois em Bruxelas, que procurasse, dentre os vários produtores de armas do velho continente continuavam a desenvolver novos materiais, aqueles que melhor se adequariam ao atendimento de nossas necessidades. Fator preponderante era a boa utilização dos recursos financeiros gerados em moeda forte, em normalmente libras esterlinas, a moeda internacional de então, com a venda de matérias-primas produzidas por nossa agricultura, onde se destacava o café, largamente consumido na Europa e outros continentes. Com a Alemanha o Brasil assinara um acordo comercial que permitiria compras

em marcos de compensação, decorrentes de nossas exportações para aquele país.

PRIMEIROS CONTRATOS

Em 1937, 19 de março, o Governo Brasileiro firmou um contrato de compra de canhões com a indústria Fried. Krupp A. G., de Essen, na Alemanha, que serviriam para rearmar e ampliar as unidades de artilharia em apoio às divisões de cavalaria que guarneciam nossas fronteiras sul e oeste, ainda dotadas de parco armamento datado do início do século.

Esse foi o primeiro contrato, no valor de 879.439 libras esterlinas e 14 shillings, e compreendia: o fornecimento de 100 viaturas-peça, com canhões de campanha calibre 75mm C/26. (Fig.1), sobre reparo bi-flecha, e 100 armões, com uma caixa de munição para três granadas, o conjunto sendo tracionado por seis animais; 100 viaturas de munição, cada uma constituída de uma viatura dianteira e outra traseira, com cofres para munição, que transportavam 51 tiros completos em 17 caixas para três tiros cada, com

² Eram nove baterias de canhões de campanha calibre 75mm C/28 modelo 1905, 27 baterias de canhões de campanha calibre 75mm C/28 modelo 1908, seis baterias de canhões de montanha calibre 75mm C/14 modelo 1906 e cinco baterias de obuses calibre 105mm C/14 modelo 1906, todos Krupp.

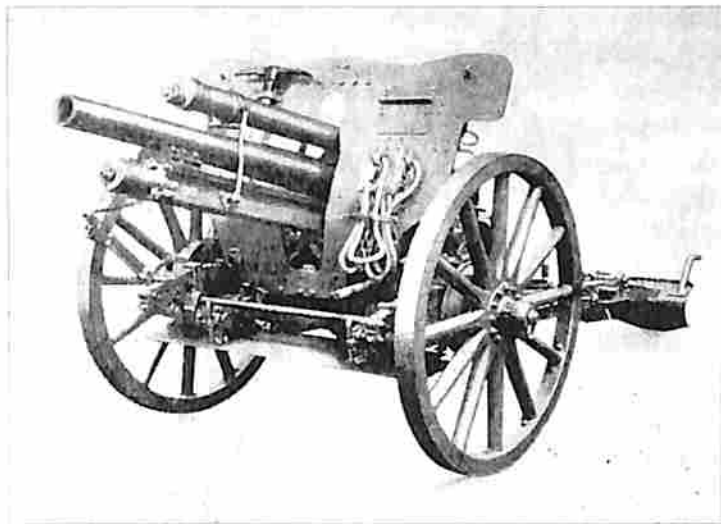


Fig. 1 - Canhão de Campanha Calibre 75mm C/26 (Krupp)

o mesmo tipo de tração; 25 viaturas-comando de bateria, compostas de viatura dianteira e viatura traseira, com jogos de pertences e sobressalentes e jogo de equipagens, para tração por seis animais; 12 viaturas-comando de grupo, semelhantes às das baterias, e seis viaturas-comando de regimento, idênticas às de dotação dos grupos; 25 viaturas-forja para bateria, compostas como as acima e dotadas de jogos de pertences e sobressalentes, além de jogo de equipagens, tracionadas da mesma forma e 12 viaturas-forja para grupo, organizadas de forma igual às das baterias, e 12 viaturas-grupo para ferramentas, compostas como as anteriores.

A munição encomendada compreendia: 600 tiros

completos para exercício; 4.200 tiros completos com *shrapnell* explosivo; 11.600 tiros completos de granadas explosivas com espoleta de percussão e 4.600 tiros completos de granadas explosivas com espoleta mecânica de duplo efeito, munição essa que permitiria a realização das escolas de fogo, indispensáveis para a adaptação dos antigos artilheiros e a formação dos novos.

Também foram comprados os desenhos e especificações para a fabricação de todos os componentes da munição, como granadas, estojos, estopilhas e espoletas de percussão, exceto os da espoleta mecânica de duplo efeito, não cedidos pela Krupp.

O valor total seria pago em nove prestações e o ma-

terial totalmente entregue 20 meses após a assinatura do contrato. As duas primeiras prestações seriam pagas em libras esterlinas, no valor total de 175.888 libras; as demais poderiam ser pagas em *marcos de compensação*.

Todo esse material preservava algumas características dos canhões 75mm C/28 que haviam sido comprados da Krupp, dentre elas o mesmo tipo de rodas, que, já estavam sendo fabricadas na então existente, e muito importante, Fábrica de Viaturas de Curitiba, assim como outros componentes do sistema de tração.

E por que tão importante? Por que o uso dos veículos automóveis estava restrito aos centros urbanos de um país com muito poucas estradas pavimentadas, sendo muito grande a existência de viaturas hipomóveis para o transporte de toda a *impedimenta* que um exército necessita para combater, especialmente nas longínquas regiões das fronteiras sul e oeste. E essa fábrica produzia diversos tipos de viaturas, como alguns que pareciam grande carroções, viaturas destinadas ao transporte do material das subunidades de todas as armas. Além dessa, produzia para

o transporte de matérias-primas para a preparação de alimentos ou sua distribuição, viaturas-pipa para o transporte da água necessária para os homens e, às vezes, para os animais, viaturas-ambulância e de muitos outros tipos. Assim, pelo menos, haveria uma padronização nas rodas e em outros componentes das viaturas da artilharia de campanha, o que facilitaria a manutenção e reposição de peças.

Esse armamento e seus complementos destinavam-se à constituição de seis Regimentos de Artilharia de Divisão de Cavalaria, conforme designação da época, compostos, cada um, por dois grupos com duas baterias a quatro peças cada, totalizando 24 baterias, acrescida de uma bateria destinada à Escola Militar do Realengo. Essas unidades proporcionariam o apoio de fogo para as quatro Divisões de Cavalaria existentes, três nas fronteiras do Rio Grande do Sul e a quarta em Mato Grosso, um só estado à esse tempo. Viriam substituir os Grupos de Artilharia à Cavalariá dotados com os canhões Krupp 75 mm C/28

modelo 1905, que prestavam esse apoio de forma muito precária.

Essa encomenda foi produzida pela Krupp nos anos 1938 e 1939, sendo entregue à Comissão Militar Brasileira na Europa entre agosto de 1938 e fevereiro de 1939, sendo os itens transportados para o Brasil em nossos navios mercantes, desembarcados no porto do Rio de Janeiro, recebidos e armazenados no então Depósito Central de Material Bélico, em Deodoro,³ e depois distribuídos aos seus destinos por via ferroviária.

Chegamos assim ao final do primeiro estágio do rearmamento de nossa artilharia. O material necessário à dotação das suas unidades de primeiro emprego, na cobertura de nossas fronteiras estava disponível no final de 1939.

Nem todo ele porém teve o destino previsto. Quatro grupos tinham duas baterias, em outros cinco grupos, foi organizada uma terceira bateria, enquanto uma última bateria foi mantida nas fábricas e arsenais do Rio, completando assim a distribuição total das 25 baterias compradas.

Com o início da Segunda Guerra Mundial e a ameaça nazista ao Nordeste, foram criados grupos destinados para a defesa dessa região. Para isso foram criados e organizados dois grupos com duas baterias cada, um em Fortaleza e outro em Natal, dotados dos canhões de campanha Krupp 75mm C/28, de 1905, que haviam sido liberados com a chegada dos C/26 aos grupos da fronteira sul.

Em seguida, em 5 de maio de 1937, foram encomendados quatorze telômetros estereoscópicos de 6 metros de base, um de 8 metros e um de 10 metros, para permitir o comando do tiro das unidades de artilharia de costa, fornecidos pela Carl Zeiss, de Jena. Seu custo total foi de 39.160 libras esterlinas, a serem pagas em sete prestações, com prazos de entrega entre 25 e 31 meses após o pagamento da primeira parcela. Dessa encomenda, recebemos todos os telômetros.

Outro contrato, firmado em 6 de maio de 1937, com a mesma Carl Zeiss, no valor total de 52.684 libras, encomendava equipamentos para topografia, observação e direção do tiro da artilharia, com prazo de entrega entre 8 e 15 meses depois do

³ Hoje, Depósito Central de Armamento.

pagamento da primeira parcela, compreendendo periscópios de trincheira, goniômetros-bússola, bússolas, sitio-goniômetros, lunetas-tesoura, eclímetros com prancheta, teodolitos de artilharia, lunetas panorâmicas e telômetros de inversão de 1,5 metro de base. Todos foram recebidos e distribuídos às unidades dotadas com os novos canhões.

O GRANDE CONTRATO

O segundo capítulo se concretiza em 1938 quando, no dia 25 de março, o governo assina diversos contratos com firmas alemãs, capitaneadas pela Krupp, para a compra de 1.080 canhões de diversos calibres e tipos. Concretizada sua chegada ao País, colocá-lo-ia na liderança da artilharia de campanha na América do Sul. Os demais contratos visavam à aquisição de outros itens, seja para complementar alguns dos tipos de canhões, como os meios de tração motorizada, significando um novo passo de modernização na nossa artilharia de campanha, até então uma artilharia hipomóvel, para permitir o seu emprego eficiente em operações.

Esses contratos de compra dos armamentos e equipamentos são os especificados a seguir.

Com a indústria Fried. Krupp, de Essen, chamado *Grande Contrato*, com a encomenda de, inicialmente, 324 viaturas-peça com canhões de campanha calibre 75mm C/34 (Fig. 2), com reparo bi-flecha e semelhantes aos da encomenda anterior, porém com tubo mais longo, assim como armões, com cinco caixas de munição, a três tiros em cada caixa, para as peças, de tração hipomóvel; 486 vi-

e sobressalentes e jogo de equipamento e transmissão, sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 1 watt, 27 viaturas-comando de grupo e nove viaturas-comando de regimento, equipadas como as das baterias, sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 15 watts; 81 viaturas de forja para bateria e 27 viaturas de forja para grupo, com jogos de pertences e sobressalentes e jogo de equipagens e ferramentas para esse tipo de viatura; sendo todo este material bastante semelhante aos canhões 75mm C/26 referidos; a maior diferença

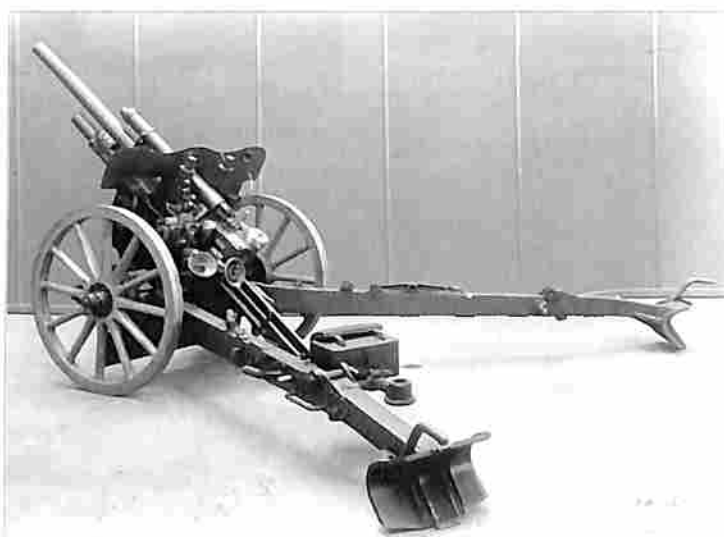


Fig. 2 - Canhão de Campanha Calibre 75mm C/34 (Krupp)

aturas-munição, com 26 caixas de munição em cada viatura dianteira e traseira, 81 viaturas-comando de bateria, com jogos de pertences

estava no armão da viatura-peça, que agora também era viatura de munição.

Também foi encomendada a seguinte munição:

3.000 tiros completos para exercício, 11.500 tiros completos com *shrapnell* explosivo, e 50.300 tiros completos de granadas explosivas com espoleta de percussão, tudo no valor de 2.296.521 libras.

O segundo tipo de material encomendado era composto por 192 canhões de montanha calibre 75mm C/22 (Fig. 3), não desmontáveis, e 192 viaturas de munição, para tração hipomóvel, bem como 48 jogos de pertences, ferramentas e sobressalentes e jogos de equipamentos de transmissão e comando para as baterias (sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 1 watt), 16 jogos de equipamentos de transmissão e comando para os grupos (sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 15 watts), oito jogos de equipamentos de transmissão e comando para os regimentos (sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 15 watts) e a munição era 2.000 tiros completos para exercício, 5.000 tiros completos com *shrapnell* explosivo e 31.400 tiros completos de granadas explosivas com espoleta de percussão, a um custo de 786.234 libras.

O terceiro tipo era composto por: 192 obuseiros de campanha, calibre 105mm

C/28, com reparo bi-flecha, armões com duas caixas de munição por armão, para tração animal; 288 viaturas de munição, com 24 caixas de munição; 48 viaturas de forja de bateria e 16 viaturas de forja para grupo, com jogos de pertences e sobressalentes e caixa de ferramentas; 48 viaturas de comando de bateria, 16 viaturas de comando de grupo e oito viaturas de comando de regi-



Fig. 3 – Canhão de Montanha Calibre 75mm C/22 (Krupp)

mento com jogos de pertences e sobressalentes e jogo de equipamento e transmissão, sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 1 watt para as baterias e de 15 watts para as demais, todas de tração hipomóvel. Completando, foram encomendados 2.000 tiros completos para exercício, 6.000 tiros completos com *shrapnell* explosivo e 30.400 tiros completos de granadas explosivas com espoleta de percussão, que custaram 1.496.846 libras.

O quarto tipo era de 108 canhões de campanha, calibre 105 mm C/45, com tubo longo, reparo bi-flecha com armões para tração motorizada, completados por jogos de pertences e sobressalentes, caixas de ferramentas e jogos de equipagens e de transmissão e comando para 27 baterias, nove grupos e três regimentos, sendo o aparelho de telegrafia sem fio de 1 watt para as baterias e de 15 watts para

as demais. Sua munição era de 800 tiros completos para exercício, 10.000 tiros completos com *shrapnell* explosivo, no valor de 850.931 libras.

O quinto tipo era de 108 obuseiros de campanha, calibre 150 num C/23 (Fig. 4), pesados, com reparo bi-flecha, e armões para tração motorizada, bem como jogos de pertences e sobressalentes, caixas de ferramentas e jogos de equipagens e de transmissão e comando para 27 baterias, nove grupos e três regimentos, sen-



Fig. 4 - Obuseiro Calibre 150mm C/13 (Krupp)

do o aparelho de telegrafia sem fio de 1 watt para as baterias e de 15 watts para as demais, 800 tiros completos para exercício e 10.000 tiros completos com *shrapnell* explosivo eram a munição contratada, tudo no valor de 888.514 libras.

O sexto era o de maior alcance, composto por: 24 canhões de campanha, calibre 150 mm C/55 (Fig. 5), com reparo bi-flecha, tubo longo, e armões para os canhões, sendo os tubos transportados em viaturas porta-tubo com armões; 12 plataformas giratórias para os canhões, carregadas em viaturas especiais com guindastes e completadas por armões, todos de tração motorizada, tendo ainda jogos de pertences e sobressalentes, caixas de ferramentas e

jogos de equipagens para bateria, grupo e regimento, e de transmissão e comando para seis baterias, três grupos e um regimento, sendo o aparelho de telegrafia



Fig. 5 - Canhão de Campanha Calibre 150mm C/55 (Krupp)

sem fio de 1 watt para as baterias e de 15 watts para as demais; 600 tiros completos de granadas de ruptura, com espoleta de culote (na realidade, eram granadas perfurantes, provavelmente para

emprego contra as fortificações da época) e 1.800 tiros completos com granadas explosivas compunham a munição, em um valor de 717.882 libras;

Para a artilharia antiaérea, foram encomendados dois modelos de canhões, ambos de tração motorizada, a saber: 60 canhões anti-aéreos calibre 88mm C/56 (Fig. 6), com reparo em forma cruz, de tração motorizada (já testados na Guerra Civil da Espanha), com 2.000 tiros completos para exercício e 10.000 tiros completos com *shrapnell* explosivo, além de jogos de pertences e sobressalentes, cai-

xas de ferramentas e jogos de equipagens para bateria, estando os canhões equipados para serem telecomandados a partir de dados de tiro informados pelos preditores de tiro WIKOG 9

SH, fornecidos pela Zeiss⁴, e 72 canhões antiaéreos calibre 75 mm C/55 (Fig. 7), com reparo em forma de tripé, para tração motorizada, para os quais iria ainda ser desenvolvido o protótipo (2.400 tiros completos para exercício e 12.000 tiros completos com "shrapnell" explosivo) completados por jogos de pertences e sobresalentes, caixas de ferramentas e jogos de equipagens para bateria e grupo, no valor de 617.143 libras. Totalizavam assim 1.080 canhões ou obuseiros de oito tipos diferentes, importando o contrato no preço total de 8.281.383 libras, CIF no porto do Rio de Janeiro, a ser pago 15% em libras esterlinas e 85% em *marcos de compensação* em um total de 25 prestações, iniciadas com a assinatura do contrato e com término em 3 de novembro de 1944, com prazos de entrega entre 15 e 74 meses.

Os canhões e obuseiros calibres 105mm e 150mm e os canhões antiaéreos calibre 88mm encomendados pelo Brasil eram idênticos àqueles que essa firma e outras estavam fabricando para equipar o exército alemão e que fo-

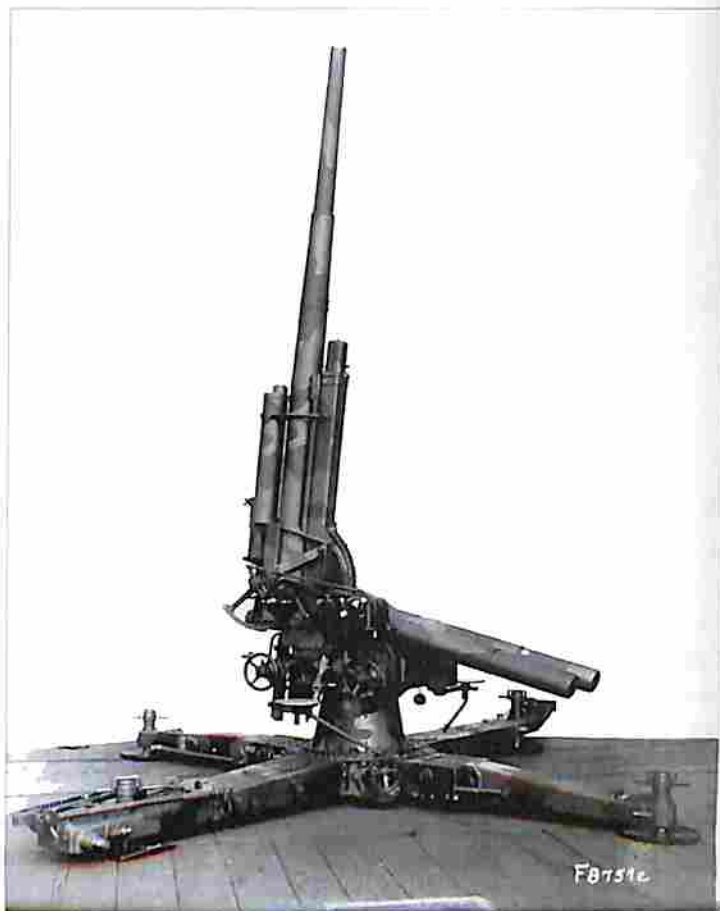


Fig. 6 - Canhão Antiaéreo Calibre 88mm C/56 (Krupp)

ram usados na Segunda Guerra Mundial. Esse contrato foi assinado pelos Ministros da Guerra e da Fazenda, General-de-Divisão Eurico Gaspar Dutra e Dr. Arthur de Souza Costa, respectivamente, pelo Brasil, pelo Dr. Fritz von Bülow, representante da Krupp, servindo de testemunhas o General Almério de

Moura e o Major Asdrubal Palmeiro de Escobar.

Na cláusula XIII, que trata da embalagem e expedição, já estava prevista a hipótese de a Alemanha entrar em guerra, como se segue:

...O seguro marítimo a que se refere a cláusula segunda não compreende o seguro contra riscos de guer-

⁴ Os aparelhos de telecomando eram fabricados pela Siemens e instalados nos canhões pela própria Krupp, como itens integrantes dos canhões, com um valor de 627.312 libras.

ra. *Em tempo útil, antes de cada transporte, Krupp consultará, a Comissão Fiscalizadora, se o próximo transporte será assegurado contra riscos de guerra à custa*

reito de fabricação para toda a munição completa: tiros para exercício, granadas explosivas, *shrapnells*, estojos, estopilhas e espoletas de percussão sensíveis, com exce-

próprios estabelecimentos do Estado, e só para seu próprio uso, nunca, porém, em fábricas pertencentes a outros nem em outro país.

As despesas com esse contrato correram à conta de crédito aberto pelo Decreto-lei Nº 339, de 17 de março de 1938, autorizado pela Lei reservada Nº 312, de 19 de novembro de 1936.

Esse armamento possibilitaria organizar as seguintes unidades: nove regimentos de artilharia montada, com três grupos a três baterias com quatro peças de canhão de campanha de 75mm C/34 cada, hipomóveis; oito regimentos de artilharia de montanha, com dois grupos com três baterias a quatro canhões de montanha calibre 75mm C/22, hipomóveis; oito regimentos de artilharia média, a dois grupos com três baterias, também a quatro peças, de obuseiros de campanha calibre 105mm, hipomóveis; três regimentos de artilharia pesada, com três grupos a três baterias a quatro peças de canhões de campanha calibre 105mm, motorizados; três regimentos de artilharia pesada, a três grupos com três baterias a quatro peças de obuseiros de campanha calibre 150mm, motoriza-



Fig. 7 – Canhão Antiaéreo Calibre 75mm C/55 (Krupp)

do governo brasileiro. *No caso em que um conflito militar impossibilite Krupp de garantir o transporte marítimo até o porto do Rio de Janeiro, será combinado com o governo brasileiro um meio prático de realizá-lo aos riscos e custo do mesmo governo; caso prefira o governo brasileiro, o material será armazenado, como fixado acima, aos cuidados e à responsabilidade de Krupp, até que se chegue a uma solução satisfatória para as possibilidades de transporte.*

Um aspecto muito favorável para o nosso país estava previsto na cláusula XIV, em que a Krupp concedia ao governo brasileiro o di-

ção das granadas explosivas de ruptura para os canhões de 150 mm C/55 e das espoletas mecânicas de duplo efeito, tipo relógio. Além disso, foram concedidos os direitos de fabricação para os armões dos canhões, as viaturas de munição, as viaturas-forja de campanha e viaturas-comando para os canhões de campanha 75mm C/34 e para os obuseiros de campanha de 150mm C/28 e ainda para as viaturas de munição e equipamentos destinados aos canhões de montanha 75mm C/22. Estabelecia ainda que: *o governo brasileiro tem o direito de mandar fabricar as partes cujos direitos de fabricação são cedidos, exclusivamente nos*

dos; e um regimento de artilharia pesada, a três grupos de artilharia, com duas baterias a quatro peças de canhões de campanha calibre 150mm, motorizados, além de seis grupos de artilharia antiaérea, a três baterias cada, com quatro peças de canhões antiaéreos calibre 75mm C/55, motorizados e cinco grupos de artilharia antiaérea, a três baterias cada, com quatro peças de canhões antiaéreos calibre 88mm C/56, motorizados.

Novo contrato, firmado em 11 de janeiro de 1939, com a Carl Zeiss, no valor total de 6.705.300 marcos alemães, dos quais 15% pagos em libras e o restante em *marcos de compensação*, em 15 prestações, encomendava equipamentos para topografia, observação e para a direção do tiro da artilharia, compreendendo lunetas-tesoura, goniômetros-bússola, bússolas com prancheta, teodolitos de artilharia, telômetros de inversão de 1,5, 3 e 4 metros de base, desmontáveis, na qual se destacam os equipamentos de comando e direção de tiro WIKOG 9 SH, completos, para bateria antiaérea, com prazo de entrega desde no-

vembro de 1939 até dezembro de 1943. A firma Zeiss também se comprometia a montar, na cidade do Rio de Janeiro, uma oficina equipada para a manutenção desses equipamentos, que reverteria ao Exército depois de 10 anos de sua instalação, uma vez que era grande a quantidade de equipamentos de sua fabricação em uso no Exército.

A maior parte desses equipamentos não chegou ao nosso país, sendo recebidos e transportados 50 lunetas-tesoura, 50 goniômetros-bússola, 50 bússolas

três grupos de artilharia antiaérea organizados com os canhões calibre 88mm C/56.

Outro contrato, firmado também em 11 de janeiro de 1939, com a Electroacoustic G.M.B.H., de Kiel, no valor total de 1.170.000 marcos alemães, dos quais 15% pagos em libras e o restante em *marcos de compensação*, em 15 prestações, encomendava 30 equipamentos de localização pelo som para a artilharia antiaérea, completos, para bateria ELASCOP-ORTHOGNOM (Fig. 9), com prazo de entrega desde setembro de 1939 até no-

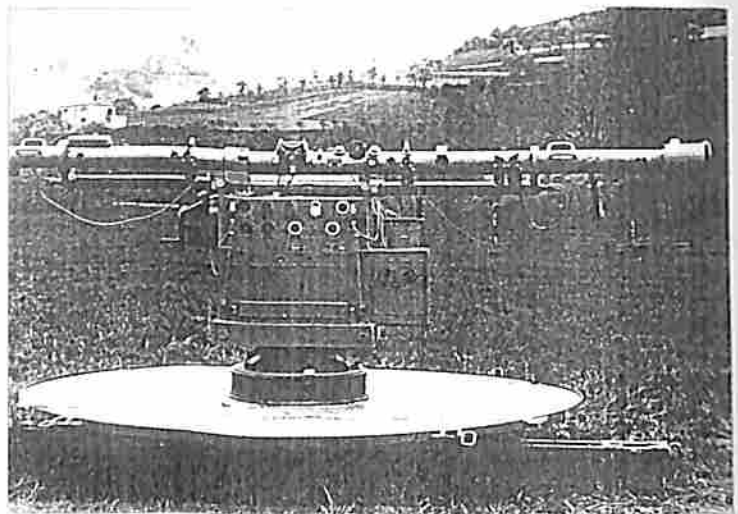


Fig. 8 - Equipamento de Direção de Tiro Antiaéreo WIKOG 9 SH

com prancheta, 10 teodolitos de artilharia, 20 telômetros de inversão de 1,5 metros de base e seis equipamentos WIKOG⁵ (Fig. 8), que foram distribuídos aos

vembro de 1940. Destes, foram recebidos 18 aparelhos de escuta, que tiveram o mesmo destino dos equipamentos comprados para a artilharia antiaérea.

⁵ Winkelkommandgerät.

Além deste material, foram encomendados para a motorização de parte da artilharia, em contrato de 28 de julho de 1939, com recursos autorizados pelo De-

creto-lei reservado N^o 1.442, de 25 de julho de 1939: 32 viaturas tratoras meia-lagarta, de 7,5 toneladas, para a tração dos canhões antiaéreos de 88mm, e oito viaturas tratoras meia-lagarta, de 7,5 toneladas, com guindaste auxiliar de 2,5 toneladas, para a tração dos reboques-oficina, e sobressalentes, de fabricação da Locomotivfabrik Krauss-Maffei A.G., de München, no valor de 156.780 libras, pago em duas prestações, sendo 15% em libras e 85% em *marcos de compensação*, entregues de novembro de 1939 à abril de 1940. Chegaram apenas

cinco desses tratores com guindaste auxiliar. Mais um contrato, assinado em 28 de julho de 1939, tratava de 50 reboques-oficina, para a manutenção

Main. Recebemos 10 e apenas oito destes reboques-oficina chegaram ao Brasil.

Mais um outro contrato, da mesma data e firmado com a Fried. Krupp A.G., de Essen, compreendia: 156 viaturas de 1,25 toneladas (Fig. 10), das quais 24 para o transporte das guarnições de projetores e 132 para as guarnições das seções de topografia e de comunicações das unidades de artilharia anti-aérea e pesada, além de sobressalentes, acrescidas de 80 viaturas com tração nos dois eixos traseiros, de 3,5 toneladas, destinadas às baterias anti-aéreas, sendo 16 para a tração dos equipamentos de direção de tiro, 16 para a tração dos aparelhos de escuta, 24 para a tração dos projetores e transporte dos

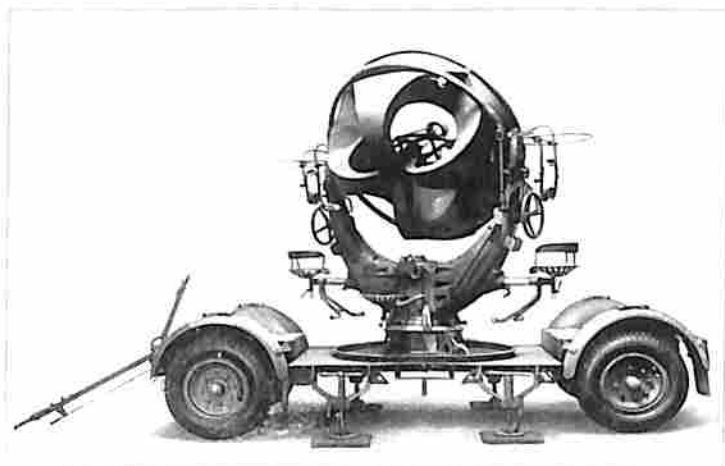


Fig. 9 – Aparelho de localização pelo som (ELASCOP)

das baterias de artilharia anti-aérea e pesada adquiridas, a um custo de 144.650 libras, pagas em 12 parcelas e o ma-

terial entregue entre março de 1940 e janeiro de 1943, fornecidos pela Matra-Werke G.M.B.H., de Frankfurt am

geradores, 16 para o transporte de munição (Fig. 11) e oito viaturas-cisterna para o transporte de combustível



Fig. 10 – Viatura para Comando e Transporte de Pessoal 1,25 toneladas (Krupp)

(Fig. 12), com capacidade para 3.500 litros, assim como sobressalentes. Essas viaturas possibilitariam a motorização de apenas oito baterias de canhões antiaé-

lagarta, de 12 toneladas, para a tração dos canhões de 150mm, e seis viaturas tratoras meia-lagarta, de 12 toneladas, com guindaste auxiliar de 2,5 toneladas, para a



Fig. 11 - Viatura para Transporte de Pessoal e Munição 3,5 toneladas (Krupp - Henschel - Daimler-Benz)

reos calibre 88 mm, seis baterias de canhões calibre 150 mm e 36 baterias de canhões calibre 105 mm e de obuseiros calibre 150 mm. Ficariam faltando as viaturas para a motorização das sete baterias de artilharia antiaérea 88 mm e das 18 baterias de artilharia antiaérea 75 mm. O valor total foi de 265.186 libras, a ser pago, em 13 prestações e o material entregue a partir janeiro de 1940 até janeiro de 1943.

Ainda visando à motorização, pelo décimo contrato, de 28 de julho e 1939, para a fabricação por parte da Daimler-Benz, de Stuttgart, com 60 viaturas tratoras meia-

tração de reboques-oficina, e sobressalentes, no valor de 314.628 libras, pago em sete



Fig. 12 - Viatura Cisterna para Transporte de Combustível (Krupp - Henschel - Daimler-Benz)

prestações, da mesma forma que as anteriores, sendo entregues de fevereiro de 1940 à janeiro de 1944.

Com o décimo primeiro contrato, de 28 de julho de 1939, a Büssing-NAG, de Braunschweig, foram encomendadas 144 viaturas tratoras meia-lagarta (Fig. 13), de 5 toneladas, para a tração dos canhões 105mm e dos obuseiros de 150mm, 32 viaturas tratoras meia-lagarta, de 5 toneladas, com guindaste auxiliar de 2,5 toneladas, para a tração dos reboques-oficina, e sobressalentes, no valor de 637.380 libras, pago em 10 prestações, da mesma forma que as anteriores, sendo entregues de março de 1941 à janeiro de 1943.

Pelo último contrato, da mesma data do anterior, com a Henschel & Sohn

G.M.B.H., de Kassel, foram encomendadas 84 viaturas todo o terreno, de 4 toneladas, para o transporte de

munição das 36 baterias de canhões de 105mm e obuseiros de 150mm e das seis baterias de canhões de 150mm, 42 viaturas-cisterna, todo o terreno, de 4 tonela-

constatar os artilheiros que iniciaram seu aprendizado na Arma de Mallet com o material calibre 75mm, seja C/26, seja C/34 ou mesmo os de modelos anteriores. O

vez que estávamos bem longe dos teatros de guerra e éramos um país neutro. Para se protegerem das conseqüências jurídicas dessa hipótese, todas as empresas contratadas apresentaram à Comissão Brasileira documentos em que as duas partes reconheciam que ocorreu um evento independente de sua vontade, conforme previsto nos contratos. Esses documentos foram assinados entre 23 e 27 de setembro de 1939.

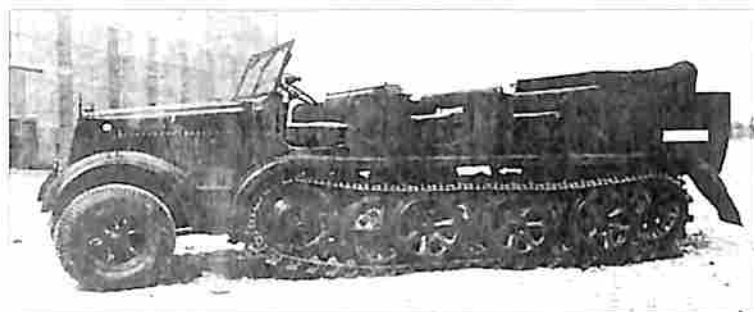


Fig. 13 – Trator Meia Lagarta (Krauss – Maffei)

das, para o transporte de combustível, e sobressalentes, no valor de 206.376 libras, pago em 10 prestações, da mesma forma que as anteriores, para entrega de maio de 1940 à novembro de 1942.

Dessa forma foram assinados doze contratos, em um valor total de 10.977.666 libras esterlinas e os prazos de entrega se estendiam desde julho de 1939 até novembro de 1944, com os pagamentos concretizados na mesma proporção das entregas. A par dessas aquisições, a indústria também era reforçada pela compra de maquinárias e de matérias-primas para a fabricação e recuperação do armamento e da munição, como vieram

material fornecido e transportado para o Brasil tinha o valor de 1.647.972 libras e a Krupp recebeu 2.231.250 libras, cerca de 35% a mais do valor desse material, por força de contrato.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES

Em 1º de setembro de 1939 a Alemanha deu início à Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia e imediata declaração de guerra por parte da França e da Inglaterra, em apoio ao país invadido.

Em princípio, nossas compras poderiam ficar livres de quaisquer restrições pelos países beligerantes uma

vez que estávamos bem longe dos teatros de guerra e éramos um país neutro. Para se protegerem das conseqüências jurídicas dessa hipótese, todas as empresas contratadas apresentaram à Comissão Brasileira documentos em que as duas partes reconheciam que ocorreu um evento independente de sua vontade, conforme previsto nos contratos. Esses documentos foram assinados entre 23 e 27 de setembro de 1939.

Além disso, a Inglaterra estabeleceu um bloqueio naval aos portos da Alemanha, impedindo os embarques diretamente para o Brasil, como tinham sido os das compras anteriores. As primeiras remessas vieram a partir de Gênova, na Itália, tendo sido embarcados em navios de bandeira brasileira. Inicialmente, foram embarcados quatro canhões antiaéreos calibre 88mm, completos, e munição; em seguida, para evitar a captura de materiais completos por parte dos navios de guerra ingleses responsáveis pelo bloqueio, os canhões de campanha calibre 75mm C/34 e os canhões antiaéreos calibre 88mm C/56 passaram a ser despachados em lotes separados, com os tubos embarcados em um

navio e os reparos em outro em datas diferentes, assim como a munição.

Em 1940, com a invasão da França pela Alemanha e a Itália, o bloqueio inglês se estendeu também ao Mediterrâneo. Com isso, as remessas seguintes foram recebidas por nossas comissões em Essen e outras cidades sedes das indústrias fornecedoras, e transportadas, via ferroviária para Lisboa, em Portugal, país também neutro.

O navio mercante Siqueira Campos, que já havia efetuado algumas viagens anteriores transportando armamento e munição, ao partir de Lisboa, foi abordado por navios de guerra ingleses e conduzido para Gibraltar. Este fato deu origem ao chamado *incidente do Siqueira Campos* que gerou reação fortemente negativa nos meios militares brasileiros contra os ingleses, com a necessidade da intervenção, em nosso favor, do governo dos Estados Unidos para a obtenção da liberação do navio e sua carga. Outra remessa já estava embarcada no navio Bagé, também em Lisboa, tendo sido desembarcada e, somente em agosto de 1941, despachada para o Brasil, via Nova Iorque, transportada

até aí por navios americanos e, daí para o Rio de Janeiro, em navios ostentando nossa bandeira.

Esses foram os últimos embarques de armamento ou de outros materiais feitos na Europa relativos aos contratos de 1938. Entretanto, as comissões brasileiras continuavam a receber da Krupp e dos outros fabricantes, os armamentos, munições e equipamentos encomendados pelo Governo Brasileiro.

Em 1940, o governo alemão requisitou os canhões de 150mm, diversos tipos de viaturas e outros equipamentos que estavam prontos e recebidos pelas comissões, onde se destacavam mais 20 baterias completas dos canhões de campanha calibre 75mm C/34 e oito baterias completas de canhões antiaéreos calibre 88mm C/56, essas últimas também requisitadas pelo governo alemão e entregues até 31 de dezembro de 1941.

Também o bloqueio naval inglês impediu que o restante do material até então recebido fosse embarcado para o Brasil.

Nosso País se comprometeu também a não mais receber qualquer espécie de material bélico oriundo da Alemanha. Foram então

transportados por via ferroviária e depositados em armazéns localizados em cidades que iam desde Lisboa, até cidades como Estrasburgo, na França, onde ficaram 32 canhões calibre 75mm C/34, viaturas forja e de comando e parte das viaturas leves da Krupp, em Kalrsruhe, com mais 48 canhões calibre 75mm C/34 e outras complementares, Magdeburgo, onde, em 23 de agosto de 1941 foram guardadas as oito baterias de canhões antiaéreos calibre 8mm, Neustrelitz (munição para canhão antiaéreo calibre 88mm C/56 e para canhão calibre 75mm C/34), Frankfurt no Meno (reboques-oficina Matra), Kassel (caminhões Henschel) e Jena (equipamentos de direção para o tiro dos canhões antiaéreos e equipamentos de topografia e direção de tiro para a artilharia de campanha) na Alemanha, referentes ao armamento e aos materiais que foram entregues e recebidos pelas comissões em 1941 e no início de 1942 e que não haviam ainda sido requisitados pela Alemanha. Com o afundamento de navios brasileiros em nossas costas por submarinos alemães e italianos, o Governo Brasileiro rompeu relações diplo-

máticas e depois declarou guerra ao eixo, em agosto de 1942, sendo os materiais estocados apossados pelo governo alemão para equipar suas unidades.

Com esses fatos, dos 1.080 canhões encomendados no chamado *Grande Contrato*, apenas recebemos 28 canhões antiaéreos calibre 88mm C/56 e 64 canhões de campanha calibre 75mm C/34, além das viaturas hipomóveis que compunham as baterias entregues e embarcadas, e de parte dos equipamentos de localização pelo som e de direção de tiro para as baterias antiaéreas. Os canhões antiaéreos recebidos permitiram a organização de três grupos de artilharia antiaérea: um no Rio de Janeiro, outro em Quitaúna (SP), que foi deslocado para a defesa da ilha Fernando de Noronha, e o último em Natal (RN). Os canhões de campanha calibre 75mm C/34 foram destinados aos regimentos de artilharia montada, recebendo o 1º R.A.M., da Vila Militar (DF), seis baterias e o 3º, de Curitiba (PR), o 5º, de Santa Maria (RS) e o 6º, de Cruz Alta (RS) três baterias cada, compondo nestes um dos grupos, ficando o outro grupo

com os velhos canhões 7 mm C/28 modelo 1908. O 4º R.A.M., de Itu (SP), o 8º, de Pouso Alegre (MG) e o 9º G.A.T., de Recife (PE), continuaram dotados desse canhão que já estava completando trinta anos de uso.

Mais tarde, com a motorização geral, tanto os canhões calibre 75mm C/26 como os calibre 75mm C/34 tiveram suas rodas de madeira substituídas por rodas com pneus.

CONCLUSÃO

Esvaiu-se, nas névoas da Segunda Guerra Mundial, o nosso sonho de, não só rearmar nossa artilharia, como também de modernizar e completar nossa indústria bélica que era quase toda de propriedade governamental e controlada pela Diretoria de Fabricação e Recuperação, com fábricas e arsenais destinados à fabricação, principalmente de munição e de seus elementos, o que possibilitaria a existência dos estoques indispensáveis ao atendimento de necessidades decorrentes de eventuais incidentes, particularmente nas fronteiras sul e oeste, bem como sua manutenção mais complexa.

A conclusão a que se chega é que, se, por um lado, ficamos impedidos de rearmar nossa artilharia com o material de origem alemã, por outro lado, graças às conversações que vinham ocorrendo desde 1939 com o governo dos Estados Unidos, interessado no reforço da defesa do continente, em especial do chamado *saliente nordestino brasileiro*, em 1941, começamos a receber equipamentos e viaturas desta última origem, com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em especial mediante o envio da Força Expedicionária para o teatro de operações da Itália, e que prosseguiu durante diversas décadas.

Entretanto, não podemos esquecer os canhões fabricados pela Krupp que, por cerca de um século, formaram gerações atrás de gerações de nossos artilheiros, uma vez que somente em 1998 foram desativados os últimos canhões de campanha calibre 75mm C/26, ainda utilizados na formação de nossos oficiais da reserva. Na AMAN, existem duas peças desses canhões, restaurados para tração animal, com o objetivo de manter ainda viva a chama da *Artilharia Hi-*

pomóvel, tão presente nos versos e, principalmente, na cadência da canção da *Arma de Mallet*.

Ultimamente a Bateria Caiena (2^a/32^a G.A.C.), de Brasília, recebeu quatro peças desse mesmo canhão

para compor a bateria encarregada das salvas de gala nas principais solenidades da Capital da República. ☼

ADENDOS

I – PADRONIZAÇÃO DE VIATURAS

Em 5 de abril de 1940, foi decidido efetuar modificações nas viaturas encomendadas pelo Governo Brasileiro a diversas firmas da Alemanha, com o objetivo de alcançar-se padronização em certos aspectos. Para tanto, foi assinada modificações dos contratos originais, liderada pela Fried. Krupp A.G., de Essen, entre as quais as que se seguem: a) *As viaturas para munição a serem fornecidas pelas firmas Henschel e Krupp serão dotadas de uma carroceria unificada para fins diversos, servindo tanto para o transporte de munição como para o deslocamento de tropa e para outros fins. Os planos e desenhos desta carroceria universal serão submetidos ao exame da Comissão e por ela aprovados.* b) *A construção da carroceria das viaturas a serem fornecidas pela firma Krupp para a tração dos aparelhos de escuta e para comando será, com o objetivo de padronização, semelhante à das viaturas para munição, e seu plano e desenho aprovados pela Comissão.* c) *Os reservatórios viaturas-cisterna Henschel destinados ao transporte de combustível serão construídos de maneira idêntica, no que concerne à fabricação e ao equipamento, aos reservatórios das viaturas-cisterna a serem fornecidas pela Krupp.* d) *Os tratores meia-lagarta para artilharia a serem fornecidos pelas firmas Büssing N.A.G. e Daimler-Benz serão dotados de um sistema de barras para a transmissão da força de frenagem ao freio de direção, sistema já adotado pelos tratores Krauss-Maffei. Este sistema, que tem funcionado muito bem na prática, substituirá nos tratores Büssing e Daimler-Benz o sistema de transmissão hidráulica nas ofertas daquelas firmas.* e) *Os reboques-oficina a serem fornecidos pela firma Matra-Werke receberão, em relação tipo previsto, modificações a seguir: 1) para aumentar a carga útil, a largura interior da carroceria, que era de 2.150mm, será levada à 2.200mm, o que conduz às outras modificações seguintes: - carga útil cerca de 4.080 kg (em vez de 3.300 kg); - altura total com carga: 3.040mm (em vez de 3.020 mm); - altura da plataforma: 1.140mm (em vez de 1.120mm); - bitola: 1.680mm (em vez de 1.700mm); 2) o freio a ar comprimido, sistema Bosch, previsto no contrato, será substituído pelo freio a ar comprimido, sistema Knorr; 3) o grupo para alimentação das máquinas operatrizes será organizado para funcionar em corrente trifásica de 220/380 volts e 50 ciclos, desenvolvendo uma potência de 6 KVA a 1.500 RPM. A força motriz será produzida por um motor a gasolina. - As modificações acima indicadas não levam à quaisquer alterações nos preços.*

II – REQUISIÇÕES PELO GOVERNO DA ALEMANHA

Em 8 de abril de 1940, a firma Fried. Krupp, de Essen, enviou a carta abaixo ao Chefe da Comissão Militar Brasileira em Essen, Coronel Gustavo Cordeiro de Farias.

Senhor

Pela presente temos a honra de pôr escrito as declarações que o Sr. Eschweiler vos fez a viva voz em 16 de março com relação à execução ulterior dos contratos em vigor. Ao mesmo tempo, nos permitimos remeter os processos-verbais de recebimento previstos nos contratos. 1^a) Das séries de canhões a fornecer em virtude do contrato de 25 de março de 1938, apenas os 8 canhões de 150mm serão o reconquistados, o que consta do processo-verbal anexo. Das outras séries a saber: 36 baterias de canhões de campanha de 75mm, com cerca de

13.000 tiros e 15 baterias de canhões A.A. de 88mm, com cerca de 12.000 tiros, uma parte já foi liberada, enquanto que o restante, pelo que nosso governo deu a entender, poderá ser liberado ao longo deste ano. Ainda assim, sobretudo no que concerne aos canhões de campanha, as entregas serão terminadas antes do que exige o contrato. Vós tendes bem que ver que temos que dar satisfações ao governo brasileiro colocando à sua disposição, na medida do possível, o potencial de produção de nossas fábricas, a fim de compensar, de certa forma, a falta dos 8 canhões de 150mm. Não precisamos apontar que, sendo vós mesmos militar, pode bem compreender a necessidade que se encontra um país em guerra em recorrer a todos os meios legais para assegurar sua própria defesa. 2ª) O valor dos materiais acima mencionados, já entregues ou restando a entregar ao longo deste ano, corresponde aproximadamente ao montante dos pagamentos recebidos por nós até o momento, em virtude do contrato de 25 de março de 1938. 3ª) Infelizmente, neste momento, não estamos em condições de fazer qualquer indicação a respeito do material que poderemos entregar em 1941. Queremos repetir, mais uma vez, que faremos todo esforço para assegurar a execução integral do contrato, na medida do possível. Como não poderemos fornecer informações precisas nem fixar a ordem pela qual os fornecimentos poderão ser efetuados, preferimos, lealmente, não aceitar no momento pagamento posterior, e é nesta ordem de idéias que propomos adiar o pagamento da parcela previsto de 3 de abril de 1940, até o momento em que seremos capazes de dizer que fornecimentos poderão ser feitos contra a entrega. 4ª) Com relação aos contratos referentes à motorização, devemos, por iniciativa das firmas interessadas, trazer ao vosso conhecimento o que se segue: foram requisitadas para o serviço das Forças Armadas da Alemanha as seguintes viaturas: a) os 40 tratores de meia-lagarta de 7,5 ton., que deveriam ser entregues em 1940 por Krauss-Maffei. b) os 18 tratores meia-lagarta de 12 ton., que deveriam ser em 1940 por Daimler-Benz. Como estes últimos serviriam para tracionar os 8 canhões de 150mm requisitados, sua não entrega está de acordo com uma cláusula do contrato de motorização. c) Sobre as viaturas que deveriam ser entregues em 1940 pela Krupp: 12 de 3 ton. e 12 de 1,25 ton., os processos-verbais que atestam a requisição destas viaturas estão em anexo. Assim como foi dito de viva voz, o Comando Supremo tem feito entrever que os fornecimentos em substituição dos tratores Krauss-Maffei de 7,5 ton. e das viaturas Krupp poderiam ter lugar a partir do mês de junho de 1940, mas que, atualmente, é impossível fixar sobre a época destes fornecimentos. Contudo, nos comprometemos a vos informar em uma próxima data.

III – PROPOSTA DA BOFORS CARACTERÍSTICAS DO ARMAMENTO

A fábrica AKTIEBOLAGET BOFORS apresentou proposta para a fabricação dos seguintes armamentos de artilharia:

1) Canhão de campanha calibre 75mm C/36, para tração hipomóvel - Uma bateria é composta por: uma viatura-comando, quatro viaturas-peça, seis viaturas-munição e uma viatura-forja. A viatura-peça compõe-se do retrotrem, que é o canhão propriamente dito, e o avantrem onde seguem três artilheiros, além da palamenta e de 8 tiros completos. A viatura-munição é composta de avantrem e retrotrem: neste seguem mais três artilheiros e 60 tiros completos. Para o conjunto da bateria, há uma viatura-comando, também composta de avantrem e retrotrem, que transportam 14 caixas com ferramentas, material telefônico, material para o ferreiro, para o seleiro-correio, etc. Uma viatura-forja, com avantrem e retrotrem, também faz parte da bateria, com cofres que transportam peças sobressalentes e ferramentas. A viatura-comando de bateria transporta ferramentas, material de topografia e de direção de tiro e de comunicações telefônicas e rádio. Os grupos possuem também: uma viatura-comando, seis viaturas-munição, uma viatura-forja e uma viatura de acessórios e sobressalentes. Os regimentos possuem uma viatura-comando e uma viatura para localização pelo som.

2) Obuseiro de campanha calibre 105mm, C/22, para tração hipomóvel - Uma bateria é composta por: uma viatura-comando, quatro viaturas-peça, seis viaturas-munição e uma viatura-forja. Para tração hipomóvel,

a viatura-peça tem um avantrem que transporta 3 artilheiros e 4 tiros completos; a viatura-munição, também composta de avantrem (com 12 tiros completos) e retrotrem (com 48 tiros) e pode ser tracionada por viatura motorizada. Os grupos possuem também: uma viatura-comando, seis viaturas-munição, uma viatura-forja e uma viatura de acessórios e sobressalentes. Os regimentos possuem uma viatura-comando e uma viatura com aparelhos para localização pelo som.

3) Canhão de campanha calibre 105mm, C/40, para tração motorizada - Uma bateria é composta por duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, quatro viaturas-tratoras das peças e duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e, para as viaturas-tratoras, duas viaturas meia-lagarta. O grupo tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e uma viatura meia lagarta. O regimento tem duas viaturas de reconhecimento e comunicações, uma viatura-tratora como auto-socorro e uma viatura com aparelhos para localização pelo som.

4) Canhão de campanha calibre 155mm, C/40 para tração motorizada - Uma bateria é composta por: duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, quatro viaturas-tratoras das peças e duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e duas viaturas meia-lagarta. O grupo tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as duas viaturas-tratoras e uma meia-lagarta. O regimento tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, uma viatura-tratora como auto-socorro e uma viatura com aparelhos para localização pelo som.

5) Obuseiro de campanha calibre 105mm, C/22, para tração motorizada - Uma bateria é composta por duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, quatro viaturas-tratoras das peças e duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e duas viaturas meia-lagarta. O grupo tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e as viaturas-tratoras e uma viatura meia-lagarta. O regimento tem viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, uma viatura-tratora como auto-socorro e uma viatura com aparelhos para localização pelo som.

6) Obuseiro de campanha calibre 155mm, C/24, para tração motorizada - Uma bateria é composta por: duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, quatro viaturas-tratoras das peças e duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e duas viaturas meia-lagarta. O grupo tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e uma viatura meia-lagarta. O regimento tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, uma viatura-tratora como auto-socorro e uma viatura com aparelhos para localização pelo som.

7) Canhão antiaéreo calibre 75mm C/50, para tração motorizada - O canhão é montado sobre um reparo que, em posição de tiro apresenta 4 flechas, enquanto em ordem de marcha, o mesmo está instalado sobre um trem rolante, para tração por viatura motorizada. Para o comando do tiro, o preditor Berkog 8, além de calcular os elementos de tiro, criava condições para a regulagem de espoletas, com transmissão elétrica para as peças.

A duração do trajeto para a regulagem das espoletas é conseguido por meio de um telêmetro de 3 metros de base, instalado sobre o preditor. Uma bateria é composta por: uma viatura-comando, duas viaturas de reconhecimento e material de direção de tiro, quatro viaturas-tratoras das peças e duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e

duas viaturas meia-lagarta. O grupo tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e uma viatura meia-lagarta. O regimento tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimentos e comunicações, uma viatura-tratora como auto-socorro e uma viatura com aparelhos para localização pelo som.

8) Projetor, tipo ZH 150, fabricação S I A - O projetor é montado sobre um reboque e contém um aparelho de comando elétrico, um grupo eletrogêneo também sobre reboque. A bateria é composta por: uma viatura-comando, uma viatura de reconhecimento e material de direção de tiro, uma viatura-tratora do aparelho de escuta, quatro viaturas-tratoras dos projetores, quatro viaturas-tratoras dos geradores eletrogêneos, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e duas viaturas meia-lagarta. O grupo, composto por três baterias, tem duas viaturas-comando, duas viaturas de reconhecimento e comunicações, duas viaturas-munição com reboques, uma viatura de acessórios e sobressalentes para o material de artilharia e para as viaturas-tratoras e uma viatura meia-lagarta.

9) Aparelho de escuta GOERZ, fabricação S I A - O aparelho de escuta é instalado sobre um reboque e está interligado eletricamente ao projetor-guia para o seu comando.

*"A biblioteca é o templo do saber,
e este tem libertado mais pessoas do que
todas as guerras da história."*

Carl Rowan

*"Não é o Empregador quem paga os salários.
Ele só os entrega. Quem paga os salários é o Cliente."*

Henry Ford

*"Nenhum pessimista jamais
descobriu os segredos da estrela, nem velejou
a uma terra inexplorada, nem abriu um novo
céu para o espírito humano."*

Helen Keller



Raízes do Marxismo Universitário¹

*José Arthur Rios**

Conferência pronunciada, dia 2 de maio de 2000,
no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Ao prático da arqueologia das idéias que tentar, em época futura, a análise de nossa Universidade, não deixará de causar perplexidade a penetração nos *campi* acadêmicos, da ideologia marxista. Não evitará perguntar-se como tal coisa aconteceu, quais os antecedentes e conseqüentes desse modismo.

O Professor Mircea Buescu debruçou-se sobre o problema e considerou-o fenômeno de fundo religioso. Acertou na natureza essencial dessa vasta contaminação ideológica que parece ter tentado responder ao vazio espiritual dos *après guerres* tanto na geração dos anos 20, como na dos que

sofreram os anos 50 e o impacto da bomba.

Não pretendo analisar o Marxismo na *intelligentsia* brasileira, estudo de maior escopo que aguarda pena mais hábil. Cautamente, limito minhas indagações à Universidade e ao campo das Ciências Sociais, tentando vencer, dessa forma, estranho preconceito que parece vem inibindo pesquisadores receosos do patulhamento ou da pecha de adesista ou direitista.

Encaro o Marxismo como *ideologia*, isto é, primeiramente, como instrumento de compreensão e reprodução da realidade que busca traduzi-la basicamente em conceitos; e, em segundo lugar, como forma de

ação voltada para a conquista do Poder. Marx, aliás, concitava os filósofos a não mais interpretarem o mundo, mas mudá-lo. Caminhamos, neste estudo, nas pegadas de Mannheim que, irritando a muitos, dessacralizava o Marxismo, considerando-o uma ideologia como qualquer outra, descaçando muitas vezes para a utopia.

Na formação desse amazônico caudal, julgamos distinguir vários afluentes: o oportunismo populista e delirante; ainda que generosos, movimentos estudantis; tecnocracias impacientes; ardores estatizantes, até libertações salvíficas de clérigos inquietos e a propagação do idealismo dialético invadin-

* Sociólogo.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

do, avassalador, Departamentos e Faculdades. Onde buscar as raízes de tudo isso.

Para entender a força de penetração do Marxismo nos meios universitários é preciso compreender a própria Universidade. Surgiu, primeiro, como produto de oligarquias familistas que governaram o País até os anos 30. Mais adiante, com a urbanização e a indústria, tornou-se instituição de classe média, reproduzindo suas fraquezas e frustrações². Conservou, todavia, da primeira fase, o estilo personalista, autocrático e vertical, no relacionamento entre autoridade, docentes e alunos - estilo cada vez mais incompatível com a mudança que o país então atravessava. Antes da grande abertura dos anos 70, a principal função da Universidade, tal como encarada por seus dirigentes, era formar profissionais, educar uma elite, e esse foi, por muito tempo, o sentido da palavra democratização. No meio tempo, o hiato entre a nova composição da sociedade e os valores oli-

gárquicos só fez aumentar - fenômeno generalizado a toda a América Latina.

O descompasso entre o crescimento da população universitária e a expansão do mercado de trabalho qualificado, em tempos de Juscelino, agravou a inquietação dos jovens e as tensões internas do mundo acadêmico. Esses fatores levariam necessariamente a uma esquerdização - não necessariamente ao predomínio da Esquerda marxista. Foi, no entanto, o que aconteceu, graças ao emprego de uma máquina de conquista do Poder por uma minoria atuante, já usada pelo jacobinismo, desde o século XVIII, através das chamadas *sociedades de idéias*, mais tarde, na Rússia, em 1917, pela mão hábil de Lenin. Podemos afirmar que a Universidade brasileira dos anos 60 e 70 foi o campo de experiência desses processos muito bem descritos para a Revolução Francesa pelo historiador Augustin Cochin, em obra só recentemente redescoberta, e valorizada.

Na realidade, tudo isso pouco tem a ver com o Marxismo como teoria - ou qualquer de suas modalidades. O ativismo revolucionário, entre nós, empalmou as idéias de Marx pelo seu conteúdo subversivo pouco se lhe dando se cabia ou não na propalada *realidade brasileira*, tema, na época, de farta literatura. O Marxismo e seu jargão serviu, antes, de pretexto para expressão de frustrações e perdas das camadas médias, das quais derivava a grande maioria dos estudantes. Sob essa luz, o clamor pela reforma da Universidade foi geral em toda a América Latina, como nos países do Terceiro Mundo. A educação oferecida pelas Universidades, desde as primeiras décadas do século, era capitulada de elitista e, como tal, insatisfatória para as camadas médias desfavorecidas.

Nesse processo, as Ciências Sociais passaram a ganhar importância, como técnicas de descoberta do mundo, elementos da nova cosmovisão, ferramentas

² Não é de espantar que o estudante brasileiro de tempo parcial responda a estímulos ideológicos e se junte aos movimentos de protesto, passeatas e até à guerrilha urbana. Atribui as desigualdades sociais ... à classe média de onde provém, mas cujos valores, rejeita... Sua origem e a educação que recebe o condicionam à mentalidade elitista típica de uma sociedade estratificada. José Arthur Rios, *The University student and Brazilian society*, Michigan State University, 1971, p. 33. Ver lista dos teóricos da "Educação Revolucionária" in Ernane Galvão, "A Educação no Brasil" in CNC, *Carta Mensal*, vol. 39, nº 457, Rio de Janeiro, abril, 1993 (incluído no livro de mesmo nome, CNC, Rio de Janeiro, 1995, pp. 103-04).

imprescindíveis na ascensão dessas camadas sociais emergentes. Um estudo de 1968, mostrou, entre 1957 e 1964, a diminuição do percentual dos candidatos a Medicina e Direito - como o dos matriculados em Agricultura. Cresciam, ao contrário, as percentagens - de 6% a 14% - dos que buscavam as Ciências Sociais, sobretudo Economia. O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda atribuiu essa mudança, do ponto de vista da América espanhola, à crescente secularização de valores, parte do amplo processo de modernização das sociedades latino-americanas³. Se isso é verdade, além dos Andes, nessas sociedades hispânicas tradicionais de acentuado pendore clericalista, o mesmo não se pode afirmar do Brasil, onde a família e o familismo foram as forças dominantes, muitas vezes subordinando socialmente a Igreja ao clã familiar e a seus ditames⁴.

De toda maneira, aqui como lá, houve uma sintomática reação conservadora, dentro e fora da Universi-

dade, contra a expansão das Ciências Sociais, sobretudo a Sociologia, amiúde grotescamente confundida com Socialismo. Essa resistência à função crítica da ciência de Comte, levou a uma ciência batizada, untuosa, limitada cautamente ao estudo superficial da doutrina da Igreja, destituída de qualquer formação empírica e identificada falsamente com uma espécie de moral social⁵.

A introdução das Ciências Sociais no currículo universitário foi uma exigência dos tempos, das novas necessidades e imperativos criados pela industrialização e a urbanização. Haja vista que a primeira experiência séria de aclimação delas entre nós, ocorreu em São Paulo, na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola Livre de Sociologia e Política, sob o influxo de Roberto Simonsen e da Federação das Indústrias. Fez-se sob o signo do pragmatismo americano, representado na figura de Donald Pierson, sociólogo de Chicago. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, predominava

a influência positivista, francesa e durkheimiana, nos cursos de Direito, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1939, pelo Ministro Gustavo Capanema, com a finalidade específica e modesta de formar professores. Fazia parte de um mostrengo, a Universidade do Brasil, não por acaso, à sombra do Estado Novo e que se destinava a fixar os padrões do ensino superior. No pensamento do Ministro Capanema, devia ser *uma instituição total e unânime*.

Em 1940, os estudantes universitários eram apenas cerca de 21 mil, numa população de 60 milhões. O que se chamava, então, Universidade, consistia em uma reunião de autarquias docentes, confederadas apenas no nome. A chamada *Lei das Universidades Brasileiras* (Decreto nº 19.851, de 1931) determinava o contorno da instituição universitária a partir de um núcleo de três unidades de ensino superior, escolhidas entre Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.

³ Timothy F. Harding, *The University, Politics and Development in Contemporary Latin América*, Research Seminar Series, nº 3, Riverside, University of California, 1968, pp. 5, 11.

⁴ T. Lynn Smith, *Brazil, People and Institutions*, Baton Rouge, Louisiana University Press (1946), 1.072, p. 461.

⁵ Típico exemplo dessa tendência é a *Preparação à Sociologia*, de Alceu Amoroso Lima, 1931, e a obra de autores menores, de timbre conservador, como a de Amaral Fontoura, lido nas Escolas de Serviço Social, de caráter confessional que, nos anos 40 e 50, se multiplicaram em todo o País.

Em 1960, já tínhamos 70 milhões de habitantes e mal atingíamos 100 mil estudantes do ensino superior. Em 1966, éramos 90 milhões e os estudantes universitários somavam 185 mil – representando um acréscimo de 339% sobre os dados de 1940⁶.

Em 1971, em pleno debate da reforma universitária, um eminente reitor podia escrever: *A exigüidade dos recursos agrava todos os nossos problemas educativos*. A frase é acaciana, mas se põe como a premissa maior do silogismo reformista. Tempo integral, educação exclusiva, obrigatoriedade de frequência, gratuidade de ensino superior, autonomia administrativa, cursos paralelos, restaurantes estudantis, melhores laboratórios, implantação de unidades – tudo esbarra na escassez fundamental de recursos, enganchados nas medidas governamentais de contenção e desinflação. E, de pernas amarradas nos orçamentos, pergunta-se porque a Universidade não cor-

re⁷. A situação pouco mudou, impasse típico daqueles que o esquerdismo gosta de explorar, sabendo da impossibilidade de sua solução a curto prazo.

Propagou-se a convicção de que a Universidade, além de competência, teria de criar empregos. Partia-se da idéia de uma perfeita adequação entre curso superior e mercado – que não existe, entre outras coisas, porque o ensino superior, de sua natureza seletiva, jamais poderá competir, nessa função, com o ensino médio, muito menos acompanhar as flutuações de uma economia em expansão. Tudo isso, nesses anos críticos, transformava a Universidade em vasta panela de pressão.

Nos anos 50, dourados segundo alguns, a instituição universitária entrou em cheio na polêmica do desenvolvimento, virou presa fácil dos ideólogos de Esquerda. Tornou-se comum dizer-se que representava uma *cultura ornamental e reflexa*. Falava-se em *casta ou estamento professoral*. Foi en-

tão que os espíritos ardentes descobriram a luta de classes dentro do *campus*, sua submissão ao capital estrangeiro e aos agentes do Imperialismo. A Academia, seria, ela própria, agente de alienação. E confundia-se espírito crítico com politização.

Esses chavões marxistas não eram brandidos apenas por estudantes incipientes, mas por professores que não se pejavam de tentar coagir ou intimidar colegas quando esposavam pontos de vista contrários.

Nessas refregas, os cursos de Ciências Sociais, constituíam a trincheira viva onde se feriam os mais acesos combates ideológicos. Seus departamentos eram, na mesma medida, alvo preferencial das Esquerdas marxistas.

Vamireh Chacon, ao traçar a história da nossa evolução sociológica, distinguiu dois marxismos – um confessional, militante e partidário; outro *metodológico, difuso, permeando muitas correntes*⁸. Foi este, em nossa opinião, que predominou

⁶ Dados in Djacir Menezes, *Idéias contra Ideologias*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1971, p. 51. IBGE, Brasil, *Séries Estatísticas. Retrospectiva, 1977 e Anuário Estatístico do Brasil, 1995*. Hoje, contamos com 156 milhões de pessoas e a população matriculada em Universidades subiu para um milhão, ou seja, cresceu 4.472% sobre 1940.

⁷ Djacir Menezes, op. cit., p. 54. Para um confronto com situações e problemas mais recentes, ver, Fernando de Mello Freyre, *Breves considerações sobre alguns problemas nas Universidades brasileiras*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1981, p. 18.

⁸ Vamireh Chacon, *História das Idéias Sociológicas no Brasil*, São Paulo, Editora USP/ Grijalbo, 1977, p. 85.

nos departamentos universitários. Virus atípico, por isso mais difícil de caracterizar e combater.

Ninguém podia prever, no começo do século, essa virulência. Quem primeiro citou Marx no Brasil, segundo Silvio Romero, foi o fundador da Escola teuto-sergipana, Tobias Barreto, no discurso de colação de grau dos bacharéis de 1883. Karl Marx, perorava Tobias, *diz uma bela verdade quando afirma que cada período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ele começa também a ser dirigido por leis diferentes. A questão cardeal do nosso tempo não é política nem religiosa, é eminentemente social e econômica*⁹.

Por esses tempos, como exprimiu certo contemporâ-

neo de Tobias, conversado por Gilberto Freire – só *alguns* falavam em Karl Marx. Falava-se mais em socialismo – nesse país de escravos, parlamentarismo à inglesa e romantismo, sem precisar muito essas vagas e generosas aspirações.

Gilberto identificara esse primeiro prestígio da *mística anarquista ou marxista* – a expressão é dele – não nos soavos e descabidos argumentos socioeconômicos, mas o vazio espiritual dessa geração novecentista – *adolescentes burgueses criados em colégios católicos e que se sentiam quase de repente abandonados não pela caridade da Igreja... mas pela fé da sua infância. A fé de seus pais e avós*¹⁰.

À vertente dos professores marxistas se filiarium,

nos idos de 30, Leônidas Rezende, Castro Rebello e Hermes Lima. Este, aliás, fez questão de frisar: *Nunca fui marxista no sentido político, leninista, do termo. Não penso que o Estado como relação de comando e obediência, como de ação social coercitiva dirigente, venha a desaparecer... mas o Marxismo é chave indispensável para a análise e compreensão da Vida em Sociedade, o mais apropriado dos métodos para inserir a Razão no contexto da História*¹¹.

Outro professor universitário, marxista ou pseudo, dentre os raros, foi Joaquim Pimenta (1886-1963), advogado e catedrático da Faculdade de Direito de Recife, imortalizado por José Lins do Rego, no Dr. Pestana do seu

⁹ Esses conceitos, Tobias os hauriu diretamente da 3ª edição de *O Capital*, de 1883, que cita escrupulosamente. Mas, desde 1879, já vinha falando em luta de classes. Vamireh Chacon, *Histórias das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965, pp. 265-66. *É impossível dizermos exatamente quando o nome do autor de O Capital foi pronunciado (sic) pela primeira vez em letra de forma... É muito provável que sempre continuem a pairar algumas dúvidas sobre o começo dessa história.* Leandro Konder, *A Derrota da Dialética*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 67, sugere que foi na década de 1870, como eco dos acontecimentos da Comuna francesa (1871), em citação de Lúcio de Mendonça, na Câmara dos Deputados (p. 68). De ciência certa, no entanto, parece que a primeira referência é a de Tobias Barreto, ainda que Evaristo de Moraes Filho, *Medo à Utopia*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 91, ache que o pensador de Escada não teria lido Marx.

¹⁰ Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol. II, p. 629.

¹¹ Chacon, *Histórias das Idéias Sociológicas*, p. 82, n. 2. Sobre Hermes Lima, ver sua biografia intelectual, in Sérgio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, São Paulo, 1979, pp. 41 e ss. E suas memórias, dele Hermes Lima, *Travessia*, Rio de Janeiro, 1974, onde se descreve, do ponto de vista do A., o momentoso concurso à cátedra da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Embora obscura a caracterização de *bacharel livre* dada por Miceli a Hermes Lima, assim como o rótulo de *anatolianos* a intelectuais, é importante sua dedicação do conflito ideológico subjacente aos concursos. *As disputas entre os defensores das doutrinas materialistas e os porta vozes dos princípios espiritualistas permearam as lutas em torno das posições docentes mas também se estenderam às organizações estudantis, de um lado a Liga dos Estudantes Ateus, a Federação dos Estudantes Vermelhos, e de outro, o pessoal católico (sic) do CAJU (Centro Acadêmico Jurídico Utilitário). Na verdade o que estava em jogo era o controle ideológico e da gestão da Faculdade de Direito que continuava sendo uma das principais instâncias de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente. Miceli, op. cit., p. 48. Isso se passava em 1933.*

romance *Moleque Ricardo*. Era socialista e discursava nos sindicatos, citando Marx, Engels, Lenin e Trotski. No clima do Recife, longe das estepes, andava à moda bolchevista, de capa e boné. Chamava os operários de *camaradas* – o que scandalizou a congregação da Faculdade. Em 1919, dirigiu greve operária em Pernambuco, o movimento apelidado de *piementismo*. Vindo para o Rio de Janeiro abriu mão de seu vago marxismo e aderiu às teses populistas de Getúlio Vargas¹². Inaugurou esse matrimônio ideológico.

Em 1886, o jovem Clóvis Beviláqua, escrevia sobre Marx de forma confusa e até disparatada – e o piauiense Hígino Cunha parece ter vislumbrado, muito longe, os

contornos da obra desmediada do economista. Em 1918, esse prócer já era antiimperialista e antinorte-americano – no Piauí. Euclides da Cunha, também padece certo xodó por Marx. Na Associação de São José do Rio Pardo, que ajudara a fundar, propôs se substituísse o retrato de Bakunin pelo gênio barbudo. Outros o acompanham. Namoro sem consequências. Todo esse Marxismo vinha cambulhada com muito Positivismo e Evolucionismo¹³.

O primeiro marxista brasileiro, de fato e de militância, parece ter sido o médico Silvério Fontes, nascido em Aracajú, em 1858, que passou a maior parte de sua vida em Santos. Depois de intensa atividade, tendo

atravessado o Positivismo e o Anarquismo, acabou aderindo ao Partido Comunista do Brasil¹⁴.

Silvério Fontes é traço de união entre os ideólogos e os militantes. Muito embora os comteanos ortodoxos repelisses as idéias marxistas, no Brasil há uma continuidade, senão individual, pelo menos familiar, entre positivistas e marxistas. É só cotejar os patronímicos de tantos membros do credo de Augusto Comte com os de sectários de Marx e do socialismo científico. O que torna muitas vezes válido o axioma: pais positivistas, filhos marxistas, netos terroristas¹⁵.

Em 1922, nascia o Partido Comunista Brasileiro. Em 1924, Octávio Brandão traduzia, em Porto Alegre,

¹² Moniz Bandeira e outros, *O Ano Vermelho*, Rio de Janeiro, 1969, p. 193 e Konder, op. cit., p. 122. Por esse tempo, lia-se Marx, Engels e outros autores socialistas, sempre em tradução francesa – o que levou Wilson Martins, a dizer que o socialismo pode ser tido como outras das *nossas idéias francesas*, *História da Inteligência no Brasil*, V, Rio de Janeiro, 1978, p. 178. O Socialismo teria próspera fortuna, entre nós, e, especificamente, o Marxismo. Em 1907, ninguém menos que Pedro Lessa, escrevia “Seu triunfo é infalível, necessário.” Martins, op. cit., p. 339.

¹³ Euclides da Cunha é o primeiro intelectual brasileiro importante a ter tido uma idéia global de Marx. Isso não quer dizer, evidentemente, que ele tenha se tornado marxista (Konder, op. cit., p. 95). Sobre o conflitivo diálogo entre o Marxismo e Anarquismo, no começo do século, muito a propósito, as considerações de Konder.

¹⁴ Ao contrário do pai – marxista de primeira hora e comunista militante de quatro costados – o poeta Martins Fontes, parnasiano de Santos, era anarquista (Konder, op. cit., pp. 110-11). Sobre esse diálogo-duelo, entre anarquismo e comunismo, ver o minucioso, exaustivo John W. Foster Dulles, *Anarquistas e Comunistas do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 159-87.

¹⁵ Norberto Bobbio descreveu, na Itália do fim do século XIX, a mesma relação ambígua entre Positivismo e Marxismo, ... *Estiveram sempre em desacordo sobre o modo de compreender a ‘Verdadeira’ ciência, e, rivais como foram muitas vezes no mesmo terreno, trocaram-se acusações por não se terem liberado da metafísica e de serem, apesar de tudo, não científicos. Para ser científico, Marx teria de libertar-se da herança hegeliana, os positivistas da comteana. Foram todavia, ambas filosofias leigas, mundanas, nascidas da grande revolução do século que foi a revolução industrial, da qual o Positivismo foi a interpretação confiante e benévola, o Marxismo, a catastrófica. Perfil Ideológico del 900*, Milão, pp. 22-23. *Mutatis a mutandis* e ressalvada a falha de usar a expressão generalizante – *Marxismo* sem explicitá-la – essa relação de amor e ódio reflete-se entre nós.

o *Manifesto Comunista*, de 1848. Na fundação do Partido logra papel decisivo Astrogildo Pereira, seu secretário geral até 1929¹⁶. Coube a ele, em Puerto Juarez, na Bolívia, em dezembro de 1927, converter Luiz Carlos Prestes do tenentismo à militância comunista, levando-lhe uma pacotada de livros da melhor doutrina - Marx, Engels, Lenin. Prestes, aliás, foi outro caso de transição - do Positivismo para o Marxismo.

Leandro Konder, cauteloso, afirma que houve *uma combinação discreta do stalinismo com o modo de pensar positivista...*¹⁷.

Antonio Paim, mais pertinente, considera expressão clara dessa combinação a obra de Leônidas Rezende talvez a principal figura do marxismo brasileiro, do ponto de vista das gerações que freqüentam cursos universitários, nas décadas de 30 e 40, ou tiveram, no mesmo período, alguma participação no movimento político dos estudantes¹⁸. O elo seria o autoritarismo de Comte e a concepção da ditadura do proletariado de Marx.

A modalidade estalinista do Marxismo, que procurava se instalar na vida política e cultural do Brasil, no

começo dos anos 30, podia oferecer àqueles que tinham sido educados pelo Positivismo, imponentes esquemas classificatórios e fórmulas concisas, límpidas, semelhantes às que celebrizaram Augusto Comte. Mudavam os textos fundamentais, indicadores das verdades básicas, permanecia o vezo de procurar em uns poucos livros, condensada, a essência de tudo aquilo que se podia saber, cientificamente, a respeito da sociedade humana. As tarefas delegadas por Comte à sociologia (por ele rotulada de física social) eram atribuídas pelo estalinismo ao mate-

¹⁶ Entre os sete delegados que fundaram o Partido havia um, Cristiano Coutinho Cordeiro, professor e advogado. Não pude saber se era docente do ensino superior. Os demais eram trabalhadores ou artífices de pequeno ofício (Konder, op. cit., p. 138). Konder considera a tradução do Manifesto por Octávio Brandão, um marco na divulgação das idéias de Marx no Brasil. No entanto, mesmo entre os comunistas, ainda os mais lidos era generalizada a ignorância. Os comunistas brasileiros, em geral, admitiam que conheciam muito mal os textos 'clássicos' do comunismo (Konder, pp. 142-43). Quando Abílio de Nequete, que fundara em 1913, em Porto Alegre, a primeira associação bolchevista do País, a União Maximalista - perguntava a seus companheiros se tinham lido Lenin, recebia resposta negativa e causava má impressão. Acabou saindo do Partido e elaborando a teoria de que a revolução não seria feita pela classe operária e sim pelos técnicos (Ap. Dulles, op. cit., p. 149). Nisso, precursor do ISEB. Os jornais proletários, aliás, eram lidos nas reuniões em voz alta, porque a maioria dos operários era analfabeta (Brandão, ap. Dulles, p. 41, n. 36).

¹⁷ Por via de Comte e Spencer, o Positivismo e o cientificismo contaminam de *diretismo*, em alguns autores, a pureza da ideologia marxista. É o caso, acusa Konder, de Octávio Brandão e dos professores Leônidas Rezende e Castro Rebello (Konder, pp. 147, 152-55, 180). Leônidas Rezende escrevia artigos em *A Nação*, sobre Marx e Comte, que Brandão considerava *tijolos* e via como uma *salada*. Filiou-se ao Partido em 1927. Octávio Brandão, procedente do anarquismo, converteu-se ao Marxismo lendo livros fornecidos por Astrogildo Pereira. A 15 de outubro de 1922, ingressava no federações. Brandão, inspirado em Lenin, lido em francês, redige, em 1924, a primeira tentativa no Brasil de análise marxista - *Agrarismo e Industrialismo*, Buenos Aires, 1926 (Ap. Dulles, ib. p. 151).

¹⁸ Antonio Paim, ap. Konder, op. cit., pp. 181-82. O primeiro estudante marxista de que se tem notícia na atividade partidária foi Rodolfo Coutinho, pernambucano que ajudara a formar o Circulo de Estudos Marxistas no Recife e foi suplente na primeira Comissão Central Executiva (CCE) do Partido, reunido em 1922. Em 1924, viajou para Moscou com Astrogildo Pereira a fim de obter o reconhecimento do PCB pela Internacional comunista. Lá ficou até 1927, dividindo quarto com um oriental (Moniz Bandeira e outros, op. cit., p. 296). Foi depois professor no Colégio Pedro II. Exercia grande influência na Juventude Comunista. Era simpatizante trotskista, o que o levou a demitir-se do Partido quando viu o crescimento do estalinismo e da alta prestista. Astrogildo examinando mais tarde esses debates, concluiu que resultavam de uma insuficiência teórica. E constatou, como Machado de Assis, que a *confusão era geral* (Dulles, op. cit., p. 287).

*rialismo dialético e ao materialismo histórico*¹⁹.

Nenhum desses epígonos exercia o ensino universitário. Poucos os professores declaradamente marxistas nas Faculdades de Direi-

A modalidade estalinista do Marxismo, que procurava se instalar na vida política e cultural do Brasil, no começo dos anos 30, podia oferecer àqueles que tinham sido educados pelo Positivismo, imponentes esquemas classificatórios e fórmulas concisas, límpidas, semelhantes às que celebrizaram Augusto Comte.

to, de influência praticamente restrita às salas de aula, um ou outro proclamando suas convicções entre paredes, ocasionalmente em livro ou artigo de imprensa, fumaçando no mesmo incenso Marx e outros pensadores. Tudo no melhor ecletismo que sempre caracterizou a cultura bachare-

lesca brasileira. A Universidade como tal só anos mais tarde passaria a campo de pouso dos marxistas.²⁰ Todavia, enquanto mestres pontificavam um Marxismo de cátedra, os estudantes partiam para a ação revolucionária. A marxização dos moços começa muito antes da penetração da ideologia nos recintos acadêmicos.

Em 1925, o II Congresso Nacional do PCB, no Rio de Janeiro, decide dar mais atenção aos jovens e cria a Juventude Comunista (JC); mas só depois de 1927 o Partido teria se preocupado em reorganizá-la, para tanto designando Leôncio Basbaum, pernambucano, de 19 anos, quartanista da Faculdade de Medicina do Rio. No Recife, Manuel Souza Barros apresenta Basbaum e Manuel Karacik, seu colega e melhor amigo, a Astrogildo Pereira. Leram Bakunin e Octávio Brandão, conheceram a liderança do Partido. Em 1926, outro estudante, também pernambu-

cano, João Celso de Uchôa Cavalcanti, fundou, com as bençãos de Astrogildo, a primeira célula estudantil do PCB, na Faculdade de Medicina. Basbaum logo se dedicou a ministrar um curso de Marxismo a operários de uma fábrica de tecidos, baseando-se em um resumo em português de *O Capital*. Não prosseguiu. Achou os alunos despreparados.

Em 1927, Basbaum, criava a diretoria provisória da Juventude Comunista com Karacik e Francisco Mangabeira. Em poucos meses recebiam mais de 100 adesões, 90% de operários, de 15 a 19 anos. Formalmente constituída, a 1ª de agosto de 1927, sua primeira direção nacional era formada de quatro operários e três estudantes. Basbaum, secretário-geral, manteve o posto até 1929, quando completou 21 anos, e passou para os quadros do Partido. Ainda em 1927, a JC solicitou sua inscrição na KIM (Internacional Comunista da Juventude

¹⁹ O trecho é luminoso. Mas por se restringir ao estalinismo um vezo que é do Marxismo em todas as suas modalidades e espécies? Por aí se explica a volta do Positivismo no processo de decomposição do Marxismo. Não podia ser outro o desfecho na rota desse Marxismo pragmático quando buscava o Poder pelo Poder. Atribuir esse pendor aos *mecanismos de mercado* etc., como fez Leandro Konder (p. 201) é extrapolar do nível da economia para o da ideologia. A citação de Marx, que compara a redução do valor de uso ao valor de troca à divindade de Cristo - e que, Konder, parece encampar - essa comparação, então, é delirante (Konder, op. cit., pp. 182 e ss).

²⁰ No ensino superior, o nome de Marx, só muito raramente era mencionado; e, quando isso ocorria, em geral, estava sendo dita alguma tolice sobre ele. (Konder, op. cit., p. 113). Sobre o ecletismo, forma de disponibilidade intelectual e seu peso ideológico, ver Konder, op. cit., pp. 149 e ss.

de), sediada em Moscou, que logo ofereceu uma bolsa de estudos de três anos na Escola Leninista a um jovem operário brasileiro, Heitor Ferreira Lima²¹.

A partir de 1928, passam a figurar estudantes nos comícios ao lado dos operários. A Juventude Comunista cresce. Ao VI Congresso da Internacional Comunista, comparece uma delegação brasileira composta de três membros, Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e um garçom, José Lago Morales. Em Moscou encontraram Heitor Ferreira Lima, inteiramente russificado - *de botas, blusa e boné de pala virada para cima*, no estilo Bukharin. Nesse Congresso, aliás, aprovou-se a condenação de Trotsky. No 5º Congresso da Internacional Comunista da Juventude todo o material de propaganda e educação marxista, enviado para os jovens do Brasil, era redigido - em espanhol. Ante o protesto de Basbaum, alguém da mesa perguntou - *então que raio de língua se fala no Brasil?* Basbaum passou a representante do Partido no Comitê Central da

Juventude Comunista e participou do I Congresso Nacional da Juventude, em 1929. Apesar de tudo isso, o Partido continuava a ser, na retórica dos dirigentes, dos operários e camponeses.

Os estudantes não passavam de linha auxiliar. Em maio de 1929, comitê de universitários lançou manifesto de apoio a uma greve de gráficos. Assinavam-no Francisco Mangabeira, cujo tio era, na época, Ministro das Relações Exteriores; e Antonio Mendes de Almeida. Presos na Polícia Central, não puderam comparecer ao comício na Praça da Sé.

Em fins de 1928, a Juventude Comunista teria cerca de 200 membros, num Partido de 800. Estudantes eram pouco mencionados no fraseado dos manifestos de Prestes. Em 1930, tornam-se visíveis nas passeatas, de lenço vermelho ao pescoço. Em São Paulo, depois de um grande comício contra o Governo, montaram-se barricadas e no tiroteio houve jovens entre os mortos.²²

A tendência do Partido para o *obreirismo*, palavra de ordem de Moscou, levou

a várias defecções. Não favorecia, nem intelectuais, nem estudantes, estes em posição de inferioridade perante *operários e camponeses*, destaque maior dos manifestos.

Em 1934, a Juventude Comunista já desempenhava papel importante no 1º Congresso da Mocidade Operária-estudantil; e, em 1935, apoiaria o levante de Agildo Barata no 3º R.I. Na ilegalidade em que mergulhou, após esses acontecimentos, surgiu uma Federação Vermelha dos Estudantes que agrupava secundaristas e universitários.

A ascensão de Vargas, a Ditadura do Estado Novo, lançando o Partido na clandestinidade, recalçou os estudantes e a Juventude Comunista para a subversão. Carlos Lacerda que começou a simpatizar com a Esquerda quando ainda na Faculdade de Direito, ingressou na Frente Popular, cuja criação levou à dissolução da Juventude Comunista.²³

No mesmo ano em que se proclamou o Estado Novo, era criada a Universidade do Brasil (Lei nº 452,

²¹ Sobre tudo isso, ver Dulles, op. cit., pp. 268-70.

²² Ib. p. 356.

²³ Carlos Lacerda, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1977, pp. 35-36.

de 05.02.1937), *pronta e acabada como Minerva da cabeça de Júpiter*.²⁴

Mas enquanto o Ministério da Educação corria com esse projeto grandioso, instalava-se, em 1935, no Rio, sob a liderança de Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Prefeito Pedro Ernesto, a Universidade do Distrito Federal (UDF). Instaurado o conflito ideológico entre as duas entidades, a UDF foi considerada responsável por uma situação de *indisciplina e desordem* e extinta, por decreto em janeiro de 1939. Já em abril do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 1.190, o Governo criava, no Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Filosofia, nos moldes de sua antecessora paulista, porque, em 1934, no Governo de Armando Sales de Oliveira, fundava-se a Universidade de São Paulo e, nesta, a Faculdade de Filosofia e Letras que se tornaria, com os professores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, numa das matrizes da difusão do Marxismo. Nomeavam-se professores para a Universidade do

Brasil por autorização do Presidente, ouvida a Seção de Segurança Nacional.²⁵

Paradoxalmente, e sob esse regime asfíxiante e o peso do obscurantismo e da intolerância do Estado Novo, vai o Marxismo penetrar nos cursos e cátedras universitárias, tornando-as alvos preferenciais do Esquerdismo.

Do 2º Congresso Nacional de Estudantes (1938) saiu a proposta da criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) que teve sua primeira diretoria eleita em dezembro de 1939. A par do oficialismo que caracterizava esses Congressos - o Presidente Getúlio Vargas foi aclamado Presidente de Honra do conclave - reponham no seu temário e na sua linguagem, teses caras aos comunistas que se tornaram, mais tarde, verdadeira *marca de fábrica*, tais como a necessidade de *libertar a economia nacional da exploração imperialista*, as denúncias contra o truste estrangeiro do papel etc..

Em 1939, durante o Ministério Gustavo Capanema,

discutia-se a Reforma Universitária e nela Governo e Esquerda pareciam concordes. Essa lua de mel com o Estado Novo foi, no entanto, perturbada pela Guerra contra o Eixo e a luta antifascista que congregou universitários de vários matizes políticos; mas, em 1940, a UNE ainda pugnava pela paz e pela neutralidade do Brasil. De 1942 a 1945, a entidade, pressionada pela opinião, dedica-se à campanha contra os países do Eixo; e, em 1943, opunha-se à criação da Juventude Brasileira, conforme o modelo fascista italiano, proposto pelo Ministro Gustavo Capanema.

Os movimentos estudantis da Esquerda lograram papel cada vez mais importante. Enquanto isso, as autoridades apegavam-se ao *statu quo*, aos consagrados rituais de poder e prestígio, as Universidades lançavam ao mercado turmas e mais turmas de bacharéis candidatos ao desemprego.²⁶

Cresceu o papel do radicalismo estudantil, muitas vezes incentivado por polí-

²⁴ Simon Schwartzman e outros, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 208. Ver Maria Herminia Tavares de Almeida, *Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*, in Sérgio Miceli, *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I, São Paulo, IDESP, 1989, p. 188 e ss.

²⁵ Ap. Schwartzman, *ib.*, p. 218, n. 27.

²⁶ Harding, *op. cit.*, p. 13.

ticos e administradores, sobretudo depois que o fermento populista contaminou as estruturas da Universidade. Essa agitação que saía às ruas, conferia novo prestígio aos mandarins da educação, e aos burocratas a oportunidade de infinitas portarias e decretos.

Não que a maioria dos estudantes se alistasse nas fileiras do radicalismo. Mas a minoria radical, cada vez mais marxizada, foi conquistando os postos de mando e, graças a uma legislação perversa, foi pesando na administração da Universidade, nos seus destinos e desatinos.

A UNE visava, de início, a congregar estudantes. Tinha caráter apolítico. Entre os anos 1940 e 1942, empreendeu campanha no sentido de mobilizar a opinião pública e o Governo para participação na II Guerra Mundial contra o nazifascismo. Era praticamente tutelada pela Ditadura, funcionava em sala do Ministério da Educação. A partir de 1943 começavam a aparecer indícios de insurreição. Comunistas e democratas passaram a lutar contra a Ditadura. Entre 1944 e 1947, os estudantes democratas venciam as eleições. Cons-

tituíram-se Diretórios representativos dos discentes de cada Faculdade, entre eles o Diretório Central dos Estudantes da então paranoicamente chamada Universidade do Brasil.

A partir de 1959, aprofunda-se a marxização da UNE. Os temas versados passaram a ser eminentemente políticos e tratados sob o ângulo dos interesses da Esquerda.

Quando Marialice Foracchi, nos anos 60, elaborava sua pesquisa sobre o estudante universitário, as principais organizações que dividiam a massa universitária, além da UNE, eram (a) a Juventude Universitária Católica (JUC), (b) o Partido Comunista que atuava através dos seus diretórios estudantis, (c) a Ação Popular, (d) a Política Operária (PLOPOP) e (e) a Quarta Internacional. Eram todos de Esquerda com dosagens diversas da ideologia marxista. O Partido de Representação Acadêmica (PRA), criado na Faculdade de Direito da USP, era considerado de Direta. E havia, ainda, os chamados independentes que permeavam todas as unidades estudantis e procu-

ravam quebrantar a influência crescente da Esquerda católica. Todas essas facções, salvo a última, se vinculavam a correntes políticas de âmbito nacional e macaque-

Não que a maioria dos estudantes se alistasse nas fileiras do radicalismo. Mas a minoria radical, cada vez mais marxizada, foi conquistando os postos de mando e, graças a uma legislação perversa, foi pesando na administração da Universidade, nos seus destinos e desatinos.

avam as linhas dominantes do processo político.

Nos anos 60, dá-se o momentoso encontro, verdadeira pororoca ideológica, entre a Juventude Universitária Católica, a Esquerda Católica e o Esquerdismo marxista.

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) desempenhou papel importante na agitação estudantil e no processo de marxização da Universidade. Diz um historiador desses acontecimentos que durante o período de 1960 a 1964, a Faculdade foi *uma espécie de escalão avançado do movimento estudantil como um todo*.²⁷ Isso se ex-

²⁷ Arthur José Poerner, *O Poder Jovem*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 215.

plica pela variedade de seus cursos e pela estrutura interdepartamental que ensejava maior contato de professores com alunos e, destes entre si, nas várias disciplinas.

O período é de intensa politização - leia-se de doutrinação esquerdista. É o momento em que se forma, no movimento estudantil, uma frente única de católicos e comunistas, que um autor de vistas largas considerou *precursora do pensamento ecumênico em nosso país*.²⁸ Daí por diante, até 1964, a Nacional-Esquerda domina o movimento estudantil.

Essa intensificação da atividade política do estudante universitário, sem outras compensações no plano do saber e da cultura, era, em certo sentido, uma medida do fracasso da Universidade como comunidade acadêmica.

Lipset vincula a participação política do estudante latino-americano em geral ao mau treinamento e à baixa profissionalização do corpo docente. *Onde o professorado é de tempo parcial, como na maioria da Améri-*

ca Latina, a tendência dos estudantes é dar mais atenção a preocupações não acadêmicas, inclusive políticas. Citava o Reitor de uma Universidade hindu que acreditava ser sua alta função retirar os jovens das ruas, para impedir que se tornassem delinquentes. Em compensação, dizia o bom Reitor, nós os convertemos em comunistas.

Parece que nisso também influia a origem social dos estudantes. Marialice Foracchi, em seu estudo sobre o papel do estudante na transformação da sociedade (1965) sugeria que *as condições sociais de participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominada por alguns autores de nova classe média. E dá ênfase à condição de dependência que daria ambivalência à ação de classe*.³⁰

O que se evidencia, nesses anos 60, é a crescente politização da massa estudantil tal como definida em do-

cumento da UNE: *A massa estudantil precisa ser politizada pois sua tarefa é politizar as massas populares*.³¹ Foracchi considera a politização da massa o problema básico em cada novo movimento estudantil, e que só pode ser compreendido como *expressão da eficiência do trabalho partidário*. Por aí, negava capacidade de subversão a esses movimentos.

De braço dado com os comunistas, os católicos de esquerda fomentaram a marxização - estimulando a participação das Universidades Católicas nesse amplo movimento. Um *Manifesto* do Diretório Central da PUC do Rio, denunciava o caráter privilegiado do estudante universitário, convocavam-no à rebelião contra o clericalismo na religião, o capitalismo na economia, e o reacionarismo na política. A opção da Ação Popular (AP) era revolucionária e o rumo era o socialismo.

Segundo o Professor Cândido Mendes de Almeida, que analisou o *Manifesto*, com a gravidade habitual, *sua autenticidade estaria nesta*

²⁸ *Ib.*, p. 195.

²⁹ Seymour Martins Lipset, *University Students and Politics in Underdeveloped Countries* in *Minerva*, vol. III, nº 1, 1964, pp. 38-39.

³⁰ Marialice M. Foracchi, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, São Paulo, 1965, pp. 220-22.

³¹ Foracchi, *op. cit.*, pp. 225, 228.

*passagem à ação prática imediata, compensando dessa forma o longo silêncio da Igreja face aos problemas de uma sociedade em mudança radical.*³²

Em 1966, os autores mais lidos e que mais colaboraram na elaboração de uma ideologia radical católica seriam Leuret, Mounier, Marx, Sartre, Teilhard de Chardin – mais apregoado que lido – e o Padre Henrique de Lima Vaz. Em segundo plano vinham Saint-Exupéry, Michel Quoist, Kalil Gibran, Celso Furtado e Josué de Castro – este publicara, em 1947, sua *Geografia da Fome*, de grande repercussão – *Geopolítica da Fome*, que o seguiu, é de 1951. Esses autores – e seus leitores – começavam um tímido descomprometimento face às idéias de Marx. Em breve, iria se acentuar, transformado às vezes, em aberto rompimento – mas nem todos e nem sempre desligados da nebulosa marxista que continuava a rolar, ovante, pelos firmamentos universitários.

A situação política precipitava a radicalização. A 28 de março de 1964, os Diretórios Acadêmicos das

Faculdades Nacionais de Direito (CACO) e da Filosofia, da Universidade do Brasil, mais o de Sociologia da PUC, lançavam manifestos de apoio aos marinheiros e fuzileiros navais em greve permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Fizeram mais: no dia 31 de março, mal ouvidas as notícias do levante em Minas Gerais, exigiram do Governo Jango que lhes desse armas para a resistência. Tiveram de se contentar com *manifestações antigolpistas* na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Com a depredação da sede da UNE, o Presidente José Serra pediu asilo à Embaixada do Chile e juntou-se a outros líderes revolucionários que buscavam o caminho do exílio. Concluía-se dessa forma um ciclo de agitação estudantil que, daí por diante, iria se desdobrar em trágicas conseqüências, no terrorismo e na ilegalidade.

Poerner, dá testemunho insuspeito do sucesso e dos rumos dessa marxização:... *No momento em que se confundiu, na Faculdade, o apoio ao Diretório com a*

*posição esquerdista, inflacionou-se a Esquerda e baralhou-se o esquema de forças políticas existentes. Este, o primeiro erro de análise e, talvez o mais catastrófico, por ser o mais generalizado. A partir dele, os analistas lúcidos e frios – que almejavam uma FNFfi atuante politicamente, mas, sobretudo, voltada para problemas universitários e para a modificação da estrutura do ensino – perderam o controle da situação. De um momento para outro, depõe o mesmo escrupuloso cronista, a FNFfi se transformara em Faculdade com a mais alta percentagem de socialistas em toda a América Latina. Em menos de seis meses, jovens de vinte e poucos anos, recém-egressos de suas leituras machadianas, davam por absorvidos, com uma superficialidade que chegava a ser comovente, os textos de Marx e Engels.*³³

Para o autor, tudo isso não passava de delírio coletivo que levava muitos estudantes a caírem vítimas de outra forma do mal que combatiam. Tratava-se, segundo esse clínico, de uma *doença infantil* – o esquer-

³² Cândido Mendes de Almeida, *Momento dos Vivos*, ap. Poerner, op. cit., pp. 198-209.

³³ Poerner, op. cit., pp. 223, 226.

dismo. Consta esse historiador dos movimentos estudantis, que, daí por diante, *para a maioria dos jovens que cursavam a FNFi, os últimos meses de 1963, estudar passou a ser desvio "pequeno-burguês" (as aspas são de Poerner) pois a cultura estava morta e a Faculdade representava um monumento ao latifúndio (sic). Afinal, importava que estudassem!*, constatação extraordinária.

Paradoxalmente, Poerner, acha que, por esse tempo, princípios de 1964, a Faculdade, já se achava *rachada. Já tinha saído da moda ser apenas de Esquerda. Num processo que tem suas semelhanças remotas com a Revolução Cultural Chinesa (sic) o grau de radicalização da faculdade chegara a um ponto em que era preciso providenciar, imediatamente, uma Revolução para que nela se engajasse a FNFi.*

A Revolução veio, mas em sentido diverso do que pensavam os ativistas da FNFi. A vanguarda estudantil carecia de lastro político próprio, daí o divórcio entre a cúpula e a base nesses movimentos. A participação

dos estudantes era destituída de suporte ideológico, desprovida de coordenadas políticas - o que só foi parcialmente superado nas greves e movimentos de protestos - e no terrorismo - pós-1964. Daí o caráter abstrato e altamente teórico dos manifestos. ...*Quando (a cúpula) teoriza é porque não sabe como agir.*³⁴

Essa indecisão impregnou os documentos do movimento estudantil dos anos 60, ora apoiando a Revolução cubana e militando contra a Aliança para o Progresso, ora clamando pela necessidade de atuar o estudante sobre problemas especiais de sua categoria.

Fica-lhe, então, um papel histórico, de conscientizar (ainda que massa privilegiada) as massas populares - embora, segundo Foracchi, *sua capacidade de identificar-se com os oprimidos, nada mais expressaria senão as suas aspirações sociais frustradas.* Para a pesquisadora paulista, *...o estudante brasileiro não representa, em termos socioeconômicos, uma camada privilegiada, e sim, uma camada em mobilidade ascensional que acumula recursos para firmar-se socialmente. A formação universitária representa um*

*nivelamento e uma responsabilidade.*³⁵

Essa afirmativa ganha importância, fundamento e amplitude, com a *abertura* da Universidade nos anos subsequentes e a consequente *massificação* que a desencadeou.

Os anos 70 viram a tranqüila ocupação da Universidade brasileira por esse Marxismo faccioso. O fenômeno é tanto mais marcante quanto mais pesava, fora dos muros acadêmicos, a intransigência do regime militar, a censura sobre a imprensa e demais meios de comunicação, contribuindo tudo isso a agravar a atmosfera opressiva daqueles tempos, tão bem retratada, entre outros, nos livros de Zuenir Ventura, Márcio Moreira Alves e Fernando Gabeira, cuja obra mereceu, há pouco ser levada às telas.

Enquanto aumentava a pressão ditatorial sobre a inteligência e sobre as próprias Universidades, a infiltração marxista se processava a escancarar, na cátedra e no livro, no controle efetivo do ensino e, às vezes, na administração dos Departamentos.

Embora não se possa subscrever, em forma ou substância, a frase de Zuenir Ventura - *a geração de 1968*

³⁴ Foracchi, op. cit., p. 235.

³⁵ *Ib.*, p. 560.

talvez tenha sido a última geração literária do Brasil³⁶ não há dúvida de que os jovens universitários desses aflitos tempos liam bastante. Mas que autores? Marx não, certamente, não obstante a edição portuguesa da *Civilização Brasileira*, a não ser por dever e devoção, talvez por penitência, na intimidade das células e dos conciliábulos; mas certamente Marcuse, seu profeta que, em *Reason and Revolution*, *Eros and civilization*, propõe uma hábil fusão entre Marx e Freud e dá aos jovens a arma ideológica que desejavam - a repulsa à tecnologia - cujos subprodutos gostosamente usavam - a liberação do sexo e da droga e a revolta contra os pais.

Marcuse, em 1968, era uma novidade. Conciliando Marx e Freud, ele fornecia ambiciosos objetivos políticos ao movimento estudantil, já que o papel de vanguarda da revolução, dizia ele, se transferira da classe operária, engajada no processo produtivo, para as minorias sociais, para os marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, para os estudantes.

Ensinava que, em lugar da exploração bruta, o capitalismo passava a impor novas formas de controle social, mais efetivas e agradáveis. Diante desse quadro, o proletariado, seduzido pela sociedade de consumo, passava a não pensar mais em revolução, só em casa de veraneio. Havia proposta mais sedutora para quem, como o jovem idealizado por Marcuse - estar biologicamente destinado à revolta?

Não foi Marcuse o único guru dessa geração.³⁷ Outros disputavam essa influência, Mao, Guevara, Debray, o pétreo estalinista Lukacz, sobretudo Gramsci, os autores da Escola de Frankfurt - Walter Benjamin, Adorno, o ascendente, jamais cadente, Eric Hobsbawm, marxista inglês, e o então noviço Umberto Eco que ainda esperaria alguns anos pelas grandes tiragens da perversa *O nome da Rosa*, e Althusser que propunha nova leitura de Marx, nova interpretação teológica dos santos livros.

A *Revista Civilização Brasileira*, de Enio da Silveira, acolhia autores prestigiosos. Corria de mão em mão. Entre seus colaboradores o ago-

ra, avançado e liberal Alceu Amoroso Lima, o futuroso Fernando Henrique Cardoso, Ferreira Gullar, Paulo Francis, ao tempo trotskista - depois, em boa hora, convertido à democracia, por isso repudiado e mantido no escanteio - Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho - todos crismados *aprendizes de Lukacz*.

Nas Universidades Católicas, a infiltração marxista continuou ao longo dos anos 70, como demonstra a crise instaurada na PUC do Rio, em 1979, deflagrada pela censura imposta por ato do Diretor do Departamento de Filosofia a um texto do professor Miguel Reale, escolhido por uma professora para leitura e debate. Reagiu a professora e uniram-se ao seu protesto outras vozes. Verificou-se que o mesmo diretor havia determinado a extinção da cadeira de Ética Social o que movimentou reação de seu regente, o Padre Ney Sá Erp.

As autoridades universitárias estavam convencidas de que controlavam a Universidade. Na realidade, a política era ditada pelos Conselhos Departamentais

³⁶ Zuenir Ventura, *1968 O ano que não terminou*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, pp. 51-60.

³⁷ Ventura, pp. 126-27. Ver a crítica a Marcuse do Padre Fernando Bastos de Ávila in *Carta Mensal*, CNC, ano XV, nº 173, Rio de Janeiro, agosto, 1969.

em que selecionavam os membros das bancas examinadoras, os regentes das disciplinas, e *tutti quanti*.

Esse avanço se dava pelo boicote a qualquer dissidência e pela seleção dos detentores de cargos de ensino e administração departamental, muitas vezes à revelia da cúpula universitária, outras – é bom dizer, a bem da verdade – com a omissão dela e sua cumplicidade tácita.

Na Europa, nos arraiais das ciências da sociedade, muito antes da queda do Muro e do desmoronamento do regime soviético e dos seus satélites, o Marxismo era visto como doutrina sectária e ultrapassada. Com exceção da França, não desfrutava do prestígio intelectual dos anos 40 e 50.

Nada parecia alterar, nestes trópicos, a tranqüilidade dos meios acadêmicos, cada vez mais dominados pela Esquerda, criando o paradoxo de um ensino eivado de Marxismo sob um regime militar em choque contra a guerrilha armada, o terrorismo e a subversão.

Como isso podia acontecer quando as autoridades educacionais e universitárias eram escolhidas ou aprovadas pelo Governo, quando um dos Ministros da

Educação, era, ele próprio, militar; quando as Universidades eram submetidas a um sistema de fiscalização que chegava a extremos de espionagem policial, quando as lideranças universitárias eram objeto e vítimas de constante e inquisitorial investigação?

É o que a nosso ver, se deve a vários fatores. Em primeiro lugar ao bom-mocismo típico do caráter brasileiro que aborrece as atitudes nítidas e cortantes, prefere as moles e acomodáticas. Além disso, por um erro de julgamento.

Enquanto as cúpulas universitárias e as autoridades educacionais imaginavam que conseguiam manter uma Universidade esterilizada dos bacilos esquerdistas, estes penetravam tranqüilamente nas estruturas formais e informais da comunidade universitária. Isso só foi possível depois que as Universidades cresceram em população, começaram a sofisticar sua organização e a adotar o modelo formal dos departamentos, copiado das escolas americanas, substituindo-os às antigas cátedras, consideradas anacrônicas e até *feudais*.

Esse modelo criava uma pirâmide de conselhos, des-

de o departamental – a célula brasileira – até o Conselho Universitário. O controle desses conselhos passou a ser tema e alvo dos grupos de Esquerda que se dedicaram a essa tarefa com a ha-

As autoridades universitárias estavam convencidas de que controlavam a Universidade. Na realidade, a política era ditada pelos Conselhos Departamentais em que selecionavam os membros das bancas examinadoras, os regentes das disciplinas, e tutti quanti.

bitual pertinácia, aplicando a esse objetivo todo o tempo e forças disponíveis. A eleição dos membros desses corpos, na estratégia de conquista de poder, tornou-se momento importante da vida universitária. Para isso mobilizavam-se todos os recursos e, com a notória falta de ética desses grupos na eliminação dos adversários, eram adequados todos os meios.

Em nome de uma suposta autonomia universitária, reivindicou-se para a formação de corpos eleitorais uma participação cada vez maior dos estudantes e dos funcionários. Pleiteou-se para essas categorias, mais manobrá-

veis pelos partidos e partições, peso igual ao voto dos docentes.

Verdade se diga que os grupos de Esquerda, nem sempre constituídos pelos melhores alunos, recrutavam uma *galera* mais presente e assídua. Na realidade, para eles, com honrosas exceções, o estudo, a aplicação, a nota, eram secundários diante da presença na eleição, na passeata, na assuada e no protesto.

Foram assim, aos poucos, conquistando conselhos e congregações onde se preparava a pauta para as reuniões dos Conselhos Universitários. Estabelecia-se, dessa forma, nesses corpos acadêmicos, um verdadeiro rolo compressor que comandava as votações e as decisões.

A mesma pressão se exercia nos concursos para docência através da seleção dos membros das bancas examinadoras. Tudo começava nos exames da tese e da monografia, para mestrado e doutorado, em geral de graus iniciais para a plenitude da docência. Eram, por via de regra, cerimônias, cujo ritual impecável, dentro das aparências, levava à consagração do certificado, do grau, do título. Supunha-se que o trabalho apresenta-

do, dissertação ou monografia, atendia aos requisitos de desempenho e perfeição fixados pelos mais estritos padrões universitários.

Na prática, tal não ocorria. Casos houve de candidatos que encomendavam esses trabalhos a *ghost writers* bem pagos que se encarregavam de apresentá-los, em tempo hábil, para o exame. Daí por diante, o candidato se esmerava na memorização e na agilidade da desconversa diante de uma banca mais exigente e agressiva.

Esses comportamentos acadêmicos se conciliavam com uma cultura formalista. Nessa massa mole de complacência, a lâmina do Marxismo trabalhou com facilidade, ditando nomes, selecionando autores, discriminando outros, deturpando doutrinas e assoalhando inverdades, num trabalho eficaz de subversão da inteligência.

Na medida em que os departamentos representavam a vida real da Universidade e os Conselhos os comandavam, pouco fazia aos seus mentores que a cúpula universitária, alienada, continuasse a crer, de pés juntos, na pureza da doutrina e da prática democrática. Essas boas intenções, nutridas na atmosfera rarefeita dos

gabinetes de Brasília, desmoronavam na intimidade dos estabelecimentos de ensino, no caso das Universidades particulares, roídas pelo mercantilismo; no caso das Universidades públicas, pelo oficialismo e pelos compromissos políticos. Em uma Universidade Federal houve um Reitor, notoriamente de Esquerda, que preparou sua reeleição, nomeando três mil funcionários.

O modelo norte-americano prosperou, entre nós, dentro de um quadro institucional e comunitário muito diverso do anglo-saxônico, este dinamizado por uma participação efetiva e conduzido por lideranças autênticas, na clivagem dos grupos étnicos que se defrontam na sociedade americana, hoje presa das contradições de um liberalismo rousseauiano apodrecido.

Não se tratava de um confronto de idéias, de um debate leal de doutrinas, mas de uma luta pelo poder, de um choque de burocracias que só levaram à massificação e à mediocrização do ensino, subordinadas suas exigências às solidariedades escusas das panelinhas universitárias.

Nisso capitularam os governos militares que tro-

caram a realidade pela aparência e, absortos no progresso material e tecnológico, abandonaram a educação - e os problemas sociais - aos seus novos senhores, as lideranças da Esquerda. Apoiavam-se no pessoal miúdo da mídia, comodamente acomodado nas redações de jornais e estúdios de TV, tidos como burgueses, conservadores, até reacionários - e que passou a manipular a notícia, o comentário, até o artigo de fundo.

É de notar que essa invasão não resultou, pelo menos nas Ciências Sociais, nem em obras notáveis, nem em pesquisas reveladoras. Ao contrário, produziu frutos ideológicos, demonstrações do óbvio, tendentes a demonstrar ou expandir os refrões da propaganda esquerdista.

Passamos, dessa forma, do dogmatismo positivista para a ditadura intelectual desse Marxismo vira-lata. Não se diga que nos enquistamos em sectarismos estreitos para essa afirmação. Cabe distinguir, com Wright Mills, entre Marx e os marxismos, escoimando a obra do economista e sociólogo, notável instrumento de crítica das sociedades burguesas, apesar dos seus erros e contradições - assinalados

por Weber, Wright Mills, Raymond Aron e tantos outros - e a política de infiltração e subversão do marxismo-leninismo, o terrorismo cultural das elites de Esquerda que visam à tomada do Poder, em nome, é claro, da libertação das massas, da ascensão do proletariado e da superação do capitalismo.

Em nome desses ideais sacrificou-se, muitas vezes, a objetividade científica e a verdade histórica, criou-se, à margem da narração imparcial dos fatos, uma anti-história e uma paraciência. Em Ciência Social, o estudo objetivo da realidade, o rigor do método depurado por Le Play, Durkheim, Pareto, Weber, Sombart, foi substituído pelas análises de Lukacz, servo fiel de Stalin e pelas elucubrações de Sartre. Apagaram-se claridades, cresceu a zona cinzenta entre a ortodoxia e as heresias marxistas. Os departamentos universitários tornaram-se a arena dos choques entre marxistas de estalinismo estreito, *cubanos*, maoistas, enfim as diversas *linhas* em que se refratava a multiforme dialética nas discussões infinitas dos bares e cafés.

Depois de 1964, mudara a problemática social brasi-

leira. Enquanto os problemas rurais eram a dominante nas preocupações acadêmicas nas décadas anteriores, bem como o tema das migrações internas e da assimilação e aculturação do imigrante - nos anos 70, as cidades passaram a tomar lugar de relevo na ótica dos cientistas sociais, com elas, experiências de planejamento regional e urbano, de colonização interna, de favelização, de segurança urbana, de condição do migrante urbano.

Precisamente nessa época, quando a ciência social deveria afinar seus métodos para enfrentar esses novos problemas, muitos se empenhavam, ao contrário, na luta ideológica e esgrimiam com garbo toda a parafernália do que se veio a denominar *sociologia do conflito* - como se a sociedade brasileira fosse ringue de boxe, aberto entre categorias abstratas, burguesia e proletariado. Hoje os mesmos conceitos se aplicam aos sem-terra, aos sem-teto, e assim por diante.

É preciso notar que não estamos aqui diante de um mero choque de doutrinas, um debate intelectual que poderia produzir lucros para os contendores. É característica do conflito ideológico

deixar marcas profundas, mutilações, ressentimentos, sobretudo quando levado a termo, sem nenhuma preservação de princípios éticos fundamentais – quando transborda da oposição de idéias para luta crua pelo poder.

A marxização da inteligência brasileira é tema mais amplo que o aqui tratado. Implicaria uma pesquisa e um aprofundamento em nossa história das idéias fora dos limites deste trabalho. Não se trata, repetimos, de minimizar a obra de Marx, mas de separá-lo dos marxistas locais e traçar as derivações que aqui tomou o Marxismo e seus efeitos na vida universitária brasileira, no revolucionário explícito dos anos 60 e 70.

É esse período de fermentação marxista, onde se repetem ortodoxias e heresias, onde se chocam e mal conciliam os clássicos – Marx, Engels, Lenin – com os novos teóricos como Sartre, Lukacz, Althusser. É o tempo das *apostasias* – de Oswaldo Peralva e Agildo Barata. É quando se produz farto material de leitura, original e traduzido, em história, economia, sociologia, pedagogia; revista como *Tempo Brasileiro*, de Eduardo Portela e a importante contribuição a tudo isso da

Editora Civilização Brasileira. Tudo isso serviu de lenha à fogueira das esquerdas universitárias.

Como a Revolução de 1964 e a Ditadura que lhe seguiu, mais o aparelho censório manejado por mãos incipientes, perdeu-se a possibilidade de uma crítica objetiva que se contrapusesse à Esquerda marxista e, até, propiciasse possibilidade de uma Esquerda democrática, apta a desfraldar a bandeira das reformas sociais sem identificação ou vinculação com o Marxismo, a *ditadura do proletariado* e a subversão.

A penetração marxista em nosso ensino universitário deixou marcas indelévels. Ainda hoje, essa ideologia não é simples lembrança ou saudosismo.

Persiste, sob a fachada da democracia liberal ou debaixo das tênues maquilagens do socialismo caboclo – nas invasões de propriedades, nas ocupações de gabinetes de Reitores e Ministros; no sindicalismo tumultuário que não mais se limita a reivindicações de classe, mas se arroga o direito de mudar o regime político e exigir a renúncia do Presidente, em marchas e demonstrações de cunho fascista; no convívio frontei-

riço com movimentos subversivos tais como o Sendero Luminoso, a guerrilha e o narcotráfico colombiano; na ternura com que acolhe o ditador cubano e o festejo em

A penetração marxista em nosso ensino universitário deixou marcas indelévels. Ainda hoje, essa ideologia não é simples lembrança ou saudosismo.

assembléias universitárias, enquanto o próprio Fidel, em cerimônia pública, dava as costas aos colegas e, num gesto de soberano desprezo, fugia à fotografia – para ir ao banheiro; na mística desagregadora dos *direitos humanos* que serve para acobertar impunidades, vitimizações e injustiças; na Universidade, enfim, nas suas panelinhas, cortejadas pela mídia, que alimentam badernas e mediocridades acadêmicas.

Persistirá, enfim, enquanto não conseguirmos criar, no *campus*, condições de estudo, trabalho, criação e meditação, e verdadeiros mecanismos de participação democrática, lideranças autênticas; enquanto não desatrelarmos a Universidade das burocracias estatais, fazendo da autonomia universitária algo mais que uma palavra. ●

Variações em torno do tema “Globalização”

*Manuel Cambeses Junior**

O artigo enfoca a interpretação do autor sobre três aspectos contidos na Globalização.

GLOBALIZAÇÃO PERVERSA

O sociólogo francês Henri Mendras batizou o termo *contra-sociedade* para referir-se a todos os integrantes de uma determinada sociedade que não podem ou não querem seguir o ritmo e as exigências que esta impõe. Seu expoente natural seria aquele indivíduo que, por impossibilidade ou simples falta de desejo, não consegue adaptar-se à velocidade com que se move o seu entorno social, transformando-se conseqüentemente, em um verdadeiro pária dentro da sociedade a que pertence. Ou seja, um deslocado, um desadaptado, um ser verdadeiramente excluído.

Nos dias atuais, bem poderíamos falar de uma *contra-sociedade* mundial. A mesma estaria composta por todos aqueles que não conseguiram assimilar o ritmo evolutivo da sociedade globalizada. O número de desadaptados pode contabilizar-se em dezenas de milhões. E mais ainda, dia-dia aumenta o número de pessoas que, em todas as regiões do planeta, albergam o temor e a angústia de sentirem-se excluídas das filas dos seres produtivos. São pessoas comuns que vivem atormentadas e sob ameaça permanente da exclusão social.

Os números dessa *contra-sociedade* tem sidos manejados com bastante frequência. Michel Rocard, ex-

Primeiro Ministro francês, aponta os seguintes dados: 30% da população ativa dos Estados Unidos, ou seja, quarenta milhões de pessoas, vivem em situação de pobreza ou precariedade social, ao passo que 30% da população ativa nas três grandes regiões do mundo industrializado pode qualificar-se como desocupada ou marginalizada (*Le Monde, Bilan du Monde, 1997*). Por sua parte, Jacques Chirac, Presidente da França, assinalava, em março de 1996, que os países que compõem a União Européia contam com dezoito milhões de desempregados e cinquenta milhões de cidadãos sob ameaça de exclusão social. Os países integrantes da OCDE, o clube dos Esta-

* Coronel-Aviador. Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

dos mais ricos do planeta, contam hoje com trinta e cinco milhões de desempregados. E o que dizer dos países em vias de desenvolvimento? A conjunção entre um desenvolvimento técnico acelerado, sustentado na automação, associado à ausência ou abandono generalizado das normas de proteção social, estão fazendo aumentar, assustadoramente, os números de desempregados e de subempregados. O Brasil, lamentavelmente, é um bom exemplo de país que tem aumentado substancialmente sua competitividade e inserção na economia global às custas de um notável incremento das filas de desempregados.

A lógica desse perverso processo é simples. Sob o impacto de uma competição produtiva sem fronteiras e sem medidas, em que a redução de custos transformou-se em dogma, não há espaços para considerações sociais. Existe a tendência, por essa via, a uma nivelção por baixo, na qual a mão-de-obra mais barata, ou a substituição desta tecnologia, determinam a sobrevivência dos produtos no mercado. A tecnologia e a redução de custos labo-

rais são os grandes dinamizadores do novo crescimento econômico. Como bem assinala a revista *Fortune*, em sua edição de abril de 1996: *Os avanços tecnológicos unidos aos implacáveis desempregos massivos dispararam a produtividade e elevaram, consideravelmente, os ganhos da indústria.*

Frente a essa dura realidade os países apresentam a tendência de transformarem-se em um autêntico bazar persa, competindo entre si para fazer maiores concessões ao grande capital, como via para captar inversões e garantir o crescimento econômico. O resultado dessa postura é que se observa o abandono do sentido do coletivo e do imprescindível papel do Estado em matéria de arbitragem e de observância da regulamentação social. Que outra coisa poderia fazer o Estado? Este se vê incapaz para fazer frente ao volume e à dinâmica dos capitais privados. Os três maiores fundos de pensão estadunidenses, *Fidelity Investments, Vanguard Group, Capital Research & Managements*, controlam em torno de quinhentos bilhões de dólares. Impotente, o Estado teve de adap-

tar-se às exigências do grande capital, sem poder evitar que o homem se transforme, cada vez mais, no lobo do próprio homem.

A força emergente após o ocaso do Estado é obvia-

Os três maiores fundos de pensão estadunidenses, Fidelity Investments, Vanguard Group, Capital Research & Managements controlam em torno de quinhentos bilhões de dólares.

mente, o grande capital privado transnacional. Este governa a economia globalizada passando por cima de fronteiras e atropelando governos impondo leis à sua conveniência e promovendo uma acirrada e desumana competição entre países, a serviço de seus interesses. Prova incontestável disso encontramos no acordo multilateral sobre inversões que está sendo negociado na Organização Mundial de Comércio, que submeteria as leis regulatórias dos países membros às objeções internacionais, restringindo a capacidade dos Estados para ditar políticas econômicas de interesse nacional. A pergunta a fazer, nesse caso, é a seguinte: que lógica

ca domina o grande capital transnacional? Esta se sintetiza em uma consideração fundamental: a rentabilidade imediata. A necessidade de dar resposta às exigências de curto prazo, de um gigantesco número de acionistas anônimos, tem se transformado efetivamente, na razão de ser fundamental do processo econômico em curso. Dentro desse contexto, as grandes corporações competem ferozmente entre si para captar as preferências dos acionistas, livrando-se de tudo aquilo que possa significar um peso na busca por maiores rendimentos.

Porém quem é esse acionista anônimo que sustenta a engrenagem e dita as regras da economia globalizada? Este não é outro, senão o homem comum: o operário, o gerente médio, o funcionário público, o profissional liberal, a dona-de-casa. Ou seja, o mesmo homem comum que vive atormentado pelo fantasma do desemprego e com medo de vir a engrossar, com sua presença, as filas da grande contra-sociedade dos dias atuais. Através de sua cotização e na busca de máximo rendimento para as suas economias, investe

em fundos de pensões mutuais ou, através de pequenas inversões de capitais, nas Bolsas de Valores. Dessa maneira, paradoxalmente, ele tem se transformado em atuante protagonista desse perverso processo econômico que o atemoriza e o encurrala.

Segundo um curioso processo circular imposto por essa globalização perversa em que vivemos na atualidade, o homem comum tem se transformado em seu próprio inimigo, erigindo-se feroz e desapiedadamente frente a si mesmo.

A GLOBALIZAÇÃO INGÊNUA

A globalização é um novo fato no mundo. Não existe dúvida de que a tecnologia, as comunicações e a economia conduzem a fazer do planeta uma unidade mais entrelaçada, complexa e inter-relacionada. Também é um fato que tal acontecimento tem efeitos em todas as áreas da vida social e, sensivelmente, na economia.

É fora de dúvida que a globalização em si mesma é um progresso da qual ninguém poderá escapar e um processo irreversível. Ela

transcende ao meramente econômico, configurando um fenômeno planetário multidimensional. Porém, ao aceitarmos esta constatação, não se admite necessariamente que todas as suas conseqüências devem projetar-se em uma só direção, a qual, até agora, parece beneficiar basicamente a alguns países e prejudicar a outros.

Na globalização existem ganhadores e perdedores porque entre os países desenvolvidos se está criando uma mentalidade, em muitos sentidos excludente, e que não interpreta todos os fatores que entram no jogo. Tais fatos podem produzir desequilíbrios internacionais capazes de conduzir o mundo a dificuldades maiores do que as que se conheceram durante a Guerra Fria.

É uma tremenda ingenuidade pensar que o final da Guerra Fria abriu as perspectivas de um paraíso para a humanidade. Pelo contrário, estão sendo geradas intensas contradições que poderiam multiplicar os conflitos nos primeiros anos do próximo século e tornar mais difícil a vida para grande parte do gênero humano.

Por esse motivo é necessário que os países em de-

envolvimento tenham claras as noções de interesse nacional. Em muitos casos pode haver tendência a uma *globalização ingênua* e a um internacionalismo-irmão. Essa posição se alimenta na idéia de que existe uma espécie de progresso linear que automaticamente produzirá benefícios pelo simples fato de inscrever-se no *clube da globalização*. Esquece-se, dessa maneira, que nesse clube existem membros de primeira classe, vários de segunda, muitos da terceira e inúmeros outros na lista de espera.

A *globalização ingênua* pode conduzir-nos a erros fundamentais. O primeiro deles é o de prescindir do interesse nacional e do papel que os Estados e os governos nacionais têm que assumir para defender os interesses dos países que representam. É muito bom o diálogo, as negociações, as aberturas de mercado e todos os demais benefícios que produz o desenvolvimento tecnológico e comunicacional. Porém, dentro desse intrincado jogo temos alguns interesses a defender, uma posição a assumir e uma atitude a vigiar constantemente.

Há alguns anos li um livro que me intrigou pro-

fundamente. Está escrito por um homem sobejamente conhecido no cenário internacional, Kenichi Ohmae. Seu título é: *The end of the nation state* (New York, Free Press, 1995). É um livro inteligente, porém seus delineamentos e conclusões poderiam nos levar a admitir postulados que conduziriam ao prejuízo dos interesses dos povos e das nações menos desenvolvidas. Os argumentos são muito bons para defender a posição dos países poderosos, porém inconsistentes para assumir a tribuna dos menos aquinhoados.

Um dos argumentos que agora se costuma alardear é o de que os Estados são apenas referências cartográficas dentro da estrutura política do planeta. Isso, em termos técnicos e comunicacionais, pode ser considerado correto. Porém, a realidade humana é outra. Os Estados estão formados por seres humanos que deveriam estar representados e encarnados por eles, mas sabemos que, muitas vezes, não é assim que as coisas ocorrem. Entretanto é importante enfatizar essa dimensão histórica do Estado nacional: um elo entre as pessoas e a ordem política.

Existe uma tecnocracia apátrida que voa sobre as fronteiras e possui fórmulas sintéticas para todas as realidades nacionais. Grande parte da crise financeira de hoje se deve a que as tecnocracias, particularmente aquelas que influem nas instituições econômicas e financeiras internacionais, não possuem uma idéia histórica das realidades que manejam. Administram fórmulas, abstrações e jogam com os números e os deslocamentos financeiros sem ter em conta que a base de toda essa circulação financeira internacional está apoiada em complexas comunidades nacionais que têm seu direito a viver, suas expectativas ante o mundo, uma cultura e uma História que defender e preservar e uma lógica aspiração à dignidade e à reciprocidade.

Com a crise asiática ficou bem evidenciado que os mecanismos financeiros não se auto-regulam, como ingenuamente alguns vinham pretendendo; que neles intervêm fatores psicológicos e políticos e que ao final das contas, os árbitros não podem ser os interesses internacionais e sim os povos que elegem os seus governantes.

Outro efeito da globalização ingenuamente aceito é o que supõe que o fato de proclamar a *adesão ao clube* pressupõe, automaticamente, a conquista do

Existe uma tecnocracia apátrida que voa sobre as fronteiras e possui fórmulas sintéticas para todas as realidades nacionais.

bem-estar. Para globalizar-se é necessário desenvolver certas capacidades nacionais, a formação de recursos humanos, as infra-estruturas básicas, a instantaneidade nas comunicações e todo um sistema cultural que lhe apoie e proporcione sustentação aos efeitos da globalização.

Para criar competição e competência é imprescindível preparar as pessoas, administrar inteligentemente a formação do capital humano e dar-lhe mística, entusiasmo e estímulo para que entenda que a riqueza se apoia, fundamentalmente, na capacidade das pessoas. Para ser competitivo é preciso ser capaz e, para atingir a capacidade, é necessário preparar-se e assumir o objetivo fundamental da educação, em bases totalmente distintas das que prevalecem na atualidade.

Porém, também existem requisitos políticos para a globalização. O primeiro de todos é que os governos têm que ser representativos da vontade da sociedade. Isso supõe um controle efetivo por parte da opinião pública, e do eleitor, do que fazem os governos e um contrato social claramente definido para que aqueles que aspiram a falar em nome das unidades nacionais que entram no jogo global, possam ser, realmente, legítimos representantes dos povos.

A *globalização ingênua* esquece a maior parte desses componentes. É necessária a privatização de alguns segmentos parasitários do setor público, mas isto tem que estar orientado a que as iniciativas e os negócios que se empreendam em nome dos países e das nações beneficiem o interesse geral e não determinados setores excludentes.

A conclusão é que a globalização sem a democracia não funcionará com eficácia e para que haja bons governos tem que existir mecanismos de responsabilidade política ante o eleitorado e ante o povo que esses governos representam. Isso quer dizer que a liberdade e a amplitude dos mer-

cados estão somente garantidas pela liberdade e dignidade democrática dos povos.

GLOBALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Por motivo da celebração do quinquagésimo aniversário da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, considero necessário que reflitamos sobre a situação desses direitos nas circunstâncias atuais. Evidentemente, o mundo de hoje é muito diferente do que existia há cinquenta anos, quando apenas se iniciava a profunda revolução que conduziu a sociedade do conhecimento e da informação ao mundo globalizado. Ante essas novas circunstâncias, os direitos humanos não somente perderam sua vigência, mas se fazem mais evidentes porque, muito embora a globalização e seus suportes essenciais (as novas tecnologias, as empresas transnacionais e os novos sistemas financeiros) tenham sido benéficos em muitos aspectos, também têm produzido graves danos como a expansão e agudização da pobreza, a acentuação das diferenças entre ricos e pobres, o aumento do desem-

prego e a vulnerabilidade do Estado e das pessoas ante os interesses das empresas transnacionais e das entidades financeiras.

A *liberdade*, a *igualdade*, e a *dignidade* sem distinção alguma entre os seres humanos, proclamados nos dois primeiros artigos da Declaração, continuam sendo vitais, mas talvez agora como nunca se encontram ameaçados. A debilidade crescente do Estado ante os interesses econômicos transnacionais, que não possuem pátria nem consideração com os sofrimentos que possam ocasionar, deixam, ao desamparo, impotentes e densos setores da população.

O Artigo 26 estabelece o direito à educação básica, a qual deve ser gratuita e obrigatória. A educação técnica e profissional deve generalizar-se e a educação superior deve assegurar a igualdade para todos em função dos respectivos méritos. O que se persegue é o desenvolvimento integral da personalidade, o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, bem como a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos.

Sem uma educação suficiente e de qualidade, restringe-se acentuadamente o direito a receber informações e opiniões e difundilas sem limitação de fronteiras e por qualquer meio de expressão (Art. 19). Torna-se impossível a adequada satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis para a dignidade e o livre desenvolvimento da personalidade (Art. 22); limita-se o direito ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias (Art. 23); corta-se o direito a participar na vida cultural, a gozar das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultem (Art. 27) e, em geral, faz-se difícil ou impossível desfrutar dos direitos humanos e contribuir a que outros também o façam. Uma pessoa não educada é totalmente incapaz de cumprir cabalmente com seus deveres e de desfrutar plenamente de seus direitos. Uma limitação muito importante é a de não saber como reclamar um direito, o qual, freqüentemente, conduz a impedir o desfrute de outros direitos por parte de outras pessoas ou de toda uma comunidade. Este é o caso da suspensão de servi-

ços essenciais, como a saúde ou a educação.

O direito à educação tem se estendido significativamente. Na maioria dos países o acesso à educação básica é quase universal. O problema, atualmente, não está no acesso à educação básica, senão na profunda diferença na qualidade do ensino que recebem as classes privilegiadas social, cultural e economicamente, da que recebem os setores menos favorecidos, os quais, na generalidade dos países, constituem a maior parte da população. Em nossa sociedade do conhecimento e da informação e num mundo globalizado, na qual o que se busca é a excelência e a competitividade, os que não estejam bem educados, os que não saibam pensar e educar-se permanentemente, os que não saibam fazer uso da informação e adaptar-se às profundas e velozes transformações que se produzem na ciência e na tecnologia, ficarão marginalizados e irão incrementar a pobreza que constitui a endemia mais abjeta no final deste século, quando, paradoxalmente, se estenderam os regimes democráticos e se proclamaram, com mais força, os direitos humanos.

A generalização da educação técnica e profissional e o acesso à educação superior, convertem-se em uma quimera para aqueles que não tiveram uma educação pré-escolar e básica de qualidade. A igualdade dos estudos superiores para todos, em função dos méritos respectivos, se distancia cada vez mais para as maiores empobrecidas da população. A gratuidade da educação superior, que se preconiza em muitos países, é um mito para os pobres e uma regalia para os ricos.

Todos estes aspectos, bem como os indiscutíveis benefícios que nos traz a globalização e as novas tecnologias, não devem ser desconhecidos ou subestimados por nossos dirigentes, nem tampouco pela população em geral. Daí que o novo currículo de educa-

ção básica, em nosso país, tenha como um de seus pilares fundamentais os valores. Em todas as matérias, em todas as atividades escolares, a atenção deve estar centrada, fundamentalmente, em valores. Não nos interessa somente ensinar e pensar logicamente, mas também pensar e decidir eticamente.

O desafio é imenso. Faz-se necessário examinar detidamente o progressivo debilitamento do Estado ante os embates do neoliberalismo que aproveita a globalização para apresentar-se como um novo dogma de salvação. Se bem que o Estado deve desprender-se de atividades que não lhe correspondem e que podem ser realizadas, de melhor forma, pelo setor privado, também é necessário que se fortaleça para assegurar o desfrute dos direitos

fundamentais por toda a população. A educação, a saúde e a segurança devem ser garantidas a todos sem distinção de qualquer natu-

A gratuidade da educação superior, que se preconiza em muitos países, é um mito para os pobres e uma regalia para os ricos.

za. Ante o fracasso do comunismo e as injustiças do neoliberalismo, faz-se necessário um novo pacto social que tenha como objetivo precípua o ser humano e promova uma nova organização do Estado e dos organismos internacionais e que tornem realidade o desfrute dos direitos humanos pondo, desta forma, um freio no apetite desmesurado de interesses desprovidos de qualquer sentido humanitário. ●



*Seja assinante
da Bibliex
e receba sempre
bons livros*

O Gaúcho: Sua formação histórica, seus costumes, um culto à liberdade

Manoel Soriano Neto*

...ao se falar em gaúcho, não se deve referir a um simples toponímico e sim a um termo que se reporta a um tipo humano de feição própria, diferenciado, e muito, dos demais, por suas características e sua filosofia de vida, cujas raízes estão fincadas, onde pode usufruir de sua total independência, libérrimo e solto nos grandes espaços...

Assim o autor procura resumir o perfil do personagem central deste ensaio, a quem o Brasil muito deve pela manutenção de sua soberania e integridade na fronteira sulina.

Foi no século XVIII, após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, quase repetição do Tratado de Madri, de 1750, que os lindes do atual Estado do Rio Grande do Sul se estabeleceriam, na quase totalidade de sua extensão. Entretanto, a fronteira definitiva só se delineou após a assinatura do Tratado de Badajós, em 1801, no alvorecer do século XIX. Espanha e França declara-

ram guerra a Portugal, aliado da Inglaterra, naquele ano de 1801. A guerra sustentada por Portugal contra a Espanha dá ensejo a que colonos portugueses e luso-brasileiros atacassem povoações em poder dos espanhóis, por força do Tratado de Santo Ildefonso, eis que começava a se acentuar um irresistível sentimento pátrio, nativista.

A primeira, cidade a ser tomada foi Cerro Largo, através da atuação vigorosa do

Coronel Manuel Marques de Souza, avô do glorioso Conde de Porto Alegre, que possuía o mesmo nome de seu ascendente. A ação prosseguiria com Patrício José Correia da Câmara, Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, todos caudilhos gaúchos da velha cepa, que conquistaram a região das Missões, através de suas *califórnicas* e *tropelias* guerrilheiras, a cavalo e à ponta de lança e espada. Assim, foi rompido o Tra-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Chefe do Centro de Documentação do Exército.

tado de Santo Ildefonso, disso resultando a conquista de todo o oeste gaúcho e o robustecimento de um regionalismo que vararia os tempos e influiria nos usos, nos hábitos, nos costumes, no *ethos*, enfim, do povo da região.

Destarte, a colonização da área poderia prosseguir, diríamos até, iniciar-se, nos albores do século XIX, posto que a base física fora consolidada, militarmente, mercê da ação intemorata e audaz do vaqueano gaúcho e de sua gente.

A comunidade do sul do Brasil, àquela época, apresentava dois aspectos distintos. Havia o núcleo junto à costa atlântica, onde predominou um tipo humano a que os historiadores passaram a chamar de *continentino*, existindo também outro núcleo, do interior, onde o habitante ficou conhecido por *platino* em face da influência centrípeta do ecúmeno existente ao Sul e Sudoeste, cujo centro era Buenos Aires.

No litoral, na faixa que se estendia de Laguna-SC a Coxilha Grande, se estabeleceram os portugueses, provenientes do Rio de Janeiro, São Paulo e da própria Laguna.

O grupo platino sofria a forte influência do pólo de poder argentino, considerando aí o Vice-Reinado do Rio da Prata, com o Uruguai já vocacionado para o seu destino de Estado-tampão, onde o espírito autóctone, telúrico, mais e mais se exacerbava. As fronteiras abertas e permeáveis ao trânsito das gentes era fator de estímulo à atração platina, cujo desejo, perdurando o sentimento por muito tempo, era o de reconquistar a região dantes perdida para os luso-brasileiros, os quais, a essa intenção, se opuseram tenazmente.

Em vista disso, a colonização dessa área foi consolidada em função das necessidades militares. Daí dizer-se, escoimado o exagero da afirmação, que o Rio Grande do Sul se colonizou *manu militari*, por meio dos quartéis, até hoje espalhados em todo o estado, em especial nas fronteiras. Não é de admirar-se, pois, o sentimento de militarismo, que predominou por tanto tempo e ainda hoje predomina, apesar do sabor da época, no seio da autêntica comunidade gaúcha, aqui tomado o termo *militarismo* sem a conotação semântica que alguns lhe querem dar, e sim

como o lídimo amor à disciplina, à ordem, ao cumprimento irrestrito do dever, à arte da guerra.

O povoamento vai se fazer, então, naqueles primeiros tempos, de duas formas: na área do litoral, pela junção das correntes de imigração branca - uma portuguesa, oriunda de São Vicente - SP, Rio de Janeiro e Laguna - SC e outra espanhola, de Buenos Aires. Já no interior, na região da campanha gaúcha, deu-se o encontro do mameluco de origem lusitana e do mestiço de origem espanhola, ambos tipos já miscigenados de algumas gerações, todos aglutinados pela faina comum do trato com o gado e praticando uma incipiente agricultura. Do jogo de interesses em oposição, prevaleceria a influência luso-brasileira numa área que era predominantemente pastoril, e poderia se tornar espanhola ou mesmo adotar uma solução de autonomia própria, caso não houvesse a pronta ação da Coroa portuguesa, através da disseminação, em todo o território gaúcho, de quartéis do Exército, como já nos referimos.

Eis, pois, a gênese da formação da nacionalidade

no Rio Grande do Sul. Mas o processo continuaria, com a chegada de fluxos imigratórios europeus, o que transformaria o Rio Grande num extraordinário mosaico étnico. Esses fluxos de imigração integrar-se-iam ao primeiro contingente a que aludimos, linhas atrás, *aquerenciando-se* à nova terra. Assim é, que, dois anos após a proclamação da nossa Independência, ou seja, no ano de 1824, chegam as primeiras levas de alemães, que vêm preencher os grandes espaços vazios, sempre cobichados, por terem sido perdidos pelos castelhanos, nossos vizinhos. Os alemães foram engajados no nascente Exército Brasileiro e já tomaram parte na Guerra da Cisplatina e em outras, posteriores. Chegavam aos milhares, tornando-se maioria em vários municípios dos vales do Caí, dos Sinos, do Taquari, do Jacuí, do alto Uruguai e das Missões. Hoje, a família alemã, já mesclada o bastante, constitui cerca de 30% de toda a população riograndense.

Em 1875, também oficialmente, com o auxílio do Imperador D. Pedro II, vieram os italianos, em menor número do que os

alemães, constituindo, juntamente com seus descendentes, igualmente já bastante amalgamados com as demais etnias, por volta de 20% da população gaúcha. Na mesma época, e em menor quantidade, chegaram os poloneses, que se representam com sua descendência no Rio Grande do Sul, num percentual aproximado de 3% da população. Em percentuais bem mais ínfimos, lá se integram, outrossim, minorias espanholas, francesas, judias sírio-libanesas, etc..

Convém lembrar, a fim de que completemos esta sucinta abordagem, o ocorrido com o negro e o índio. Quanto àquele, foi desaconselhada em Portugal, inicialmente, e pelos dois Impérios, posteriormente, a vinda para o sul, em vista da predominância pastoril na área, atividade não afeita aos negros; os que lá chegaram, em pequeno número, eram os escravos das fazendas, muito cobichados pelos fazendeiros paulistas que os compravam e levavam a qualquer preço, e eram também os soldados do Exército, mandados servir, o mais das vezes, como milicianos, na guarda da extensa frontei-

ra terrestre, ficando famosa a Cavalaria dos Lanceiros Negros Gaúchos.

Quanto aos índios, eles foram, lastimavelmente, destruídos e/ou capturados por sucessivas expedições de bandeirantes paulistas, sendo Antônio Raposo Tavares o mais famoso deles, havendo além disso, o grande morticínio da chamada *Guerra Guaranítica* (1754 - 1756), quando os nativos perderam os Sete Povos das Missões, sendo expulsos, juntamente com os jesuítas, para a margem direita do rio Uruguai.

Naquela campanha contra espanhóis e portugueses, avultou a figura do índio Antônio Sepé Tiaraju, legendário e heróico Alcaide do Povo de São Miguel, condutor dos aborígenes, os quais sobrevivem até hoje, existindo pequenos e isolados *stocks* nas reservas e *tol-dos* indígenas, da ordem de uma dezena, espalhados pelo estado. Cumpre, entretanto, não esquecer, da grande miscigenação inicial existente entre portugueses, açorianos (dos quais chegaram 4.000 casais no Rio Grande do Sul, tendo, muitos deles, participado da fundação de *Porto Alegre dos Casais*) e índios, pelo que se observa, na

fisionomia de vários tipos humanos da região, os traços característicos dessas etnias.

Hoje, o tradicional churrasco gaúcho é mais saboroso, pois os *gringos*, além de terem aprendido a fazê-lo, cevando o mate-chimarrão, complementaram as iguarias típicas da terra, com a salada, o salsichão, o chope, a chimia, a polenta, o vinho italiano, etc., e, por que não dizer, com a música européia de tradição milenar, desde que lá chegaram, quando a população mais antiga e pioneira - a luso-brasileira, afro e índia - era escassa e ainda não definira o tipo gaúcho sul-riograndense, aliás não definido até hoje, em face da imensa variedade de raças existentes no sempre lembrado Continente ou Capitania de São Pedro.

Eis o *melting pot* racial do povoamento da terra gaúcha.

Caberia, então, a pergunta: como e por que permaneceram quase intactos, a *alma* e o estilo telúrico do *gaúcho*, um tipo humano especial, em uma região tão mesclada etnicamente, a ponto de se afirmar que a gaúcha, por isso mesmo, herdeira das belezas de toda essa gente, é a mais bonita das brasileiras?

São aspectos que sociólogos e outros cientistas sociais deveriam analisar com mais percuciência, pois é consabida a preservação básica da forma de viver, dos velhos hábitos e manias gauchescas, por grande parte de uma população que, apesar da atmosfera do atual momento histórico e antropológico, espontaneamente os cultiva, para o bem de nossa saúde cívica, até com uma propositada e exagerada dose de bairrismo, tornando-se ímpar, original e autêntica.

E o que será o gaúcho?

O gaúcho não é tão somente o natural do Rio Grande do Sul - este é o gaúcho brasileiro. O gaúcho é o cavaleiro errante das Américas, o que preza, acima de tudo, a liberdade; é o *gaucho* argentino e uruguaio, o *guasos* chileno, o *lhanero* da Venezuela, o *charro* mexicano, o *cowboy* dos EUA. O gaúcho é o tipo enaltecido em prosa e verso, até pelo grande Alexandre Dumas (pai) e magnificamente descrito por dois excepcionais escritores brasileiros, um cearense, José de Alencar, no livro *O Gaúcho* e Érico Veríssimo, riograndense do sul, em tantas publicações da vasta la-

vra deste ilustre nome de nossa beletrística, particularmente em *O Tempo e o Vento*, *Capitão Rodrigo* e *Ana Terra*, caracterizando a *tipologia guasca dos pagos indomáveis*...

É importante destacar-se que, ao se falar em gaúcho, mesmo nos dias atuais, não se deve referir a um simples toponímico e sim a um termo que se reporta a um tipo humano de feição própria, diferenciado, e muito, dos demais, por suas características, por sua filosofia de vida, cujas raízes estão bem fincadas no campo, na campanha, nos pampas, nas coxilhas, onde o *gaudério* pode usufruir de sua total independência, libérrimo e solto nos grandes espaços.

Não é gaúcho, no dizer de Érico Veríssimo, quem não sabe montar a cavalo nem castrar um terneiro; quem não sabe cevar um chimarrão; o que nunca boleou um laço; o que não é capaz de lutar por sua prenda. *O que não ama a liberdade, não possui hombridade nem palavra e se acovarda*, sentenciava Veríssimo *poderá ser um ficção de gaúcho, mas não o autêntico filho da Terra de São Pedro*, realçando, assim, o gauchismo, evidentemente de forma hiperbólica.

E o decantado *machismo* gaúcho? Muito já se disse e se escreveu a respeito do *centauro matcho dos pampas*. Martin Fierro, sempre se referia a essa particularidade do caráter gaúcho e, ao comparar o gaúcho ao *gringo* dizia: *Los gringos son buenos maridos pero malos amantes. Son mui debiles. Los machos somos nosotros*. Assim, não é de espantar a *santa soberba gaúcha*, como que, citando Régis Cortesão, aquele tipo humano *possuísse o monopólio da coragem, da impetuosidade, da bravura e até da virilidade*.

Famosa se tornou Bagé pelos *causos* de *machidez* ou *machidão*, não importa o neologismo, que passaram ao folclore da terra e foram catalogados por Simões Lopes Neto, em *Contos Gauchescos*. Conta-nos Lopes Neto que, num trem que vinha do Rio para São Paulo, um passageiro entregou o seu bilhete espetado na ponta de um adaga, assim dizendo ao condutor: *Sou de Bagé, tchê, e é assim que nós fazemos em nossa terra*; de súbito, o condutor saca de um revólver e picota o bilhete com dois tiros, dizendo: *Tchê também sou de Bagé...* Noutro *causo*, Simões Lopes Neto nos conta que

um bageense tendo de se submeter a uma intervenção cirúrgica de certa gravidade, já prestes a ser anestesiado, disse ao médico: *vê que tu vai fazer, Doutor pois esse vai ser, em toda minha vida de bageense bagüal, o primeiro talho que não defendo*. Diz ainda o autor de *Contos Gauchescos*, que é bem conhecida a expressão bageense que diz: *para nós de Bagé talho de palmo é vacina*.

Entretanto, a História foi madrasta com o Rio Grande, que se viu talado por onze guerras e revoluções ao longo de sua evolução histórica. O Rio Grande do Sul foi, durante mais de cem anos, o mais sangrento dos campos de batalha do Brasil; era natural, portanto, que lá se formasse uma sociedade em que só sobreviveriam os fortes, os determinados, os mais bravos. Daí ser o gaúcho considerado o melhor soldado de nossas Forças Armadas, ainda nos dias hodiernos, porquanto ele é legatário do incomensurável acervo de feitos guerreiros que lhe foram passados pelo legendário Osório, pelo Marquês de Tamandaré, por Mallet, que apesar de francês, residia e fincou raízes no Rio Grande, pelos Menna Barreto, de São

Gabriel, (terra também do Marechal Mascarenhas de Moraes), por Bento Gonçalves, pelo Conde de Porto Alegre, pelo General Câma-

O Rio Grande do Sul foi, durante mais de cem anos, o mais sangrento dos campos de batalha do Brasil; era natural, portanto, que lá se formasse uma sociedade em que só sobreviveriam os fortes, os determinados, os mais bravos.

ra e por tantos outros, terra aonde vieram a *pelear* homens que projetaram o Brasil através de heróicos atos de guerra, como o General Sampaio - Patrono da Infantaria Brasileira e o Duque de Caxias - Patrono do Exército Brasileiro.

História madrasta, sim, mas que propiciou o surgimento e o fortalecimento das mais caras virtudes castrenses como o desprendimento, o repúdio à traição, a coragem física e moral, o cavalheirismo, a lealdade, etc.

Fazendo-se uma visada-à-ré, nessa evocação ao pretérito marcial da terra gaúcha, nunca é demais lembrar da proclamação feita por Caxias - o *Pacificador*, quando deu início à pacificação da província, assolada pela Revolução Farrroupilha:

Riograndenses: abrace-mo-nos e unamo-nos para marcharmos não peito-a-peito, mas sim, ombro-a-ombro, em defesa da Pátria que é a nossa mãe-comum.

Foi justamente esse homem, Caxias, eleito ao final da luta, pelos próprios farroupilhas, Presidente da Província que ele apaziguara, o que bem evidencia a magnanimidade de coração daqueles inesquecíveis gaúchos.

A esse respeito, ainda procedendo a uma recorrência histórica, nada mais oportuno, quando assistimos, tristes e estarecidos, falar-se em movimentos cuja finalidade é promover a separação do Rio Grande do Sul, do Brasil, recordarmos das palavras do líder farroupilha David Canabarro, registradas indelévelmente nos anais de nossa História, ao repudiar a oferta de ajuda militar aos republicanos, por parte de Rosas, da Argentina:

Senhor: o primeiro dos vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos à paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República, está o nosso brio de brasileiros.

E, para a Paz de Ponche Verde, que tanto contribuíram o Ministro a Guerra de

então e ex-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, cujo augusto nome é hoje a denominação histórica do 3º Batalhão de Polícia do Exército, de Porto Alegre-RS, e o então Barão de Caxias, este assim se expressou:

Riograndenses: Sua Majestade, o Imperador, ordenou, por decreto de 18 de dezembro de 1844, o esquecimento do passado e mui positivamente recomenda, no mesmo decreto, que tais brasileiros não sejam judicialmente, nem por outra qualquer maneira, perseguidos ou inquietados pelos atos que tenham praticado durante o tempo da revolução. Essa magnânima deliberação do monarca brasileiro há de ser religiosamente cumprida. Eu o proclamo sob minha palavra de honra. Uma só vontade nos una, riograndenses: maldição a quem ousar recordarnos das nossas dissensões passadas. União e tranqüilidade sejam hoje em diante, a nossa divisa.

A seguir a essa proclamação, Caxias é lembrado de que se deveria fazer celebrar um *Te Deum*, em ação de graças pela vitória dos imperiais. O Barão aborrece-

se com a sugestão e convoca o seu Estado-Maior e o Capelão Militar lhes dizendo vagarosa firmemente as seguintes palavras:

*Se é verdade que fiz guerra aos riograndenses dissidentes, não posso deixar de sentir as suas desditas e choro pelas vítimas que eles perderam em combate, como um pai pode chorar a perda de seus filhos. Vá, Reverendo, e em lugar de um *Te Deum* em ação de graças pela vitória, diga antes uma missa de defuntos, que eu, com o meu Estado-Maior e a tropa que couber na Igreja, a iremos ouvir pelas almas de nossos irmãos que morreram em combate.*

São esses, creio, os aspectos que devemos lembrar da luta fratricida que dividiu, por quase dez anos, irmãos de sangue, de língua e crença, somente pacificados, urge repetir, mercê do inexcedível valor militar e das peregrinas virtudes de Caxias, que obteve uma paz, na verdadeira acepção da palavra, no sábio dizer do consagrado jornalista, historiador e acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, que, por isso, cognominou Caxias, de *Patrono da Anistia*, de todas as anistias havidas no País, em antológico artigo de título: *O Patrono da*

Anistia, publicado no Jornal do Brasil, de 22 de maio de 1988...

Sempre ouvimos, no convívio de vários anos com os companheiros de arma gaúchos, declarações peremptórias de amor ao Brasil, até com uma certa ponta de justo orgulho, em que os nobres camaradas sulinos sempre diziam: *somos brasileiros, nós, gaúchos, por opção, enquanto vocês, em decorrência da linha de Tordesilhas...*

E é por isso que há valores, há tradição, há história, há civismo. E quando um gaúcho se jacta do modo peculiar de ser e viver, acentuando o seu regionalismo, enriquece o Brasil, tão vasto, tão complexo, cujos costumes vão, desafortunadamente, sendo aplastados pelos meios de comunicação de massa, a televisão, o mais pernicioso deles, através de uma uniformização, uma padronização, até da linguagem, já nem diria, propositadamente *global*, através de um satelitismo, de um deletério colonialismo cultural, em que padrões alienígenas e divorciados da índole brasileira, nos são impingidos, diuturnamente, máxime, refri-se, pela mídia eletrônica.

Hosanas, pois, ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, com os seus CTGS (Centros de Tradições Gaúchas), que teimam, e é bom que continuem teimando, no sentido de difundir uma cultura especialíssima, enriquecedora do patrimônio histórico-cultural de um país que se deseja livre e soberano. Nada mais salutar, portanto, a nosso entender, do que a decisão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, através da Lei 8.813, de 10 de janeiro de 1989, votada por sugestão do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), oficializando o traje típico gaúcho - *a pilcha gaúcha* - que pode substituir o traje convencional em todos os atos oficiais públicos ou privados no Rio Grande do Sul.

Esse traje de honra, de uso preferencial pelo gaúcho, consoante a deliberação tomada pela Câmara Estadual, é o *constituído pelas botas, bombacha, guaiaca, lenço no pescoço, camisa e colete, para homens, e vestido de prenda, para mulheres, de peça única com uma barra na altura do peito do pé, ficando proibido qualquer tipo de decote (a gola da blusa deve ficar em torno do pescoço), assim como as batatas e as*

bombachinhas curtas e atadas abaixo dos joelhos e as saias com barras na altura das canelas; foi, entretanto, permitido o uso do fichu, lenço ou xale preso por broche

Sempre ouvimos, no convívio de vários anos com os companheiros de arma gaúchos, declarações peremptórias de amor ao Brasil, até com uma certa ponta de justo orgulho, em que os nobres camaradas sulinos sempre diziam: somos brasileiros, nós, gaúchos, por opção, enquanto vocês, em decorrência da linha de Tordesilhas...

na altura do peito, abolidos os lenços no pescoço, ficando as cores, cortes e babados a critério das usuárias.

Regulamentando-se a lei, que só admite a barra do vestido de prenda na altura do peito do pé, como dissemos, foi liberado o uso do relógio de pulso para a dança. Assim, foi dado, mui justamente, *todo o poder às bombachas...*

Eis, portanto, de forma sucinta, incompleta e imperfeita, tanto se pode dizer, algo acerca da especificidade, do estilo, do jeito de ser, dos que nasceram no bendito solo riograndense do sul.

Do caldeamento de raças, por incrível que pare-

ça, surgiu uma indissociável união em torno de um sentimento, que diríamos ser não somente brasileiro, mas ibero-americano, em que o grande *leit motiv* é a liberdade.

O Brasil muito deve ao gaúcho, pois a soberania e a integridade deste país-continente foram mantidas, nas fronteiras sulinas, mercê do excepcional sentimento de brasilidade do povo do *rincão de São Pedro*, que soube defender o nosso território, expulsando, ao tropel do cavalo e a pontações de lança, os inimigos que, por inúmeras vezes, tentaram a conquista ou a reconquista de tratos de terra do sagrado chão do Rio Grande. Que o autêntico gaúcho continue, pois, a dominar as coxilhas e os canhadões, que são o $\alpha - \Omega$ da pátria brasileira, onde termina e começa o nosso estremecido Brasil!

E quem fala em gauchismo - um estado de espírito supra-nacional, como provamos, fala em tradições e em culto ao passado. Não é por acaso que o maior clássico da literatura gauchesca, e não apenas argentina, é *Martin Fierro*, de José Hernandez Martin Fierro - a epopéia de um *gaudério* sempre livre e em

luta contra as opressões totalitárias.

E a História, a *mestra da vida*, nos ensina que um povo sem tradição e cultura está fadado, não a viver e sim a sofrer o seu destino mesquinho. Devemos, pois, batalhar, com denodo constante, especialmente nos dias hodiernos, quando somos alvos preferenciais da cobiça de potências estrangeiras, para que o nosso amado Brasil não perca as suas raízes, os seus prístinos referenciais, os seus mais caros e vetustos valores, as suas crenças, a sua identidade, o orgulho nacional, a sua *alma*, enfim.

E onde existir um CTG, na celebração dos feitos e costumes gaúchos, cuja fama se perde distante, sejam eles dos farroupilhas, dos índios velhos pampeiros, daqueles *xirus* guerreiros do passado, em luta constante contra o inimigo e que faziam dos quartéis, as suas residências, ou dos inolvidáveis pró-homens da terra, ali estará se protagonizando, em prosa, recitação ou canto, numa oblação ao espírito tradicionalista e patriótico, uma verdadeira ode, de acendrado amor pelo Brasil.

Por derradeiro, muito me apraz transcrever um

copla, que no ano de 1980, numa manobra militar de que participei no âmbito da 16ª Brigada de infantaria Motorizada - Brigada das Missões, no noroeste gaú-

O Brasil muito deve ao gaúcho, pois a soberania e a integridade deste país-continente foram mantidas, nas fronteiras sulinas, mercê do excepcional sentimento de brasilidade do povo do rincão de São Pedro, que soube defender o nosso território, expulsando, ao tropel do cavalo e a pontações de lança, os inimigos que, por inúmeras vezes, tentaram a conquista ou a reconquista de tratos de terra do sagrado chão do Rio Grande.

cho, próximo a Três Passos encontrei escrita, num couro velho e desbotado, pendurado na parede de um *bolicho* de estrada, onde paramos para saciar a sede. A estrofe, escrita em espanhol, evidenciando, assim, a universalidade do sentimento *guasca* dos pampas, não possuía autor, nem nenhum circunstante soube dizer da autoria da mesma.

Era assim:

Gauchos no llevan calzones.

Pero usan su chiripa com un grande letrero que dice:

libertad, libertad, libertad! ●

Comentários

O FATOR GEOGRÁFICO NA FORMULAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

Carlos de Meira Mattos**

A Geopolítica é um ramo da Ciência Política que se formou pela interação dinâmica de três fatores: a Geografia (espaço físico), a Política (aplicação do poder na arte de governar) e a História (experiência humana). Vamos tratar da contribuição do espaço físico nessa tríade.

Conceituamos, sinteticamente, a Geopolítica como a aplicação da Política aos espaços geográficos, sob a inspiração da História. Obediente a esse conceito, vamos examinar a importância do espaço geográfico para o uso político.

Devemos consignar que o espaço geográfico natural, através dos tempos, vem sendo politicamente enriquecido por instrumentos e adap-

tações artificiais implantados pelo *homo operandi*, tais como pontes, túneis, etc. Os progressos da ciência e da tecnologia têm oferecido historicamente ao homem operativo os recursos que a sua iniciativa pede para vencer as dificuldades encontradas na superação dos obstáculos do meio natural.

Na época em que os principais fundadores da Geopolítica, Frederik Ratzel, Rudolf Kjellen e Vidal de La Blache, formularam suas teorias, no final do século XIX e primeira década do século XX, o espaço geográfico, sobre o qual assentaram seus pensamentos, já era beneficiado por instrumentos e técnicas consideradas avançadas. Conheciam-se, já, a eletricidade, a máquina a vapor propulsora da indústria, as ferrovias e as comunicações com fio; a engenharia alcançara valiosos progressos, as técnicas de agricultura e a medicina tinham deixado de engatinhar.

Hoje, esse espaço político, em que os instrumentos e as técnicas daquela época inspiraram os fundadores da Geopolítica, supra-valorizou-se em termos de recursos artificiais. O homem ativo da modernidade conta com o domínio do espaço aéreo, do espaço estratosférico e pesquisa o sideral. Aviões, mísseis e satélites cruzam os espaços transportando pessoas, engenhos científicos de observação, equipamentos fotográficos e, também, armas poderosas. A tecnologia eletrônica e as comunicações permitem a instantaneidade das mensagens sonoras e visuais, alcançando qualquer parte da Terra. A informática, e a Internet dominam o campo da informação mundial, utilizadas pela política, comércio, operações bancárias e fins militares. Não resta dúvida de que o espaço artificial assim enriquecido precisa ser reavaliado pela Geopo-

* General-de-Divisão. Membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército e sócio efetivo do IGHMB.

lítica. Há que se considerar, igualmente, na operacionalidade do homem moderno no espaço, a vertiginosidade do fator tempo. Os transportes, as comunicações e a informática reduziram drasticamente o tempo operativo, o tempo-uso do instrumental colocado à disposição do progresso.

Nos seus estudos sobre o espaço na modernidade, o geógrafo Milton Santos,¹ da Universidade de São Paulo (USP), oferece-nos conceitos bastante elucidativos que transcreveremos abaixo:

Encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria de região e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades.

As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos ligados por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns de outros, ligados por todas as formas de processos sociais.

O território hoje pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede.

O conceito de lugares em rede seria o daqueles espaços descontínuos ligados por fluxos eletrônicos e informáticos, do domínio da verticalidade, acima referidos pelo Professor Milton Santos.

Mais adiante, o professor expõe a sua idéia sobre o que poderíamos chamar de controle político do espaço:

São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas e entre lugares. Na realidade, esse acontecer solidário se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

.....
No caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar, isto é, nas

áreas de produção homóloga no campo ou da produção homóloga na cidade, o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente. Trata-se, nesse caso, do uso da informação que tende a se generalizar. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e no acontecer complementar, temos o domínio de forças que são localmente centrípetas, enquanto, no acontecer hierárquico, o domínio é das forças centrífugas. Há, sem dúvida, um centripetismo nesse último caso, mas é um centripetismo do outro. Na primeira e segunda hipóteses, temos a primazia das formas com a relevância das técnicas, já que estas, de mais em mais, produzem as formas utilizadas. No caso do acontecer hierárquico, temos a primazia das normas, não mais com a relevância da técnica, mas da Política.

¹ *Território, Globalização e Fragmentação*, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

Afirma-se, cada vez mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território, já que, usado, o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Esse comando se baseia na configuração técnica do território, na sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional, que podemos igualmente chamar de densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais, e os seus relais nos territórios diversos. O resultado é a aceleração da alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a atual enorme mobilidade das pessoas: aquela máxima do direito romano ubi pedis ibi patria (onde estão os pés, aí está a pátria) hoje perde ou muda o seu senti-

do. Por isso, também o direito local e o direito internacional estão se transformando, para reconhecer, naqueles que não nasceram num lugar, o direito também de intervirem na vida política desse lugar.

A nova visão da funcionalidade política do território, estudada pelo Professor Milton Santos e anteriormente resumida, a nosso ver reflete tendências bastante acentuadas produzidas pela influência da tecnologia no uso dos espaços; entretanto, não representam um compromisso do Estado Nacional, principal ator da Política, em a elas se enquadrar cegamente, sem considerar os aspectos de alienação que elas contêm.

Repetimos, aqui, o nosso conceito de Geopolítica, a fim de justificar, a seguir, o nosso pensamento:

Geopolítica é a Política aplicada aos espaços geográficos, sob a inspiração da experiência histórica.

Fiéis a esse conceito, não temos dúvidas em afirmar que o diploma científico da Geopolítica não foi sequer arranhado com as inovações e acréscimos recebidos no território pelos instrumentos da modernidade. Algumas teorias

particulares de seus fundadores e seguidores podem estar ultrapassadas, entretanto, o fundamental, a base geográfica o espaço operativo onde o homem político aplica o seu poder, permanece insubstituível. O espaço geográfico modificado, enriquecido, verticalizado, informatizado continua sendo o único suporte do poder, é a razão de sua existência. Se as características do espaço mudaram, cabe aos geopolíticos, especialistas no saber e arte de aplicar o poder ao espaço geográfico, ajustarem o seu conhecimento a essa nova realidade.

Em livro recente, *Critical Geopolitics*, o geógrafo inglês Géaroid Ö Tuathail, professor das universidades de Liverpool e do Estado da Virgínia, propõe-se a desqualificar a Geopolítica como ramo da Ciência Política, apontando-a como uma miragem (a palavra inglesa que usa é *vertico*). Entretanto, esse mesmo autor, em quase toda a sua obra, mostra-se fiel ao conceito de *Geo-Power*, que ele mesmo conceitua *Geografia é Poder*. Então, não se trata de uma rejeição à Geopolítica como ramo de conhecimento, mas de uma rejeição da palavra, ou tal-

vez das teorias específicas de alguns de seus autores.

Em síntese, a Geopolítica continua viva, e o seu estudo, indispensável ao estadista e aos formuladores de Política.

FORÇAS ARMADAS - O MITO DA CRISE DE IDENTIDADE

Sebastião José
Ramos de Castro*

Crise de identidade pode ser entendida como a falta de dados que identificam uma pessoa, tais como: nome, idade, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc. Crise de identidade das Forças Armadas brasileiras pode ser compreendida como sendo o fato estarem elas carentes de dados que as identifiquem precisamente.

Será esse o caso?

Nossas Forças Armadas não possuem características próprias que as definem e personalizam?

Suas atribuições não estão perfeitamente definidas?

É com base nessas indagações que procuraremos demonstrar que a falada crise de identidade das Forças Armadas brasileiras é um mito criado e que não possui qualquer fundamento.

Analisemos o problema.

Com o desmembramento da extinta União Soviética e os fatos decorrentes, veio a surgir uma única superpotência, os Estados Unidos da América do Norte, e, com o sensível *abrandamento* do conflito ideológico entre o Leste e o Oeste (comunismo *versus* capitalismo), dando origem a uma nova ordem mundial, a mídia e setores interessados passaram a questionar o papel e a necessidade de existência das Forças Armadas brasileiras e criaram o mito da crise de identidade a elas atribuída.

Inicialmente, queremos esclarecer que usamos a expressão *abrandamento* e não *extinção* porque consideramos que uma ideologia não se extingue. Exemplo evidente dessa assertiva é o caso do nazismo. Ele foi não apenas derrotado ao fim da II Guerra Mundial, mas, sim, literalmente esmagado e destruído; não obstante, ressurgiu, agora, com toda a sua virulência,

também nos EUA, pela ação de vários grupos organizados. De igual forma, a doutrina marxista-leninista não está morta e constata-se, no Brasil, o endeuamento de figuras como Marx, Che Guevara, Fidel Castro e a aplicação dos seus princípios doutrinários.

No Brasil, a oposição das Forças Armadas às tentativas de conquista do poder pelos adeptos dessa ideologia tem sido uma constante, desde a Intentona Comunista de 1935. Evidentemente, após a II Guerra Mundial, ocorreram as tentativas, algumas muito bem-sucedidas, de expansão do Movimento Comunista, sob o patrocínio da URSS, da República Popular da China e, especialmente, de Cuba, quando se tornou a primeira nação comunista das Américas, após a vitória de Fidel Castro. Ocorreu o chamado período da Guerra Fria e tentativas de implantação de regimes comunistas em vários países da América, incluindo o Brasil. As guerrilhas urbana e rural levadas a termo no Brasil obrigaram as nossas Forças Armadas a interferirem para eliminar a ameaça. Deve-se salientar que apenas uma pequena

* General-de-Exército. Sócio titular do IGHMB.

parcela de seu efetivo foi empregada para esse fim, e que o fizeram dentro do espírito de sua destinação constitucional de manutenção da ordem interna, como também o fizeram quando da tentativa do radicalismo de direita representado pelo Movimento Integralista, em 1938.

Desde a primeira Constituição brasileira, a do Império, de 1824, com pequenas modificações, a missão constitucional das Forças Armadas tem-se mantido inalterada. É uma missão que define, com precisão, a identidade das Forças Armadas do Brasil.

Vejamos o que prescrevia a Constituição de 1824.

Título V - Cap. VII
DA FORÇA MILITAR

.....
Art. 145 - Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, a integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos externos e internos.

Art 148 - Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de mar e terra como bem parecer conveniente à segurança e defesa do Império.

Art. 102 - Do Poder Executivo.

O Imperador é o chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado.

São suas principais atribuições:

.....

Prover a tudo que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição.

Como se pode constatar, são premissas que continuam válidas até os dias atuais, não obstante o esforço, que foi realizado por setores que podemos considerar como revanchistas, de retirar das Forças Armadas a responsabilidade pela segurança interna (manutenção da lei e da ordem), o que foi obstado pela enérgica atuação dos ministros militares da época.

A identidade das Forças Armadas brasileiras, com a finalidade para a qual existem, está claramente definida. De sua missão constitucional decorrem as diferentes tarefas que deverão estar em condições de cumprir.

Com o decorrer dos tempos, como resultado da evolução interna e da conjuntura internacional, novas tarefas surgiram, além das tradicionalmente consagradas.

São as chamadas atividades subsidiárias. Ao analisar sua missão, o Exército definiu como tarefas a realizar:

- defender a pátria;
- garantir os poderes constitucionais;
- garantir a lei;
- garantir a ordem;
- cooperar com o desenvolvimento nacional;
- cooperar com a defesa civil e
- participar de operações internacionais.

É claro que, para bem poder cumprir essas tarefas, as Forças Armadas deveriam contar com recursos financeiros que assegurassem o seu reequipamento, instrução e adestramento. Ocorre que, de uns tempos para cá, esses recursos têm sido cada vez mais reduzidos.

Em face dessa circunstância, o Exército decidiu investir em um *núcleo de modernidade*, tendo, como vetores, Força de Pronto Emprego; Sistema de Comando e Controle; Ensino Militar; Guerra Eletrônica; Aviação do Exército e Núcleo de Blindados.

A Força de Pronto Emprego é integrada pela Força de Ação Rápida, pela Força de Paz e por outras organizações militares (OM) selecionadas.

A Força de Ação Rápida é integrada pela Brigada de Infantaria Pára-Quedista, 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel, 1º Batalhão de Forças Especiais e OM Operacionais da Aviação do Exército, todas elas pertencentes à Reserva Estratégica.

A Força de Paz é, em princípio, um batalhão de infantaria reforçado.

Na medida de suas possibilidades, função da disponibilidade de recursos, visando a diminuir o *gap* tecnológico em relação a exércitos de outras nações, mais dotados de meios, têm sido adquiridos materiais, tanto no exterior como no próprio país, prestigiando a indústria de material de defesa nacional.

Em resumo, ao analisar a conjuntura mundial e suas conseqüências para o Exército Brasileiro, o então Ministro do Exército, General-de-Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, expediu diretriz que estabeleceu o seguinte:

- No campo interno - dar continuidade à estratégia da *presença*.
- No campo externo - assegurar condições adequadas à consolidação da estratégia da *dissuasão* e à capa-

citação da Força para se fazer representar corretamente nas missões internacionais decorrentes de tratados celebrados pelo Estado brasileiro, de forma a gerar no ambiente internacional a necessária confiabilidade no Brasil.

De tudo o que foi apresentado podemos concluir que é um mito dizer-se que há uma crise de identidade. As Forças Armadas brasileiras sabem perfeitamente qual a sua missão constitucional, a finalidade de sua existência e que tarefas devem estar em condições de cumprir. O que as afeta é a escassez de recursos financeiros e não dúvidas sobre sua destinação.

A participação do Exército em vários episódios da vida nacional, em cumprimento à sua missão constitucional, foi definindo suas características de identidade como instituição, tais como: instituição regular, instituição nacional, instituição permanente, instituição democrática, instituição organizada com base na disciplina e hierarquia, instituição apolítica e apartidária e instituição subordinada ao chefe do Poder Executivo, nos limites da lei.

Foi assim sendo forjada uma consciência militar da necessidade do Exército e, por conseqüência, das Forças Armadas, para assegurar a independência e a soberania do País, para manter o patrimônio nacional, garantir o regime democrático e, no campo interno, a ordem e a lei, quando ameaçadas por graves perturbações da ordem pública. À nossa memória vêm as imagens de soldados brasileiros lutando na Guerra da Independência, dominando rebeliões como a Abrilada, Setembrada, Novembrada, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Revolução de Sorocaba, Revolta de Minas Gerais, Guerra dos Farrapos e, dessa forma, garantindo e consolidando a unidade nacional. Enfrentam, com bravura, os inimigos externos na Guerra da Cisplatina, Guerra do Uruguai, Guerra contra Oribe e Rosas, Guerra da Tríplice Aliança, Segunda Guerra Mundial. Batem-se contra as revoltas de fanáticos religiosos, como em Canudos e no Contestado. Participam com destemor de movimentos para o restabelecimento dos princípios de liberdade e democracia, nas revoltas de 1922 e 1924,

no Movimento Constitucionalista de 1932 e na Revolução de 1930. Enfrentam, com altivez, as tentativas totalitárias de conquista do poder em 1935, 1938 e 1964 e enfrentam as ações de guerrilha urbana e rural. Contribuem, em 1945/46, ao regressarem da Segunda Guerra Mundial, para o restabelecimento da democracia.

Essa tem sido a missão dos soldados do Brasil.

REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO E O PÓS-64

*Nilson Vieira Ferreira Mello**

Revolução, Contra-Revolução ou Golpe Militar?

O movimento patriótico que, com a ação decisiva das Forças Armadas, depôs o governo Goulart vem sendo conhecido como revolução, às vezes qualificada como democrática, outras, ironicamente, como *redentora*, mas sempre revolução.

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército.

Essa designação harmoniza-se com a tradição cultural brasileira que costuma nomear assim os movimentos insurrecionais. Tivemos as revoluções de 1922, 1924, 1930 e 1932, para citar algumas das mais recentes.

Ultimamente, porém, seus detratores, que abundam na mídia tanto quanto escasseiam no seio do povo, vêm procurando diminuir a importância do movimento de 1964, a começar pela negativa em atribuir-lhe caráter revolucionário, a despeito das profundas, benéficas e duradouras transformações que trouxe para o País. Preferem chamá-lo de golpe militar.

Ora, golpe contra as instituições sempre há, toda vez que um movimento insurrecional eclode num país. Foi assim no movimento bolchevista de 1917, na Rússia, e no comunistarista de 1959, em Cuba, ambos incansavelmente louvados por aquelas mesmas correntes que tentam denegrir a nossa de 1964, justamente por ter, entre seus objetivos, o de impedir a instauração no Brasil de um regime semelhante ao soviético ou ao cubano.

Pretendem os marxistas que só se aplica o termo

revolução aos movimentos radicais e violentos que eliminem o regime de produção capitalista, enquanto se procura, através da ditadura do proletariado, alcançar o estágio utópico da propriedade comunitária dos bens. A rigor e segundo esse critério, nem mesmo a Revolução Francesa poderia ser assim chamada.

Curiosamente, algumas correntes identificadas com o regime de 1964 aceitam, de boa-fé, essa descaracterização do movimento de 31 de março, preferindo chamá-lo de contra-revolução. Certamente assistem-lhes ponderáveis argumentos técnicos, porém a mim me parece que uma contra-revolução tem objetivos mais limitados e efeitos mais modestos, insuficientes para manter o regime de exceção por 20 anos. De qualquer forma, o requisito fundamental é a preexistência de um processo revolucionário em curso. Existiria esse processo, no início da década de 60, no Brasil?

Quanto a isso, não tenho a menor dúvida, pois nem mesmo os comunistas brasileiros escondem essa verdade. Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, transcreve o seguin-

te comentário de Prestes sobre o comício de 13 de março na Central do Brasil: *O povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança.* Logo adiante, Gorender acrescenta: *Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe de direita se definiu, por isto mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo (grifos meus).*

Estão, pois, em companhia insuspeita os que, como eu, acreditam que se preparava um golpe contra as instituições democráticas sob o governo Goulart. Isso porém não implica limitar o movimento de 1964 às acanhadas dimensões de uma contra-revolução e, muito menos, às de um simples golpe.

A Revolução e o Pós-64

Uma análise objetiva da Revolução de 1964 e do período que a ela se seguiu revela que, neste, não ocorreu nenhum benefício substancial e duradouro para o povo brasileiro, salvo o desejado retorno às franquias

democráticas, interrompidas durante a guerra revolucionária.

Decorridos 15 anos, alguns dos êxitos do regime dito militar desapareceram, enquanto se agravaram muitos dos aspectos negativos que seus opositores lhe atribuíam.

Nunca é demais lembrar que, no período de 1968 a 1973, registrou-se um crescimento econômico médio de 11,2% ao ano, com a oferta de empregos expandindo-se à taxa média anual de 4,3%, superior ao crescimento demográfico, estimado então em 2,9%. Os investimentos estrangeiros diretos subiram de US\$ 1,6 bilhão, em 1968, para US\$ 4,6 bilhões, em 1973, dos quais 77% aplicados na indústria. A inflação - flagelo do assalariado e cornucópia do especulador - de uma projeção para 1964 de 140%, baixou para a média de 27%, no decênio 1965-74. Voltou, porém, a subir, impulsionada pela crise do petróleo de 1973, atingindo, em 1993, em pleno regime da Constituição de 1988, a espantosa marca de 2.550%.

Há os que tentam obscurecer os êxitos econômicos da revolução, acusando-

a de descaso com os problemas sociais. Não lhes convém lembrar que foi o regime de 1964 que incorporou à Previdência Social - hoje falida pelos descaminhos gerenciais e pela temerária generosidade da Constituição - 20 milhões de trabalhadores rurais; que foi ele que promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social, como o FGTS, o PIS/Pasep, o Sistema Nacional da Habitação e o BNH. Que, no campo da educação, essencial à promoção social, criou o Mobral, cujos resultados foram excelentes, até ser sabotado por motivos políticos; instituiu o Projeto Rondon, feliz e patriótica iniciativa que aproximava futuras elites profissionais das realidades do interior do País, e eliminou o problema dos excedentes que, a cada vestibular, ultrapassando a capacidade de matrícula das universidades, frustrava e revoltava jovens e promissores estudantes.

Em 1970, os 10% mais pobres, que percebiam menos de um salário mínimo por mês, constituíam mais da metade da população (55%) e sua renda média anual era de US\$ 66,00. Em

1980, eles representavam apenas 34% dos brasileiros e sua renda subiu para US\$ 206,00, enquanto os estratos sociais mais qualificados para disputar os benefícios do desenvolvimento ficaram mais prósperos: a classe média expandiu-se, os ricos ficaram mais ricos e a mobilidade social ocorria preponderantemente no sentido ascensional. Ronaldo Costa Couto, crítico severo do regime de 1964, diz em seu livro *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*, recentemente publicado: *verdade é que nesse período de crescimento acelerado, a sensação dominante em todas as classes sociais era a de ganho*. Logo adiante, reproduz depoimento no qual Luiz Inácio Lula da Silva afirma: *A popularidade do Medici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por quê? Porque era uma época de pleno emprego*.

Com as duas crises mundiais do petróleo e o esgotamento do modelo econômico de substituição das importações, os números atrás apresentados começaram a degradar-se, ainda no período revolucionário. Mas, infelizmente, não experimentaram qualquer reversão na

chamada *Nova República*, nem mesmo com a melhora no panorama econômico mundial. Antes, agravaram-se fortemente: o desemprego é hoje problema crucial; os salários aviltaram-se; os impostos cresceram em número e valor; a concentração de renda no topo da pirâmide social aumentou; a nação empobreceu e a permeabilidade social, que antes era ascendente, agora é descendente; categorias sociais, como a dos funcionários públicos civis e militares, cujos salários estão congelados há mais de quatro anos, resvalaram para a pobreza.

As Forças Armadas não esperavam louros triunfais ao término do ciclo revolucionário, que sempre viram como transitório - elas cumpriram o seu dever de defesa da Pátria, impedindo que ela se tornasse uma gigantesca Cuba, e alçaram o Brasil, de um modesto 43º lugar, para o de 8ª economia no *ranking* mundial, posição mais coerente com suas dimensões e potencialidades. Mas tampouco contavam com a marginalização progressiva e a hostilidade que se manifesta com espantosa frequência, alvos preferenciais que se tornaram de ataques

difamatórios, revanchistas e incriminatórios. A tudo elas têm suportado, numa inequívoca demonstração de respeito ao estado de direito, até mesmo provocações extremas, como o pagamento de indenizações aos herdeiros daqueles que se levantaram em armas para implantar, no País, com financiamento de potência estrangeira, uma ditadura impiedosa e intolerante, como são as de modelo castrista, maoísta ou soviético.

Os militares jamais pensaram em restaurar o regime de 1964.

Ele não era um fim em si mesmo, mas um instrumento transitório para se alcançar a democracia de estilo ocidental. Hoje percebem que o desempenho dos administradores pós-64 tem sido, no mínimo, decepcionante.

Alguns alegam que a ingovernabilidade, resultante da Constituição de 1988, é causa desse fraco desempenho. Nisso assiste-lhes certa dose de razão. Um pacto federativo defeituoso, um sistema fiscal injusto e um arcabouço administrativo oneroso certamente contribuem para as dificuldades de toda ordem

com que se deparam os governos federal, estaduais e municipais.

A Constituição em vigor nasceu sob o furor revanchista dos derrotados alçados ao poder pela conhecida *síndrome dos perseguidos políticos* - aos quais tudo se perdoa - temperada com altas doses de populismo. A rigor, não havia necessidade de uma nova Carta Magna, já que não ocorrera a ruptura da legalidade constitucional quando, em 1984, elegeu-se o presidente da República pelo Colégio Eleitoral, nos estritos termos da Constituição de 1967 em vigor. Porém, prevaleceu o revanchismo, ao qual não servia nem mesmo anteprojeto encomendado pelo governo a uma *comissão de notáveis*, logo engavetado. Adotou-se a esdrúxula solução de atribuir, a um congresso ordinário, a compe-

tência para erigir o novo edifício das instituições nacionais. O costume sadio de se confiar a elaboração constitucional a uma assembleia especial, cujos integrantes ficam impedidos de concorrer a cargos eletivos, foi esquecido. Os congressistas e também constituintes de 1987/88, preocupados em garantir o seu futuro político, intimidaram-se diante do patrulhamento ideológico e sucumbiram às tentações eleitorais. O resultado aí está: um texto constitucional utópico, prolixo, às vezes contraditório, mas sempre detalhista, mais próximo de um programa de governo socialista do que de uma carta de princípios, suficientemente geral e flexível, para durar, absorvendo as mudanças que se processam no mundo moderno. Talvez seu dispositivo mais lúcido fosse aquele que de-

terminava sua revisão, oportunidade perdida em 1994. Em conseqüência, desde então, consideráveis esforços em tempo e dinheiro têm sido despendidos para sua reforma.

E, assim, a *Constituição Cidadã*, que deveria ser a obra magna institucional da *Nova República*, perdeu-se no desvario revanchista e corporativista. Muitos dos seus dispositivos tornaram-se letra morta, uns por inatingíveis, outros por falta de regulamentação, levando o Executivo a legislar por medidas provisórias, ocupando espaços que não lhe são próprios.

Para cúmulo das frustrações nacionais, a *conquista* mais significativa desses tempos difíceis, a estabilidade monetária, ameaça ruir a cada turbulência ocorrida no sistema financeiro, arrastando com ela as esperanças do povo brasileiro. ●

*"Quando há sofrimento em algum lugar,
esse sofrimento na verdade afeta a todos e não
apenas a alguns em particular."*

Serge Kpangni Malan

Informações

HÁ 500 ANOS

Um dos dados mais antigos que se conhece sobre a economia brasileira é o registro de viagem da nau Bretoa. Esta embarcação transportou, para Portugal, em 1511, 5.000 toras de pau-brasil, com pesos entre 20 e 30 quilos. Declarado monopólio da Coroa, o pau-brasil foi inicialmente explorado e exportado, em regime de concessão, pelo comerciante português Dom Fernão de Loronha. Entre outras exigências, o contrato de concessão obrigava o arrendatário a realizar três embarques por ano. Em contrapartida, Portugal fechava seu mercado às importações do *pau-brasil asiático*. Passados os primeiros anos de exploração irregular, o negócio foi, aos poucos, se mostrando muito mais atraente para a Coroa do que para o arrendatário.

Em 1602, cada cruzado (moeda da época) de pau-brasil adquirido aqui era

revendido em Lisboa quatro vezes mais caro. Dessa exuberante margem de lucro, a Coroa retinha dois cruzados. Sobrava um cruzado para custear o transporte da madeira até Portugal. Se a viagem transcorresse em paz, o lucro do arrendatário era razoável. Frequentemente, todavia, os carregamentos eram roubados por piratas ou terminavam no fundo do mar. Em face de todos esses riscos, houve grande rotatividade entre os arrendatários, executados por inadimplência. Para se precaver, a Coroa exigia de cada concessionário, sob forma de adiantamento, o equivalente a um embarque de pau-brasil.

Duzentos anos depois, o pau-brasil ainda representava em torno de 3% das receitas arrecadadas pela Coroa. Em 1827, após a independência, a exportação de pau-brasil alcançou 87 mil libras esterlinas, valor equivalente a 2,5% da receita cambial do país. Mais adi-

ante, o aparecimento e a produção comercial de corantes industriais inviabilizaram definitivamente o comércio do pau-brasil.

*Extraída da coluna
Conjuntura (caderno
Economia, do Jornal do
Brasil, edição de 21.04.00),
assinada por Salomão Quadros,
do Instituto Brasileiro de
Economia da FGV.*

REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 1964: A HISTÓRIA QUE NÃO SE APAGA NEM SE REESCREVE

A história da humanidade faz-se mediante etapas graduais que às vezes levam tempo para ser compreendidas. O corpo humano mobiliza suas defesas para combater os agentes externos que ameaçam seu equilíbrio. Também a democracia de nossos dias provém da progressividade dos fatos históricos e da luta da maioria dos brasileiros contra um to-

talitarismo materialista que tentou desestabilizar o universo nacional, antes e durante a Guerra Fria.

Às ruas vieram as famílias brasileiras. Conclamaram seus filhos representantes armados, que pusessem termo às perspectivas sombrias de uma conjuntura de instabilidade política, de crise econômica e deterioração de valores culturais e religiosos. Que pusessem fim às tensões sociais exacerbadas, ao ambiente de desordem e insegurança nas cidades. Que afastassem os riscos de luta armada no campo, da subversão disseminada em sindicatos e entidades estudantis. Que acabassem com as sucessivas e ameaçadoras badernas oculatas por movimentos grevistas, tentativas de doutrinação ideológica, quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Extinguir a insensatez e estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento do Brasil motivaram a eclosão da Revolução Democrática de 31 de março de 1964. Mantivemo-nos ao lado da razão. Respondemos ao clamor predominante da sociedade brasileira.

Os efeitos da Revolução tiveram de estender-se no

tempo como contraponto à subversão estabelecida por quem obedecia a uma pátria fora do Brasil e adotava uma bandeira diferente da nossa. O Estado viu-se obrigado a empregar as Forças Armadas para defender-se, preservar as Instituições e apoiar o desenvolvimento que a Nação almejava. Tivemos a coragem moral de restaurar a democracia apesar de submetidos ao desgaste de um prolongado e indesejável conflito interno. Nem sempre foi possível impedir a abertura de inevitáveis feridas. Na verdade, a duração e a intensidade das medidas tomadas visaram a contrapor-se ao destempero dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pegaram em armas. Queriam, a todo custo, um regime contrário à índole cristã e pacífica de nossa gente.

Apesar do ambiente conflituoso, os governos da Revolução ampliaram e modernizaram o parque industrial brasileiro. Aperfeiçoaram sistemas de energia, comunicações e transportes. Interiorizaram a prosperidade desenvolvendo regiões afastadas dos grandes centros. Ampliaram e democratizaram a

educação e o ensino. Reduziram com medidas efetivas o analfabetismo. Conduziram o País ao respeitável grupo das grandes economias mundiais, como resultado da obtenção de altas taxas de crescimento econômico. Restauraram a normalidade democrática mediante um processo racional de engenharia política que culminou com a promulgação da Lei da Anistia - uma incontestável prova de reconciliação e desarmamento de espírito.

Permanecemos hoje unidos. Como sempre, militares e civis - sociedade brasileira. Juntos aprendemos com acertos e equívocos do passado. Estamos prontos para lidar com os cenários do próximo século. Pacientes, solidários e perseverantes, dedicamo-nos, no presente, à construção do futuro que legaremos às próximas gerações.

O tempo e a história, sábios, isentos e avessos a paixões, dizem que nada foi em vão. Fizemos a nossa parte com o mesmo espírito pacificador de Caxias, que, no século passado, evitou a fragmentação do território e promoveu a união de brasileiros separados por profundas divergências políticas. Do mes-

mo modo, pacificamos a Nação. Mais uma vez, exercitamos a conciliação e a reflexão. Missão cumprida! Continuamos dedicados à preparação de nossos quadros para bem cumprir a missão primordial que será sempre a defesa da Pátria.

Transcrição de nota publicada no Noticiário do Exército do dia 31 de março de 2000.

A MARCHA DA COLUNA MEIRA MATTOS

A coluna das tropas do 16º Batalhão de Caçadores (16º BC), comandadas pelo Coronel Carlos de Meira Mattos, que em menos de 48 horas se deslocou, da fronteira boliviana (Cáceres) para Goiana e, em seguida, para Brasília, foi fator decisivo para a fuga do ex-Presidente João Goulart.

Na Granja do Torto se estudava ainda a possibilidade de resistir, quando o ex-Presidente foi avisado que a vanguarda da Coluna Meira Mattos (II Exército) estava em Jataí (Goiás). A ele se deve esta exclamação: - *Tudo estava preparado, esta marcha foi fulminan-*

te. É o fim. Em seguida deu ordem de partida para o Sul, a fim de resistir por lá.

A marcha da Coluna Meira Mattos foi surpreendente de ação e dinamismo. Rápida, segura e impulsionada pelo determinismo sem vacilação do seu comandante e de seus oficiais, pela sua fé democrática e exaltada de todos eles nos destinos superiores do Brasil.

O Coronel Meira Mattos iniciou a preparação de sua marcha em 31 de março e, já a 1º de abril, um contingente chegava por via aérea de surpresa a Jataí, comandado pelo Capitão Myron Augusto de Oliveira. Em seguida, transportados por possantes caminhões diesel, na calada da noite, seguia outro grupamento de combate, completamente equipados, comandados pelo Capitão Alirio Cardoso, o qual devia estacionar em Rondonópolis, centro nevrálgico de entroncamentos rodoviários, e pelo Tenente Riograndino Becke Isquierdo, o qual devia tomar posição em Alto Araguaia, até ulterior decisão.

De modo que, na madrugada do dia 2, numa extensão de 1.200km, já estava estendida a tropa disciplinada e resoluta da Coluna

Meira Mattos, composta de cerca de 1.400 comandados.

Em seguida, o Coronel Carlos Meira Mattos, deixando entregue a sede do comando do 16º BC ao cuidadoso e experiente Tenente-Coronel Caraciolo, voava em um aparelho 170 Cesna, para fiscalizar e superintender a marcha de sua coluna acompanhado pelo seu oficial de informações do GMT, Tenente Geraldo de Oliveira, e por um civil, elemento de contacto da área governamental designado pelo Governador Fernando Corrêa da Costa.

O avião-táxi era pilotado pelo Sr. Orlando Aguirre, que, em todas as contingências, enfrentando mau tempo reinante na região, fazendo aterrissagem ao escurecer, envolvido pela chuva e pelos ventos, conservou uma calma e um humor admiráveis.

Houve ocasiões em que o pequeno aparelho, desviado da rota pelos ventos imperantes, foi forçado a descer em campos de pouso desconhecidos.

Em Rondonópolis, em Alto Araguaia e em Jataí, o Coronel Meira Mattos teve oportunidade de verificar a excelente disposição de sua tropa, seu nível de alta mo-

ral e a decidida firmeza no cumprimento do dever de seus jovens comandados.

Muito desses soldados eram adolescentes, com três meses de instrução, e pareciam veteranos, tal a precisão de seus movimentos e de suas manobras, e toda tranqüila determinação das fisionomias dos graduados.

Em todos esses contatos com a tropa, o Coronel Meira Mattos fez preleções democráticas e de ordem disciplinar aos seus soldados, infundindo-lhe maior confiança e maior entusiasmo pela boa causa.

Era edificante constatar o carinho, a solicitude, a par da firmeza, de como o comandante-chefe dessa famosa coluna tratava e se preocupava por seus comandados.

Era a afirmação de alto padrão de conhecimentos humanos, psicológicos e táticos, de um experiente militar estrategista de profunda perspicácia e sagacidade.

O Coronel Meira Mattos fez a campanha da Itália, integrado na FEB como capitão combatente, desde o início da expedição, até o seu fim.

Em Jataí, o Comandante da coluna foi informado de que, em Goiânia, ha-

via divergências entre o Governador e o Coronel Comandante do 10º BC. Antes de iniciar sua ação decisiva o Coronel Meira Mattos tentou entrar em contacto com as autoridades civis e a entidade militar de Goiânia. Não obtendo nenhuma comunicação, às 15h30, após deixar instruções taxativas ao seu Comandante, Capitão Myron, decolava com sua reduzida comitiva, em mau tempo, para Goiânia, lá chegando milagrosamente, após duas horas e vinte minutos em péssimas condições de navegabilidade, no aeroporto de Santa Genoveva.

Felizmente, o Governador Mauro Borges já tinha lançado naquele dia sua proclamação aderindo ao Movimento Revolucionário e a recepção ao Coronel Meira Mattos foi cordial.

O Coronel Meira Mattos tinha sido duas vezes instrutor do Governador Mauro Borges, atualmente Tenente-Coronel do Exército, e também do Tenente-Coronel Petrônio, da equipe governamental goiana.

À disposição do Comandante da Coluna Meira Mattos foi colocado o eficiente Coronel do Exérci-

to, José Joel de Marcos, Comandante da Polícia Militar de Goiânia.

Em seguida o Coronel Meira Mattos teve contactos com o coronel comandante do 10º BC, que demonstrava pouco entusiasmo pela nova ordem das coisas, e com o Quartel-General de Brasília, sob o comando do General-de-Divisão Rafael Souza Aguiar.

Foi dada a ordem para a coluna se movimentar rapidamente de suas bases, por terra e por ar, para marchar sobre Brasília, a fim de incorporar-se ao contingente do comando Militar de Brasília, destinado este reforço a reprimir qualquer abuso contra a ordem pública, ainda não totalmente restabelecida.

Rumando de Goiânia para Brasília, de avião, no dia 3, o comandante da Coluna Meira Mattos entrou em contacto direto com o General Rafael Souza Aguiar e o seu Chefe de Estado-Maior, Coronel Álvaro Alves dos Santos.

Na mesma tarde, o Coronel Meira Mattos regressava a Goiânia com o General Rafael Souza Aguiar e seu Estado-Maior, num Bech-B da FAB, a fim de completar entendimentos

para a chegada da tropa motorizada da coluna, e para que o General Souza Aguiar esclarecesse situações.

O General Souza Aguiar regressou com sua comitiva a Brasília, após esses contactos, ficando o Coronel Meira Mattos, para aguardar a chegada de suas tropas.

Com a chegada e a partida de madrugada desses escalões, o Coronel Meira Mattos, no seu Cesna 170, voltava a Brasília, onde já se encontravam os grupos de Jataí, comandados pelo Capitão Myron, e de Cuiabá, comandados pelo Major Otilis, transportados diretamente pelos aviões da VASP. Desta etapa em diante, ele e sua coluna foram definitivamente incorporados ao contingente de cerca de 3.000 soldados deslocados para lá, de Mato Grosso e Minas Gerais, para segurança do funcionamento do Congresso e da Ordem Pública.

Texto publicado nos fóruns de Cuiabá em março de 1964. A matéria foi compilada por Mário Spinelli, participante da coluna, e divulgada na homenagem que a Associação dos Seringalistas de Mato Grosso prestou às "gloriosas tropas da Coluna Meira Mattos" da cidade de Cuiabá.

1ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE METRALHADORAS ANTIAÉREAS

Corria o ano de 1942, estávamos em regime de guerra, a mocidade havia sido e continuava sendo convocada e em seguida, incorporada às Forças Armadas. Uns ficavam no 26º Batalhão de Caçadores, em Belém; outros no 34º, em Val-de-Cans, ou no 35º, em Bragança, e alguns na 4ª Companhia de Fronteira do Amapá.

Nós, juntamente com vários companheiros, fomos incorporados no 34º, em Val-de-Cans, porém no início de 1943, fomos transferidos para a recém-criada 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas (1ª Cia Ind Mtr A Ae) que ficou acantonada num edifício inicialmente destinado aos filhos de hanseanos, o Educandário Eunice Weiver.

O principal objetivo dessa companhia era a guarda, vigilância e defesa do recém-criado Aeroporto de Val-de-Cans e das instalações e depósito de combustíveis de Miramar. Para cumprirmos esse objetivo, recebemos intensa e exigente

instrução sob manutenção, manejo e funcionamento do armamento característico da companhia: as metralhadoras antiaéreas, ponto 50 e ponto 30, que possuíam uma cadência de tiro e um alcance suficiente para manter o inimigo a distância, bem como instrução sobre modelos e silhuetas para reconhecimento de aviões amigos e inimigos, após o que foi efetuada a instalação de *Postos de Defesa e Vigilância* em locais estratégicos da área a ser protegida contra sabotadores, vândalos e, eventualmente, aviões inimigos.

A companhia não era dividida em pelotões, como as dos batalhões, e sim em quatro núcleos de resistência. Cada núcleo tinha um efetivo de cerca de 170 homens e o armamento de cada Posto de Resistência era constituído de quatro a seis metralhadoras ponto 50 e de oito a dez metralhadoras ponto 30, com o pessoal necessário a seu funcionamento. O pessoal obedecia a revezamento de 24 horas nas posições das metralhadoras, 24 horas de folga absoluta e 24 horas de instrução no quartel.

No aeroporto, o movimento era constante. Nor-

malmente, a uma hora da manhã iniciava-se a decolagem dos aviões, que se estendia até as dez horas.

Eram aviões que iam para Natal (RN) e, de lá para Dacar, na África, e, em seguida, para os campos da Europa, e depois, como se tudo fosse sincronizado, começavam a chegar levas de aviões que vinham dos Estados Unidos. Eram aviões de todos os tipos (caça, bombardeiros, fortalezas, superfortalezas voadoras, de observação, de transporte de tropas, etc). Assim havia sempre movimento frenético na área do aeroporto. Era o pessoal de manutenção, socorro, salvamento, bombeiros e ambulâncias, já que muitos aviões aterrizavam em pane e vários deles, em consequência, causavam a própria destruição e a de outros aviões que se encontravam estacionados no campo, muitas vezes com perda de vidas. Algumas vezes, o pessoal da nossa companhia era o primeiro a lhes prestar socorro, ajudando a retirar os tripulantes estropiados dos aviões acidentados.

O funcionamento ininterrupto do aeroporto, muito ficou a dever aos efetivos da 1ª Cia Ind Mtrs A

Ae, graças a seu eficiente serviço de segurança e vigilância, não permitindo a ação nem a aproximação de sabotadores ou dos agentes da quinta-coluna (residentes no Brasil simpatéticos ao inimigo) em suas imediações.

Embora nunca tenha entrado em combate, a companhia achava-se permanentemente em estado de alerta e pronta para garantir a segurança de um dos elos principais da vitória aliada, o Aeroporto de Val-de-Cans, já que naquela época os aviões não possuíam autonomia de vôo para atravessar o Atlântico Norte, dos Estados Unidos direto para a Europa. Eram obrigados a uma rota mais longa, porém mais segura: América Central - Belém - Natal - Dacar - Europa.

José Caetano Ferreira
Capitão Dentista

ANTÔNIO CARLOS MURICY, GENERAL, 93

Uma das figuras principais do movimento político-militar de 1964, o general Antônio Carlos da Silva Muricy foi um dos signatá-

rios do *Manifesto dos coronéis*, em 1954, contra a proposta do ministro do Trabalho, João Goulart, de aumento do salário mínimo em 100%. O manifesto provocou a exoneração, pelo presidente Getúlio Vargas, de Goulart e do ministro da Guerra (Exército), Ciro do Espírito Santo Cardoso. Entre os signatários estavam nomes que se destacaram a partir de 1964, como Amauri Kruehl, Jurandir de Bizarria Mamede, Siseno Sarmento, Golbery do Couto e Silva, Sílvio Frota e Ednardo D'Ávila Melo.

Em 1961, era chefe do Estado-Maior do III Exército, no Rio Grande do Sul, quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Opondo-se ao apoio do comandante, Machado Lopes, à posse do vice João Goulart, deixou o estado e apresentou-se no Rio ao ministro Odílio Denys.

Em 31 de março de 1964, comandou o destacamento que desceu de Juiz de Fora para o Rio, articulado pelo general Mourão Filho, comandante da IV Região Militar. Designado para a VII Região Militar, em Recife, teve participação importante no combate à oposição ao regime.

Foi chefe do Estado-Maior do Exército, de 1969 a 1970, e um dos integrantes da comissão encarregada de sintetizar o pensamento da cúpula do Exército sobre a sucessão do presidente Costa e Silva, afastado por doença. Também faziam parte da comissão, conhecida como 3M, os generais Jurandir de Bizarria Mamede e Emílio Garrastazu Médici. Chegou a ser votado pelos oficiais-generais, mas o escolhido foi Médici, com base no critério de antiguidade.

Em 1970, passou à reserva e colaborou com o Governo como elemento de ligação entre o Estado e a Igreja, participando de um grupo de trabalho encarregado de estabelecer contatos com a alta hierarquia do clero.

Nascido em Curitiba, estudou no Colégio Militar do Rio e na Escola Militar do Realengo. Fazia parte de tradicional linhagem de militares que começou com o avô. Seu pai participou das articulações que resultaram na proclamação da República.

Recolhido à vida privada, era vice-presidente do Conselho Curador da Orquestra Sinfônica Brasileira, mas há cinco anos não saía de casa, porque só podia se locomover de cadeira de rodas.

Morreu em 30 de março, ou aos 93 anos, de edema pulmonar. Foi sepultado no Cemitério São João Batista. Deixou viúva, um filho do primeiro casamento, do qual enviuvou, e seis do segundo.

Transcrição de nota publicada em O Globo, edição de 31.03.00.

*"Felicidade não é aquilo que você vivência;
é algo que você se lembra."*

Oscar Levant

*"Se tudo mais falhar, algum erro espetacular
poderá garantir a imortalidade."*

John Kenneth Galbraith

*"Acredito que somente uma pessoa que nada
aprendeu não modifica suas opiniões."*

Emil Zatopek

Destques da Imprensa

QUEM GANHOU COM AS PRIVATIZAÇÕES?

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em recursos naturais. Temos enormes extensões de terras férteis e clima favorável para a agricultura; possuímos gigantescas reservas de minérios de grande valor estratégico e econômico e dispomos de uma inigualável vantagem relativa sobre outros países de economia comparável à nossa, que são as fontes renováveis de energia, particularmente o potencial hidrelétrico. Mas nossos governantes, em vez de administrar honestamente as riquezas do país em benefício da população, são dominados e corrompidos por intermediários e promotores de negócios, que lucram com a venda do patrimônio público a grupos estrangeiros - os quais nem precisam investir muito, já que são financiados pelo BNDES. A imagem que me ocorre é a de um

síndico desonesto que, sem procuração, vende os apartamentos dos moradores, lançando-os à miséria, para ganhar comissões de corretagem.

Não é pois surpreendente que o PNUD, com seus indicadores de distribuição de renda e índices de desenvolvimento humano, demonstre que, mesmo figurando entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil abriga a maior concentração de pobres e miseráveis do hemisfério ocidental. Para dar ao povo condições de explorar de maneira mais justa e equilibrada as riquezas naturais do país, o governo deveria começar pela definição de uma estratégia coerente para a estrutura física da economia, deixando de lado as atuais políticas financeiras, monetárias e fiscais, cujos efeitos, no campo social, têm-se revelado devastadores. Mas os atuais mandatários preferem favorecer banqueiros, advogados administrativos e coletos-

res de fundos para campanhas políticas.

As privatizações das estatais do sistema elétrico ilustram essa afirmação. A favor delas, o governo argumenta que o Estado não tem recursos para expandir o sistema, e que a receita obtida serviria para abater o déficit público e liberar recursos para programas sociais, como educação, saúde pública e segurança. Mas, na realidade, o Estado, representado pelo BNDES, financiou as privatizações. E o sistema elétrico não foi ampliado (é o mesmo que já existia). Por outras palavras, a administração FHC entregou a grupos privados (em geral estrangeiros), sistemas altamente lucrativos, que o Estado já tinha instalado com recursos públicos. E ainda desembolsou dinheiro.

Os fatos mostram que o Brasil tem perdido muito com as privatizações. Nos últimos seis anos, a dívida interna saltou de R\$ 58 bilhões para mais de R\$ 600 bilhões, o endividamento

externo passou de US\$ 112 bilhões a US\$ 250 bilhões, a saúde pública, o ensino básico e a pesquisa científica carecem de recursos, o desemprego é dos maiores do mundo, o valor aquisitivo dos salários amesquinha-se e a violência é assustadora. Entretanto as remessas de lucros, que eram de US\$ 750 milhões, já estão em US\$ 10 bilhões, por ano.

Apesar desse descalabro, o Presidente da República e seus acólitos, dentre os quais o presidente do BNDES, em sua desfaçatez, vivem a repetir que *poucas coisas neste país foram tão transparentes quanto as privatizações*. Como em outras ocasiões, a verdade está bem longe das declarações oficiais. Na questão do contrato para a venda parcial da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), por exemplo, os ex-governantes mineiros, com o BNDES e o consórcio Southern Electric, associado ao Banco Opportunity, omitiram do público e da Assembleia Legislativa estadual o ponto crítico do documento, qual seja, o acordo de acionistas, que permitiria ao referido consórcio controlar a empresa, mesmo tendo comprado apenas 33% de suas ações; por sinal a um valor

subavaliado e, como se fosse isso pouco, financiado pelo BNDES, cuja então diretora de privatizações tem relações de parentesco com um diretor do Opportunity.

Outro caso escabroso é o da modelagem da privatização de Furnas, feita pelo Banco Graphus, cujo principal executivo tinha sido diretor de privatizações do BNDES. Ainda outro escândalo, e paremos por aqui, por falta de espaço: no ano passado, o BNDES emprestou mais de metade dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a grupos multinacionais, em grande parte para ajudá-los a comprar nossas empresas públicas; enquanto as pequenas e médias empresas brasileiras (que são as que mais geram empregos), ficaram com menos de 20%. Tudo indica que tal absurdo, que, por si só, exigiria uma CPI para as privatizações, também se deva a relações promíscuas, incompatíveis com o exercício de funções públicas.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 17.02.00, assinado por Joaquim Francisco de Carvalho, membro do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos Estratégicos do Setor Elétrico).

EM TORNO DOS 500 ANOS

Não faz sentido alimentar polêmicas que levam a lugar nenhum em torno das comemorações do quinto centenário do Descobrimento. Mas a verdade é que, para certos organismos e para o gosto de alguns intelectuais, não se deveria comemorar os 500 anos de chegada da frota de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro, porque, dizem eles, não existem motivos para comemorar. Pelo contrário, com o encontro de 1500 inicia-se o processo de espoliação e de violência, é quando os indígenas perdem a paz e as terras, começa o saque das riquezas pela metrópole européia e o tráfico da escravatura.

Esta é a posição de entidades que não tem nenhum compromisso com a História e que se intitulam defensoras dos direitos dos índios e dos negros. A elas aderiu a chamada *intelligentsia* amarga e ressentida, que tem a tendência de analisar a era colonial à luz dos princípios contemporâneos, sem levar em conta o tempo e os condicionalismos em que se desenvolvem os fatos históricos em cada época.

O objetivo desses movimentos, como aconteceu no México com as celebrações colombianas, ou mais recentemente na Índia, com a oposição do governo de Nova Délhi a qualquer liturgia relacionada com o centenário da viagem de Vasco da Gama, é reduzir tudo aquilo que possa valorizar a presença do branco - ou melhor, do português - no processo de construção do Brasil.

Comemorar é recordar em conjunto, e, naturalmente, o alvo das comemorações não pode ser a pilhagem e a segregação étnica, o erro e a ignomínia das classes dirigentes, o abuso e a exploração, mesmo quando existiram.

Como também não pode ser o esmagamento dos autóctones e o calvário dos navios negreiros, a cilada e a traição, o cativo e a preagem dos nativos nas entradas e bandeiras. Comemorou-se a chegada e o achamento, a subida dos dois tupiniquins à nau capitânia e a Primeira Missa de Frei Henrique de Coimbra, o deslumbramento das tripulações ante a beleza do que viam e o anúncio da Descoberta pela carta de Caminha, a epopéia e a grandeza deste país que nasce português.

É como se estivéssemos a celebrar um aniversário em família: ninguém vai, nesse dia, em torno da mesa, falar das placas da sífilis, ou lamentar que dos progenitores não se recebeu os gens dos olhos azuis e dos cabelos louros...

No âmbito da celebrações do quinto centenário, o que interessa é mostrar o orgulho pelo que somos - e trazer à memória os que contribuíram, não importa a origem, a cor, a religião, com seu sangue e seu trabalho, seu sonho e seus ideais, para sermos o que somos e chegar onde chegamos.

Isto não significa que tenhamos de transformar a efeméride numa apologia sinfônica e esquecer o sofrimento e a destruição, ou deixar de lamentar as perdas e os desvios dos reinóis, ou não criticar o passado, ou perder a oportunidade de refletir sobre o futuro.

A vida dos povos compõe-se de tudo: de momentos felizes e crepúsculos tristes, de altos e baixos, de sístoles e diástoles, de coerências e contradições, de acertos e descaminhos, de glórias e vergonhas. Seria, entretanto, um contra-senso não comemorar os 500 anos de existência deste

país, como querem alguns, sob o pretexto de que não há nada para comemorar, ou então, como preconizam outros, se as comemorações são inevitáveis, que se façam - mas que se façam pelo avesso: comemorem-se o drama da colonização, a morte dos índios e o martírio dos negros, as assimetrias e o latifúndio, a exploração do trabalho escravo e a centralização administrativa, a evangelização à força e as derramas d'el-rei, a aristocracia rural e o eurocentrismo, a pilhagem e a destruição do meio ambiente.

Ora, ninguém defende que se esqueçam as mazelas do tecido histórico e que se olhe somente para o que deu certo: a geografia de Tordesilhas e a unidade territorial; a difusão da língua e o triunfo sobre os trópicos, como não aconteceu noutra lugar; a democracia racial e a cristianização - o Brasil que nossos maiores sonharam e o Brasil que temos. Mas decerto seria triste que deixássemos passar os 500 anos sem festa e sem reflexão, sem um olhar para o percurso de um país que soube vencer desafios que outros não venceram, sem uma ponta de

emoção pelo Brasil que aí está – e que é nosso.

A estigmatização do passado é recurso dos que têm vergonha de sua brasilidade – e esses, ácidos por natureza, ao nascer já amaldiçoavam o colostro do seio da mãe... Como diria Fernando Pessoa na *Elegia da Sombra – pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente*.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 30.03.00, assinado pelo empresário A. Gomes da Costa).

JUSTIÇA SITIADA

A Justiça Militar brasileira está completando 192 anos. Implantada por D. João VI em 1808, com a criação do Conselho Supremo Militar e de Justiça, hoje Superior Tribunal Militar, o judiciário castrense, nesses quase dois séculos de existência, experimentou a mesma problemática de outros ordenamentos jurídicos, vivendo em situação de permanente questionamento. Emílio Prado Aspe, magistrado da Suprema Corte de Justiça do México, ao fim da primeira metade deste século afirmava: *O direito militar, para o paisano, é semelhan-*

te a uma cidadela erguida em lindeiros da Idade Média, abaluartada de enigmas, asediada por secular exigência de legitimação. Esse é o quadro ainda hoje vivido pela justiça militar brasileira, aí compreendidos juizes, promotores e advogados, e por que não dizer os próprios militares, como ocasionais membros dos conselhos de justiça, encarregados de inquérito policial militar, testemunhas ou acusados.

Inegavelmente as mudanças foram muitas e significativas nesse período, sem que, no entanto, fossem atingidos os pilares principais do sistema colegiado, composto por juizes togados e juizes-militares leigos; duas instâncias de julgamento – os conselhos de justiça e o Superior Tribunal Militar – e, o que é relevante, leis especiais – códigos penal, de processo penal e de organização judiciária específicos.

Dos Artigos de Guerra do Conde de Lippe – formulados por Wilhelm Schaumburg-Lippe a pedido do Marquês de Pombal para as tropas portuguesas e adotados no Brasil no século 18 – até os dias de hoje, as modificações adotadas no direito militar brasilei-

ro trouxeram alterações de indiscutível valor.

Assim, por exemplo, enquanto os antigos auditores de guerra tinham a graduação honorífica de capitão, remunerados apenas do início ao término do processo e nomeados pelo Presidente da República por indicação dos ministros militares, hoje os juizes-auditores pertencem ao Poder Judiciário, com as garantias constitucionais da magistratura e são nomeados mediante concurso público. Os membros do Ministério Público e os advogados de ofício também tiveram seus dias de subordinação aos ministérios militares, sendo que estes últimos podiam ser substituídos na defesa dos réus por oficiais sem qualquer formação jurídica.

Quanto aos acusados perante os tribunais militares, as mudanças não foram menores. A investigação, a formação de culpa e o julgamento sofreram transformações profundas nos procedimentos, enquanto as penas aplicadas tiveram progressivo abrandamento, sendo incessantes os movimentos no sentido de interpretações mais humanizantes.

As mudanças foram muitas, realmente, mas a grande

maioria ainda desconhece até mesmo a estrutura e as atribuições de cada um dos participantes dessa ópera jurídica (com licença de Piero Calamandrei pelo uso da expressão). O desconhecimento é de tal ordem, e não apenas por parte do homem do povo, que recentemente um oficial cumprimentava uma promotora da Justiça Militar recém-concursada com um inusitado elogio: *Parabéns. Iniciando a carreira tão jovem certamente em breve será promovida a juíza-auditadora.*

Essa é a realidade da justiça militar. Tão desconhecida quanto criticada. E as tentativas visando a sua extinção continuam, de forma mais ou menos dissimulada, sem que se promovam estudos e debates sérios e apaixonados sobre o tema.

Os que lutam pela extinção se comportam como aquele eterno oposicionista: *Hay justicia militar, soy contra.* De sua parte, os que poderiam defender a existência da justiça militar silenciam diante dos argumentos oferecidos, por mais simplórios que sejam, e a sociedade, como sempre, fica ao sabor de mudanças que podem ser ou não aquelas que melhor atendam seus reais interesses.

Muitas têm sido as manifestações contrárias à justiça militar, inclusive sob o argumento de que a justiça deve ser igual para todos, sob pena de se criar uma justiça para os médicos, outra para os advogados, enfim, uma justiça especializada para cada categoria profissional. A falta de originalidade é total. Esmeraldino Bandeira, no início deste século, já levantava essa tese, sem no entanto deixar de reconhecer a necessidade da existência de uma justiça militar *pelo menos, enquanto se não reconstituir a humanidade, perdendo de todo o elemento animal, onde se produzem – a guerra individual, o crime; e o crime coletivo, a guerra.*

A questão, certamente, não está apenas em modificar a composição dos tribunais militares, ampliar ou reduzir sua competência, editar novos códigos ou mesmo extingui-los, incorporando ou não os tipos penais à legislação comum. Qualquer discussão séria a respeito do tema deverá necessariamente começar sobre a necessidade ou não de forças armadas, sua natureza jurídica e suas atribuições e, a partir daí, a autonomia do direito e da justiça militares.

À sociedade, enfim, compete dizer se quer ou não forças armadas e, em caso afirmativo, qual o papel a ser desempenhado, quais os critérios de recrutamento e os métodos de instrução a serem adotados para melhor desempenho, sem esquecer que a formação do soldado só se justifica se voltada para a prática de guerra, ou seja, o soldado é tanto melhor quanto maior for sua capacidade de obedecer ordens para matar ou morrer; apesar de chocante tal afirmativa.

E diante de tal quadro, não se deve perder de vista a sempre oportuna advertência de Clemenceau: *assim como há uma sociedade civil fundada sobre a liberdade, há uma sociedade militar fundada sobre a obediência e o juiz da liberdade não pode ser o da obediência.*

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 22.02.00, assinado por João Rodrigues Arruda, Promotor da Justiça Militar.)

ADEUS A MACAU

Numa solenidade que durou apenas alguns minutos, com o vento forte e frio a soprar do

lado da província de Zhuhai, a soberania da cidade do nome de Deus de Macau, que durante 450 anos foi exercida por Portugal, passou para a República da China.

Ouvimos o discurso do presidente Jorge Sampaio; depois, foi o arriar da bandeira das quinas pelos cadetes da guarda de honra; o presidente Jiang Zemin leu a sua mensagem; em alguns rostos era visível a emoção, enquanto os chineses, em estado de euforia, aplaudiam a volta do território à *mãe pátria*.

Nesse 19 de dezembro, precisamente à meia-noite, terminou a administração portuguesa em Macau. E, mal finda a cerimônia, os símbolos da antiga metrópole começaram a ser substituídos: as bandeiras que engalanavam as ruas da cidade foram retiradas; as esferas armilares e os escudos dos edifícios públicos deram lugar às estrelas da China e à flor de lótus, símbolo da nova Região Administrativa Especial de Macau; a inscrição do Leal Senado foi apagada; os táxis passaram a circular com a bandeira vermelha presa ao teto e em frente às ruínas da Igreja de São Paulo dançou-se e cantou-se até o amanhecer.

Ao meio-dia, um destacamento militar cruzou a Porta do Cerco e milhares de pessoas saíram para as ruas para ver os soldados chineses a acenar de dentro dos tanques e dos blindados, com ramos de flores, enquanto os pelotões da infantaria marchavam candelaciados pelas marchas marciais. E atrás da tropa vinha o cortejo das escolas e das entidades civis, com as coreografias orientais - e chamava-os a atenção, no meio do desfile, entre o carro da Associação das Mulheres de Macau e os movimentos ondulados do *dragão chinês*, coberta de seda branca, a imagem bonita da Senhora de Fátima.

Durante o dia inteiro as comemorações não pararam e à noite o espetáculo dos fogos, a iluminar em beleza o estuário do Rio das Pérolas e o Palácio da Praia Grande, foi o grande final de um acontecimento inesquecível na história de Macau. As autoridades portuguesas já estavam longe e as atenções da população concentravam-se no novo chefe do governo que, no seu discurso de posse, no Fórum de Macau, prometeu um futuro mais brilhante para o território.

Estava, assim, voltada a página, por sinal a derradeira, do ciclo do Império - e embora não tenha havido crispações idênticas às que se verificaram na transferência de Hong Kong entre os súditos de Sua Majestade e Pequim, nem nada que se parecesse com a descolonização, feita sem honra e sem glória dos territórios africanos ou com o abandono de Timor Leste, mesmo assim foi triste que o discurso do presidente chinês, na cerimônia do trespassse, não fizesse uma referência simpática, nem em relação ao passado nem em relação ao presente, ao que os portugueses fizeram e deixaram em Macau.

Na visão pragmática do governo chinês, o que importava salientar, naquele momento perante os jornalistas e as televisões de todo o mundo, não era a ajuda dada pelos portugueses, a pedido de seu país, no combate à pirataria do século 16 no Mar das Pérolas; ou ao impulso do comércio com o Japão, na mesma época; nem ao porto de abrigo que instalaram para acolher gentes de todas as partes do mundo; nem ao encontro de civilizações que promoveram para formar uma

identidade própria numa pequena nesga de terra do Império do Meio; nem tampouco os patrimônios culturais e as bases para o desenvolvimento econômico do território. Na verdade, para o presidente Jiang Zemin o que interessava era ressaltar que, vencidas as etapas de Hong Kong e de Macau, na estratégia de *um país, dois sistemas*, concebida pelo seu antecessor, agora só falta, para a reunificação da mãe-China, o regresso de Taiwan. E disse-o na tribuna do Centro Cultural de Macau para ser ouvido também em Taipé.

Chegar, às vezes, não é fácil; mas partir é largar um pedaço de nós. Em Macau, Portugal deixa mais do que as igrejas de São Domingos e de São Lourenço, mais do que a Fortaleza do Monte ou as Ruínas de São Paulo; mais do que a modernidade e as bases do progresso; mais do que a arquitetura do Palácio de Santa Sancha e a brasa viva do catolicismo no Oriente; mais do que as casas oitocentistas, de cor ocre e amarelas. Deixa, acima de tudo, um exemplo de tolerância e de convivência, de aceitação de diferenças e de troca de valores, de diálogo e de sín-

teses, de convergências e de partilhas. E deixa a dor da saudade.

Valeu a pena? Talvez sim, talvez não.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 30.12.99, assinado pelo escritor e empresário A. Gomes da Costa.)

A EVOLUÇÃO BIOMOLECULAR

O progresso da ciência na última década abre enorme e diversificado campo de conhecimentos, numa velocidade nunca vista na história da humanidade. Observamos avanços crescentes em computação, telecomunicações e biotecnologia. Laboratórios com equipamentos computadorizados vêm ajudando a desvendar os genes e seus produtos, no homem, nas plantas, nos insetos, nos parasitas, nas bactérias e nos vírus. Como disse James Watson, um dos descobridores da estrutura do DNA, o código genético, *pensávamos que o futuro estava nas estrelas (...), agora sabemos que o futuro está em nossos genes.*

Até 2001, 100 mil genes encontrados em 23 pares de cromossomos humanos serão conhecidos. Além disso, conheceremos os genes envolvidos em cada órgão do ser humano: o cérebro com 3.195 genes ativos, o coração com 1.195, os ovários com 504, os testículos com 1.232.

Paralelos ao Projeto Genoma Humano, são realizados programas para desvendar genomas dos grandes agentes causadores de doenças. Estão sendo seqüenciados os vírus da poliomielite, da raiva, do sarampo, da influenza A e do resfriado comum, e os parasitas da malária, da esquistossomose, da doença de Chagas e da leishmaniose. Já são conhecidos os genomas da levedura, que tem 30% de genes semelhantes aos genes humanos, e da bactéria *Escherichia coli*.

Os mapas dos genomas humanos e dos agentes patogênicos poderão revolucionar o tratamento de inúmeras doenças, alterando o curso da medicina hoje conhecida por nós. Virão novas terapias e curas de doenças debilitantes. Estarão à disposição dos médicos a terapia genética e vacinas de DNA para ví-

rus, bactérias e parasitas, além de moléculas *inteligentes*, planejadas para combater doenças que hoje não têm tratamento e para desenvolver métodos específicos de diagnóstico. Simulações de processos biológicos em computadores, realidade moleculares virtuais, imagens moleculares em três dimensões e a química combinatória facilitarão a compreensão e o tratamento das doenças que nos afetam.

Os genes produzem as proteínas, moléculas complexas, com formas tridimensionais, que agem sozinhas ou em grupos, regulando o nascimento, crescimento, metabolismo e a morte celular. De fato, o Projeto Genoma Humano e seus derivados são precursores de um futuro grande projeto internacional, um novo campo do conhecimento de mais difícil solução: a proteína genômica ou proteoma, para desvendar, a partir de cada proteína codificada pelo genoma humano ou de agentes patogênicos, os tipos de interações que as moléculas realizam. As doenças passaram a ser vistas como resultados das interações entre genomas e proteínas de or-

ganismos diferentes. Será uma tarefa enorme e exaustiva, pois somente o corpo humano tem cerca de 100 mil diferentes proteínas, podendo permitir cerca de 50 bilhões de combinações dessas moléculas. A revolução biomolecular nos trará o entendimento das interações entre genes, proteínas, células e órgãos, facilitando o desenvolvimento e o planejamento molecular de novos medicamentos e vacinas. Em breve, com um simples exame de uma gota de sangue se terá o DNA personalizado, específico da pessoa, que indicará se ela tem uma das 5.000 doenças genéticas descritas. Poder-se-á até prever se a pessoa poderá vir a desenvolver determinada doença degenerativa ou infecção. A revolução biomolecular é uma realidade inovadora que suscita importantes controvérsias. Estamos ou não preparados para viver esse mundo novo? Há os que defendem a ciência biomolecular por acreditar que ela trará enorme benefício para a sociedade. Outros, por questões políticas, sociais, éticas ou religiosas, vêem com desconfiança e muitas ressalvas o uso dessas novas tecnolo-

gias. Essa revolução nos forçará a analisar os nossos valores e reavaliar profundamente o propósito e o significado da ciência para a vida. Nesse contexto, para a Fiocruz, um órgão centenário do Ministério da Saúde, a revolução biomolecular é mais um dos desafios da ciência moderna. Nossa contribuição está em apoiar e incrementar o desenvolvimento científico nesse grande *filão* da biotecnologia, e estimular o debate em torno dos aspectos polêmicos gerados por esse conhecimento, os éticos, os socioeconômicos e os políticos.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 08.02.00, assinado pelo Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Eloi de Souza Garcia.)

AS CARTAS DE BURTON

Dentre os estrangeiros que visitaram os campos de batalha da Guerra do Paraguai, merece destaque Burton (1821-90), um inglês educado em Oxford, que passou a vida mergulhado em aventuras, boa parte delas retratada em seus próprios textos. Trata-

se, na verdade, de um personagem desconhecido para muitos pesquisadores daquele conflito platino, que perderam, assim, a oportunidade de ter em mãos um rico material no que diz respeito, notadamente, à guerra como atividade humana. Sir Richard Francis Burton, conforme admitiu seu biógrafo, Edward Rice, era um homem de boa aparência e muito instruído, pois falava cerca de trinta idiomas, além de alguns dialetos. Tinha sido colega de Karl Marx nas salas de leituras das principais instituições londrinas (Sir Richard Francis Burton: *o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe As mil e uma noites para o Ocidente*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991). A preciosa biblioteca do British Museum, por exemplo, hoje com novo endereço, era o ponto de encontro de muitos estudiosos da época em que a Rainha Vitória (1819-1901) governava um império onde o sol nunca se punha.

Edward Rice dedicou, na citada biografia, poucas páginas ao período em que Burton permaneceu no Bra-

sil, para onde se deslocou, em fins de 1865, com o objetivo de assumir o cargo de cônsul da Inglaterra em Santos (SP). Nessa cidade litorânea residiu cerca de três anos, realizando algumas viagens de exploração pelo interior do país, as quais deixaram sua saúde bastante abalada, mas colaboraram para amenizar a rotina da vida diplomática. No retorno de uma delas, o médico lhe recomendou um período de descanso em Buenos Aires. Encontrou, assim, um motivo para ver de perto o conflito, do qual tanto ouvira falar. Dirigiu-se para o Paraguai, passando pelo Uruguai e pela Argentina, sempre fazendo anotações. Esteve duas vezes visitando os exércitos da Tríplice Aliança, isto é, de 15 de agosto a 5 de setembro de 1868 e de 4 a 18 de abril de 1869. Rice, contudo, pouco escreveu sobre o assunto.

Uma importante publicação da BIBLIEX veio, recentemente, preencher essa lacuna. Refiro-me às *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, escritas por Sir Richard Burton. A Biblioteca do Exército, convém ressaltar, foi criada, de acordo com Humberto Peregrino

(*História da Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, s/l, s/d*) no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1880, passando a ocupar, no início do ano seguinte, o segundo pavimento da ala direita do antigo quartel do Campo da Aclamação. Em 1925, por decisão do então Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, ela deixou de existir, embora o número de consulentes fosse considerável. Somente em 1937 voltou a funcionar. O General Valentim Benício da Silva cuidou, então, de sua reestruturação. Surgiu, assim, a Biblioteca Militar, com duas áreas distintas: *Biblioteca propriamente dita e serviço de Publicações*. Nos anos recentes, a BIBLIEX sofreu amplo processo de modernização. Analisando os catálogos referentes aos anos de 1938-95 e 1938-98, noto, com clareza, que o setor editorial ganhou em quantidade e, sobretudo, em qualidade. Alguns colegas de profissão desconhecem, por puro preconceito, boa parte desse acervo, o que é lamentável.

Sir Richard Burton escreveu sobre a Guerra do Paraguai utilizando o esquema de cartas dirigidas a uma pessoa desconhecida,

cujo nome começava com "Z" tendo como pano de fundo a Guerra da Criméia, da qual participara como uma espécie de mercenário. Desde 1853, a Rússia e a Turquia estavam em campos opostos e, no ano seguinte, Inglaterra e França resolveram apoiar os turcos. Em fins de setembro de 1854, as forças aliadas atacaram, com êxito, a base naval russa de Sebastopol, dando início a sangrento conflito. Assim, ele viajou para os campos de batalha platinos tendo em mente o que ocorrera, durante dois anos, no Leste Europeu e no Delta do Danúbio. Permaneceu durante pouco tempo em companhia dos que combatiam as tropas de Solano Lopes, mas o bastante para entrar em contato com alguns oficiais e conhecer importantes posições fluviais, como, por exemplo, Humaitá, que comparou, justamente, a Sebastopol. Sua narrativa é a de um homem experiente na arte da guerra, bom observador e, acima de tudo, dotado de grande sensibilidade.

As cartas, em número de 27, contendo suas observações sobre todos os locais visitados, são precedidas de

um ensaio introdutório, no qual Burton tece considerações sobre a herança da colonização jesuíta no Paraguai, as peculiaridades da guerra, a personalidade de López e, sobretudo, a garra do soldado paraguaio, servindo, com abnegação e coragem, à causa de seu país. O diplomata não escondeu o fato de que lera, em primeira mão, o livro de outro súdito de Vitória, George Thompson, concluído em Londres, no mês de junho de 1869, e publicado sob o título *War in Paraguay*. Contudo explicou, no prefácio, que o Tenente-Coronel Thompson havia sido ajudante-de-ordem de López e, portanto, limitara-se a registrar o que testemunhara, enquanto ele, na condição de viajante, elaborara um diário *de estilo mais leve e, necessariamente, mais digressivo*. A observação me parece perfeita e pode servir de alerta para alguns pesquisadores que pouco valorizam a especificidade da documentação utilizada.

Muito já se escreveu sobre a Guerra do Paraguai. Raros, entretanto, foram os civis que se preocuparam com temas como os planos de operações e os

processos de combate. O livro escrito por Sir Richard Burton, de linguagem extremamente agradável, faz com que o leitor leigo em assuntos militares passe a se interessar por questões vinculadas à tática e à estratégia, mesmo sem nunca ter lido Júlio César, Vauban, Guibert ou Clausewitz. Aprende-se muito lendo essa obra, pois ela nos permite penetrar em território dominado pelo *deus dos exércitos*, onde proliferam as fortificações, as baterias, as trincheiras, os armamentos e, principalmente, os seres humanos.

As cartas de Burton são fontes históricas e como tais devem ser lidas, analisadas e interpretadas. De certa maneira, estão mais próximas da história cultural do que da história militar propriamente dita. Nesse sentido, tornou-se um desafio para os historiadores pouco habituados a lidar, de maneira original, com esse tipo de documentação, porém, conforme ensinou o Capitão do exército francês Marc Bloch (1886-1944), *O espetáculo da investigação, com os seus sucessos e os seus reveses, raramente enfastia*.

(Reprodução parcial de artigo publicado no *Correio do Estado*, Campo Grande, MS, edição de 03.02.00, assinado pela Professora Nanci Leonzo.)

REDE DA LIBERDADE

Levantamento da Universidade de Stanford confirma que a Internet nos Estados Unidos já está afetando o comportamento das pessoas. Mais da metade da população tem acesso à rede e 36% dos usuários passam pelo menos cinco horas por semana *on line*. A obsessão fez com que os americanos dediquem menos tempo aos amigos e à família, diminuam a frequência nos shoppings e estiquem o horário de trabalho pela noite adentro. No Brasil, o crescimento da Internet é vertiginoso, mas ainda não chega a provocar reações em massa. Mesmo assim, segundo a Telemar, logo após a novela das 20h30 constata-se aumento expressivo dos impulsos telefônicos até por volta de meia-noite. Os técnicos da Telemar não têm dúvida: são os notívagos da Internet se comunicando com o mundo.

Depois de interpretar os números da pesquisa, da

qual, é co-autor, o cientista político Norman Nie concluiu que *quanto maior o número de horas de uso da Internet, menos tempo as pessoas gastam com seres humanos reais*. A advertência é grave, pois, na opinião de Nie, a Internet está criando uma nova onda de isolamento social nos Estados Unidos, ameaçando com o espectro de um mundo atomizado sem contato humano ou emoção. A conclusão de Norman Nie provocou reação imediata dos entusiastas da rede. Para eles, o relacionamento humano não tem de necessariamente se efetuar face a face e as mensagens eletrônicas na verdade estão aproximando as pessoas.

O professor de Stanford, porém, não parece disposto a recuar em seu sombrio diagnóstico: *se chego em casa às 6h30 da tarde, passo toda a noite enviando 'e-mail' e acordo no dia seguinte, dificilmente terei tempo para falar com minha mulher, meus filhos ou meus amigos. A questão é óbvia: em que tipo de mundo iremos viver?* Norman Nie ainda não tem a resposta. Mas, quando se acompanha a ação dos *hackers* na Internet, é difícil discordar

de suas conclusões. Como qualificar os piratas cibernéticos? Não são eles o resultado da desumanização que o uso intensivo e solitário dos computadores pode provocar? O que justifica o ataque a *sites* comerciais ou de pesquisa, em atos de sabotagem que bloqueiam o acesso dos usuários em escala internacional? Nada, a não ser o desrespeito e afronta às regras de convivência social.

Os *hackers* lembram os *replicantes* do filme *Blade Runner*, de Ridley Scott: parecem humanos, dignos de afeto, mas não são. Trancados em seus quartos, com olhos só para o teclado e a tela do computador, sem contato com gente de carne e osso, tornam-se inimigos da Humanidade. E assim devem ser tratados, pois a pirataria deixou de ser brincadeira. Quando *sites* do porte do Yahoo e da Amazon ficam fora do ar uma manhã inteira, milhares de negócios não são fechados ao redor da Terra. Aos que pensam que esse é um problema distante da nossa realidade, vale destacar que, dentro de cinco anos, o Brasil deverá ter 10 milhões de consumidores via Internet. Se, no ano pas-

sado, o comércio eletrônico de brasileiros movimentou US\$ 121 milhões, deverá explodir para US\$ 4,2 bilhões em 2005, de acordo com especialistas. Este ano, o Brasil receberá US\$ 3 bilhões de investimento em áreas ligadas à Internet, o que significa a criação de 100 mil postos de trabalho.

Justifica-se, pois, que todos os países se mobilizem para coibir os atos de pirataria. Esta não pode e nem deve ser uma preocupação exclusiva do governo americano. A reunião que a administração Clinton realizou em 15 de fevereiro deste ano para discutir meios de enfrentar os *hackers* deve servir de exemplo para o governo Fernando Henrique, que já foi alvo de inúmeros ataques em *sites* de órgãos públicos. Após a reunião com 20 executivos, acadêmicos e funcionários da Agência de Segurança Nacional, o presidente Bill Clinton decidiu criar o Cyber-National Information Center, que terá a missão de desenvolver sistema de defesa antipirataria. A verba inicial será de US\$ 9 milhões. A CIA adiantou-se aos trabalhos da nova agência e anunciou que já possui um *software* capaz

de servir de escudo aos ataques. Em Washington, durante visita ao Senado para tratar do tema, a procuradora-geral da Justiça dos Estados Unidos, Janet Reno, solicitou penas mais severas para os infratores. Atualmente, os *hackers* estão sujeitos a penas de cinco a dez anos de prisão, mais multa de US\$ 250 mil.

Janet Reno afirmou no Capitólio que o combate ao crime cibernético é *uma das questões mais críticas que a lei já enfrentou*. Mas fez questão de ressaltar que o objetivo não é criar *uma sociedade de vigilância*, nos moldes do *Big Brother* previsto pela ficção de George Orwell. Janet Reno tem toda a razão. O fim da liberdade na Internet seria a vitória final dos *hackers*.

(Reprodução de Editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 01.02.00.)

CAPITAL E TRABALHO

O grande furo no coração do projeto da globalização tem sido a cada vez mais ampla liberdade do capital, enquanto o trabalho sofre contrações draconianas em

sua mobilidade. Caem os obstáculos às buscas de lucros e crescem as fortificações que impedem a passagem de pessoas atrás de vida melhor. O que floresce em torno disso? Na hora em que a União Européia se empenhava em colocar contra a parede o novo governo austríaco, pelo seu cheiro nazista, os ministros do Interior da Alemanha e da França discutiam a *harmonização* na Europa dos processos de expulsão de imigrantes.

Setenta e um países que estão entre os mais pobres do mundo, ex-colônias na África, no Caribe e no Pacífico, foram obrigados a aceitar novas e ainda mais duras regras de imigração em troca de um pacote de ajuda e comércio de 14 bilhões de dólares. Os signatários do lado miserável se comprometeram a pegar de volta todos aqueles que se instalarem em países europeus, de forma ilegal, a partir de seus territórios. O que é pior, mesmo que sejam de outras nacionalidades. Se o pobre coitado, um africano qualquer, tomar no Senegal o transporte clandestino, a responsabilidade de repatriamento é do governo senegalês.

Pela primeira vez a União Européia vinculou ajuda e comércio a bloqueios migratórios. *Somos contra todos que não são como nós*, disse Haider, o nazistão festivo e oportunista do Partido da Liberdade da Áustria, falando de *estrangeiros que roubam tudo dos verdadeiros austríacos, dinheiro, identidade, mulheres etc.* Fora a linguagem tacanha e de ódios, a hostilidade aos que *não são como nós* não estaria na essência do comportamento da própria UE? Autor de estudo sobre o populismo de direita do Partido da Liberdade, de Haider, Sebastiam Reinfeldt mostra como a base de apoio deslocou-se, dos anos 80 em diante, de *burgueses bem nascidos para a classe trabalhadora, gente laboriosa, diligente e respeitável.* Trabalhadores que desertaram do Partido Social-democrata, da vertente de supostos guardiães da melhor tradição das esquerdas da Europa. O buraco é bem mais embaixo, portanto. Pesquisa divulgada pelo semanário *Die Woche* constatou que um terço dos eleitores da Alemanha pensa de alguma maneira como Haider, tem graus iguais ou parecidos de xenofobia. Os totalmente de acordo são 14%, os que con-

cordam em *ampla medida* vão a 22%, e 9% consideram que falta um Haider na Alemanha. Trinta e dois por cento disseram com firmeza que votariam *num partido da Liberdade.* Os soldados alemães foram mais vítimas do que algozes, na Segunda Guerra, na opinião de 24%.

Já os suíços largam suas cômodas fantasias de neutralidade e decência, em meio a carnificinas, e assumem que fecharam as portas a judeus perseguidos pelo nazismo e até botaram o carimbo de *judeu* em documentos desses desesperados. Seus bancos, notórios depositários de roubalheiras no Terceiro Mundo, ajudaram a *lavar* pecados de Hitler e tentaram apropriar-se de contas de vítimas do Holocausto. Curiosamente há quem ache que *cobranças judaicas* embora legítimas, são em parte responsáveis pela erupção de urna ultradireita na Suíça. Nas últimas eleições o Schweizerische Volkspartei, o SPV, ou Partido Popular da Suíça, foi o mais votado.

Seu animador, o milionário Cristoph Bocher, teria saudado um livro que nega o Holocausto e mantém os *estrangeiros* na alça de mira. Na parte flamenga da Bélgica floresce o Vlaams Blok, em

defesa da *identidade branca* e da anistia a ex-nazistas (e com isso tira votos dos demais partidos). Todos procuram, pelo menos por enquanto, ficar dentro dos limites da política tradicional. *Não podemos proibi-los só porque pensam diferente*, disse um político belga. Mas há sinais de *transbordamentos.* Foi descoberto que neonazistas ocuparam uma aldeia abandonada no Sul da Espanha, para criar uma *comunidade nacionalista branca* e um centro de treinamento de *soldados voluntários.* Na Andaluzia tornou-se moda a caça a africanos, sobretudo marroquinos, enquanto o Estreito de Gibraltar, a Europa à vista da África é tinto de sangue pela repressão a imigrantes ilegais. A todos aqueles que *não são como nós.*

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 28.02.00, assinado pelo jornalista Newton Carlos.)

FAÇAM SUAS APOSTAS

O comportamento atual da economia norte-americana, líder global e sede das maiores transnacionais do planeta, é causa de grandes perple-

xidades tanto para a academia como para o cidadão comum. Poucos arriscam-se a entender como 15 ações de *empresas tecnológicas* valem hoje mais do que todo o mercado acionário de uma década atrás. Ou por que o esforço do presidente do Federal Reserve para esfriar a economia, com declarações acauteladoras e aumento das taxas de juros até agora deram em nada. Em vez de se meter em complexas discussões sobre as quais os grandes especialistas divergem, as famílias preferem continuar investindo na Bolsa à espera de novas altas, e vão gastando por conta de um ganho de patrimônio virtual, supondo que um dia - quando venderem suas ações - os preços estarão os mesmos ou até maiores.

Enquanto isso, a economia dos Estados Unidos continua a crescer forte, para alegria geral da maioria de seus cidadãos; dos que, apesar das barreiras, conseguem exportar para o mercado norte-americano; e de grande parte do mundo que teme um drástico impacto em seus países se a tal bolha explodir. Trata-se de uma espécie de cadeia da felicidade, em que o primei-

ro da fila sorri e os outros mantêm-se nela porque acham que poderia ser pior? Ou há fundamentos estruturais novos para essa maluquice de os EUA terem criado sozinhos 40% da riqueza adicionada mundial em 1999 ou de o índice Nasdaq - que reúne as empresas de tecnologia na Bolsa - ter crescido 50% apenas nos dois últimos meses da ano passado?

As opiniões divergem radicalmente, misturadas aos mais violentos jogos de interesses. Alan Greenspan, o poderoso xerife da política monetária norte-americana, embebido da velha doutrina da prudência e do caldo de galinha, tem alertado insistentemente que isso pode acabar mal e que este período será lembrado apenas como uma das muitas bolhas especulativas da história. Enquanto isso, os analistas se dividem entre os otimistas (*bull-market*), que acreditam no touro elevando com seus chifres os aplicadores, e os pessimistas (*bear-market*), certos de que os incautos serão derubados pelo urso. O certo é que pequenas altas de juros já não parecem ser mais suficientes para esfriar, como no passado, a econo-

mia. Além disso, como vencer alguém a comprar títulos de renda fixa a 6%, quando as ações têm conseguido persistentemente muito mais nos últimos anos? Até aqui, pois, o mundo está dividido entre os que apostam na explosão e os que acham que a nova economia tem outras premissas e novo motor. Os pessimistas olham as séries históricas, analisam os PLs e acham que bastará uma fagulha. Os otimistas têm a seu favor uma crença até agora estimulada por fatos: a tecnologia da informação teria revolucionado a lógica econômica mundial. As empresas de eletro e biotecnologia e a Internet seriam a base desse novo mundo que, se de um lado concentra renda, de outro gera muitos vencedores que acumulam uma riqueza inédita, incluindo neles - por enquanto - parte da classe média norte-americana. Quem poderia imaginar que a GM, a maior fabricante mundial de veículos, tem dois terços de seu valor atual de mercado, por conta de sua participação na Hughes Electronics, cujos balanços anuais anunciam prejuízos? Ou que a gigante GE deve grande parte de seus lucros aos se-

tores de alta tecnologia, *leasing* e administração de cartões eletrônicos? E que passou a ser regra de corporações fornecer serviços gratuitos como forma de ganhar mercado para produzir lucros futuros, como no caso das redes?

A grande aposta dos otimistas é que os lucros futuros, engordados pela revolução dos novos instrumentos de mercado eletrônico e pelos produtos de alta tecnologia, serão tão grandes que provocarão uma descontinuidade com os lucros passados. Ou, dito de outra forma, os analistas de Wall Street estariam equivocados ao calcular o valor presente dessas empresas pela projeção dos lucros futuros baseados no passado. Eles serão muito maiores e, portanto, justificarão um valor atual das suas ações igualmente muito maior, o que sancionaria com folga os preços atuais. Isso permite aos administradores de fundos, *private bankers* e especuladores em geral o seguinte raciocínio: as ações com preço alto normalmente são aquelas que ainda podem subir mais; se perdeu o *bull-market*, não fique tentando avaliar o mercado, mas mergulhe

nele; porque você ainda pode ganhar muito.

E assim, a cadeia da felicidade por enquanto continua; e todos, uns muito mais e outros muito menos, continuam alegres. No fundo o mundo sabe que se a Bolsa norte-americana despençar, os ricos ficarão temporariamente menos ricos, os médios ficarão mais pobres e os pobres - coitados - continuarão recebendo graves ondas de choque pelo globo afora. Aqueles que quiserem façam suas apostas.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 31.01.00, assinado pelo Professor e Escritor Gilberto Dupas.)

BRASIL NUNCA PERTENCEU AOS ÍNDIOS

Quem quiser se escandalizar, que se escandalize. Quero proclamar, do fundo da alma, que sinto muito orgulho de ser brasileira. Não posso aceitar a tese de que nada tenho a comemorar nestes 500 anos. Não agüento mais a impostura dessas suspeitíssimas ONGs estrangeiras, dessa ala atrasada da CNBB e dessas derrotadas lideran-

ças nacional-socialistas que estão fazendo surgir no Brasil um inédito sentimento de preconceito racial.

Para começo de conversa, o mundo, naquela manhã de abril de 1500, era completamente outro. Quando a poderosa esquadra do almirante português ancorou naquele imenso território, encontrou silvícolas em plena idade da pedra lascada. Nenhum deles tinha noção de nação ou país. Não existia o Brasil.

Os atuais compêndios de História do Brasil informam, sem muita base, que a população indígena andava por volta de 5 milhões. No correr dos anos seguintes, os documentos que foram conservados, foram identificados mais de 250 tribos diferentes. Falando mais de 190 línguas diferentes. Não eram dialetos de uma mesma língua. Eram idiomas próprios, que impediam as tribos de se entenderem entre si. Portanto, Cabral não conquistou um país. Cabral não invadiu uma nação. Cabral apenas descobriu um pedaço novo do planeta Terra e, em nome do rei, dele tomou posse.

O vocabulário dos atuais compêndios não usa a palavra tribo. Eles adotam

a denominação implantada por dezenas de ONGs, que se espalham pela Amazônia, sustentadas misteriosamente por países europeus. Só se fala em *nações indígenas*.

Existe uma intenção solerte e venenosa por trás disso. Segundo alguns integrantes dessas ONGs, ligados à ONU, essas nações deveriam ter assento nas assembleias mundiais, de forma independente. Dá para entender, não? É o olho na nossa Amazônia. Se o Brasil aceitar a idéia de que, dentro dele, existem outras nações, lá se foi a nossa unidade.

Nos debates da Constituinte de 88, eles bem que tentaram, de forma ardilosa, fazer a troca das palavras. Mas ninguém estava dormindo de touca e a Carta Magna ficou com a palavra tribo. Nação, só a brasileira.

De repente, os festejos dos 500 anos de Descobrimto viraram um pedido de desculpas aos índios. Viraram um ato de guerra. Viraram a invasão de um país. Viraram a conquista de uma nação. Viraram a perda de uma grande civilização.

De repente, somos todos levados a ficar constrangidos. Coitadinhos dos índios! Que maldade! Que absurdo, esse negócio de

sair pelos mares, descobrindo novas terras e novas gentes. Pela visão da CNBB, da CUT, do MST, dos nacional-socialistas e das ONGs européias, naquela tarde radiosa de abril teve início uma verdadeira catástrofe.

Um grupo de brancos teve a audácia de atravessar os mares e se instalar por aqui. Teve a audácia de acreditar que irradiava a fé cristã. Teve a audácia de querer ensinar a plantar e a colher. Teve a audácia de ensinar que não se deve fazer churrasco dos seus semelhantes. Teve a audácia de garantir a vida de aleijados e idosos. Teve a audácia de ensinar a cantar e a escrever.

Teve a audácia de pregar a paz e a bondade. Teve a audácia de evangelizar.

Mais tarde, vieram os negros. Depois,avas e avas de europeus e orientais. Graças a eles somos hoje uma nação grande, livre, alegre, aberta para o mundo, paraíso da mestiçagem. Ninguém, em nosso país, pode sofrer discriminação por motivo de raça ou credo.

Portanto, vamos parar com essa paranóia de discriminar em favor dos índios. Para o Brasil, o índio é tão brasileiro quanto o negro, o mulato, o branco e o ama-

relo. Nas nossas veias correm todos esses sangues. Não somos uma nação indígena. Somos a nação brasileira.

Não sinto qualquer obrigação de pedir desculpas aos índios, nas festas do Descobrimto. Muitos índios hoje andam de avião, usam óculos, são donos de sesmarias, possuem estações de rádio e TV e até cobram pedágio para estradas que passam em suas magníficas reservas. De bigode e celular na mão, eles negociam madeira no exterior. Esses índios são cidadãos brasileiros, nem melhores nem piores. Uns são pobres. Outros são ricos. Todos têm, como nós, os mesmos direitos e deveres. Se começarem a querer ter mais direitos do que deveres, isso tem que acabar. O Brasil é nosso. Não é dos índios. Nunca foi.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 21.04.00, assinado pela Secretária de Projetos Especiais do RJ, Professora Sandra Cavalcanti.)

A FICÇÃO DE NOSSOS AVÓS

Os 100 anos que separam o fim de 1900 do fim do ano 2000 são os mesmos que separam

o telégrafo em código Morse da Internet, a descoberta dos tipos sanguíneos da decifração do genoma humano, o navio a vapor do ônibus espacial, o universo cartesiano e a física de Isaac Newton da mecânica quântica. Nem os escritores da ficção científica da época vitoriana, como Júlio Verne e H.G. Wells conseguiram sonhar com o mundo em que vivemos.

Os transplantes de órgãos começaram na década de 1950, quando o cirurgião americano Joseph Murray fez o primeiro transplante de rim. Nos anos 60 Christian Barnard assombrou o mundo com os transplantes de coração. Dez anos depois nascia na Inglaterra Louise, o primeiro bebê de profeta da história, tornando realidade as fantasias do *Admirável Mundo Novo* de Huxley. E a fantasia continuou virando realidade até que a humanidade fitou, boquiaberta, a cara rosada da ovelha Dolly, o primeiro clone de um mamífero, em 1997.

O século 20 será lembrado como o século em que descobrimos o segredo da vida. Em 1953 os americanos James Watson e Francis Crick decifraram a estrutura

da molécula DNA, o ácido desoxiribonucleico onde se encontra gravada a estrutura genética dos seres vivos. Foi o primeiro passo para as biotecnologias de hoje. Enquanto os bioquímicos olhavam para o complexo interior das células, os físicos e os astrofísicos sondavam a estrutura do próprio Universo. O mundo certinho da Física de Isaac Newton onde tudo era previsível começou a desmoronar em 1910, com a Teoria Geral da Relatividade de Albert Einstein e com o trabalho de Max Planck, que descobriu que a energia luminosa atravessa o espaço em pacotes, os *quanta*. Foi a base para que Werner Heisenberg esboçasse a mecânica quântica, aí, por volta da década de 1920. O tempo deixava de ser um ritmo constante e tornava-se uma variável, que pode se alongar ou se encurtar, dependendo da velocidade em que você viaja. Estava criada, pelo menos em teoria, a base para as viagens no tempo com que H.G. Wells tinha sonhado no final do século passado.

Mas as conseqüências da física quântica seriam ainda mais assombrosas, fa-

zendo o próprio Einstein dizer: *Deus não joga dados!* Ao que os físicos quânticos responderam: *Não só joga, como esconde os resultados.* Surgia um mundo estranho onde a realidade não pode ser percebida em sua totalidade, porque o simples ato de observar alguma coisa altera suas condições. Um mundo de universos múltiplos onde um gato fechado dentro de uma caixa pode estar vivo e morto ao mesmo tempo e onde cada escolha pode gerar realidade diferentes, que coexistiriam em planos paralelos.

Em 1929, Edwin Hubble descobriu que as galáxias estavam se afastando uma das outras em grande velocidade. Se estavam se afastando, como fragmentos de uma bomba que explodiu, é porque o Universo tivera um começo explosivo, há muito, muito tempo atrás. Nascia a Teoria do Big Bang, que ganhou apoio em 1992, quando o satélite Cobe, da Nasa, mediu as flutuações na energia primordial que deu origem às galáxias, essas imensas nuvens de estrelas que povoam o espaço sideral.

Para o homem comum tudo isso é coisa de cientistas. Para ele o que importa é

a revolução tecnológica, as descobertas da ciência traduzidas em máquinas que nos transportam, nos ajudam no trabalho e nos carregam para lá e para cá. Coisas como o raio laser, criado em 1960, e que hoje é usado como bisturi ou para tocar música. Ou o transistor, que acabou com os enormes rádios de válvulas dos avós e nos deu o *walkman* e o telefone celular.

Os ingleses queriam um meio de decifrar as mensagens em código emitidas pelas máquinas Enigma alemães. Uma equipe, onde se destacava o matemático Alan Turing, bolou o Colossus, o primeiro computador eletrônico moderno. Os americanos correram atrás e construíram o Eniac, um trambolho que ocupava uma sala inteira e era movido a válvulas a vácuo. Com o Colossus os ingleses decifraram o código dos alemães e, depois da guerra, o computador foi parar nos escritórios. Há 45 anos um diretor da IBM chegou a dizer que haveria mercado para apenas alguns computadores no mundo. Os escritores de ficção científica sonhavam com cérebros eletrônicos enormes e malignos, tra-

mando a destruição da humanidade. Hoje nossos PCs estão mais próximos dos robosinhos amigos de *Guerra nas estrelas*. A tecnologia dos circuitos integrados, criada na década de 1950, miniaturizou tudo com os *lap-tops* podemos carregar nossos amigos robóticos para qualquer lugar.

E assim chegamos ao futuro, ao mítico ano 2000, que não é exatamente como as histórias em quadrinhos imaginavam. No lugar das cidades de torres altíssimas, o mundo da Internet pode nos levar a um futuro de pequenas comunidades rurais, com a maior parte da humanidade voltando a viver no campo. A Internet vai permitir que muitas pessoas trabalhem em casa e enviem o produto de seu trabalho para os escritórios. Vilas sossegadas, equipadas com recursos sofisticados de transmissão por fibra ótica e *link* de satélites já existem na Europa e nos Estados Unidos para abrigar as elites intelectuais.

O milênio que se inicia em 2001 promete ir além dos sonhos da ficção científica. Se a eletrônica mudou o mundo no século 20, a biotecnologia pode ser a

ciência do século 21. Quem aposta nisso é o físico americano Freeman Dyson. Com a engenharia genética poderemos criar robôs biológicos. Formas de vida sintética que substituiriam as máquinas eletrônicas de hoje. Em *Infinito em todas as direções* e *Mundos imaginados*, Dyson vê nossos descendentes singrando o cosmos a bordo de espaçonaves capazes de mudar de forma de acordo com o ambiente. Na visão de Dyson os próprios seres humanos modificariam geneticamente sua estrutura física para se adaptarem a uma vida eterna entre as estrelas, visando simbioses imortais, em estreita associação com suas naves vivas. Ficção científica? Como os clones e os bebês de proveta, que eram ficção científica no tempo dos nossos avós.

Fazer previsões sobre o futuro é sempre um negócio arriscado, mas de uma coisa podemos estar certos. O futuro será muito mais estranho e surpreendente do que podemos imaginar.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 02.01.00, assinado pelo jornalista Jorge Luiz Calife.)

MINISTÉRIO DA DEFESA, UMA TEORIA

Ao analisar a Emenda Constitucional nº 23/99, que criou o Ministério da Defesa, nos *Comentários à Constituição do Brasil*, em 15 volumes, que Celso Bastos e eu editamos pela Editora Saraiva, considereei um equívoco sua instituição por tratar-se de um cargo a ser ocupado por civis, não técnicos, com a função de dirigir pastas essencialmente técnicas.

A crise política que derubou o ministro Elcio Alvares, bom advogado e leal servidor do presidente Fernando Henrique Cardoso, sem consistência fática ou fundamento administrativo, assim como a pressão do Ministério Público que sofre o novo ministro Geraldo Quintão, também hábil advogado e que, a exemplo de seu antecessor, não é um técnico em assuntos militares, de certa forma confirma a desnecessária politização de uma área técnica, que está à disposição da nação para auxiliar o presidente.

O ministro da Defesa, de longe, é o que menos entende, na cúpula do ministério, dos assuntos pertinentes à pasta que deve

administrar. E é o mais vulnerável dos ministros, pois desprovido de conhecimentos específicos acerca das Três Armas, cujos comandantes chegaram a seus postos depois de árdua carreira, totalmente dedicada aos assuntos que lhes são pertinentes.

Tenho para mim que sua criação, entretanto, agradou a dois pólos opostos de pensamento político. De início agradou à esquerda, ainda traumatizada pelos acontecimentos da Revolução de 1964, que não percebeu que o perfil do militar brasileiro de 1999 é diferente daquele de 1964.

Antes acreditavam os membros das Forças Armadas que sua função era velar pela democracia e nela interferir, se desvios estivessem ocorrendo na sua condução. Daí, em face do caos provocado pelo governo Jango, a intervenção de 1964, cuja longa duração serviu também de dura lição para os dirigentes das Três Armas.

Hoje têm os militares perfeita noção de que a democracia é feita pelos civis e de que são eles que devem encontrar os caminhos corretivos dos problemas nacionais, cabendo-lhes a função de integrar a Pátria e

defendê-la contra as pretensões diretas e indiretas de outras nações.

Houve sensível mudança da doutrina de segurança nacional que a esquerda brasileira ainda não percebeu, razão pela qual lutou pela redução da importância dos militares, com a criação do Ministério da Defesa e a entrega de sua direção a civis. Tal quadro é do agrado dessa corrente política brasileira.

Agradou também aos americanos, que há muito demonstravam certo descontentamento com a posição nacionalista dos militares brasileiros na defesa do território e da soberania contra indevidas pressões dos países desenvolvidos, principalmente dos EUA.

Os americanos gostariam de intervir na soberania brasileira em dois pontos: no combate ao narcotráfico, pretendendo que essa luta fosse dirigida por eles, e não por nós, e no controle da Amazônia, a título de preservação ambiental, em face da pretensa incapacidade brasileira de preservar essa vastidão florestal por falta de recursos.

Nitidamente tais formas de intervenção teriam de ser negociadas, embora depois

de Kosovo e da destruição das *fábricas de armas químicas* do Sudão, que inexistiam, tudo seja possível para os políticos americanos, o que não seria fácil com os que têm como missão a proteção do território nacional.

A *Folha* publicou, no início do ano, entrevista com autoridade dos EUA encarregada de combate ao narcotráfico que criticou os dirigentes brasileiros por não deixarem invadir seu território como fizeram na Colômbia, declarando que isso poderia prejudicar possível colaboração econômica maior dos EUA para o Brasil.

Em 1991 participei de um seminário na Alemanha, com Roberto Campos e Francisco Rezek, em que o tema ambiental foi tratado como se a Amazônia não fosse brasileira, mas do mundo, o que exigiu duras intervenções dos três sobre o conceito de soberania e a impossibilidade de qualquer solução não negociada de apoio à preservação ambiental.

No momento em que o Brasil é mais dependente do controle externo, subordinado à dura política de recuperação monetária e controle do FMI, os temas parecem voltar à baila.

À evidência, a luta dos ministros militares de intransigente defesa da soberania e de rejeição à teoria americana de *direito de ingerência* torna-se mais frágil quando perdem o status de ministros para serem, apenas, comandantes subordinados a um Ministro da Defesa civil, de poucos conhecimentos sobre problemas militares.

Tenho para mim que a criação do Ministério da Defesa foi um equívoco que agradou à esquerda e aos EUA, pois atingiu o objetivo de ambos de enfraquecer a força dos militares brasileiros, cujo perfil atual é diferente daquele de 30 anos atrás.

(Reprodução de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 04.02.00, e assinado por Ives Gandra da Silva Martins, Professor emérito da Universidade Makenzie e da ECEME.)

O DESAFIO DAS ÁGUAS

Até o início dos anos 70, a maior parte dos rios dos Estados Unidos conduzia esgoto *in natura*. A situação começou a mudar a partir de 1972, com o Clean Water Act, a

lei da água limpa. Em pouco menos de 30 anos, o número de americanos beneficiados com tratamento de esgoto mais do que duplicou e a poluição industrial caiu drasticamente. O custo foi de 100 bilhões de dólares, pago em conjunto pelos setores público e privado.

Essa lei exige que cada cidade ou indústria tenha permissão para lançar carga poluidora em rio. A autoridade só concede permissão se o poluidor provar que usa a melhor tecnologia disponível para tratamento do esgoto de seu ramo de atividades. A regra é a mesma para um rio caudaloso, com grande capacidade de assimilação, e para um pequeno córrego. É uma lei atraente, porque adota os mesmos padrões de emissão de poluentes para todo o território americano. O custo é muito alto, porém, para um país como o Brasil.

Com menos recursos, o modelo adotado pela França, a partir de 1964, também conseguiu recuperar a qualidade dos rios. Além do controle da emissão de poluentes, os franceses criaram as agências de água, que funcionam como escritório técnico e financeiro,

e os comitês de bacia hidrográfica, uma espécie de parlamento das águas. Com a participação dos usuários de recursos hídricos e de representantes da sociedade civil no processo decisório, a recuperação dos rios deixou de ser uma guerra entre o poder público e os poluidores. Em lugar do conflito, a cooperação dos usuários resultou em metas pactuadas para melhorar a qualidade da água. Essas metas representam um meio termo entre o ambientalmente desejável e o socioeconomicamente possível. Não há a exigência de adoção da melhor tecnologia disponível; em contrapartida, o uso dos rios passou a ser cobrado. Essa cobrança induziu ao tratamento de esgotos e à redução do desperdício no consumo. Os recursos formam um fundo financeiro em cada bacia, gerenciado pela respectiva agência de água, e financiam ações de controle de poluição de interesse coletivo. Em apenas 15 anos, a França quintuplicou o número de estações de tratamento de esgotos.

Inspirado no exemplo francês, o Brasil criou, em 1997, sua legislação sobre recursos hídricos (Lei Nº 9.433/

97), que trata da qualidade das águas dos rios, bem como da quantidade, por ser esta uma questão-chave para o desenvolvimento da região semi-árida. Mais complexo, o modelo brasileiro adapta-se à federação, em que os rios tanto podem ser de domínio da União quanto dos estados. Por isso, a Constituição de 1988 previu a existência do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que foi detalhado na lei de 1997. Nos próximos anos, o Brasil terá dezenas de comitês de bacias, com suas respectivas agências de água, enquanto a França tem apenas seis.

Determinado a implantar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o governo federal propôs a criação da Agência Nacional de Águas, a ANA, entidade reguladora da utilização dos rios de domínio da União, já aprovada na Câmara, em 18 de janeiro. Ao contrário das agências de água, que serão entidades de direito privado para dar flexibilidade ao sistema, a ANA será entidade de direito público, uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, mas com autonomia administrativa e

financeira. Para garantir a descentralização, a ANA estabelecerá contratos de gestão com as agências de água e, mais importante, serão os comitês de bacia que decidirão quando e quanto cobrar pelo uso dos rios. Assim, tudo que puder ser resolvido localmente não será encaminhado ao governo federal.

A ANA contribuirá para a solução de dois graves problemas do país: as secas prolongadas, especialmente no Nordeste, cujo enfrentamento não depende apenas do aumento da oferta de água, mas também do gerenciamento da demanda, incluindo a adoção de regras de racionamento, e a poluição dos rios, quando a ação exigida tiver de ser pactuada no âmbito da bacia hidrográfica, abrangendo mais de um estado.

Os benefícios sociais da implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão ainda mais relevantes. Um exemplo concreto é o da crise de abastecimento de água em Campina Grande, na Paraíba. Há mais de um ano, o estoque de água do Açude Boqueirão já estava muito baixo; a seca terminou de esvaziar o reser-

vatório. Além de abastecer a população, o açude é usado para a irrigação. Cada hectare irrigado utiliza uma quantidade de água equivalente ao consumo de cerca de 400 pessoas, o que acelerou a queda do nível de água de Boqueirão e provocou um racionamento preventivo.

A população de Campina Grande foi obrigada a comprar água de carro-pipa, pagando mais de R\$ 2,00 por metro cúbico, enquanto a perda da renda do irrigante por efeito de racionamento é inferior a R\$ 0,20 por metro cúbico de água. Teria sido muito mais econômico para a população, se ela tivesse começado a pagar, muitos meses antes, um sobrepreço de R\$ 0,20 por metro cúbico, que serviria para formar um fundo financeiro. Esse fundo indenizaria os irrigantes, para que eles não plantassem, o que pouparia grandes quantidades de água. Pagando apenas R\$ 0,20 a mais por metro cúbico de água, os habitantes de Campina Grande teriam atrasado o racionamento e não gastariam por tanto tempo uma quantia 10 vezes maior pela água do carro-pipa. A falta de ação

preventiva também explica o racionamento no Recife, a perda de safra de arroz no Rio Grande do Sul e a interrupção no abastecimento de grandes cidades, como Campinas e Rio de Janeiro.

A solução dos problemas não se dará da noite para o dia. Em países avançados, o processo levou décadas. Estamos apenas dando o primeiro passo. Antes tarde do que nunca.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 01.02.00, assinado pelo Ministro do Meio Ambiente, Deputado José Sarney Filho.)

ADEUS AO "DECLINISMO"

Há uns meros 15 aos, não se encontraria muita gente, nos círculos supostamente entendidos no assunto, que apostasse num futuro brilhante para a economia americana. Surgiram profecias de *declinismo* ou *decadentismo* da superpotência. O século 21 seria o *século do Pacífico*.

Os europeus mal escondiam pontas de ironia, enquanto que o Japão e os Tigres Asiáticos estavam dando o tom, gerando a

impressão de que haviam encontrado a chave mágica do desenvolvimento tecnológico. É verdade que os já saudosistas do velho bloco soviético, muito escarmentados, não falavam mais no colapso iminente do capitalismo.

No final dos anos 70, os Estados Unidos haviam passado por uma crise econômica difícil, e a política contracionista do Federal Reserve, sob Volcker, provocara a pior recessão mundial desde os anos 30. Ela foi seguida de violenta explosão das taxas de juros, que precipitaram a inadimplência do México, em setembro de 1982, e toda a novela do endividamento internacional, na qual figuramos em 1987 como caloteiros.

Organizações, gerências, inovação e tecnologia, tudo isso parecia estar escorregando para patamares de desempenho cada vez mais medíocres.

Hoje, depois de uma espiral ascendente ininterrupta de quase 10 anos, no meio de uma prosperidade sem inflação, que sobrevive a superlativos déficits do balanço de pagamentos, a economia americana é objeto de espanto universal. A Europa avança devagar, agarrada ao

corrimão. Os japoneses continuam ainda tontos com um desastre que não compreendem. E os ex-Tigres Asiáticos estão mais para gatinhos desde que levaram um balde d'água na cabeça.

O que explica essa revolta? Claro que seria fácil falar nas vantagens da enorme escala e de sua economia extremamente livre e competitiva, apoiada sobre uma gigantesca base de recursos naturais e uma formidável acumulação de capital humano, com décadas de políticas de desenvolvimento tecnológico partilhada entre o governo e o setor privado. São fatos observáveis. Mas não bastam para se entender o fenômeno americano.

De qualquer forma, não favoreço fórmulas reducionistas para explicar nosso complicadíssimo planeta.

Há outros fatores mais profundos, conquanto menos aparentes. O segredo parece estar na natureza da sociedade americana. Um especialista em história econômica, G. Wright, da Universidade Stanford, estudando perto de dois séculos de desenvolvimento tecnológico americano, concluiu que foi um fenômeno de *rede*: todo o país funcionou

junto, de maneira estruturada, acumulando e aplicando conhecimentos, racionalizando sistemas, sistematizando a pesquisa, de modo que, mesmo sem vontade expressa, todos, de certa maneira, cooperaram uns com os outros, desenvolvendo redes e canais tecnológicos e espontaneamente coordenando seus esforços. Em outras palavras, os Estados Unidos funcionaram como se fossem uma economia planejada, dentro, porém, de inigualada liberdade de iniciativa individual. Inovaram nas maneiras de fazer as coisas. Inventaram, por exemplo, a Internet e a engenharia genética. Não requestraram tradições. Procuraram, sem barreiras de idéias preconcebidas, o que dava mais resultado. E não houve confisco de ganhos. Quem ganhou levou. Foi o país que primeiro efetuou o casamento do capitalismo com a democracia. Nos Estados Unidos, a única ideologia é a avaliação de resultados. Na União Soviética, a ideologia era distributivista, com descaso por incentivos à produção. No Japão, a cultura da tradição acabou tornando o capitalismo excessivamente hierarquizado e rígido.

Mas que molas moviam os americanos? Isso me lembra a história de um rapaz de 25 anos. História antiga, de 1831, quando o jovem e culto aristocrata francês Alexis de Tocqueville, com o propósito curioso de estudar o regime penal, desembarcou na jovem República, que havia desafiado o poderoso Império Britânico. Ficou entusiasmado com o que viu e escreveu um dos livros mais notáveis de análise política já escritos, até hoje atual, o *Democracia na América*. Muitos visitantes europeus foram atraídos pela novidade do experimento social e político completamente novo, que contrastava com as tradicionais noções monárquicas e aristocráticas que voltavam a dominar o Velho Mundo depois da violenta tempestade da Revolução Francesa e das quase duas décadas ditatoriais de Napoleão.

O mais notável em Tocqueville era sua percepção crítica. Notou como os americanos eram espontaneamente igualitários (embora não com os nativos, que via fadados à extinção, e os negros, em cuja situação antevia o potencial de uma enorme tragédia). Mas

uma sociedade sem restrições de status, que eram a condição natural na Europa. Tocqueville, que tinha frescos na memória os traumáticos efeitos da Revolução Francesa, não fechava os olhos para os vícios que podiam ser introduzidos num regime democrático, levando à tirania da maioria. E reconhecia que um excessivo individualismo, concentrado na procura do enriquecimento, podia resultar no negligenciamento do bem-estar da sociedade.

As virtudes cruciais dos Estados Unidos, achava Tocqueville, eram seu estável sistema institucional de leis e justiça, com grande respeito pela lei, e *os hábitos do coração* do povo: o gosto pela liberdade, um igualitarismo espontâneo espalhado por todos os níveis da sociedade, as virtudes privadas, o associativismo, a importância das comunidades locais, o interesse pelas causas públicas, a consideração pelas mulheres.

Não creio que o êxito da economia americana possa reduzir-se à preferência pelo capitalismo. Talvez seja apenas um reflexo do espírito de liberdade de um povo que não se sente vassalo, nem pedinte de governos,

e confia na sua capacidade de dar a volta por cima. Infelizmente, é algo que nós, todos os dias assaltados em nossa liberdade por uma proliferação bestial de leis, decretos, MPs, portarias e decisões de burocratas todo-poderosos, temos de aprender urgentemente.

(Reprodução de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 06.02.00, assinado pelo economista, diplomata e acadêmico Roberto Campos.)

O DESDESCOBRIMENTO

Um estranho espetáculo de circo dos 500 anos do Descobrimento foi protagonizado por índios e por uns tantos autoproclamados intérpretes e defensores dos índios.

Enquanto manifestações de protesto contra as comemorações dos 500 anos, elas não passaram de *bobagens* por vezes incômodas por suas perturbações localizadas, embora inócuas, para o bem e para o mal. Mas resta a hipótese de que a festiva condenação sensacionalista foi instrumento de tumulto sociopolítico, inspirado e conduzido menos pelos índios e mais por aqueles in-

térpretes e defensores, nacionais e estrangeiros, que jamais abririam mão de quaisquer confortos proporcionados pelas revoluções científica e industrial dos últimos 500 anos que, a levá-los a sério, não devem ser estendidos aos índios, cuja vida seria melhor sem eles.

O festival de manifestações dos índios pouco tem a ver com a realidade objetiva da história e com a subjetiva, atual, dos índios. Não passa pela cabeça de ninguém mentalmente sadio, e muito menos pela cabeça dos *tatata...ranetos* dos índios que aqui viviam em 1500, uma marcha a ré histórica tão absurda quanto impossível, que levasse a algo próximo dos hábitos e valores culturais de então. Ou será que uma incrível memória genética realmente ainda os mantém seduzidos pelo século 15? O mais provável é que o saudosismo é uma farsa cultivada à margem da realidade histórica e antropológica, haja vista a entusiasta adesão aos bons e maus costumes do mundo não-índio, quanto livres da patrulha dos intérpretes de suas vontades.

É evidente que a história está cheia de erros, entre eles as pesadas penali-

zações impostas aos povos nativos das áreas colonizadas pelo expansionismo europeu. Infelizmente isso não tem correção retroativa, como tampouco têm, por exemplo, a Inquisição e o holocausto nazista, que aconteceram na *civilizada* Europa. Mas é grande a distância racional, livre do destempero ideológico, entre o reconhecimento dos erros do passado e a condenação das comemorações dos 500 anos - que, diga-se de passagem, não estiveram imunes à *chatice*, haja vista as vulgaridades supostamente enaltecidas do Brasil, expressas diariamente em *flashes* de poucos segundos de TV, felizmente encerradas com a chegada do 22 de abril.

Francamente, por que estariam os índios do ano 2000 contrariados com o Descobrimento de 1500? Os que têm se manifestado de conformidade com o *script* contestador, portando arco e flecha e usando *jeans*, bermudas e relógio de pulso, trazidos às capitais por ônibus (quem paga a logística da contestação, dinheiro nacional ou estrangeiro, de fonte religiosa ou secular?), dominam bem todos os ângulos e supostos

significados e pretensões de suas manifestações?

Sejamos sinceros e realistas, sem concessões à síndrome do *politicamente correto*: por mais que a evolução histórica justifique reparos, seu saldo é positivo. É válido perguntar, portanto: com os cuidados que preservem os valores culturais passíveis de convivência tranqüila com os gerais (ninguém medianamente sensato pensa em pôr fim às manifestações religiosas da cultura negra, por exemplo), os índios atuais, tão brasileiros como os brancos e negros brasileiros, não seriam mais bem atendidos pela absorção, com o usufruto socialmente justo do saldo positivo do progresso, sem *apartheid* racial?

Tudo sugere que sob as perspectivas tanto objetiva (o saldo positivo da história) como subjetiva (o interesse dos próprios índios) não existe justificativa racional para a condenação (o quanto por convicção, o quanto por indução inspirada por quais interesses?) de 500 anos do nosso passado de erros e acertos, que produziram o que somos e temos e que os índios *não envenenados* provavelmente

te querem ser e ter. No fundo e voltando à hipótese mencionada no início, é lícito supor que o festival contestatório não é espontâneo, é menos do interesse dos índios e mais da *vanguarda* nacional e estrangeira que, de barriga cheia e vida ganha, pretende tumultuar, usando os índios. Interessa aos que se afirmam paladinos da causa indígena, como interpretada por eles, mas acabam contribuindo para perpetuar o estado de marginalidade, de exclusão e indigência rural em que a maioria dos brasileiros de etnia índia se encontra.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 27.04.00, assinado pelo Almirante-de-Esquadra Mário Cesar Flores.)

ZONA FRANCA DA VIOLÊNCIA

Se a violência criminoso - e anticriminoso - é uma guerra social, qual será o seu motivo? De fato, a taxa de criminalidade anda mal em toda parte, mas no Brasil parece haver ultrapassado os limites toleráveis. O crime, no nos-

so país, deixou de ser apenas uma natural percentagem de cidadãos praticando ilegalidades, fruto do que Konrad Lorenz chamou de *a espontaneidade da agressão*, para se transformar numa perigosa rotina planejada e diária. Na pesquisa *Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência*, realizada, no fim do ano passado, pelo núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, alguns dados são estarrecedores: o Brasil tem uma das mais altas taxas de homicídios no mundo. Na América Latina, só a Colômbia e o Peru nos batem. Temos o dobro da criminalidade nacional dos Estados Unidos, um dos mais violentos do G7. Lá são 11 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes. No Japão, 1/100 mil; na Inglaterra, 2/100 mil; na França, 4/100 mil. No Brasil, 25/100 mil. Em determinadas áreas urbanas brasileiras, chegamos a 90 homicídios para cada 100 mil habitantes. Segmentando a pesquisa por faixa etária - de 19 a 25 anos, por exemplo - temos taxas absurdas de 200 por mil, em certas regiões do Rio e de São Paulo. Das 100 cidades mais violentas,

74 estão entre três estados: Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Este último, apesar das promessas de campanha do governador Garotinho, continua a ser uma das zonas francas abertas à violência.

Outro estudo sobre a *Mortalidade no Rio de Janeiro e seus efeitos na redução da sobrevivência masculina*, tese de mestrado do economista André Geraldo de Moraes, recentemente apresentada na Universidade Federal Fluminense, revela que as mortes violentas roubam 2,71 anos do homem brasileiro. O estado onde os efeitos da violência são os mais devastadores, nas duas últimas décadas, é o Rio de Janeiro, chegando o fluminense a perder 3,84 anos de sua vida. É como se as forças do crime houvessem de repente descoberto que as forças da prevenção e da repressão de tal forma são inoperantes que as primeiras podem fazer o que lhes der na cabeça. Em consequência, a população perdeu a noção do que é risco real ou potencial e já se percebe claramente, no dia-a-dia das pessoas, um sentimento de fobia social, de pânico e de medo. O cidadão cauci-

ona a idéia de que só a força resolve conflitos, valoriza sua utilização e, por isso, se arma para se defender.

Só quando nos convençamos de que estamos vivendo um período de guerra social aceitaremos um estado de calamidade para, então, adotarmos medidas capazes de enfrentar tal situação caótica. Os caminhos para se vencer a violência têm de ser tentados: uma política desenvolvimentista de geração de empregos, com a possibilidade de ascensão para todos; uma boa educação, inclusive para podermos dispor de eficiente polícia, do tamanho que a criminalidade está a exigir; a proibição de formas escandalosas de enriquecimento financeiro, que prejudicam e desestimulam o trabalhador honesto; o combate à perversa estrutura de classes que conduz à desigualdade e à desordem social; o enfrentamento e a punição dos que hoje manipulam o poderoso mercado de drogas, disfarçados ou protegidos por esquemas políticos e econômicos; a reformulação do sistema de justiça criminal que, no Brasil, não funciona e está desmoralizado.

É tempo ainda de procurar elementos que esclareçam e ajudem a solucionar problemas da violência que nos toca de perto e nos aflige, como os do menor abandonado e do jovem que, na faixa dos 15 aos 19 anos, apresenta a maior evolução no número de homicídios entre os homens, no nosso estado.

Há que se combater os que ultrajam a Justiça e se interpõem no caminho da paz. Até porque temos de estar comprometidos com

a vida, com a organização social e com a lei básica do ser humano – a da sobrevivência. É fato também que a crise de valores, característica das sociedades massificadas, leva ao não reconhecimento do outro, transformando-o num objeto descartável, reflexo de uma época em que o ter é mais importante que o ser.

Verdadeiramente, a sincronização da vida humana às exigências do sistema de mercado, dominante nas

sociedades contemporâneas, é fator crônico de uma patologia muito bem identificada, com alta incidência de violência, vício de drogas, estresse, ansiedade etc. Isso se agrava na sociedade brasileira que não se organizou com justiça de modo a atender e satisfazer às necessidades básicas de seus concidadãos.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 09.02.00, assinado pelo Professor Carlos Alberto Rabaça).

*"A justiça atrasada não é justiça,
senão injustiça qualificada e manifesta."*

Rui Barbosa

*"Cada um pensa em mudar a humanidade,
mas ninguém pensa em mudar-se a si mesmo."*

Tolstoi

*"Ainda não se levantaram as barreiras
que digam ao gênio: Daqui não passarás."*

Beethoven



A Carta de Pero Vaz de Caminha¹

*Atualização e notas de
Henrique Campos Simões**

Senhor,
Posto que o capitão-mor dessa Vossa frota, assim como os outros capitães, escreva a Vossa Alteza² a notícia do achamento³ dessa Vossa terra nova que agora nesta navegação se achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alte-

za, assim como eu melhor puder, ainda que - para o bem contar e falar - o saiba fazer pior que todos.

Entretanto, tome Vossa Alteza minha ignorância⁴ por boa vontade, a qual bem certo creia que, para a formosear nem afeiar, aqui não se há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinhagem⁵ e das singraduras⁶ do caminho não darei aqui conta a Vossa Majestade - porque não saberei fazer e os pilotos devem ter este cuidado - e, portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo. Que a partida de Belém foi como Vossa Alteza sabe, segunda-feira, 9 de março. E

* Professor Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz. Autor do livro *As Cartas do Brasil* (1999), de onde foi reproduzido, devidamente por ele autorizados o presente texto, e de *O Achamento do Brasil* (em quadrinhos) em parceria com o desenhista Reinaldo Gonzaga. Editora UESC - Editus, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. Tels.: (0XX73) 680-5028/5170/5173.

¹ Eram grandes folhas de papel, dobradas em quatro páginas, sendo a última subscrita à missiva.

² A carta é datada de "hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500", mas não se acredita que ela tivesse sido escrita num só dia. Afinal, eram 14 páginas, "infólio", de trinta e tantas linhas cada uma. Na diferença da letra, página a página, e do contexto, nota-se que foi traçada em dias consecutivos, dias ou noites, de 24 ou 26 de abril em diante, como se fora um diário.

³ Acha-se uma coisa que se perde. Descobre-se o que era desconhecido. São definições corretas no nosso século. Acontece que, nos séculos XV e XVI, os substantivos "achamento" e "descobrimento" eram usados como sinônimos e no sentido de "achar" ou "descobrir" o que se supõe mas não se conhece. Usou-se o conceito dual moderno como material polêmico na discussão da intencionalidade ou não do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Somente a publicação das pesquisas filológicas de Jaime Cortesão nos documentos, portulanos, cartas e relatos de viagens, desde os primórdios das viagens marítimas portuguesas, consumou o conceito sinonímico dos dois termos. E partiu-se para descobrir (achar) os verdadeiros motivos por que Cabral tomou a "derrota" do Oeste mar adentro, até que, entre uma revoadada de "furabuchos", avistou um monte e um porto seguro nas terras de Santa Cruz.

⁴ Devemos tomar a confissão de ignorância de Caminha, principalmente quando fala de algas, aves, peixes, marinhagens e singraduras, conforme veremos no transcorrer do texto.

⁵ Arte de navegar, faina de bordo, maréação, conjunto de marinheiros.

⁶ Navegação diária (de 24 horas) realizada por navio a vela e geralmente contada a partir do meio-dia e em dois dias seguidos.

sábado, 14 do dito mês, entre as 8 e 9 horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da grande Canária. E ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, cerca de três ou quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas pouco mais ou menos, houve vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da Ilha de São Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar,⁷ piloto.

Na noite seguinte, à segunda-feira, quando amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte ou contrário para isso poder acontecer.⁸

Fez o capitão suas diligências para o achar, em umas e outras partes, mas ele não apareceu mais.⁹

E assim seguimos nosso caminho por este mar de longo,¹⁰ até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa,¹¹ que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, sendo da dita ilha distante, segundo os pilotos diziam, obra de 660 a 670 léguas, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho¹² e assim outros a que também chamam de rabo-de-asno.¹³ E na quarta-feira seguinte, pela manhã (22 de abril de 1500), topamos aves a que chamam fura-buchos,¹⁴ e, neste mesmo dia, a horas de véspera,¹⁵ houve vista de terra. A saber, primeiramente, de um grande monte, muito alto e redondo e de outras serras mais baixas ao Sul dele e de

terra chã, com grandes arvo-redos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de Monte Pascoal e, à terra, Terra de Vera Cruz.

Mandou lançar o prumo e acharam 25 braças¹⁶ e, ao sol-posto, a cerca de seis léguas da terra, lançamos âncora em 19 braças - ancoragem limpa. Ali ficamos ancorados¹⁷ toda aquela



⁷ Escolar e não Escobar (segundo Teixeira Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Documento 11, p. 221), ex-piloto da nau *Berrio*, de Nicolau Coelho, na expedição da Índia e, por isso, escolhido para pilotar a nau de Cabral.

⁸ Autores como Barros (Década I), Gois (*Chronica de D. Manuel I*, cap. 53) e Figueiredo Falcão (*Livro da Fazenda*) afirmam que quem voltou (desgarrado) prematuramente para Lisboa fora Luiz Pires. E Vasco de Ataíde teria soçobrado na grande tormenta no Cabo, em 24 de maio, juntamente com Aires da Silva, Simão de Pina e Bartolomeu Dias.

⁹ Cabral deve ter passado pelo menos dois dias em baldadas procuras, o que não interessava ao escrivão, desentendido que era de coisas do mar, embora seja importante o novo rumo tomado: Oeste, em vez da rota do Sul.

¹⁰ "De longo" é um movimento progressivo para um ponto determinado, a ocidente, como deveria estar previsto no regimento, pelo Oceano Atlântico. Na linguagem dos indiáticos, era o rumo Leste-Oeste ligado ao de longitude.

¹¹ Oito dias depois da festa da Páscoa, que termina no chamado Domingo de Pascoela.

¹² Espécie de alga marinha, também chamada de "sargaço".

¹³ Supõe-se ser uma planta que se desgarra das terras baixas, à beira-mar. Medicinal, era usada para bloquear a hemorragia nasal.

¹⁴ Aves aquáticas da família dos Procellariídeos, gênero Pufino, conhecidas também no tempo dos descobrimentos, como "chiretas", "estapagados" e "andorinhão-das-tempestades", típicas do mar dos Açores.

¹⁵ Hora canônica em que se rezava a oração da tarde, entre as 15 horas e o pôr-do-sol.

¹⁶ Prumo: peça náutica destinada a dar a conhecer a profundidade e a natureza do fundo da água. Braça: medida equivalente a 2,20 metros.

¹⁷ Jouemos, do verbo jazer (iacere) - deitar-se, estar deitado, repousar, pelo seu uso, na época, justifica a tradução de paramos, ficamos ancorados, estacionamos.

noite. E à quinta-feira (23 de abril, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos à terra, os navios pequenos adiante indo por 17, 16, 15, 14, 13, 12, 10 e 9 braças até meia légua da terra, onde todos lançamos âncora em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos e dali avistamos homens que andavam pela praia, cerca de sete ou oito, segundo os navios pequenos disseram, por chegarem primeiro.

Ali lançamos fora os batéis e esquifes.¹⁸ E vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão-mor e ali conversaram. E o capitão mandou no batel em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E, assim que ele começou a ir para lá, acudiram pela praia homens, aos dois ou aos três, de maneira que, quando o batel chegou à

boca do rio, já havia ali 18 ou 20 homens.

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas,¹⁹ traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos em direção ao batel e Nicolau Coelho fez sinal para que pousassem os arcos, e eles pousaram. Ali não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente lhes deu um barrete²⁰ e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro²¹ preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas de aves, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio, e outro lhe deu um ramal²² grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de algaveira,²³ as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se

volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais falas por causa do mar.

A noite seguinte ventou tanto sueste com aguaceiros que fez caçar²⁴ as naus e especialmente a capitânia. E sexta pela manhã (24 de abril), às oito horas pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o capitão levantar âncoras e fazer vela. E fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados pela popa, em direção ao Norte, para ver se achávamos alguma abrigada²⁵ e bom pouso onde ficássemos para tomar água e lenha. Não por nos já minguar, mas por nos acertarmos²⁶ aqui. E, quando fizemos vela, seriam já na praia, assentados perto do rio, cerca de 60 ou 70 homens que se juntaram ali pouco a pouco. Fomos de longo, e mandou o capitão aos navios pequenos que fossem

¹⁸ Embarcações miúdas usadas nas naus e galeões em caso de naufrágio ou como transporte entre as naus e para a terra.

¹⁹ De emprego habitual nos séculos XV e XVI para denominar as partes pudentes.

²⁰ Gorro ou carapuça feito de tecido mole e flexível. É idêntico aos que se vêem nos painéis de Nuno Gonçalves (pintor do Rei Afonso V - Painel do Infante - Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa).

²¹ Antigo chapéu de abas lançados.

²² Colar; enfiada de fios trançados.

²³ Supõe Cortesão (op. cit.) serem moluscos dos mares tropicais que, na Europa, se encontravam em colares. Talvez Caminha confundisse com outra palavra de origem árabe, algofar, que significa pérola verdadeira, miúda e irregular ou com sementes de um tipo de planta chamada algaveira ou algofareira. Avelórios, miçangas.

²⁴ Sair, serem arrastadas as naus dos seus rumos ou ancoragem por ação do vento, maré ou qualquer outra intempérie do mar.

²⁵ Local de mar calmo, sítio abrigado das intempéries.

²⁶ Prevenirmos, orientarmos.

mais chegados à terra e que achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E velejando nós pela costa, cerca de 10 léguas donde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife²⁷ com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram.²⁸ E as naus arribaram sobre eles e, um pouco antes do sol posto, amainaram cerca de uma légua do recife e ancoraram em 11 braças.

E, estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro. E tomou em uma almadia²⁹ dois daqueles homens da terra - mancebos

e de bons corpos - e um deles trazia um arco e seis ou sete setas.

E na praia andavam muitos com seus arcos e flechas, mas não os aproveitaram.³⁰ Trouxe-os logo, já de noite, ao capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus sem nenhuma cobertura.³¹ Não fazem caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas. E o fazem com tanta inocência como mostram o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos por eles osso brancos³² verdadeiros do comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um

furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feito como roque-de-xadrez.³³ E de tal maneira o trazem ali encaixado que não magoa nem lhes estorva a fala, nem comer, nem beber.

Os seus cabelos são corredios³⁴ e andavam tosquiados, de tosquia alta mais do que sobrepenete, de boa grandura e rapados até para cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa,³⁵ de fonte a fonte, para detrás, numa maneira de cabeleira de penas de ave amarela que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena por pena, com uma confeição branda como cera,³⁶ mas não era cera,

²⁷ Grupo de rochedos no mar, ao qual diversos autores dizem corresponder ao atual topônimo Coroa Vermelha.

²⁸ Recolheram as velas e pararam os barcos.

²⁹ Embarcação comprida e estreita usada pelos indígenas da África e da Ásia; canoa rasa; jangada.

³⁰ Demonstra que eles (os índios) não fizeram uso dos arcos e das setas para agredir, revidando o ato de prepotência dos portugueses (embora Caminha não empregasse cativo e sim hóspede). Transformou-se em ato de diplomacia o fato de terem feito retornar os dois hóspedes para a terra.

³¹ Era pensamento do clero, pela impressão que deu à perfeição física dos indígenas aos primeiros contatos, que julgaram a sua nudez como inocência, bons como Deus nos criara. Esperavam apenas a palavra de Deus, pelos catequistas, para tornaram-se bons cristãos.

³² Adorno que ainda usam os botocudos no Brasil. Na época, já se conhecia o costume por outras populações como dos macondes de Moçambique e de Tanganhica; só que eles os introduziam no lábio superior.

³³ Nome dado às quatro torres do jogo de xadrez.

³⁴ Tipo de cabelo liso, não encrespado e que se solta, se move facilmente.

³⁵ Cabelos caindo parte sobre a testa e parte sobre o resto do crânio rapado. Uma maneira de os indígenas usarem os cabelos.

³⁶ Resina de pistácia lentisco ou a brasileira almácea que, aplicada à cabeleira de penas muito basta e úmida, podia facilmente ficar levantada ou separada do cabelo sem lavagem.

de maneira que andava a cabeleira mui redonda e mui basta e mui igual e não fazia minguá, mas lavagem para a levantar.

O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, e uma alcatifa aos pés por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço. E Sancho de Tovar e Simão de Miranda e Nicolau Coelho e Aires Correia e nós outros que aqui na nau com ele íamos, assentados no chão, nessa alcatifa.

Acenderam tochas e eles entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia, nem de falar ao capitão nem a ninguém. Porém, um deles pôs olho no colar do capitão, a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que havia em terra ouro³⁷. E também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal como que havia lá também prata.

Mostraram-lhes um pagaio pardo que o capitão

traz consigo. Tomaram-no logo nas mãos e acenaram para a terra como que dizendo haver deles ali.

Mostraram-lhes um carneiro e não fizeram caso dele.

Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela e não lhe queriam pôr a mão, depois a tomaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e pescado cozido, confeitos, fartéis,³⁸ mel e figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e, se provavam alguma coisa, logo lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram à boca só de passagem, não gostaram nada dele, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água numa albarrada;³⁹ provaram cada um, por bochecho e não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram fora.

Viu um deles umas contas de rosário brancas; acenou que lhes dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e enrolou-as no bra-

ço e acenou para a terra e de novo para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas deu. E então estiraram-se de costas na alcatifa a dormir, sem ter nenhuma maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas,⁴⁰ e as cabeleiras deles estavam bem rapadas e feitas.

O capitão mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins,⁴¹ e o da cabeleira procurava assaz não a quebrar. E lançaram um manto em cima deles e eles contentaram-se. Aconchegaram-se e dormiram.

Ao sábado pela manhã (25 de abril), mandou o capitão fazer vela e fomos demandar⁴² a entrada, a qual é mui larga e alta de seis a sete braças. E entraram to-

³⁷ Foi o que quiseram entender os portugueses pelos gestos do índio. Como diz Caminha mais à frente: "Isto tomávamos nós por assim o desejarmos."

³⁸ Bolos de açúcar e amêndoas envoltos em capa de farinha de trigo.

³⁹ Nome árabe de uma espécie de jatro para refrescar água e usada pelos portugueses para beber água e vinho.

⁴⁰ Circuncidadas.

⁴¹ Almofadão, em regra de couro, que serve também de assento.

⁴² Procurar, rumar para.

das as naus dentro e ancoraram-se em cinco ou seis braças. A ancoragem dentro de tão grande e tão formosa é tão segura que podem fazer⁴³ dentro dela mais de 200 navios e naus. E tanto que as naus foram pousadas e ancoradas, vieram os capitães todos a esta nau do capitão-mor. E daqui mandou o capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar, a cada um, uma camisa nova, uma carapuça vermelha e dois rosários de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, e a cada um, cascavéis⁴⁴ e campainhas. E mandou com eles para ficar lá um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para andar lá com eles e saber do seu viver e maneiras.⁴⁵ E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho.

Fomos assim de frecha⁴⁶ direitos à praia. Ali acudiram

logo obra de 200 homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes que se afastassem e pousassem os arcos. E, eles os pousaram e não se afastaram muito. E, mal pousaram os arcos, logo saíram os que nós levávamos e o mancebo degredado com eles, os quais, assim como saíram, não pararam mais nem espe-



raram um pelo outro, se não a ver quem mais correria. E passaram um rio que por ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela

braga,⁴⁷ e outros muitos, como eles, e foram assim correndo além do rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros, e ali pararam. E naquilo foi o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo tornaram até nós e com eles vieram os outros que nós levávamos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então começaram a chegar muitos e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças

⁴³ Ficar, estar ancorado, parado.

⁴⁴ Guizos.

⁴⁵ Condenados à morte que acompanhavam a frota de Cabral, como era costume na composição das armadas. Os soberanos davam-lhes, em troca, a vida. Tinham as missões mais arriscadas, os primeiros contatos com os nativos e, na maioria das vezes, ficavam entre eles para aprenderem a língua e colherem informações que seriam de utilidade à chegada de outras frotas.

⁴⁶ Como uma flecha, rapidamente.

⁴⁷ Equivalente a brilha (virilha), designando as coxas, que são a parte do corpo humano que elas encobrem. No plural, denomina calças curtas e derivados como desbragado.

d'água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem a bordo do batel, mas, junto a ele, lançavam-no da mão e nós tomávamo-los e eles pediam que lhes dessem alguma coisa.

Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas.⁴⁸ E a uns dava um cascavel, e a outros umas manilhas, de maneiras que, com aquela encarna,⁴⁹ quase que nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho e por qualquer coisa que homem⁵⁰ lhes queria dar.

Dali partiram os outros dois mancebos, que não os vimos mais. Dos que ali andavam, quase a maior parte, traziam aqueles bicos de osso nos beiços e alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha. E alguns deles traziam três

daqueles bicos, a saber: um na metade e dois nos cabos.

E lá andavam outros, quartejados de cores, metade da sua própria cor e a outra metade de tintura negra, maneira azulada e outros quartejados d'escaques.⁵¹

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras, que de nós muito bem as olharmos não tínhamos nenhuma vergonha.

Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles por a barbaria⁵² deles ser tamanha que não se entendia nem ouvia ninguém. Acenamolhes para que se fossem e assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis e encheram não sei quantos barris d'água, que nós levávamos. E tornamo-nos às naus.

E, quando assim vínhamos, acenaram-nos que tornássemos. Tornamos e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se lá o houvesse. Não cuidaram de lhe tirar nada e assim o mandaram com tudo. E então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar e que lhes desse aquilo. E ele tornou e deu aquilo, em vista de nós, a aquele que da primeira vez o agasalhou. E então veio-se e o trouxemos.

Este que o agasalhou já era de dias⁵³ e andava todo por louçainha,⁵⁴ cheio de penas pegadas pelo corpo, que parecia todo asseteado⁵⁵ como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas, e outros de vermelhas, e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida, de fundo acima, daquela tintura, a qual, é certo, era tão bem-feita e tão redonda a sua vergonha, que ela

⁴⁸ Argolas de metal, usadas como adorno nos braços ou nas pernas.

⁴⁹ Isca de carne usada para atrair aves de caça e cães, engodo ou chamariz, aqui usado figuradamente.

⁵⁰ Alguém, qualquer pessoa. No século XVI, era pronome indefinido corriqueiro.

⁵¹ Quadriculados, como tabuleiro de xadrez.

⁵² Barbárie, falta de civilização. Deve-se entender, pelo contexto, por barulho, algazarra, que era tamanha a feita pelos índios, que não se entendia nem ouvia ninguém.

⁵³ De idade, mais velho.

⁵⁴ Por vaidade, todo enfeitado, cheio de adornos.

⁵⁵ Trespessado por setas.

não tinha,⁵⁶ tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha por não terem a sua como ela. Nenhum deles era fanado, mas assim todos como nós.

E com isto tornamos e eles foram-se.

À tarde saiu o capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis, a folgar pela baía, frente à praia, mas ninguém saiu em terra, por o capitão não querer sem embargo de ninguém estar nela.

Somente saiu - ele como todos nós - em um ilhéu grande que está na baía e que, na baixa-mar, fica muito vazio. É por todas as partes cercado de água, de forma que não pode ninguém ir a ele sem barco ou a nado. Ali folgou ele e todos nós outros, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro,⁵⁷ e mataram, não muito, pescado miúdo. E então volvemo-nos às naus, já bem noite.

Ao Domingo de Pascoela (26 de abril de 1500), pela manhã, determinou o capi-

tão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu.

E mandou a todos os capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele, e assim foi feito.

Mandou naquele ilhéu armar um esperável⁵⁸ e dentro dele levantar um altar, mui bem corrigido. Ali, com todos nós outros, fez dizer missa, a qual foi dita pelo Padre Frei Henrique, em voz entoada e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que ali oravam, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida

saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, na parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e pôs-se em uma cadeira alta e nós todos, lançados por essa areia, e pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho e, ao fim dela, tratou de nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos e que veio muito a propósito e fez muita devoção.

Enquanto estávamos à missa e à pregação, estava na



por todos com muito prazer e devoção.

Estava com o capitão a bandeira de Cristo, com que

praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, e andava folgando. E,

⁵⁶ Segundo Cortesão (op. cit. 91) a expressão é um gracejo e jogo de palavras do escriba, na pretensão de fazer sorrir o seu soberano.

⁵⁷ Pequena rede de arrastar com malha fina.

⁵⁸ Espécie de dossel ou pátio fixo Pavilhão, barraca, caramanchão.

olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos à pregação, levantaram-se muitos deles e tangeram⁵⁹ corno ou buzina e começaram a saltar e a dançar. E alguns deles se meteram em almadias⁶⁰ – duas ou três que lá tinham – as quais não são feitas como as que eu já vi. Somente são três traves atadas juntas. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé.

Acabada a pregação, moveu-se o capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. E embarcamos e fomos assim todos contra a terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo Bartolomeu Dias em seu esquife, por mandado do capitão, adiante, com um pau de uma almadia, que o mar lavara, para lhos dar, e nós todos, à distância de um tiro de pedra,⁶¹ atrás dele.

Como eles viram o esquife de Bartolomeu Dias,

chegaram-se todos à água até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos e muitos deles iam logo os pôr em terra e outros não os punham.

Andava lá um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim parecesse que lhe tinham acatamento, nem medo. Este, que os assim andava afastando, trazia seu arco e setas e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos e espáduas e pelos quadris, coxas e pernas até abaixo, mas os vazios com a barriga e o estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água lhe não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água, era mais vermelho.

Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles, sem implicarem nada com ele e muito menos pensarem em lhe fazer mal. Se não quando lhe davam cabaças d'água e acenavam aos do esquife que saíssem em terra. Com isso se voltou Bartolomeu Dias

ao capitão e viemo-nos às naus a comer, tangendo trombetas e gaitas sem mais os constringer.

Eles se tornaram a sentar na praia e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e pregação, espraia muito a água e descobre muita areia e muito cascalho. Enquanto lá estávamos, foram alguns buscar mariscos e não acharam; só acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um camarão muito grande e grosso⁶² que em nenhum tempo vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e de ameijoas,⁶³ mas não toparam com nenhuma peça inteira.

E, depois de tanto termos comido, vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do capitão-mor, com os quais ele se apartou,⁶⁴ e eu na companhia. E perguntou assim a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio da mantimentos, para melhor a

⁵⁹ Tocaram, sopraram.

⁶⁰ Caminha as tomava como jangadas. Podia tê-las visto em Portugal.

⁶¹ Alcance de um projétil lançado pela peça de artilharia chamada "pedreiro", que se pode calcular em cerca de 450 metros.

⁶² Podemos pensar que Caminha descrevia o nosso tão regionalmente conhecido pitu.

⁶³ Nome vulgar de diversas espécies de moluscos comestíveis e muito conhecidos por esses nomes em Portugal (mexilhões, búzios).

⁶⁴ Afastou-se, pôs-se à parte, separou-se.

mandar descobrir e saber dela mais do que agora nós podíamos saber, por irmos de nossa viagem.

E entre muitas falas que no caso se fizeram foi, por todos ou a maior parte, dito que seria muito bom. E nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se seria bom tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados. A isto acordaram, que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levados por força para alguma parte dizerem que há ali tudo o que lhe perguntassem; e que melhor, e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem do que eles dariam se os levassem, por serem gente que ninguém entende, nem eles tão cedo aprenderiam a falar, para o saberem tão bem dizer, que muito melhor estes outros não o digam quando Vossa Alteza cá mandar.

E que, portanto, não cuidassem aqui de, por força, tomar ninguém nem fazer escândalo para de todo mais os amansar e pacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados quando daqui partíssemos.

E, assim, por melhor parecer de todos, ficou determinado.

Acabado isto, disse o capitão que fôssemos nos batéis à terra. E ver-se-ia bem quejando⁶⁵ era o rio e também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, onde nós íamos e, antes que chegássemos, do ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos e acenavam que saíssemos. E tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho⁶⁶ que um jogo de mancal.⁶⁷ E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio e foram entre eles. Alguns aguardavam e outros se afastavam; porém, era coisa de maneiras que todos andavam

misturados. Eles davam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que lhes davam.

Passaram além tantos dos nossos e andavam assim misturados com eles, que eles se esquivavam e afastavam-se, e iam-se deles para cima, onde outros estavam.

Então o capitão fez-se tomar ao colo de dois homens e passou o rio e fez tornar a todos.

A gente que ali estava não seria mais que a de costume. E tanto que o capitão fez tornar todos, vieram alguns deles a ele não por o conhecerem por senhor, cá me parece que não entendem nem tomaram disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para alguém do rio.

Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas e resgatavam por qualquer coisa em tal maneira que trouxeram dali para as naus muitos arcos e setas e contas. E, então, tornou-se o capitão alguém do rio e logo acudiram muitos à beira dele. Ali verieis⁶⁸ galantes

⁶⁵ Antigo adjetivo: como qual, de que natureza, qual a semelhança.

⁶⁶ Amplo, largo, espaçado. Antigo substantivo, como largura, tamanho, anchura.

⁶⁷ Bordão ou vara curta, ferrado nas pontas, usado no jogo da malha.

⁶⁸ Modo de iniciar descrições, muito usado em crônicas e novelas de cavalaria, ao qual Caminha deveria estar acostumado.

pintados de preto e vermelho e quartejado assim pelos corpos como pelas pernas, que certo pareciam assim bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres moças assim nuas que não pareciam mal, entre as quais andava uma com uma coxa do joelho até o quadril e a nádega toda tinta daquela tinteira preta e o resto todo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tingidas e também os colos dos pés. E suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas que não havia nisso nenhuma vergonha. E também andava outra mulher moça com um menino ou uma menina no colo, atado com um pano não sei de que, aos peitos, que não apareciam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe e nas outras coisas⁶⁹ não trazia nenhum pano.

E depois moveu-se o capitão para cima, ao longo do rio, que anda sempre rente à praia, e ali esperou um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, estando o capitão com ele perante nós todos, sem nunca o entender nem ele a nós, a quantas coi-

sas o capitão perguntava do ouro que nós desejavamos saber se o havia na terra.

Trazia este velho o beijo tão furado que lhe cabe-



ria, pelo furado, um grande dedo polegar e trazia metido no furado uma pedra verde ruim, que sarava por fora aquele buraco. E o capitão lha fez tirar; e ele, não sei que diabo falava, e ia com ela para a boca do capitão para lha meter. Estivemos sobre isso um pou-

co reinando⁷⁰ e, então, enfadou-se o capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. E depois a tomou o capitão, creio, para com as outras coisas a mandar a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas não muito altas em que há muitos bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles. Então, tornou-se o capitão para baixo, para a boca do rio onde desembarcamos e para além do rio andavam muitos deles dançando e folgando uns em frente a outros sem se tocarem pelas mãos, e faziam-no bem.

Passou-se, então, para além do rio, Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um gaiteiro nosso, com sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos, e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita.

⁶⁹ O al, outra coisa, do latim vulgar ale por aliud, ainda usado em 1500.

⁷⁰ Nos textos antigos, o verbo regnare é empregado no sentido popular de folgar, gozar, brincar. Ainda hoje se usa vulgarmente reinação, reinadio, reinata.

Depois de dançarem, fez-lhe ali andando no chão muitas voltas ligeiras e salto real,⁷¹ de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. E, conquanto com aquilo muito os segurou e afo-gou, tomavam logo uma esquiviza,⁷² como a monteses, e foram-se para cima.

E então o capitão passou o rio com todos nós outros e fomos pela praia, de longo, indo os batéis rente à terra, e fomos até uma lagoa grande de água doce que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada⁷³ por cima e sai a água por muitos lugares. E, depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles andar entre os marinheiros, que se recolhiam aos batéis, e levaram dali um tubarão que Bartolomeu Dias matou e lançou na praia.

Basta que até aqui como quer que eles se amansassem em alguma parte, logo de uma mão para outra se esquivavam como pardais de cevadouro⁷⁴ e o homem não lhes ousa falar riço para mais não se esquivarem, e tudo se

passa como eles querem para bem os amansar.

Ao velho, com quem o capitão falou, deu uma carapuça vermelha e, com toda a fala que com ele passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se despediu e começou a passar o rio. Foi-se logo recatando e não quis mais tornar do rio para aquém. Os outros dois que o capitão teve nas naus a quem deu o que já foi dito, nunca aqui mais apareceram. De que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos.

Eles, porém, com tudo andam muito bem curados e muito limpos, e nisso me parece, ainda mais, que são como aves ou alimárias⁷⁵ monteses, que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo às mansas, porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser e isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se colham e o ar a que se criam os faz tais. Nem nós ainda até agora não vimos nenhuma casa nem maneira delas.

Mandou o capitão a aquele degredado Afonso Ribeiro que se fosse outra vez com eles, o qual se foi e andou lá um bom pedaço e à tarde tornou-se, pois que o fizeram eles vir e não o quiseram lá consentir, e deram-lhe arcos e setas e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes, disse ele, que lhe tomara um deles umas continhas amarelas que ele levava e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após eles e lhas tomaram e tornaram a lhas dar e, então, mandaram-no vir. Disse ele que não vira lá entre eles senão umas choupanas de rama verde e de fetos muito grandes como de Entre-Douro-e-Minho. E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

Na segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes, e traziam já muito poucos arcos, e estiveram assim um pouco afastados de nós e depois, pouco a pouco, misturaram-se conosco e abraça-

⁷¹ O mesmo que salto mortal.

⁷² O mesmo que desconfiança.

⁷³ O mesmo que pantanosa (paul-pântano).

⁷⁴ O mesmo que armadilha com isca para atrair e prender aves e pássaros.

⁷⁵ Animais irracionais, selvagens.

vam-nos e folgavam e alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha e por qualquer coisa. E em tal maneira se passou a coisa que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos deles estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos, de que creio que o capitão há de mandar amostra a Vossa Alteza.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos de mais perto, e mais à nossa vontade por andarmos todos quase misturados. E ali deles andavam daquelas pinturas quartejados, outros de metade, outros de tanta feição como em panos de armar,⁷⁶ e todos com os beiços furados e muitos com os ossos neles e, deles, sem ossos. Traziam alguns deles uns ouriços verdes de árvores que, na cor, queriam parecer de castanheiros, se não quanto eram mais e

mais pequenos, e aqueles eram cheios de uns grãos vermelhos pequenos que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha da que eles andavam tintos e quanto mais se molhavam tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andavam rapados até acima das orelhas, e assim as sobrancelhas e pestanas. Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas da tintura preta que parece uma fita preta da largura de dois dedos.

E o capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem andar lá entre eles, e, assim, a Diogo Dias por ser homem ledo⁷⁷ com que eles folgavam. E aos degredados mandou que ficassem lá esta noite. Foram-se lá todos e andaram entre eles e, segundo diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação de casas em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas cada uma como esta

nau capitânia. E eram de madeira e das ilhargas de tábuas e cobertas de palha de razoável altura e todas em uma só casa sem nenhum repartimento. Tinham de dentro muitos esteios⁷⁸ e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma em uma extremidade e outra na outra.

E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas e que assim os achavam e que lhes davam de comer daquela vianda,⁷⁹ a saber, muito inhame⁸⁰ e outras sementes que na terra há, que eles comem.

E, como foi tarde, fizeram-nos logo todos tornar e não quiseram que lá ficasse nenhum e ainda, segundo eles diziam, queriam vir com eles.

Resgataram lá por cascavéis e outras coisinhas de pouco valor que levavam, papagaios vermelhos muito grandes e formosos e

⁷⁶ Panos de armar de muitas cores são os panos de *ras* (arras), com que se enfeitavam as paredes dos palácios portugueses, principalmente no inverno.

⁷⁷ Alegre, brincalhão.

⁷⁸ Escoras, varas, peças de madeira com que se sustêm algo.

⁷⁹ Qualquer tipo de alimento que contém carne animal.

⁸⁰ Tubérculo comestível, da família das discoráceas, ainda hoje muito conhecido na Bahia e no Nordeste.

dois verdes pequeninos⁸¹ e carapuças de penas verdes e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o capitão a vós há de mandá-las, segundo ele disse.

E com isto vieram; e nós tornamo-nos às naus.

À terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha⁸² e lavar roupa. Estavam na praia, quando chegamos, obra de sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem, e depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arco. E misturaram-se todos. Estando conosco, nos ajudavam deles a acarretar lenha e meter nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer.

E, enquanto nós fazíamos lenha, faziam dois carpinteiros uma grande cruz de

um pau que se cortou ontem para isso. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros e creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, que por verem a cruz. Porque eles não têm coisa que seja de ferro e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, medidas em um pau entre duas talas muito bem atadas. E por tal maneira que andam fortes,⁸³ segundo os homens que ontem foram às casas deles, porque as viram lá. Era já a conversação deles conosco tanta que quase nos estorvavam ao que havíamos de fazer.

E o capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia, e a outras se houvessem delas novas, e que em toda maneira não se viessem dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.

enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atra-

vessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos, mas eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves então não vimos, somente algumas pombas seixas⁸⁴ e pareceram-me maiores em boa quantidade que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas, mas eu não as vi. Mas, segundo os arvoredos serem mui muitos e grandes de infindas espécies, não duvido de que por esse sertão haja muitas aves.

E, acerca da noite, nós voltamos para as naus com nossa lenha.

Eu creio, senhor, que não dei ainda aqui conta a Vossa Majestade da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos e as setas compridas e os ferros delas de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que creio que o capitão a Ela⁸⁵ há de enviar.

⁸¹ Segundo Cortesão (op.cit.), trata-se, no primeiro caso, de araras, ainda hoje existentes no sul da Bahia; no segundo, os conhecidos cuiubas da região cacauceira da Bahia. Principalmente as araras causaram admiração aos portugueses que nos primeiros anos visitaram o Brasil. No mapa de Cantino (1502), figuraram nas costas da Terra de Santa Cruz mais bem desenhadas e coloridas constam da carta de Brasil do atlas "Miller", de Lopo Homem (1519). Quanto aos cuiubas, consta que a nau *Bretoa*, em 1511, levava para o reino 22 daquelas aves.

⁸² Desembarcam realmente homens armados para proteger os lenhadores e carpinteiros que iam abater árvores para lenha e fazer a cruz.

⁸³ As pedras dos machados de sílex, medidas em talas, e bem atadas, andam fortes: estão tão seguras ou firmes que se pode trabalhar com elas.

⁸⁴ O mesmo que pombas bravas, selvagens.

⁸⁵ D. Manuel, Vossa Alteza. Caminha passa da segunda para a terceira pessoa como forma de acentuar a distância e subordinação.

À quarta-feira não fomos em terra porque o capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus o que cada uma podia levar.

Os índios acudiram à praia, segundo vimos das naus, que seriam obra de trezentos, segundo disse Sancho de Tovar, que lá foi. Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, a quem o capitão ontem mandou que em toda maneira lá dormissem, volveram-se já de noite por eles não quererem que lá dormissem, e trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, se não quanto a terem o bico branco e os rabos curtos. E quando Sancho de Tovar se recolheu às naus, queriam vir com ele alguns, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos e homens de prol.⁸⁶ Mandou-os essa noite mui bem pensar e curar. E comeram toda vianda que lhes deram. E mandou-lhes fazer cama de lençóis, segundo ele disse, e riam e dormiram e folgaram aquela noite, e assim não foi mais que para escrever seja, este dia.

À quinta-feira, derradeiro dia de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E, em querendo o capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes e, por ele não ter ainda comido, puseram-lhe toalhas e veio-lhe vianda, e comeu. Os hóspedes assentaram-nos em suas cadeiras e, de tudo o que lhes deram, comeram muito bem, especialmente lacam,⁸⁷ cozido frio, e arroz. Não lhes deram vinho por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.

Acabado de comer, metemo-nos todos no batel e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês,⁸⁸ bem revolta. E tanto que a tomou, meteu-a logo no beço e, porque se lhe não queria segurar, deram-lhe um pouco de cera vermelha e ele corrigiu-lhe de trás seu adereço para se segurar e meteu-a no beço assim voltada para cima. E vinha tão contente com ela como se tivera uma grande jóia. E, tanto que saímos em terra, foi-se

logo com ela que não apareceu lá mais.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles e daí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam este dia à praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta. Traziam alguns deles arcos e setas, e trocaram tudo por carapuças e por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhe dávamos e bebiam, alguns deles, vinho; e outros o não podiam beber, mas parece-me que, se lho avezarem,⁸⁹ o beberão de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos e tão bem-feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha quantas podiam, com muito boa vontade, e levavam-na aos batéis e andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós entre eles.

Foi o capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água que, a nosso parecer, era esta mesma que vem ter à praia em que nós tomamos água. Ali quedamos um

⁸⁶ Bem feiçoados, graciosos e nobres, dos principais.

⁸⁷ Presunto. Neste caso, Caminha quis dizer fiambre.

⁸⁸ Dente, presa grande de javali.

⁸⁹ Acostumarem.

pedaço, bebendo e folgando ao longo dela, entre esse arvoredado que é tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens,⁹⁰ que o homem não lhe pode dar conta. Há entre eles muitas palmeiras de que colhemos muitos e bons palmitos.

Quando saímos do batel, disse o capitão que seria bom irmos direitos à cruz que estava encostada a uma árvore junto ao rio, para ser colocada, amanhã que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a esses dez ou doze que lá estavam acenaram-lhes que fizessem assim e foram todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós os entendéssemos e eles a nós, seriam logo cristãos porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece. E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo na santa intenção de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa san-

ta fé, a qual praza a Nosso Senhor que os traga. Porque é certo que esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar, pois Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos como a bons homens.

E o Ele que por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa, e portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar na santa fé católica, deve entender cuidar da sua salvação e prezará que com pouco trabalho será assim.

Eles não lavram, nem criam, nem há aqui boi nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem nenhuma outra alimária que seja acostuada ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame que aqui há muito e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, o que não somos nós tanto com quanto comemos de trigo e legumes.

Enquanto ali neste dia andaram sempre ao som de um nosso tamboril, dançaram e bailaram conosco. De maneira que⁹¹ são muito

mais nossos amigos que nós seus.

Se nós lhes acenávamos se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso em tal maneira que se os homens todos quisera convidar, todos viriam, porém não trouxemos esta noite às naus se não quatro ou cinco. A saber: o capitão-mor dois, e Simão de Miranda um, que trazia já por pajem e Aires Gomes outro assim pajem. Os que o capitão trouxe era um deles, um dos seus hóspedes que foi trazido à primeira vez quando aqui chegamos, o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa e com ele um seu irmão, os quais foram esta noite mui bem agasalhados assim de vianda, como de cama de colchões e lençóis, para mais os amansar.

E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã saímos em terra com nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio contra o Sul, onde nos parece que seja melhor cantar⁹² a cruz para ser mais bem vista. Ali assinou o capitão onde fizessem a cova para a cantar. E, enquanto a ficaram fazendo,

⁹⁰ Cortesão (op. cit.) o diz folhagens.

⁹¹ Riscadas as palavras: se os homens todos quisera convidar.

⁹² Vulgarismo arcaico de plantar, fincar no chão.

ele com todos, nós outros fomos, pela cruz, rio abaixo, onde ela estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes adiante cantando à maneira de procissão. Eram já aí, alguns deles, obra de sessenta ou oitenta e, quando nos as-



sim viram vir, alguns deles se foram meter debaixo dela, a ajudar-nos.

Passamos o rio ao longo da praia e fomos lá a pôr

onde havia de ser, que será obra de dois tiros de besta⁹³ do rio. Ali, andando nisto, viriam bem cento e cinquenta ou mais.

Plantada a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza que primeiro lhe pregaram, armaram altar ao pé

dela. Ali disse missa o Padre Frei Henrique,⁹⁴ a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos em joelhos assim como nós.

E, quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé com as mãos levanta-

tadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, estando assim até ter acabado. E então tornaram-se a assentar como nós. E, quan-

do levantaram a Deus que nos pusemos em joelhos, eles se puseram todos assim como nós estávamos com as mãos levantadas e, em tal maneira assossegados, que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão. E, depois da comunhão, comungaram esses religiosos e sacerdotes; e o capitão com alguns de nós outros. Alguns deles, por o sol ser grande,⁹⁵ em nós estando comungando, alevantaram-se e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinquenta ou cinquenta e cinco anos, ficou ali com aqueles que ficaram. Aquele, em nós assim estando, ajuntava aqueles que ali ficaram e ainda chamava outros. Esse, andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar e, depois, mostrou o dedo para o céu, como que lhes dizia alguma coisa de bem, e nós assim o tomamos.

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou na alva⁹⁶ e assim subiu junto ao altar em

⁹³ Medida usual de distância, nos séculos XV e XVI, correspondente, possivelmente, a 140 ou 150 metros, em que as setas de uma besta vulgar conseguiam alcançar.

⁹⁴ Frei Henrique Soares, de Coimbra, que ia a Calecute como guardião dos oito frades da Ordem de São Francisco, que integravam a armada de Pedro Álvares Cabral.

⁹⁵ Era perto de meio-dia e o sol ia alto.

⁹⁶ Ficou só com a túnica branca, sobre a qual tinha vestido a estola.

uma cadeira e ali nos pregou do Evangelho e dos apóstolos,⁹⁷ cujo dia é hoje, tratando, no fim da pregação, deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, que nos causou mais devoção.

Esses, que à pregação sempre estiveram, estavam assim como nós, olhando para ele, e aquele que digo chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se. E, acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruces de estanho com crucifixo, que lhe ficaram ainda da outra vinda⁹⁸ e houveram por bem que lançassem, a cada um, a sua ao pescoço. Pela qual causa se assentou o Padre Frei Henrique ao pé da cruz, e ali, a um e um lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos e lançaram-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinquenta.

E isto acabado era já bem uma hora depois do meio-dia. Viemos às naus comer, onde o capitão trouxe consigo aquele mesmo

que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o céu, e um seu irmão com ele, ao qual fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca⁹⁹ e ao outro uma camisa destoutras.¹⁰⁰

E, segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe falece outra coisa para ser cristã, senão entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm.¹⁰¹

E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem mais entre eles devagar ande, todos seriam tornados ao desejo de Vossa Alteza. E, para isso, se alguém vier, não deixe logo de virem clérigos para os batizar porque já então terão mais conhecimento de nossa fé pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa, a

quem deram um pano com que se cobrisse e puseram-lho ao redor de si. Mas ao assentar não fazia memória de o muito entender para se cobrir. Assim, senhor, que a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria mais, quanto à vergonha.

Ora veja Vossa Alteza, quem em tal inocência vive, ensinando-lhes o que para sua salvação pertence, se se converterão ou não?

Acabado isto, fomos assim perante eles beijar a cruz, e despedimo-nos e vimos comer.

Creio, senhor, que, com estes dois degredados que aqui ficam, ficam mais dois grumetes que esta noite no esquife, em terra fugidos, os quais não vieram mais e cremos que ficaram aqui porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui nossa partida.

Esta terra, senhor, me parece que da ponta que mais vimos contra o Sul, até outra ponta que vem contra o Norte, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas

⁹⁷ Neste dia, primeiro de maio, são festejados pela Igreja Católica, São Felipe e São Tiago Menor.

⁹⁸ Fica claro que Caminha refere-se à outra vinda de Nicolau Coelho, quando capitão da nau *Bérrio*, da frota de Vasco da Gama, ao descobrimento do caminho marítimo para as Índias.

⁹⁹ Camisa comprida e larga, idêntica à dos árabes.

¹⁰⁰ Camisa vulgar, mais curta e justa ao corpo.

¹⁰¹ Pensava Caminha que o indígena brasileiro tornar-se-ia um bom elemento para espalhar a fé cristã. Mais até que os negros. Para isso, carecia da pronta atenção de D. Manuel, para que lhes fossem enviados missionários.

por costa. Traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras,¹⁰² delas vermelhas e delas brancas, e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos, de ponta a ponta é toda praia plana muito chã e muito formosa.

Sobre o sertão, nos parece, do mar, muito¹⁰³ grande porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredo, que nos parecia mui longa terra.

Nela, até agora, não podemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem ferro lho vimos. Mas, a terra em si, é de muitos bons ares, frios e temperados como os de Entre-Doiro e Minho, porque, neste tempo de agora, assim os achávamos,

como os de lá. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.

E que aí não houvesse mais do que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria quanto mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E nesta maneira, senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta vossa terra vi e, se algum

pouco me alonguei, Ela me perdoe. Cá o desejo que tinha ele tudo vos dizer mo fez assim pôr, pelo medo. E pois que, senhor, é certo que assim neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida.

A Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir, da Ilha de São Tomé, Jorge de Osório,¹⁰⁴ meu genro, o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste porto seguro da vossa Ilha de Vera Cruz,¹⁰⁵ hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha

¹⁰² Designação da parte alcantilada da costa a pique ou com um declive muito acentuado. É um termo muito utilizado nos roteiros da época.

¹⁰³ No manuscrito, consta "muito bem grande" e o "bem" está riscado.

¹⁰⁴ Jorge de Osório se encontrava degredado em S. Tomé, pela justiça de D. Manuel, e era genro de Pero Vaz de Caminha. Era um favor que pedia pelo seu desempenho como escrivão e missivista.

¹⁰⁵ Registra Caminha o nome dado por Pedro Álvares Cabral à região nova que descobrira. Ele empregara terra de Vera Cruz. No mesmo dia, o físico João, *agister artium et medicine bachalarius*, assina a sua comunicação (a carta de Mestre João), com as palavras *Fecha en Vera-Crus...* E provavelmente assim diriam todos quantos mandavam os seus relatórios ao soberano mandatário. Mas a designação foi efêmera. Quando a nau de mantimentos chegou a Lisboa e Gaspar de Lemos entregou a correspondência, alguém lembraria a D. Manuel que tal nome era incorreto. Vera-Cruz era apenas a Cruz de Marmelar (hasteada, por exemplo, na célebre Batalha do Salado pelo prior da Ordem de S. João do Hospital), visto que, encaixado nela, havia, como relíquia, um estilhaço daquela que, segundo a Tradição, servira no Gólgota. E sugeriria a denominação de Santa Cruz (Santa Cruz já o dizia o próprio D. Manuel, na Carta aos Reis Católicos, publicada em Roma, em 1505). E Barros (com insistência apaixonada), Góis, Osório, Maffei, Magalhães Gandavo adotaram o nome, desprezando o de terra de papagaios (*la terra de li papagai*) empregada por Pixani. Mas a voga popular que alcançou o principal artigo de exportação, o pau-brasil, fez vencer o de Brasil, logo propagado no estrangeiro (Brasilland, por Hans Mayr). Quanto ao problema cosmográfico, o piloto anônimo dizia com cautela: "Não pudemos saber se era ilha ou terra firme, ainda que nos inclinamos a esta última opinião."

Índice Remissivo

(Janeiro de 1999 a dezembro de 1999)



TÍTULOS¹

- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Friede, Reis, nº 784, p. 61 a 72
- ÁFRICA SUBSAARIANA (CAMINHOS INCERTOS ATRAVÉS DOS SÉCULOS) - Castro, Therezinha de, nº 784, p. 5 a 32
- ALERTA DO EPISÓDIO PINOCHET, O - Flores, Mário Cesar, nº 783, p. 170 a 172
- AMÉRICA DO SUL: VOCAÇÃO GEOPOLÍTICA - Castro, Therezinha de, nº 783, p. 13 a 28
- AMÉRICA LATINA OU IBERO-AMÉRICA? - Júnior, Manuel Cambeses, nº 784, p. 156 e 157
- AVEC NOUS, LE DÉLUGE - Ricúpero, Rubens, nº 784, p. 175 e 176
- BATALHA DE KRUSK, A - Santos, Almir dos, nº 783, p. 131 a 136
- BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ EM OPERAÇÕES, O - Goulart, Marcelo Rodrigues, nº 783, p. 95 a 110
- BIBLIEX, ANO 117 - Araripe, Luiz de Alencar - nº 783, p. 118 a 130
- BOMBA GENÉTICA - (*), nº 785, p. 166 a 168
- BRASIL E ARGENTINA UNIDOS NA DEFESA DO MERCOSUL, O - Júnior, Manoel Pio Correa, nº 783, p. 140 a 145
- BRASIL, PARCEIRO EM DESVANTAGEM - Rubem, Mauricio França, nº 785, p. 161 a 163
- CAMINHOS HISTÓRICOS E ESTRATÉGICOS DE PENETRAÇÃO E POVOAMENTO DO VALE DO ALTO E MÉDIO RIO PARAÍBA DO SUL - Bento, Claudio Moreira, nº 784, p. 113 a 130
- CASTIGO OU REDENÇÃO? - Cunha, Marco Antonio, nº 783, p. 78 a 89
- CEM ANOS DEPOIS - Ricúpero, Rubens, nº 783, p. 155 e 156
- CHINA X EUA: BIPOLARIDADE DO SÉCULO XXI? - Júnior, Manuel Cambeses, nº 784, p. 138 a 140

¹ O asterisco (*) indica matéria não assinada.

- CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES?
- Carlos, Newton, nº 784,
p. 178 e 179
- CLUBE DOS CALOTEIROS,
NO - Campos, Roberto, nº
784, p. 163 a 165
- COISAS DO DESTINO -
Ricúpero, Rubens, nº 784,
p. 180 a 181
- COLAPSO MUNDIAL DA
ECONOMIA DE MERCA-
DO, O - Monteiro, Marce-
lo Affonso, nº 784, p. 147
a 149
- COMANDO, CONTROLE,
COMUNICAÇÃO E IN-
TELIGÊNCIA (C3I) NAS
OPERAÇÕES DE SEGU-
RANÇA - COMENTÁRI-
OS - Oliveira, Humberto
José Correia de, nº 785, p.
116 a 136
- COMBATE ÀS ATIVIDADES
ILEGAIS NO PANTANAL
MATOGROSSENSE -
Boiteux, Nilson Luiz, nº
783, p. 67 a 77
- CONFLITUALIDADE NO
ORIENTE MÉDIO, A -
Júnior, Manuel Cambeses,
nº 783, p. 150 a 153
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A
GUERRA - Neves, Luiz
Felipe da Silva, nº 783,
p. 4 a 12
- CONSTRUÇÃO DA DEMO-
CRACIA, A - Flores, Mário
Cesar, nº 784, p. 174 e 175
- CRECHE DA MEDIOCRIDA-
DE - Friede, Reis, nº 784,
p. 145 a 147
- DA ORGANIZAÇÃO DOS
PODERES - Friede, Reis,
nº 785, p. 139 a 143
- DEFESA NACIONAL E A
TECNOLOGIA, A - Alvim,
Aldo, nº 783, p. 145 a 147
- DEFESA NACIONAL HOJE,
A - Pesce, Eduardo Italo, nº
783, p. 161 e 162
- DEFESA NACIONAL - 86
ANOS, A - Veiga, Virgílio
da, nº 785, p. 137 a 139
- DESAFIOS DA PAZ, AS FOR-
ÇAS ARMADAS E OS
CONFLITOS DO FUTU-
RO, OS - Pedrosa, Fernan-
do Veloso Gomes, nº 785,
p. 108 a 115
- DIVISÕES BLINDADAS, AS -
Santos, Almir dos, nº 784,
p. 106 a 111
- EDITORIAL (O SIMBOLISMO
DA CAPA) - (*), nº 783, P. 1
- EDITORIAL (AO CUSTO DA
IMPRUDÊNCIA) - (*), nº
784, P. 1
- EDITORIAL - (*), nº 785, P. 1
- ENERGIA QUE BROTA DO
POVO, A - Ricúpero,
Rubens, nº 783, p. 173 a 175
- ENGENHARIA MILITAR DE
BATINA, A - Oliveira, Ma-
rio Mendonça de, nº 784,
p. 33 a 45
- ESPÍRITO DE CORPO - (*),
nº 783, p. 169 e 170
- ESTADO ESSENCIAL, O -
Campos, Roberto, nº 785,
p. 163 a 165
- EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA
DA OTAN, A - Ramalho,
Luiz Pinto, nº 785, p. 79
a 89
- EXPULSOS DO PARAÍSO - (*),
nº 785, p. 171 a 173
- EXTRATO DA ALOCUÇÃO
DE AGRADECIMENTO
DO DR. ANTONIO GO-
MES DA COSTA, PRESI-
DENTE DO REAL GABI-
NETE PORTUGUÊS DE
LEITURA, PELA OUTOR-
GA QUE LHE FOI FEITA
DO MEDALHÃO DA BI-
BLIOTECA DO EXÉRCI-
TO - (*), nº 785, P. 149
- FEDERAÇÃO QUESTIONÁ-
VEL - Flores, Mário Cesar,
nº 784, p. 170 e 171
- FIM DE SÉCULO - Filho, Ota-
vio Frias - nº 783, p. 154
a 155
- FIM DE UMA HISTÓRIA QUE
NÃO SE ACABA, O -
Spinola, Noenio, nº 783, p.
172 e 173
- FORÇAS ARMADAS E DEFE-
SA NACIONAL - Pesce,
Eduardo Italo, nº 783, p.
162 e 163
- GENERAL VÔ NGUYEN GIAP,
UM MESTRE DA ESTRA-
TÉGIA DA RESISTÊNCIA
- Forjaz, Claudio Ricardo
Hehl, nº 785, p. 90 a 107
- GLOBALIZAÇÃO E INFOR-
MAÇÕES ESTRATÉGICAS
- Quelhas, Fernando, nº
784, p. 167 e 168
- GUERRA DO FUTURO, A -
Carvalho, L. P. Macedo, nº
784, p. 158 a 160
- GUERRA GUARANÍTICA,
UMA GUERRA INVUL-
GAR E INCÔMODA, A -
Curado, Silvino da Cruz,
nº 783, p. 29 a 40
- GUIA DE INFORMAÇÃO, À
- Júnior, Manuel Cambeses,
nº 785, p. 35 a 45

- HERMES, O PAI DO EXÉRCITO MODERNO - Carvalho, L. P. Macedo, nº 784, p. 73 a 84
- INEVITÁVEL X INESPERADO - Carvalho, L. P. Macedo, nº 784, p. 177e 178
- INJUSTICAS DA VIDA - Carlos, Newton, nº 783, p. 156 a 158
- INTEGRAÇÃO LATINO - AMERICANA: UM IMPERATIVO GEOPOLÍTICO - Junior, Manuel Cambeses, nº 785, p. 143 a 145
- INTELCTUAL MILITAR, HISTÓRIA E SOCIEDADE - Carvalho, L. P. Macedo, nº 783, p. 137 a 139
- INTERVIR OU NÃO INTERVIR? Carlos, Newton, nº 785, p. 173 e 174
- JANELAS PARA O PACÍFICO, AS - Mariz, Vasco, nº 784, p. 46 a 60
- KOSOVO E O BRASIL - Meira Mattos, Carlos de, nº 784, p. 181 e 182
- LEI DE PREVIDÊNCIA MILITAR - (*), nº 785, p. 153 e 154
- MAIS CLARO QUE A VERDADE - Carrilho, Arnaldo, nº 785, p. 168 e 169
- MANOBRAS ESTRATÉGICAS DE HITLER NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, A - Coutinho, Sérgio Augusto A., nº 785, p. 17 a 22
- MARIA QUITÉRIA DE JESUS - Neto, Manoel Soriano, nº 783, p. 111 a 117
- MILITAR É DIFERENTE - Rebelo, Aldo, nº 784, p. 172
- MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÂNIA ORIENTAL - UNTAES, A - Aguilar, Sérgio Luiz Cruz, nº 785, p. 65 a 78
- MODERNIZE OS CONCEITOS DE SUN TZU - Wenging, Li, nº 785, p. 23 a 34
- MOVIMENTO BANDEIRANTE COMPLETA 90 ANOS NO BRASIL - (*), nº 784, p. 150 a 154
- MST NA UNIVERSIDADE, O - Carvalho, Olavo de, nº 785, p. 156 a 158
- NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA ENERGÉTICA - Rosa, Luiz Pinguelli, nº 785, p. 159 a 161
- NOVO CICLO DA GUERRA, O - Gomes, Luiz Cláudio S. de, nº 783, p. 90 a 94
- “OPERAÇÃO HUMANITÁRIA” DA OTAN EM KOSOVO, A - Santos, Luiz Wenceslau Mangeon dos, nº 785, p. 147 e 148
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A PAZ MUNDIAL, A - Júnior, Manuel Cambeses, nº 783, p. 147 a 149
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS: CINQUENTENÁRIO DA ALIANÇA REGIONAL - Júnior, Manuel Cambeses, nº 785, p. 150 a 153
- ORIGENS, CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - (*), nº 785, p. 150
- PANORAMA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA, UM - Costa, Antonio Fernandes Gomes da, nº 784, p. 131 a 136
- PERSPECTIVAS DO ESTADO FUTURO - Martins, Ives Gandra da Silva, nº 784, p. 85 a 92
- PIRÂMIDE MILITAR, A - (*), nº 783, p. 166 a 169
- POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL, A - Álvares, Êlcio, nº 785, p. 155 e 156
- POUSO EM IAUARETÊ, UM - Sarney, José, nº 783, p. 163 a 165
- POVO SUBJUGADO, UM - (*), nº 784, p. 154 a 156
- PROBLEMA DA DEFESA, O - Jaguaribe, Hélio, nº 783, p. 165 e 166
- PROGRAMA PROGRESSO JOVEM - Buarque, Cristóvão, nº 784, p. 173
- PROVEITO MÚTUO DAS PESQUISAS ASTRONÔMICA E MILITAR, O - Mourão, Ronaldo Rogério de Freitas, nº 785, p. 46 a 56
- PROVÍNCIAS AMERICANAS, AS - Martins, Ives Gandra da Silva, nº 785, p. 169 a 171
- REABERTURA DO CASO RIO CENTRO PREOCUPA

- EXÉRCITO - Monteiro, Tânia, nº 784, p. 161 a 163
- RELAÇÕES TRABALHISTAS NO BRASIL - VELHAS PRÁTICAS E NOVAS REALIDADES - Prado, Ney, nº 783, p. 41 a 66
- RENDIÇÃO DA ALEMANHA EM REINS, A - Carvalho, L. P. Macedo, nº 785, p. 4 a 16
- RIO RUMO À OPEP, O - (*), nº 785, p. 174 e 175
- RUMO AO SOCIALISMO - Carvalho, Olavo de - nº 784, p. 169 e 170
- SABER PERDOAR - Sales, D. Eugênio de Araújo, nº 784, p. 166 e 167
- SÃO FRANCISCO E A POBREZA, O - Soares, José Celso de Macedo, nº 785, p. 165 e 166
- SEGURANÇA MÍNIMA - (*), nº 785, p. 175 e 176
- SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAM) E A DEFESA NACIONAL, O - Lourenção, Humberto José - nº 784, p. 93 a 105
- SOCIOLOGIA: UM DESCONVITE? - Berger, L. Peter, nº 785, p. 57 a 64
- SOBRE OS MILITARES - Fausto, Boris, nº 783, p. 160 a 161
- TEMPOS DE UTOPIA - Carrilho, Arnaldo, nº 783, p. 158 a 160
- TRÊS HERÓICOS PRACINHAS - Rocha, João Evangelista Mendes da, nº 785, p. 145 a 147
- 31 DE MARÇO DE 64, A HISTÓRIA QUE NÃO SE APAGA NEM SE REESCREVE (*), nº 784, p. 137
- VIEIRA E O SERMÃO DO BOM LADRÃO - Melo, Gladstone Chaves de, nº 784, p. 140 a 145
- VIRGINDADE DE ELIZABETH TAYLOR, A - Ricúpero, Rubens, nº 785, p. 176 a 178
- VISÃO IUGOSLAVA, UMA - Vujanovic, Dragan S. , nº 785, p. 158 e 159
- AUTORES**
- AGUILLAR, Sérgio Luiz Cruz - "A Missão da ONU para Transição da Eslavônia Oriental (UNTAES)" (nº 785, p. 65 a 78)
- ÁLVARES, Élcio - "A Política de Defesa do Brasil" (nº 785, p. 155 e 156)
- ALVIM, Aldo - "A Defesa Nacional e a Tecnologia" (nº 783, p. 145 a 147)
- ARARIPE, Luiz de Alencar - "Bibliex, Ano 117" (nº 783, p. 118 a 130)
- BENTO, Claudio Moreira - "Caminhos Históricos e Estratégicos de Penetração e Povoamento do Alto e Médio Rio Paraíba do Sul" (nº 784, p. 113 a 130)
- BERGER, Peter L. - "Sociologia: um Desconvite?" (nº 785, p. 57 a 74)
- BOITEUX, Nilson Luiz - "Combate às Atividades Ilegais no Pantanal Matogrossense" (nº 783, p. 67 a 77)
- BUARQUE, Christovão - "Programa Progresso Jovem" (nº 784, p. 173)
- CAMPOS, Roberto - "No Clube dos Caloteiros" (nº 784, p. 163 a 165) e "O Estado Essencial" (nº 785, p. 163 a 165)
- CARLOS Newton - "Choque de Civilizações?" (nº 784, p. 178 e 179) e "Intervir ou não Intervir?" (nº 785, p. 173 e 174)
- CARRILHO, Arnaldo - "Mais Claro que a Verdade" (nº 785, p. 168 e 169) e "Tempos de Utopia" (nº 783, p. 158 a 160)
- CASTRO, Therezinha de - "África Subsaariana (Caminhos Incertos através dos Séculos)" (nº 784, p. 5 a 32) e "América do Sul: Vocaçao Geopolitica" (nº 783, p. 13 a 28)
- CARVALHO, L. P. Macedo - "A Guerra do Futuro" (nº 784, p. 158 a 160); "Hermes, o Pai do Exército Moderno" (nº 784, p. 73 a 84); "Inevitável x Inesperado" (nº 784, p. 177 e 178) e "Rendição Alemã em Reins" (nº 785, p. 4 a 16)
- CARVALHO, Olavo de - "O MST na Universidade" (nº 785, p. 156 a 158) e "Rumo ao Socialismo" (nº 784, p. 169 e 170)
- COSTA, Antonio Fernando Gomes da - "Um Panora-

- ma da Filosofia Contemporânea” (nº 784, p. 131 a 136)
- COUTINHO, Sérgio Augusto A. - “A Manobra Estratégica de Hitler na Segunda Guerra Mundial” (nº 785, p. 17 a 22)
- CUNHA, Marco Antonio - “Castigo ou Redenção” (nº 783, p. 78 a 89)
- CURADO, Silvino da Cruz - “A Guerra Guarânica, uma Guerra Invulgar e Incômoda” (nº 783, p. 29 a 40)
- FLORES, Mário Cesar - “O Alerta do Episódio Pinochet” (nº 783, p. 170 a 172); “A Construção da Democracia” (nº 784, p. 174 e 175) e “Federação Questionável” (nº 785, p. 170 e 171)
- FORJAZ, Claudio Ricardo Hehl - “General Vô Nguyen Giap, um Mestre da Estratégia da Resistência” (nº 785, p. 90 a 107)
- FRIEDE, Reis - “Administração Pública” (nº 784, p. 61 a 72); “Creche da Mediocridade” (nº 784, p. 145 a 147) e “Da Organização dos Poderes” (nº 785, p. 139 e 143)
- GOMES, Luiz Cláudio S. - “O Novo Ciclo da Guerra” (nº 783, p. 90 a 94)
- GOULART, Marcelo Rodrigues - “O Batalhão de Força de Paz Especiais em Operações” (nº 783, p. 95 a 110)
- JAGUARIBE, Hélio - “O Problema da Defesa” (nº 783, p. 165 e 166)
- JÚNIOR, Manuel Cambeses - “América Latina ou Ibero-América?” (nº 784, p. 156 e 157); “China X EUA: Bipolaridade do Século XXI” (nº 784, p. 138 a 140); “A Conflituosidade no Oriente Médio” (nº 783, p. 150 a 153); “À Guisa de Informação” (nº 785, p. 35 a 45); “A Organização das Nações Unidas e a Paz Mundial” (nº 783, p. 147 a 149) e “Organização dos Estados Americanos - Cinquentenário da Aliança Regional” (nº 785, p. 150 a 153)
- JÚNIOR, Manuel Pio Correia - “O Brasil e a Argentina Unidos na Defesa do Mercosul” (nº 783, p. 140 a 145)
- LOURENÇÃO, Humberto José - “O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a Defesa Nacional” (nº 784, p. 93 a 105)
- MARIZ, Vasco - “As Janelas para o Pacífico” (nº 784, p. 46 a 60)
- MARTINS, Ives Gandra da Silva - “Perspectivas do Estado do Futuro” (nº 784, p. 85 a 92) e “As Províncias Americanas” (nº 785, p. 169 a 171)
- MEIRA MATTOS, Carlos de - “Kosovo e o Brasil” (nº 784, p. 181 e 182)
- MELO, Gladstone Chaves de - “Vieira e o Sermão do Bom Ladrão” (nº 784, p. 140 a 145)
- MONTEIRO, Marcelo Affonso - “O Colapso Mundial da Economia de Mercado” (nº 784, p. 147 a 149)
- MONTEIRO, Tânia - “Reabertura do Caso Riocentro Preocupa Exército” (nº 784, p. 161 a 163)
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas - “O Proveito Mútuo das Pesquisas Astronômica e Militar” (nº 785, p. 45 a 56)
- NETO, Manuel Soriano - “Maria Quitéria de Jesus” (nº 783, p. 111 a 117)
- NEVES, Luiz Felipe da Silva - “Considerações sobre a Guerra” (nº 783, p. 4 a 12)
- OLIVEIRA, Humberto José Correia de - “Comando, Controle, Comunicações e Inteligência (C3I) nas Operações de Segurança - Comentários” (nº 785, p. 116 a 136)
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de - “A Engenharia Militar de Batina” (nº 784, p. 33 a 45)
- PEDROSA, Fernando Veloso Gomes - “Os Desafios da Paz, as Forças Armadas e os Conflitos do Futuro” (nº 785, p. 108 a 115)
- PESCE, Eduardo Italo - “Forças Armadas e Defesa Nacional” (nº 783, p. 162 e 163) e “A Defesa Nacional Hoje” (nº 783, p. 161 e 162)
- PRADO, Ney - “Relações Trabalhistas no Brasil - Velhas Práticas e Novas Realidades” (nº 783, p. 41 a 66)

ÍNDICE REMISSIVO

- QUELHAS, Fernando - Globalização e Informações Estratégicas" (nº 784, p. 167 e 168)
- RAMALHO, Luiz Pinto - "A Evolução Estratégica da OTAN" (nº 785, p. 79 a 89)
- REBELO, Aldo - "Militar é Diferente" (nº 784, p. 172)
- RICÚPERO, Rubens - "Avec Nous, Le Déluge" (nº 784, p. 175 e 176); "Coisas do Destino" (nº 784, p. 180 e 181); "A Energia que Brota do Povo" (nº 783, p. 173 a 175); "Cem Anos Depois" (nº 783, p. 155 e 156) e "A Virgindade de Elizabeth Taylor" (nº 785, p. 176 a 178)
- ROCHA, João Evangelista Mendes da - "Três Heróicos Pracinhas" (nº 785, p. 145 a 147)
- ROSA, Luiz Pinguelli - "Necessidade de uma Política Energética" (nº 785, p. 159 a 161)
- RUBEM, Maurício França - "Brasil, Parceiro em Desvantagem" (nº 785, p. 161 a 163)
- SALES, D. Eugênio de Araújo - "Saber Perdoar" (nº 784, p. 166 a 167)
- SANTOS, Almir dos - "A Batalha de Krusk" (nº 783, p. 131 a 136) e "As Divisões Blindadas" (nº 784, p. 106 a 111)
- SANTOS, Luiz Wenceslau Mangeon dos - "A Operação Humanitária da OTAN em Kosovo" (nº 785, p. 147 e 148)
- SARNEY, José - "Um Pouso em Iauaretê" (nº 783, p. 163 a 165)
- SPINOLA, Noenio - "O Fim de uma História que não se Acaba" (nº 783, p. 172 e 173)
- VEIGA, Virgílio da - "A Defesa Nacional, 86 Anos" (nº 785, p. 137 a 139)
- VUJONIVIC, Dragan S. - "Uma Visão Iugoslava" (nº 785, p. 158 e 159)
- WENGING, Li - "Modernize os Conceitos de Sun Tzu" (nº 785, p. 23 a 34)

ERRATA

Na edição Jan/Fev/Mar/Abr 99, foi publicado o Índice Remissivo relativo ao Ano LXXXIV referenciado como abarcado o período de janeiro de 1998 a dezembro de 1998.

A referência correta abarca o período outubro de 1997 a setembro de 1998. Com nossas desculpas, encarecemos seja corrigido.

Obrigado
A Redação



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — ANO 2000

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO Exército Brasileiro

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnico-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.



Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

Coleção General Benício (12 livros)

- Integral R\$ 150,00
 02 vezes R\$ 75,00 (até 20 Set.)

Revistas

- Exército Brasileiro R\$ 20,00
 A Defesa Nacional R\$ 20,00
 Ciência & Tecnologia R\$ 20,00

Envie cheque bancário ou dos correios, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua assinatura

Dados cadastrais

Nome		Profissão		
Militar <input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	OM	Posto/Grad		Prec - CP
Endereço Rua		Nº		Complemento
Cidade	UF	CEP	Tel.	Fax.
E-mail				

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias - 3º andar
CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ.

Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 519-5715 - Fax.: (21) 519-5569
Home Page: <http://www.bibliex.eb.br> E-mail: bibliex@ism.com.br

**Faça de um amigo
um novo sócio,
presenteie-o
com uma assinatura**

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

Livraria

Leonardo da Vinci

e Biblioteca do Exército
Editora

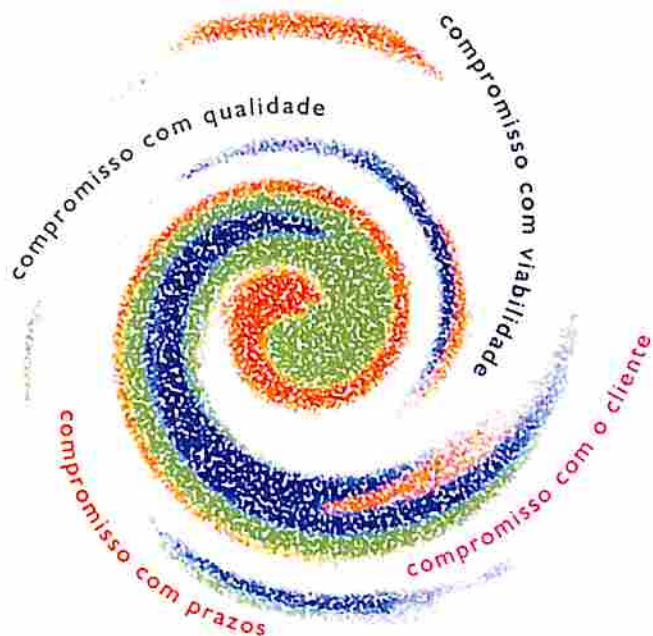
Agora as obras editadas pela BIBLIEX,
estão também a sua disposição para
aquisição, na livraria Leonardo da Vinci



Algumas das obras
a sua disposição
na livraria
Leonardo da Vinci

POSTO DE VENDAS
NA BIBLIEX
Palácio Duque de Caxias – térreo
Pça. Duque de Caxias, 25 – Centro
www.bibliex.eb.br
E-mail: bibliex@ism.com.br

BIBLIEX
Sempre bons livros!



SERMOGRAF

artes gráficas e editora Ltda.

*Busca constante pela qualidade, pontualidade,
absoluto respeito por nossos clientes e o compromisso
de viabilizar os seus projetos.*

Este é o nosso trabalho

(24) 237 3769

Rua São Sebastião, 199
Petrópolis - RJ, 25 645-040
sermograf@sermograf.com.br



Quando falta investimento, falta cultura.

A riqueza cultural do povo brasileiro é enorme. Assim como são enormes as dificuldades que a cultura enfrenta para se manter viva. É por isso que o Centro Cultural Banco do Brasil investe em música, literatura, teatro, dança, artes visuais e plásticas. Porque cultura se faz com talento, paixão e investimento. Banco do Brasil. Investir em cultura é investir em você.



 **BANCO DO BRASIL**

